UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Karen Gabriele Poltronieri

**Sujeito mulher:
entre o calar e o dizer**

Ribeirão Preto – SP

2021

KAREN GABRIELE POLTRONIERI

**Sujeito mulher:
entre o calar e o dizer**

Versão corrigida

(Versão original encontra-se na unidade que aloja o Programa de Pós-graduação)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia: Processos culturais e subjetivação

Orientadora: Prof. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa

Ribeirão Preto - SP

2021

P779m

Poltronieri, Karen Gabriele.

Sujeito mulher: entre o calar e o dizer / Karen Gabriele Poltronieri
- Ribeirão Preto, 2021.

210 p.: il., col.; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ USP. Área de
concentração: Psicologia

Orientador: Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa

1. Análise do Discurso 2. Primavera Feminista 3. Sujeito mulher

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Karen Gabriele Poltronieri

Título: Sujeito mulher: entre o calar e o dizer

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título Mestre em Ciências.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Tyara Veriato Chaves

Instituição: Universidade de Campinas (UNICAMP)

Julgamento: _____

Ribeirão Preto, 18 de Junho de 2021.

AGRADECIMENTOS

Este percurso acadêmico foi conquistado de maneira muito atribulada. Desde os estudos iniciais para o ingresso até o momento de proferir estas palavras, a jornada não foi fácil em nenhuma etapa. Mas, como disse Chico Buarque “amanhã vai ser outro dia”, segui e sigo o caminho científico com o intuito de aprendizado e disseminação do conhecimento. Dito isso, há pessoas que preciso agradecer, pois sem elas não seria possível nem mesmo o primeiro passo por esse caminho.

Em primeiro lugar agradeço minhas amigas-irmãs Rafaela e Neili, que estiveram ao meu lado dias e noites debaixo do mesmo teto desde minha aprovação até os momentos finais deste trabalho. Elas são minha bússola e inspiração na vida. Agradeço também ao meu companheiro João, que como denominado, esteve e está comigo faça chuva ou faça sol, me apoiando, me aconselhando, me amando nas partes difíceis e nas quase impossíveis deste trabalho.

Agradeço à minha mãe, meu pai e minha irmã por todo apoio de sempre. Também devo agradecer minha sogra pelo carinho, acolhimento e amor em todas as vezes que pensei em desistir, ela me coloca de pé. Agradecimentos especiais à Júlia pelas correções, carinho e paciência com meu trabalho.

Gostaria de agradecer imensamente aos colegas do laboratório E-1@dis por todas as trocas e apoio mútuo que este grupo meu deu desde minha entrada lá no segundo ano de graduação. Agradecimentos especiais a Melissa, Bia, Bruno e Gustavo pelos conselhos e trocas de conhecimento nesse percurso.

Não poderia deixar de citar minha incrível banca composta por Danti e Tyara, duas queridas e maravilhosas pesquisadoras que me ensinaram através dos escritos e de suas falas. Vocês são minha inspiração, espero um dia ter a metade do conhecimento e dedicação de vocês! Finalizo os agradecimentos com minha querida orientadora Lucília, que me permitiu a entrada no mundo acadêmico e segue me dando forças e motivação necessária nesse percurso. Você é minha inspiração de mulher!

“Quero pedir desculpas a todas as mulheres que descrevi como bonitas antes de dizer inteligentes ou corajosas. Fico triste por ter falado como se algo tão simples como aquilo que nasceu com você, fosse seu maior orgulho, quando seu espírito já despedaçou montanhas. De agora em diante vou dizer coisas como, “você é forte” ou, “você é incrível!”, não porque eu não te ache bonita, mas porque você é muito mais do que isso”.

- Rupî Kaur em “Outros jeitos de usar a boca”, 2014

RESUMO

Ao pensarmos nas questões que envolvem o sujeito mulher na sociedade atual, olhamos para as discussões urgentes. Atualmente, as lutas feministas datada de muitas décadas ganham uma nova configuração na sociedade em rede. Neste trabalho, buscamos entender e discutir esses movimentos feministas que se deslocam socialmente pelas materialidades das redes digitais e pela materialidade das ruas, produzindo efeitos sobre um sujeito mulher que busca a resistência das violências contra mulheres e sua relação com os feminismos. Amparados pela luz da teoria da Análise de Discurso de linha francesa, nosso intento é analisar através de alguns conceitos como sujeito, ideologia, memória discursiva e discurso e, produzir gestos de análise e interpretação a respeito de inicialmente três *hashtags* encontradas na rede social *Instagram*: #primaverafeminista; #nemumaamenos; #lutecomoumagarota; que surgiram nos últimos anos com a emergência do movimento feminista através de outro movimento denominado Primavera Feminista (2015) e como os respingos desse ocorrido provocam efeitos e (re)significam os movimentos feminista e o sujeito mulher tanto nas ruas como nas redes. Através desse movimento, podemos pensar a maneira como a violência contra a mulher na sociedade e a contradição tomada pelos movimentos feministas produzem sentidos a respeito do sujeito mulher sócio-histórica-ideologicamente. É necessário pensarmos e discutirmos quem é esse sujeito mulher e que tipo de mulher se enquadra nessa tomada de sentidos pelos movimentos feministas através de suas atuações nas ruas e nas redes. Analisar o que concerne sobre o acesso a determinadas tecnologias e redes capazes de transmitir e fazer significar algo para determinada mulher sobre os feminismos e as violências.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Sujeito; Mulher; Feminismos; Primavera Feminista.

ABSTRACT

When we think about the issues that involve the woman subject in today's society, we look at urgent discussions. Today, feminist struggles dating back to many decades are gaining a foothold new configuration in the network society. In this work, we seek to understand and discuss these feminist movements that move socially through the materialities of digital networks and through the materiality of the streets, producing effects on a woman subject who seeks resistance of violence against women and their relationship with feminisms. Supported by In the light of the French Discourse Analysis theory, our intention is to analyze through some concepts such as subject, ideology, discursive memory and discourse and, producing gestures of analysis and interpretation regarding initially three hashtags found on the social network Instagram: #primaverafeminista [#feministspring]; #nemumaamenos [#nooneless]; #lutecomoumagarota [#fightlikeagirl]; that emerged in recent years with the emergence of the feminist movement through another movement called Primavera Feminista [Feminist Spring] (2015) and how the spills of this event provoke effects and (re) signify the feminist movements and the woman subject both in the streets and in networks. Through this movement, we can think about the way violence against women in society and the contradiction taken by feminist movements produces meanings respect for the subject of socio-historical-ideological women. It is necessary to think and discuss who this woman subject is and what type of woman fits into this decision making felt by feminist movements through their actions on the streets and on the networks. To analyze what concerns access to certain technologies and networks capable of transmitting and make something mean to a certain woman about feminisms and violence.

Key-words: Discourse Analysis; Subject; Woman; Feminisms; Feminist Spring.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Recentes”	30
Figura 2 – “Mais relevantes”	32
Figura 3 – Voz	39
Figura 4 – Princesa Revolucionária	49
Figura 5 – Não é não	55
Figura 6 – O estupro veio antes da minissaia	64
Figura 7 – Dados de violência	160
Figura 8 – Retomada de Marx	162
Figura 9 – Respeito	165
Figura 10 – Nos matam por sermos mulheres	167
Figura 11 – Lugar de mulher	171
Figura 12 – <i>Girls Just Wanna Have Funding for Science</i>	176
Figura 13 – Se ela diz não, é não	178
Figura 14 – Não era paz era silêncio	180
Figura 15 – “Muro das lamentações”	184
Figura 16 - O transporte é público, meu corpo não	186
Figura 17- Todas abortamos	189

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso de linha francesa
AIE('s)	Aparelhos Ideológicos do Estado
APA	American Psychological Association
ARE	Aparelhos Repressivos do Estado
BR	Brasil
FD	Formação Discursiva
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e outros grupos e variações de sexualidade e gênero
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 - A Análise de Discurso: apontamentos teóricos	18
1.1 Procedimento e metodologia	20
1.2 Bases teóricas da AD	33
Capítulo 2 - Quais os sentidos legitimados sobre mulher?	70
2.1 Mulher: a construção histórico-social de uma posição	73
2.2 A historicidade dos movimentos feministas	94
2.3 A discursividade da Primavera Feminista	111
Capítulo 3 - Os discursos do digital	128
3.1 Gestos analíticos	147
Capítulo 4 - Considerações finais	192
Referências	197

INTRODUÇÃO

Desenho das artistas “Get it Girl Collective”

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BnxcyQ2BtT-/>

“Escolher escrever é rejeitar o silêncio”

- Chimamanda Ngozi Adichie

Em nosso percurso acadêmico, partimos de duas iniciações científicas e alguns trabalhos de pesquisa que incitaram a curiosidade e a vontade de aprender e disseminar conhecimento. Trabalhamos em torno das questões que permeiam o sujeito mulher, seja esse sujeito uma personagem literária, uma militante de movimentos sociais, mulheres históricas e as que estão ao nosso redor. Nossa inquietude é devido à observação e experiências como sujeito mulher vivendo em uma sociedade brasileira em que há muita desigualdade e violência relacionada com esse ser e ao mesmo tempo como é a produção de sentidos das resistências concernentes nesse contexto.

É de grande interesse, entender não somente as causas e consequências da considerada inferioridade do sujeito mulher no meio social, que se torna um fator quando falamos de violência contra a mulher, mas também a resistência que se cria paralelamente em um movimento contra essas violências que está intrincado ideologicamente e tem seu funcionamento não linear, demonstrando que onde há opressão há também a resistência, um movimento de contradição.

Nos trabalhos de iniciação científica¹, iniciamos com dois objetos de análise buscando uma relação entre a personagem Capitu de Dom Casmurro (Machado de Assis, 1899) e o movimento social feminista chamado Marcha das Vadias, em que observamos os rompimentos de uma estrutura social da mulher do final do século XIX e suas semelhanças com as militantes dos movimentos nas ruas. Assim, buscamos ver o ressoar dos efeitos do nome Capitu, encontrado em um coletivo feminista e representando a luta pelos direitos das mulheres. Dando continuidade, no ano seguinte analisamos algumas poesias digitais de cunho feminista que produzem militância e conscientização sendo publicadas em meios eletrônicos como o *Facebook* e *Instagram*.

No trabalho de conclusão de curso², buscamos uma conexão para analisar novamente o movimento da Marcha das Vadias em comparação com um veículo comunicacional do início do século XX chamado *Jornal das Moças*, e como essas matérias do jornal moldavam um ser mulher, diferente da concepção ressignificada hoje pelos movimentos. Dessa forma, não poderíamos deixar de seguir fomentando discussões sobre as questões da mulher e como elas ressoam antes, agora e ressoarão nas perspectivas sociais analisadas.

¹ Trabalho orientado pela Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa, desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP), de 2017 a 2018.

² Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Mulher, informação e discurso: efeitos de uma construção”.

Nessa jornada do Mestrado Acadêmico, continuamos respaldadas pela luz teórica da Análise de Discurso de linha francesa estudando outro movimento no âmbito feminista chamado de *Primavera Feminista*. Nosso intuito é entender esse movimento por si e como ganhou força no Brasil nos últimos anos, produzindo assim, efeitos diante de um sujeito mulher. Pretendemos nos aprofundar não somente na historicidade que banha a trajetória das lutas feministas, mas também nas concepções do que seria ser uma mulher, ser um sujeito mulher atravessado por uma historicidade e ideologia. Sendo assim, um de nossos questionamentos é: quais os sentidos legitimados sobre mulher? A questão parece simples, mas não há uma resposta direta, ela depende de fatores, de sujeitos e ideologias. Ela significa e se ressignifica a partir do contexto e condições de produção apresentados e exibe uma complexa formulação ao tratarmos dessas questões diante das mudanças histórico-político-sociais.

Há, também, nosso interesse em entender como os movimentos feministas atuam nos dias de hoje, conhecendo a história de lutas e manifestações, mortes e conquistas e, há atualmente uma reformulação na forma de se fazer feminismo, de se fazer ser ouvida e ter alcance de voz. Acreditamos que a globalização da internet e dos meios de comunicação tenham algo a influenciar nesse aspecto, mas reconhecemos também que o acesso a tecnologias e as condições de produção embora pareça e é vendido como, não é simples, fácil e não é universal, existem sujeitos que não têm condições para receber e processar as demandas dos movimentos feministas que funcionam por esses meios. Assim, neste trabalho buscaremos refletir sobre alguns *posts* e *hashtags* on-line que trazem esse caráter militante do sujeito mulher feminista que luta contra as violências contra a mulher e, assim, refletir e questionar sobre os efeitos produzidos e a serem produzidos por esses determinados discursos.

Nossas análises são compostas não somente das três *hashtags* propostas inicialmente, mas de um conjunto discursivo que inclui a imagem presente no post, os discursos que ela carrega, as legendas e outras *hashtags* mais que estão presentes no corpus e ajudam a compor as interpretações e análises. Buscamos pensar ainda quais os caminhos que a violência contra a mulher percorre na sociedade para fazer significar algo que está em constante contradição com a resistência feminista e, dessa forma, entender e formular um pensamento sobre o como os feminismos atuam contra essas violências e produzem sentidos para o sujeito mulher na sociedade

Observamos a existência de sentidos que permeiam o ser mulher no que configura o modelo de sociedade em que vivemos e que pode ser diferente de outros pelo mundo no

mesmo recorte de tempo e em diferentes também. O fator comum é: a mulher sofre violência por ser uma mulher. Dessa maneira, se faz necessário entender as razões para essa questão e de que forma ela se desenrola ao pensar nos sujeitos envolvidos e nos discursos empregados. Na mesma linha, ao passo que a violência se instaura, a resistência mantém-se e busca se alastrar através de diversos meios e caminhos. Não é uma tarefa fácil entender os desdobramentos que perpassam a ideia de ser mulher, o conceito e a prática e como ela se desenrola, esse é o desafio que trazemos nessa escrita.

Propomos o trabalho de maneira que pudesse ser fundamentado na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso para nos servir de base a entender o desenrolar do sujeito, os discursos que o permeiam, a ideologia em que está inserido e as memórias que são produzidas e ressoam desse movimento. Assim, Michel Pêcheux (1938 - 1983) nos presentearia com uma teoria fortíssima advinda de outras disciplinas consolidadas cientificamente que permite a nós dissertar e reflexionar sobre as questões sobre violência e resistência que dizem respeito ao sujeito mulher e seus desdobramentos de maneira que possamos entender a complexidade e a magnificência de uma análise discursivamente constituída.

Nosso intuito se pauta em adentrar o trabalho tanto pela via da historicidade dos feminismos, como pelas violências contra a mulher que produzem um movimento teórico de contradição ao observarmos a resistência como um contraponto da atuação de uma violência estrutural e histórica. Nosso entendimento vai se construindo à medida que observamos os deslocamentos de sentidos daquilo que colocamos na palma da mão para estudar. Utilizando-nos da AD é fato que “movimento” é uma palavra que estará presente em suas mais diversas significações e se mostrará importante para a compreensão não só teórica, mas também analítica. Isso se dá por conta da mobilização de conhecimentos a respeito da construção da historicidade do sujeito mulher, da discursivização dos movimentos sociais do passado e do presente, da ideologia intrincada nas profundezas do que se diz e é dito no âmbito político-social.

Iremos nos aprofundar em alguns desses conceitos a partir da teorização da AD, no modo de dizer (d)o sujeito discursivo; na memória que atravessa o que se sabe e o que não sobre a constituição do sujeito mulher e dos movimentos feministas; no funcionamento da ideologia e sua forma de olhar o mundo a sua volta; e na própria conceituação de discurso, para entender como se constitui o discurso feminista e quais os dizeres que ressoam como violentos para o sujeito mulher. Por essa via, nosso propósito se inicia com um capítulo

dedicado à Análise de Discurso, contendo tanto sua origem e desdobramento, quanto o aprofundamento dos conceitos ditos acima.

Para além, foi necessário reservarmos uma parte para discutir a metodologia trabalhada aqui, pois além de um aporte teórico, a Análise de Discurso é também as entranhas metodológicas deste trabalho, configurando assim nosso modo de formulação e reflexão a partir dos objetos de análise utilizados. No primeiro capítulo, iniciaremos uma discussão sobre as relações que podemos desenvolver da teoria com o sujeito mulher e suas formas de resistência, além de entender um pouquinho a composição de discursos violentos que levam a efeitos dessa violência contra o feminino em nossa sociedade.

A segunda parte está dedicada a entender esses questionamentos sobre a mulher: entender a historicidade do sujeito e dos movimentos feministas, bem como os efeitos e sentidos produzidos por esses fatores a partir de uma análise sobre a condição de uma considerada inferioridade do sujeito mulher que leva à violência. Também nesse capítulo é discutido sobre a constituição dos movimentos feministas e como são os caminhos percorridos hoje para entendermos o papel da tecnologia e a formação da cibermilitância feminista num âmbito crescente e efervescente. E assim, fechamos o capítulo buscando entender o que é a Primavera Feminista e os estudos sobre esse movimento que borbulhou o feminismo no Brasil a partir de meados de 2015, e quais os efeitos discursivos são produzidos nessa conjuntura a partir deste movimento.

Em nosso capítulo terceiro, propomos o entendimento sobre as inscrições urbanas e digitais sobre a militância feminista e como ressoam efeitos sobre um ser mulher na sociedade através de discursos dos movimentos nas ruas e como são inscritos nas redes digitais. Dito isso, caminhando para o final buscamos analisar os *posts* on-line encontrados na rede social *Instagram* que contêm as *hashtags* (#) #primaverafeminista, #nemumaamenos e #lutecomoumagarota, com dizeres que significam algo para os movimentos feministas, *ciber* e das ruas, e olhando para as contradições entre violência e resistência nesses meios. Dessa forma, alguns recortes de imagens e dizeres funcionam a respeito dessas relações e de seus desdobramentos e sentidos produzidos. Devemos enfatizar que tal ponto será trabalhado melhor na parte de metodologia, onde as discussões e análises não ficam pautadas somente ao último capítulo, mas como a AD é movimento constante, ao longo do texto há um “vai e vem” entre teoria e análise de forma que produzimos gestos de interpretação a todo o momento e (re)significamos nossa maneira de pensar esses sujeitos e sentidos.

Por fim, há uma parte dedicada às considerações finais, mas não conclusões, pois, partindo das concepções de ciência, não é possível chegarmos a conclusões fechadas e regradas sobre os fenômenos sociais em mudança e acontecimentos constantes. Apenas podemos pensar no sujeito mulher e suas concepções acerca de uma sobreposição de discursos e sentidos que passeiam entre a considerada inferioridade que remete à violência e, a resistência e incessante busca por mudanças sociais.

Nesse trabalho nosso desafio maior é entender e mostrar um panorama sobre as entradas das formas de violência contra a mulher na sociedade, a partir do que concerne ser um sujeito mulher inserido nesses aspectos. É necessário questionarmos que mulher seria essa? Nossos objetos analíticos nos levaram ao caminho de representar uma classe de mulheres que possuem o acesso a tecnologias da informação de modo a atuar e significar nas redes sociais um modo de se fazer feminismo hoje, que não é o único, mas também aparece nessa empreitada. Nosso *corpus* foi analisado e percebido como um recorte que trazem mulheres brancas e com certas condições de estarem atuantes nos movimentos feministas das ruas e digitais, de maneira que podemos pensar que a forma de se fazer uma análise discursiva começa já na escolha do *corpus*, e ao traçarmos um direcionamento para entender as *hashtags* e discursos contidos nos *posts* nos vimos diante de corpos de mulheres brancas de uma classe mais favorecida socialmente, o que talvez nos permita dizer do funcionamento da própria violência contra a mulher intrincada socialmente e sendo refletida nesse processo.

Não queremos aqui generalizar ou universalizar uma categoria de mulheres, mas perceber que mesmo diante dos movimentos feministas que buscam pela liberdade e igualdade na sociedade ainda existe a contradição de sujeitos que não adentram nessa conjuntura, seja por falta de acesso a essas tecnologias, desigualdade social e econômica ou diversos outros fatores. O ponto é mostrar que existem outros sujeitos e outros feminismos que estão em busca desses direitos e igualdades da mesma forma, mas talvez haja algo que produza sentidos a partir desses meios olhando-se para o tipo de mulher que é encontrada nesses âmbitos da militância *ciber* e das ruas.

Capítulo 1

A Análise de Discurso: apontamentos teóricos

Desenho das artistas “Get it Girl Collective”

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BmXGUISjFWp/>

“Nós percebemos a importância de nossa voz quando somos silenciados”

- Malala yousafzai

Para iniciarmos nosso caminho científico, esta parte será dedicada a entendermos, explicitarmos e relacionarmos nosso aporte teórico com nossos objetivos e materiais de análise. Nosso norte teórico, analítico e metodológico é concebido pela luz dos conceitos da Análise de Discurso de linha francesa, estudada e desenvolvida por Michel Pêcheux (1995, 1997a, 1997b, 1998, 1999, 2006), por Eni P. Orlandi (1996a, 1996b, 1999a, 1999b, 2007, 2012) e muitos outros pensadores. Nossa jornada de estudos contará com desenvolver esta parte teórica para termos um suporte analítico que nos permita discutir e refletir sobre um universo feminista, suas questões e lutas que retomam dizeres e se tornam tão atuais e, assim, envolvem discussões nas redes digitais, bem como os efeitos do que seria ser um sujeito mulher e o que é esse ser na conjuntura atual. E assim, produzir gestos de interpretação que corroborem com esse movimento de entender a sociedade e devolver o conhecimento a ela.

Nossa motivação para este trabalho se ancora nos índices crescentes de violência no Brasil, principalmente após a entrada do atual governo que apresenta discursos em determinadas condições de produção que autorizam a violência contra a mulher, como também diversas formas de preconceitos e outras violências com os sujeitos de minorias sociais. Nosso corpus e nossa teorização estão voltados para entender o sujeito mulher e os movimentos feministas que estão presentes nesse contexto de discussão e questionamento e, partindo disso, visualizar uma violência e considerada inferioridade da mulher diante de uma estrutura social brasileira.

Em nosso projeto de entrada no mestrado, nos utilizamos da expressão “movimento feminista”, mas aqui no trabalho completo trocaremos o dizer pelo seu plural, sendo assim “movimentos feministas” para entendermos e elucidarmos que não há só um tipo de mulher, não há apenas uma luta, não podemos generalizar, a luta deve ser unida, mas as causas são diversas e cada grupo tem suas demandas e necessidades. Para exemplificarmos, podemos citar o feminismo negro como uma das vertentes do movimento feminista. Também temos o feminismo indígena e muitos outros que não apartam a luta em si, mas se distribuem de acordo com suas requisições.

Aqui corroboramos com esse pensamento que é necessário olhar para as diversas mulheres em nossa sociedade e mais ainda as particularidades que as fazem diferentes. Mas não esquecendo que a união da luta é o que faz e mantém a força todos esses anos. Assim, finalizamos essa fala com a retomada de um pensamento de Audre Lorde (1934-1992) “Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas”.

Trabalhar com a discursivização da mulher e dos feminismos nos é possível e gratificante pelas premissas básicas que a AD nos proporciona. Como será abordado mais a fundo na parte metodológica, devemos lembrar a eficácia do movimento teórico-analítico que a referida teoria proporciona, já que questiona a nossa zona de conforto de pensar que tudo é óbvio, tudo está dado, que apenas vivemos o novo e o passado é passado. Não é dessa maneira que se olha para a linguagem. Linguagem é movimento, é a falta que nos torna humanos em nossa mais íntima forma de pertencer. Nosso pertencimento vem e vai da língua, ela nos pega de surpresa e nos vira de ponta cabeça. Perde-se e nos encontra. O discurso é movimento e contradição e faz movimentar. E assim, nos é permitido interpretar e ressoar esses efeitos.

O primeiro capítulo começa com a abordagem metodológica da AD para situar nosso campo de pesquisa e pontuar as tecnicidades do trabalho científico. Em seguida, faremos um apanhado geral sobre a Análise de Discurso teoricamente, onde nos aprofundaremos em nossos conceitos-chaves para pensar a condição da mulher e abrir espaço para discutir mais adiante sobre os movimentos que o feminismo faz em suas inscrições das ruas e das redes nessa conjuntura teórica.

1.1 Procedimento e metodologia

Para refletirmos sobre o tema deste trabalho, ou qualquer outro assunto cientificamente, é necessário que nos embasemos em um aporte teórico. É preciso delimitar o modo a se prosseguir com o fazer científico, seja ele de qualquer tema ou área, é necessária uma metodologia a qual se trabalhar. Um método de se fazer ciência diz respeito ao caminho a ser traçado e como esse percurso poderá ser executado para se chegar a uma conclusão sobre o questionamento inicial ou surgir mais perguntas ao longo do processo.

Ao intentar produzir um trabalho científico, algumas perguntas devem ser feitas, às quais dizem respeito ao que pesquisar, por que pesquisar, como pesquisar, quando pesquisar, e por quem será pesquisado (Minayo, 2010). Esses tópicos são estritamente importantes e devem ser pensados de maneira que haja uma futura contribuição para a área que o pesquisador está inserido. No geral, os aspectos que envolvem o fazer ciência devem ser determinados da maneira mais objetiva possível para que o propósito de disseminação de conhecimento científico seja atingido. Isso posto, esta parte será dedicada a entender o caminho a ser seguido por nós pesquisadores com o intuito não de responder perguntas, mas criar questionamentos e contribuir para um pensamento e levantamento de uma reflexão sobre

o tema. Constatamos então que, “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (Minayo, 2010, p.18).

Em princípio, buscamos questionar aquilo que nos inquieta como sujeitos, perguntas que surgem empiricamente ou condicionada por demasiados fatores. E, além do problema que buscamos solucionar, ainda há a unidade da área em que o pesquisador está inserido a se considerar, seja por identificação empírica ou as condições em que está adentrado. Não importando para qual lado a pesquisa se destina, é imprescindível que, seja qual for, ela deverá ser permeada por um método de estudo.

Quando questionamos, na vida acadêmica, estamos produzindo conhecimento científico e este é permeado pela preocupação da ocorrência e manifestação dos fatos; pelas hipóteses e experimentações; por teorias que ancoram os saberes; por resultados e novos questionamentos que podem reformular teorias existentes (Alvarenga, 2014). E é este conhecimento científico que necessitará de um método e de uma metodologia para ser desenvolvido e tornar-se contribuição social e científica.

A finalidade de qualquer pesquisa é contribuir para a evolução do conhecimento humano, em seus diversos setores. Para tanto, deve ser sistematicamente planejada e apresentada, de acordo com as normas metodológicas estabelecidas e reconhecidas pela ciência (Alvarenga, 2014, p. 24).

É fato que o campo científico é permeado de conflitos e contradições (Minayo, 2010, p. 10), assim o fazer ciência é o movimento de buscar respostas e criar perguntas em função de entender nosso lugar nesse tempo e espaço e as coisas que permeiam nosso arredor. Portanto, buscamos maneiras de materializar nossas dúvidas e questionamentos, sejam quais forem e, mostrar para o mundo as novas descobertas ou as novas dúvidas. Essas maneiras são através da ciência e seus métodos e metodologias que permitem a construção de novos saberes e produção do conhecimento. Vamos então discorrer um pouco sobre essas possibilidades do fazer ciência.

Uma metodologia se estabelece como “um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e investigar problemas, de forma sistemática” (Alvarenga, 2014, p. 36). São maneiras possibilitadas de se explicar os métodos que irão compor uma pesquisa, ela não busca soluções, mas escolhe a maneira de encontrá-las (Alvarenga, 2003, p. 16). O fazer ciência na modernidade nasce como uma maneira de construção de conhecimento, este historicamente controlado e negado a grande parte da

população (Patti et. al. 2012). Assim, o intuito, como já dito, é a disseminação e contribuição sobre assuntos que permeiam o ser humano e sua existência, sejam eles abordados através das Ciências da Natureza ou Ciências Sociais.

Para além da metodologia, é necessário entender os processos aos quais ela é permitida. Assim, diferentemente, temos o método científico, que em termos simples, é o percorrer de um caminho, rotas as quais o pesquisador vai tomar diante de si para postular seus questionamentos. Configura-se como “o conjunto de processos que se emprega na investigação. É a linha de raciocínio da pesquisa, [...] por meio de uma sucessão de passos que são orientados por conhecimentos teóricos” (Alvarenga, 2014, p. 36). Dessa forma, a união de método e metodologia possibilita criar a estrutura e a ancoragem em que o trabalho científico estará disposto e poderá ser desenvolvido. Para nos aprofundarmos, temos que:

A metodologia atua com a indicação da escolha teórica do sujeito-pesquisador no trabalho com determinado objeto, bem como o modo como os métodos e instrumentos para a realização da pesquisa são operacionalizados. Já o método, consiste na estratégia para a realização de uma pesquisa, na reunião de dados e nas operações executadas para a formulação de considerações acerca de um objeto ou tema, atrelados aos objetivos estipulados pelo sujeito-pesquisador (Bastos, 2018, p. 35).

No campo científico, a metodologia é permeada por abordagens que melhor se adequem ao objeto e objetivos de estudos do pesquisador. Dessa forma, sua escolha se pauta, não em questões subjetivas do autor da pesquisa, mas de questões empíricas que possam dar conta de sistematizar e desenvolver aquele questionamento científico.

Passemos agora a entender como se dá a especificação metodológica adotada pelos pesquisadores para produzir trabalhos científicos. Entendemos que as perguntas que nos movem como seres humanos estão categorizadas dentro da epistemologia das Ciências da Natureza ou das Ciências Humanas. Estas buscarão entender e questionar assuntos particulares ao que inquieta o universo ao nosso entorno e nós próprios enquanto seres humanos em sociedade, respectivamente. Assim, pensar abordagens de pesquisa é necessário para que produzamos conhecimento de forma eficiente que possa voltar como contribuição para as áreas do saber. As principais abordagens utilizadas metodologicamente na academia são as pesquisas quantitativas, as qualitativas e as mistas, que englobam elementos das duas anteriores. Apesar de parecerem bem isoladas uma da outra, não devemos pensar como metodologias opostas, ou o famoso “versus” empregado em cima dessas abordagens, mas sim,

pensar em como esses modos de fazer pesquisa podem contribuir da melhor forma para responderem as questões propostas em um trabalho científico.

Segundo Günther (2006), a metodologia utilizada em cada pesquisa é determinada em função do objeto, da pergunta que se pretende responder e qual caminho seria melhor traçar para desvendar o objeto da pesquisa. Todos esses tipos de metodologias apresentam vantagens e desvantagens, o que qualifica a pesquisa é a obtenção dos dados, a possibilidade de obtê-los e a maneira de interpretação dos mesmos (Günther, 2006). As questões que levam a investigarmos determinados questionamentos para desenvolver uma pesquisa podem vir de diferentes maneiras, mas é necessário utilizar-se de uma metodologia para traçar o caminho em que o problema de pesquisa possa ser trabalhado, em função de pesquisas anteriores e para novas pesquisas futuras. O fazer ciência é entender os questionamentos, buscar respostas e produzir novos conhecimentos.

Sem nos delongar muito nas especificidades das abordagens qualitativas e quantitativas da metodologia científica, mostraremos um panorama geral, as divergências e convergências, e os moldes que se inserem ao adentrarmos mais adiante na metodologia própria deste trabalho. Para nos situarmos então, iniciaremos com os elementos que determinam a pesquisa quantitativa. Esta, regada por todas as áreas do conhecimento, não diz respeito somente de um assunto, mas se utiliza de técnicas e métodos particulares – quantitativos – para responder problemas de pesquisa que demandam análises numerativas ou de entendimento de dados calculados. Os estudos quantitativos buscam responder perguntas ou criar ou refutar hipóteses baseando-se em coletas de dados que são analisados numericamente ou a partir de estudos quantitativos. As hipóteses desses estudos podem partir de conhecimentos empíricos e ao seu final apresentarão ou uma rejeição ou uma corroboração (uma nova hipótese) dos dados após a análise e interpretação dos mesmos Patti et. al, 2012).

De maneira a dispor os dados numericamente, esta abordagem busca a descrição, a explicação e a predição do fenômeno a ser estudado, onde a coleta de dados é utilizada de instrumentos de medida e condições de controle (Sabadini, 2009, p. 133). É importante salientar que esta abordagem metodológica vai prezar a objetividade dos estudos e seus objetos, enquanto a abordagem qualitativa, que trataremos em seguida, visa a questão da subjetividade e significados das análises a serem estudadas (Sabadini, 2009). Abordaremos as características que compõe uma pesquisa qualitativa que, diferentemente da pesquisa quantitativa, opera com métodos e maneiras de entender e se debruçar sobre o objeto de estudo de uma forma significativa, à olhar para a experiência humana (vívda) e centra-se,

retomando mais acima, no fenômeno subjetivo (Sabadini, 2009). “Nessa abordagem, os investigadores observam as pessoas e as interações, participam das atividades, entrevistam pessoas, conduzem histórias de vida ou estudos de casos e analisam documentos já existentes” (Sabadini, 2009, p. 133).

O grande ponto diferencial entre a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa são as questões em que uma consegue responder e a outra não. Mediante a dados já pré-estabelecidos que o resultado possa ser disposto numericamente, é necessário se atentar aos dispositivos analíticos da quantitativa; por outra via, os estudos que buscarem entender e questionar o universo dos significados, motivos, aspirações, valores, crenças e atitudes dentro de um espaço mais profundo das relações se encontrará nos campos interpretativos da pesquisa qualitativa (Minayo, 2010, p. 22). Sintetizando então, é necessário olhar para o objeto de seu estudo (Günther, 2006) e quais os objetivos a serem pensados ao se fazer uma pesquisa.

Chegamos ao ponto de entender a metodologia que permeará este trabalho e à qual nos embasaremos para desenvolver uma pesquisa científica e perpetuar contribuições de um conhecimento para o social. De antemão, para entender o método discursivo, é necessário ter explicitado que a palavra “movimento” é determinante na compreensão do funcionamento do trabalho do analista do discurso. É neste termo que é possível elucidar o exercício da prática discursiva. Faz-se necessário entender que a metodologia da Análise de Discurso é própria, é uma teoria fundamentada com uma constituição particular com método, objetos e objetivos próprios (Bastos, 2018).

A Análise de Discurso, ou AD, se insere no campo da pesquisa qualitativa como uma convenção acadêmica de não se utilizar das técnicas estatísticas ou métodos numéricos para apresentar seus resultados, mas ainda assim ela se diferencia no campo dos saberes qualitativos por não fazer uma análise do texto em si, ou mesmo uma descrição de fatos e acontecimentos. Isso vê-se a partir das definições empregadas anteriormente sobre as características que compõe as duas abordagens de pesquisa. A AD se utiliza do texto como material possível de interpretação, mas vai além, encontra o discursivo que está permeando as palavras e produzindo novas significações, diferentes das já dadas e estabelecidas. Assim, pensar em movimento e sentidos que se deslocam em um discurso, não cabe colocar a AD no âmbito quantitativo em que este vai ser determinado a partir de “condições de controle” e focar-se na objetividade (Sabadini, 2009).

“Não fazemos uma descrição do texto, mas uma teorização sobre o discurso, ou seja, tomamos o texto como unidade lingüística para análise do funcionamento do discurso e de suas condições históricas de produção/leitura” (Mittmann, 2007, p.1). Da mesma forma que não buscamos esgotar os sentidos, não queremos dar conta de tudo, assumir a incompletude e os furos na linguagem é constituinte desse percurso teórico-metodológico (Mittmann, 2007). Para o analista do discurso, é imprescindível olhar para essas falhas e furos que são constituídas a partir da linguagem, entender a maneira como olhamos para o mundo, como há a falta no humano, como a teoria acolhe essa precariedade e remete ao funcionamento da língua e de seu sujeito falando (Sousa, 2019). Consideramos que a língua não é transparente, rígida, pedra ou madeira, ela é plástica, ela se desloca, puxa e repuxa, tem seu sentido movimentado e sua significação constituída pela interpretação.

Podemos então pensar em, assim como a metodologia estuda os melhores caminhos para se construir e percorrer os questionamentos e indagações a respeito dos objetos, em específico, a metodologia da Análise de Discurso é em sua essência determinada por “marcas de rolamentos, de navegação, de rachaduras e de trincados” (Sousa, Garcia, & Faria, 2014, p. 94), fazendo assim o trabalho do analista não linear e sólido, mas caminho em movimento, vai e vem de um pensamento em constante mutação e transformação.

O trabalho que o analista se debruça diz respeito a estudar o que escorrega às margens do discurso (Sousa, Garcia, & Faria, 2014), o que não está “óbvio” ao primeiro olhar, o que necessita considerar seus entornos históricos e ideológicos para entender os sentidos que o falante está produzindo. Em outras palavras:

Nesses termos todos nós, que trabalhamos com a metodologia da teoria discursiva francesa, encontramos-nos debruçados diante do texto como caçadores de pegadas do sujeito, de secreções de sentidos e de vestígios da estrutura e do acontecimento, tocando os suores do enunciado pelo que escorrega às margens (Sousa, Garcia, & Faria, 2014, p. 96).

O objeto de estudo primordial desta metodologia é a língua. A língua é a estrutura material em que olhamos para desvendar os sentidos e as significações. Ou seja, “a materialidade do discurso é a língua” (Orlandi, 2012, p. 3).

A partir do objeto discursivo, o analista vai relacionar as distintas formações discursivas em confronto – que como ondas fazem os sentidos se moverem e circularem nas margens, nas marés, nas areias, nas ressacas da linguagem – com a formação ideológica que rege essas relações (Sousa, Garcia, & Faria, 2014, p. 103).

Temos a língua como materialidade em que os sentidos se inscrevem e se tornam passíveis de interpretação, e o meio em que isso acontece é pelo discurso. O discurso é o objeto teórico em que a AD permeia seus estudos e aplica seus conceitos. O discurso é a unidade linguística em que vemos a possibilidade de interpretação dos sentidos olhando para a historicidade, a ideologia e as condições de produção daquele dizer. Assim, temos que “[...] o discurso supõe um sistema signifiante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique” (Orlandi, 1994, p. 53).

A Análise de Discurso então se propõe a entender o que chamamos de deslocamentos, o vai e vem de sentidos que um discurso pode expressar quando analisamos, não só o seu texto escrito, mas sua exterioridade e a historicidade que ele carrega. Ao se emergir em uma análise discursiva, o pesquisador irá se debruçar sobre películas opacas de sentidos, onde não há o óbvio, e há um jogo entre língua e história funcionando para que o discurso signifique. Nas palavras de Orlandi (1999, p. 15):

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Para estruturar uma metodologia em AD, é fundamental considerar o percurso histórico do discurso a ser analisado. Só há sentido a ser determinado em um dizer se for olhado para o contexto histórico e ideológico acerca dele. É neste ponto que se dá a ideia de movimento da teoria, os enlaces que a história antes significou de um jeito e agora produz novas significações; é no jogo de teoria e análise; é a posição discursiva do analista e do enunciatador; é no constante questionar e evidenciar as contradições. Isto posto, o trabalho do analista se inicia logo na escolha do objeto, no recorte, no fragmento não revestido total de informação, mas opaco e não-linear (Sousa, Garcia, & Faria, 2014), onde os sentidos escapam e podem ser outros. Essa condição é tratada na teoria como a contradição, onde os há um jogo com a significação e ela pode ser ora uma, ora outra, mas nunca todas ou nenhuma (Sousa, Garcia, & Faria, 2014, p. 100). A partir do recorte, o pesquisador já está exercendo um gesto de análise, devido a considerar sua posição discursiva inserida em um contexto histórico-ideológico, aprofundaremos nesse ponto mais adiante. E, com o recorte de um discurso a ser

analisado, assumimos o que a AD nos traz como o conceito de incompletude na língua, onde não é possível esgotar todos os sentidos em uma análise, “mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos interrelacionando arqueologicamente noções teóricas pertinentes” (Mittmann, 2007, p. 1).

É a partir das contradições, que vemos o oscilar dos sentidos. É possível que um mesmo discurso signifique a partir de diferentes falantes, e para isso é necessário entendermos que esses falantes assumem posições no jogo discursivo e, são essas posições que trarão as significações e ressignificações. A fim de entender o método discursivo, iremos manifestar alguns dos conceitos da teoria da Análise de Discurso de linha francesa - que serão mais aprofundados nas partes destinadas à discussão teórica desse trabalho - que nos darão o apoio necessário para refletir a metodologia exposta aqui.

Para pensar então sobre o sujeito discursivo, um conceito imprescindível cunhado por Michel Pêcheux que traz uma fundamentação para a teoria da Análise de discurso e sua forma de analisar e pensar a língua. O sujeito aqui não é o sinônimo de indivíduo, não é o sujeito participante de pesquisa, não é o sujeito racional, cartesiano; aqui esse sujeito é uma posição assumida em um discurso, em uma formação discursiva que ao enunciar, faz suas palavras produzirem sentidos em um contexto sócio-histórico-ideológico. É importante salientarmos que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (Orlandi, 1999, p. 17).

A ideologia é entendida como um dispositivo que inscreve posições na historicidade fazendo um discurso significar para seu sujeito falante. “A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história.” (Orlandi, 2007, p.20). A ideologia é responsável por demarcar os pontos em que um discurso se inscreve e passa a fazer sentido; as condições em que um sujeito é interpelado estabelecem posições que são postas em jogo no processo da significação. Assim, mesmo o analista do discurso não está isento de ideologia, mas está posto no jogo de significação assim como sua análise.

Assim, para pensar no jogo de significação que está em constante movimento no trabalho do analista, trazemos aqui a metáfora do pêndulo, para materializar a conceituação de deslocamento dita aqui. O método em Análise de Discurso é conhecido e estudado no que chamam de a metáfora do pêndulo, movimentos de teoria e análise que se entrelaçam e se deslocam continuamente dentro de um texto, em que “[...] reporta ao vai e vem incessante entre discursos, o próprio do trabalho do analista” (Rasia, 2014).

Aqui pudemos ver um panorama do funcionamento metodológico da Análise do Discurso seguido de sua adequação ao objeto de estudo. Relacionado com a seleção e escolha de um *corpus* de análise e interpretação temos o objetivo de investigar e compreender como um objeto simbólico produz sentidos para e dentro da AD. Adentramos na escolha de recortes, já que a teoria acredita na incompletude de sentidos, não podemos dar conta de toda interpretação e todo o sentido. Sendo assim, feita a seleção das materialidades para a interpretação, buscamos nos focar em pontos específicos para ter um olhar diferente e produzir gestos de análises linguístico-discursivas. Nosso objeto de análise é recortado a partir do movimento da Primavera Feminista e dos discursos produzidos nas redes digitais a partir dessa tomada de sentidos pelo movimento feminista atualmente.

Nossa proposta se fundamenta em analisar o acontecimento da Primavera Feminista em 2015 e, como se reverberou no ciberespaço através das *hashtags* (#) produzindo sentidos sobre o movimento feminista e o sujeito mulher. Para isso, inicialmente buscamos estudar três *hashtags* retiradas de redes digitais, com enfoque nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* para compreender como se dá essa disseminação dos movimentos feministas e quais seus efeitos nos dias de hoje para o sujeito mulher. Com esse *corpus* inscrito, “[...] a partir das marcas linguísticas que se sobressaem, configurando as pistas para a análise, é que começarão a delinear o caminho que levará o analista ao processo discursivo, possibilitando-lhe explicar o funcionamento do discurso” (Lagazzi, 1988, p.61).

Na escolha dos objetos de estudo, as *hashtags* produzidas que acompanham posts nas redes sociais para difundir conteúdos e conhecimentos foram previamente selecionadas, deixando uma abertura para futuras outras que aparecerem no percurso do projeto. A delimitação inicial, de certa forma, constitui parte da interpretação, lembrando que o trabalho do analista não é neutro. Nossa escolha utilizou-se de alguns critérios como: um número considerável (não específico, mas que tivesse material para analisarmos) de publicações em cada *hashtag* e que estivessem ligadas de alguma forma com os objetivos. Assim, #primaverafeminista nos servirá de entendimento para o movimento homônimo; #nemumaamenos, encontramos relações com a violência contra a mulher; e #lutecomoumagarota abre possibilidades de interpretação linguística e desconstruções sobre o sujeito mulher e pensar na categoria “ser mulher”.

Para entender como se deu essa constituição que levou ao nomeado da Primavera Feminista e seus ramalhetes que se estenderam e buscaram produzir sentidos através do universo digital, é necessário um trabalho de investigação e entendimento teórico sobre os

movimentos feministas e a construção do que seria um sujeito mulher, um sujeito que ainda precisa lutar por seus direitos e contra violências. É preciso “[...] olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação [que] tem a ver com um sentido que se produz no efêmero, no agora. É esse modo de existência dos discursos que se impõe ao pensarmos sua constituição” (Dias, 2018, p. 29).

Sendo assim, em primeira instância, buscamos estudar e entender os movimentos feministas, sua historicidade e efeitos sociais que ecoam desde meados do século XIX até os dias de hoje. Com esse perpassar histórico entraremos em nossa sociedade atual banhada pelo digital e as desenvolturas do ciberespaço e, assim, também intentamos estudar como se dá a militância feminista nas redes e qual sua importância dentro das demandas do movimento feminista (nesta parte nosso foco será em entender o combate à violência contra a mulher nas redes); e para pensar nessas demandas que o feminismo traz para as mulheres de hoje, entendemos que o gênero é uma construção social, então compreenderemos como essa construção produz efeitos para um sujeito mulher que sofre violência apenas por ser mulher.

Após esse apanhado teórico, aportado pelos conceitos de sujeito, discurso, memória discursiva e ideologia da Análise de Discurso, buscamos analisar as materialidades produzidas por esse momento da tecnologia digital que produz sentidos a partir dos movimentos feministas e (possivelmente) se concretizou com a chamada Primavera Feminista, que continua surtindo efeitos cada vez mais fortes dentro e fora das redes. Sendo assim, nossa pesquisa tem como tema os efeitos dos movimentos feministas representados pela Primavera Feminista na desconstrução da violência contra o sujeito mulher, visando contribuir com o meio científico e acadêmico trazendo questões sociais pertinentes à conjuntura em que vivemos; estudar a teoria da Análise de Discurso como campo do conhecimento no entremeio das áreas de Humanas e Sociais; e contribuir no campo dos estudos feministas com mais materiais sobre este movimento e mais investigações que possam ajudar a combater (ou criar indagações a respeito de) a violência contra o sujeito mulher.

Pensar o nosso *corpus* foi perceber que através do recorte aqui presente, trazemos sujeitos mulheres em sua maioria brancas, atuantes nos movimentos feministas das ruas e das redes, não excluindo a ideia de movimentos outros que se mostram tão necessários e produzem sentidos e significações para sujeitos dentro e fora dessa conjuntura do afeto dos movimentos feministas.

Em nosso percurso metodológico, na busca de materiais analíticos que comporiam nosso *corpus*, o caminho não foi linear, ao que se espera utilizando a AD, nos levou a uma produção de sentidos de pesquisa surpreendentes comparado aos quais nos intentamos desde o início com o projeto de pesquisa. Podemos analisar esse movimento já de início olhando como se dá a jornada do analista diante do atravessamento que a Análise de Discurso tem sobre nós. Dessa forma, dedicaremos algumas palavras para retomar e inscrever o percurso metodológico da escolha dos materiais.

No período que antecipou a prova de ingresso, ainda de estudos e realização do projeto de mestrado, fomos pensando em como poderíamos construir e materializar a ideia que tínhamos de trabalhar com a violência contra a mulher juntamente com os movimentos feministas. Assim, após delimitarmos um recorte teórico para analisarmos foi necessário pensar nas materialidades, nos resquícios deixados por esse *corpus* teórico que pudesse-nos ser coerente e desafiador ao ponto de questionarmos as obviedades dos discursos.

Iniciamos a busca pelas duas redes sociais demarcadas – *Facebook* e *Instagram* – mas decidimos por delimitar apenas pelo *Instagram*, pois foi o local em que encontramos maior número de material e de outras *hashtags* que poderiam ser úteis e ainda complementar o trabalho em um segundo momento, além de o *Facebook* se mostrar muito ausente em relação à militância em rede que o projeto visa comparado ao *Instagram*. Optamos por não ultrapassar o número de três *hashtags* para fazer um panorama entre feminismo, violência e resistência a partir de análises pensadas na concepção inicial do trabalho. Assim, mantemos a três que já mencionamos mais acima. Outra escolha em relação às imagens foi nos atentarmos à ética e aos direitos de imagem e divulgação de nomes. Foram colocadas tarjas nos olhos das pessoas nas fotos e apagamentos dos nomes pessoais e de usuários para não expor indevidamente ninguém e apenas utilizar o material discursivo para nossas análises.

Reduzindo o espaço de busca, utilizamos o buscador da rede social para encontrar posts contendo as *hashtags* ou na descrição da publicação ou nos comentários, de modo que não faria diferença, pois os dois jeitos fariam a imagem aparecer na grade. Antes de a pesquisa ser aprovada nos concentramos em olhar os posts “recentes” para ter uma base do que poderíamos trabalhar e se poderíamos analisar possíveis sentidos com os posts que estávamos encontrando. Neste primeiro momento então selecionamos um número aproximado de vinte imagens e deixamo-las guardadas recortadas em uma pasta a parte.

Figura 1 – “Recentes”

Fonte: Filtro de busca do *Instagram*

Em um segundo momento, após já estarmos inseridas no programa da pós-graduação, iniciamos uma nova busca, dessa vez priorizando a parte de “mais relevantes” em que poderíamos fazer uma análise inicial das publicações que estavam aparecendo com mais frequência pelos usuários. Dessa segunda busca, adicionamos por volta de mais doze imagens que encontramos no primeiro semestre de estudos no programa e, em uma terceira garimpagem adicionamos mais oito imagens para pensar em quais seriam selecionadas para as análises finais do trabalho. Para além das imagens, os discursos que elas inscrevem e a rede de filiações de sentidos que marcam são tomadas no âmbito da resistência dos movimentos feministas e da violência contra a mulher.

Figura 2 – “Mais relevantes”

Fonte: Filtro de busca do *Instagram*

Devemos deixar explicitado que buscamos as três *hashtags* nos dois momentos de busca para que pudéssemos não esgotar (já que da parte da AD temos que pensar a incompletude como constitutiva dos processos tanto teóricos quanto metodológicos), mas ter uma ilusória certificação de que teríamos materiais que seriam pertinentes para pensar todos os pontos teóricos e amarrar as pontas que a ciência demanda serem tecidas sem brechas. Esse momento foi feito no segundo semestre de estudos.

Ao todo tínhamos quarenta imagens reservadas para uma posterior seleção e delimitação. Priorizamos imagens com dizeres em língua portuguesa, mas selecionamos alguns em espanhol e em inglês que nos dão um panorama interessante de se pensar a discursividade um pouco mais geral em relação às violências e resistências ao qual elas são atribuídas. Os outros cortes foram em consideração de falas repetidas e/ou produção de gestos de interpretações muito semelhantes, buscamos diversificar para compor nossa exploração teórica. E assim, decidimos inserir quatro imagens iniciais para pensar os quatro conceitos chave que estamos trabalhando aqui, marcando o entrelaçar da teoria com a análise.

Para a parte devidamente destinada às análises selecionamos quatro imagens para compor uma dissertação sobre a #primaverafeminista, três referentes à #lutecomoumagarota e mais três para #nemumaamenos. No capítulo quatro deste trabalho iremos conceituar e discutir mais a fundo sobre as *hashtags* que compõem esse material analítico. Por agora, iremos focar apenas em analisar discursivamente o elemento como um todo, as imagens e as

formulações que elas emanam e como podemos relacionar e analisar do ponto de vista da Análise de Discurso, para que ao mergulhar no restante do trabalho possamos tecer essa teia de enunciações, conceituações e gestos de interpretação ao qual intentamos neste mestrado.

A partir do que expomos sobre discurso, escolhemos dentre nosso selecionado corpus analítico a imagem abaixo, retirada da rede social *Instagram*, lugar onde escolhemos inicialmente e o que se mostrou mais rico para pensar e relacionar os materiais. A escolha da ordem das *hashtags* também foi pensada, de maneira que amarraremos a primeira para conciliar com a teoria que virá antes sobre os movimentos feministas e a Primavera Feminista, e em seguida, pensaremos esse funcionamento de um sujeito mulher atuando acerca do que se coloca como ser mulher, ou nesse caso a palavra “garota” seria o termo representante dessa discursividade. E para finalizar trataremos de discutir o as relações do movimento feminista e o que constitui o sujeito mulher em função da violência de gênero, nosso objeto final como já explicitado antes, de maneira que analisaremos os conceitos pensando nas imagens que remetem a esse pensar de que não queremos mais violência contra a mulher.

Este foi o percurso pensado para chegarmos até aqui, o desafio daqui para frente é pensar e debater toda a teoria com o *corpus* analítico e esperamos poder atingir nossos objetivos de refletir, questionar e direcionar interpretações para pensar as maneiras que esse assunto pode ser retomado e ainda assim apresentar novas significações e nos levar a direções que talvez não pensaríamos de início. Esse é o efeito que a AD nos proporciona, mudar o pensamento, questionar, contradizer, movimentar os sentidos e perceber que o que parecia óbvio e concreto na verdade pode ser destrinchado e jogado ao vento para que o analista capture os efeitos de sentidos que os discursos são capazes de produzir.

1.2 Bases teóricas da AD

Nesse tópico nos debruçaremos ao entendimento da parte teórica e dos conceitos bases para as reflexões e os gestos interpretativos que faremos mais adiante. Este primeiro capítulo será nosso chão e nosso Norte para pensar todo o restante de nosso trabalho. Como já exposto, com a Análise de Discurso não trabalharemos de maneira linear e estática ao dispormos os conceitos e as análises de nosso *corpus*, mas sim pelo movimento que a teoria faz em seus meios metodológicos, buscando maneiras de produzir sentidos a respeito de um (ou mais) objeto de análise.

O nosso trabalho é analisar discursivamente como funciona a posição sujeito mulher para os movimentos feministas, para a Primavera Feminista e para a inscrição histórica da violência de gênero que permeia todos esses elementos anteriores e, assim, interpretar como a inscrição desses elementos comparece na língua inscrita nas ruas e nas redes. Para tal, iremos mobilizados os conceitos de discurso, sujeito, ideologia e memória discursiva, pensando justamente em traçar uma linha teórica que se amarrará com o *corpus* de análise e nos permitirá interpretar esses objetos analíticos.

Sabemos por definição que a Análise de Discurso é uma disciplina de entremeio (Orlandi, 2002), mas isso não significa que ela pega vários conceitos e objetos e os joga todos em um liquidificador científico e nos fornece com uma interpretação única. Esta teoria vai trabalhar com o desenrolar da linguagem em função desse recorte, de como olhamos para ele de forma questionadora e se perguntar acerca de tudo em sua volta, observar principalmente a contradição. É de se questionar primeiramente o próprio recorte, sua escolha e aparecimento, o que nos chamou a atenção sobre ele e saber que ele foi escolhido, pois não damos conta do todo. É fundamental entendermos que estamos respaldados pela incompletude e ela é necessária, para a ciência e para a vida; sobre isso aprofundaremos mais adiante.

Com o recorte das sequências discursivas, questionamos quem fala sobre ele e que posição é falada. Questionamos também qual o aporte ideológico do falante faz significar sobre este recorte e, ainda, como determinadas memórias retomadas se tornam um novo discurso e a repetição ressignifica um novo sentido e produz um efeito, mas nunca só um ou todos os sentidos são possíveis. Não há uma somente ou todas as interpretações possíveis, é necessário costurar a teia de significados para o significante objeto de análise recortado de nossas vivências. É assim que a Análise de Discurso se insere na ciência e é dessa maneira que iremos utilizá-la, nesse vai e vem de significação, nessas ondas e ressacas que trazem os sentidos e capturam o assujeitamento ideológico para nossos propósitos.

Para Pêcheux (1995, p. 20) o propósito da teoria é questionar as evidências da língua e da história. A evidência ideológica pensada juntamente com a contradição é onde podemos ver o funcionamento da dialética e do fazer sentido para a Análise de Discurso. A contradição se coloca na teoria material dos sentidos, de maneira a pensar os processos de inscrição da linguagem como constitutivos, ou seja, ela é constitutiva, assim como a ruptura que, no funcionamento linguístico e histórico nos coloca a ponto de olhar a materialidade de forma a escancará-las e tornar constituinte de pensar o sentido.

A AD nasceu a partir do pensamento estrutural da sintaxe e enunciação Linguística pensada por Saussure, do atravessamento ideológico da luta de classes diante do materialismo histórico estudadas por Althusser que teve suas raízes em Marx. Foi dessa maneira que Michel Pêcheux nos presenteou com a Análise de Discurso francesa e nos colocou em vias de pensar o sujeito e sua posição de palavra e fala, de entender que discurso é movimento e na língua não há lugar para obviedades, que os sentidos e as significações se descolam e deslocam (Sousa, 2019).

Podemos, isso sim, dizer que a análise de discurso pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo. E os pressupõe na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como determinação história dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria psicanalítica do sujeito. É este o contexto teórico da análise de discurso, São essas as condições históricas do aparecimento da análise do discurso (Orlandi, 2010, p. 13).

Para compreender sobre as retomadas de Saussure par a constituição da AD como teoria Linguística, temos que “a linguagem não se condiciona a uma separação formal entre língua; vista como fato social, [...], com elementos de valor distintivo entre si e, por isso, passível de reflexão com base no sistema formal fechado cujos significados se encontram na própria relação distintiva e fala” (Lordes, 2014). Da mesma maneira podemos dizer de Authusser, que,

inserido em uma tradição marxista que buscava apreender o funcionamento da ideologia a partir de sua materialidade, ou seja, por meio das práticas e dos discursos dos AIE, via com bons olhos uma Linguística fundamentada sobre bases estruturalistas. Mas uma Linguística saussuriana, uma Linguística da língua, não seria suficiente; só uma teoria do discurso, concebido como o lugar teórico para o qual convergem componentes linguísticos e socioideológicos, poderia acolher esse projeto (Mussalim, 2009, p. 105).

É então com esses postulados, com as concepções teóricas que devemos pensar na linguagem como movimento, nos sentidos que são ora um ora outros, que não podem ser todos e não pode não ser nenhum. Podemos pensar em como a fluidez da significação e da interpretação flutuante é capturada ideologicamente e assim, apresenta seu sentido a partir de uma retomada histórica, de algo que esteve lá antes, mas não é óbvio, não é cristalino, é opaco e maleável. Segundo Pêcheux, a língua seria então uma base comum de processos discursivos,

“que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos.; [...] É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos [...]” (Pêcheux, 1995, p. 91, [grifos do autor]). A estrutura da língua não é fechada em si (Pêcheux, 1990, p. 79). Devemos entender que a contradição é o motor de funcionamento da história e da língua e, assim, a base fundadora para pensar a língua e o sujeito falante. A contradição ainda nos dá pistas de pensar os sentidos, ela é a que proporciona a divisão dos sentidos e dos sujeitos a partir de um atravessamento ideológico. O funcionamento da contradição, segundo Pêcheux (1995), nos permite analisar discursivamente os modos de inscrição dos sujeitos e sua historicidade a partir de uma conjuntura política e ideológica.

É por essas vias que desenvolvemos nosso trabalho, olhando para as significâncias do sujeito mulher que não é única, já que há muitos modos de ser mulher e de significar mulher, ora tem um sentido ora se inscreve em outro; e nos movimentos feministas, que são muitos, são plurais e são atravessados ideologicamente para se significar e se ressignificar; e ainda como a Primavera Feminista rememora e retoma os sentidos desses movimentos para as mulheres; para assim podermos olhar para a violência, como é constituída, a partir de qual memória, quais efeitos produz, quais sujeitos estão envolvidos e como a discursividade violenta é perpetuada cada vez mais em nossa sociedade (Pinto, 2010; Ribeiro, 2014b; Pateman, 1993). A noção de discurso cunhada por Pêcheux implica considerar que

é imperioso reconhecer que toda língua natural é também a condição da existência de universos discursivos não estabilizados logicamente, próprios ao espaço sóciohistórico dos rituais ideológicos, discursivos filosóficos, enunciados políticos, expressão cultural e estética (...) nos quais a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável” (Pêcheux, 1998, p. 50).

Devemos assumir em Pêcheux (1997a) que o discurso está atrelado à exterioridade e é por ela determinado, assim, não podemos pensar em analisar o discurso como fazemos com um texto ou com uma estrutura linguística considerada fechada. É muito mais, é olhar para um exterior sociológico em que sua constituição está atrelada às relações de força e de poder que assim são manifestadas pelas relações de sentidos contidas nos discursos. “O processo de analisar um discurso consiste em desvelar a estrutura invisível que determina sua produção” (Narvaz, Nardi, & Morales, 2006). Assim, o olhar para fora da constituição do discurso é quando analisamos suas condições de produção. Não é possível desvincular um discurso das condições ideológicas, sócio e históricas em que está inserido ou sendo retomado a um

propósito. Pêcheux nos rememora a conceituação de Marx e nos coloca que para pensarmos uma análise discursiva é preciso considerar as estruturas que foram cunhadas determinado discurso. E dessa maneira,

[...] dado um Estado dominante das condições de produção do discurso, a ele corresponde um processo de produção dominante que se pode colocar em evidência pela confrontação das diferentes superfícies discursivas provenientes desse mesmo Estado dominante (Pêcheux, 1997a, p. 104).

É imprescindível que, ao analisarmos um discurso, tenhamos bem explícito que não há um discurso sem sujeito e pela mesma via não há um sujeito sem ideologia, para a língua fazer sentido é necessário que o sujeito seja interpelado pela ideologia e assim produzir efeitos de sentidos (Pêcheux, 1995). Para ilustrar, os discursos encontrados nos movimentos feministas sejam nas ruas ou nas redes não são desprovidos de ideologia. Eles inscrevem uma carga sócio-histórica que remetem e reproduzem sentidos ao longo de sua historicidade e ainda produzem novos a partir das condições de produção em que estão inseridos.

Então um discurso feminista proferido nas ruas tem uma maneira de inscrição significativa que produz efeitos de sentidos nos sujeitos mulheres e para os sujeitos mulheres. Da mesma maneira que seu funcionamento nas redes digitais, comportam outra teia de significação a partir das condições em que está atrelada e da mesma forma os sujeitos ao quais serão interpelados por esses determinados discursos ideológicos. Pensar em como a ideologia atrelada à língua significa e ressignifica a todo o momento nos coloca em pé de discutir estas relações e entender o que parece óbvio, mas se contradiz e revira os sentidos partindo de sua conjuntura ideológica.

“Nos estudos discursivos [...] procura-se compreender a língua, não só como uma estrutura, mas sobre tudo como acontecimento” (Orlandi, 1999a) e dessa maneira entendemos que para a produção dos sentidos é preciso olhar a língua como materialidade e que atravessada pela ideologia essa materialidade é o discurso, e enquanto essa materialidade em que o discurso se manifesta é a língua, assumimos a relação “língua-discurso-ideologia” (Orlandi, 1999a).

É através dessa relação que buscamos significar os processos discursivos intrincados na produção de sentidos dos dizeres dos movimentos feministas (das ruas e das redes) e no dizeres de contraponto que evidenciam a violência contra a mulher. Quando então nos debruçamos sobre uma materialidade analítico-discursiva estamos corroborando com as

noções de língua que nos dizem que ela não está dada, que os sentidos não estão postos inatamente, mas que a destituição de obviedade da língua nos permite inferir gestos de interpretações ao analisarmos o discurso ante sua posição histórica e ideológica e assim as imbricações através da movimentação dos sentidos.

O mundo é coberto de signos que é preciso decifrar, e estes signos, que revelam semelhanças e afinidades, não passam, eles próprios, de formas da similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e, sem ela, permaneceria palavra muda, adormecida nas coisas. (Foucault, 2008, p. 44).

Ao pensarmos os gestos de interpretação nos recortes discursivos, buscamos completar os vazios que a língua nos deixa, mesmo assumindo a incompletude do ser e do analisar. Assim, retomando uma parte metodológica, lidamos o tempo todo com essa movimentação não só do *corpus* analítico, mas também do analista e sua posição ao se inquietar com um discurso. Então, o lugar do analista é movediço, é junto um espaço de deslocamento de sujeito para analisar, interpretar e buscar sentidos, não apenas um, mas os possíveis (e não todos) dentro ao que concerne às condições de produção ali inscritas (Sousa, 2014).

Dito tudo isto, entendemos que a língua na injunção com a história é marcada pela multiplicidade de sentidos e, dessa forma, faz-se constitutivamente polissêmica e marcada pela incompletude (Orlandi, 1984). O objeto de análise para a AD é o texto e deste texto é extraído pelo analista o recorte, e nele é o lugar onde o discurso é constituído e o ponto em que o analista realiza sua empreitada (Bastos, 2018). Nesses termos, o texto é a materialidade, a representação física da linguagem, o material bruto a ser lapidado e interpretado pelo sujeito analista (Bastos, 2018).

Em sua essência, o discurso é antes pensado a partir de outros, é coisa opaca e nebulosa, é o não óbvio que se fantasia de óbvio, de concreto, de massa sólida, mas que na verdade é movimento, é onda e plasticidade, é “marcado pela tensão entre o mesmo e o diferente, no qual temos as contradições e o já-la interferindo na sua constituição o tempo todo” (Bastos, 2018, p. 38). Pensando isso, vamos nos voltar agora para um de nossos objetos de análise em que poderemos ter uma visão melhor de como o discurso apresenta toda essa movimentação e contradição constitutivas de pensar o funcionamento da língua em sua estrutura conjunta com a História.

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, de uma distribuição de funções e de papéis (Foucault, 2008, p. 112).

A imagem abaixo foi retirada da rede social *Instagram* e faz parte de nosso *corpus* de análises. Utilizaremos ela de início para complementar a teorização sobre os conceitos da AD necessários para construirmos a discursividade deste trabalho. Abaixo, podemos ver a publicação de um sujeito mulher com uma inscrição na pele e uma expressão de choro em um espaço aberto com outras pessoas em volta. Aqui vemos uma primeira representação dos discursos de movimentos feministas movimentando-se das ruas para as redes em uma forma de inscrição conjunta para criar uma significação. Mas deixaremos esse ponto dos discursos digitais para serem aprofundados mais para frente.

Figura 3 – Voz

Fonte: *Instagram* <https://www.instagram.com/p/Bu7Bj2Hhd32/>

A inscrição “voz” no sujeito mulher dessa imagem nos rememora a um discurso de luta de direitos dos movimentos feministas que clamam pela voz da mulher na sociedade. Uma voz silenciada a partir de determinações sociais vindas de uma sociedade patriarcal e machista que inferioriza e submete a mulher a uma posição inscrita em uma memória sobre gênero que muitas vezes não as permite falar ou fazer determinadas ações.

Não podemos deixar de olhar para essa inscrição “voz” posicionada na garganta de um sujeito mulher, como o corpo marca essa significação de onde a voz sai e de onde ela é calada seja verbalmente ou por agressões físicas que concerne com as violências contra a mulher. Esse corpo inscrito nas ruas, marcando o lugar da voz roubada e da do lugar do grito vem ampliar essa significação através do *post* na rede, através da movimentação de significâncias sobre a violência e ao mesmo tempo sobre a resistência, marcando assim o jogo das contradições inscrito no corpo e na voz do sujeito mulher.

Inscribe-se, nesse dizer, o silenciamento da voz feminina, Méndez (2007) nos explica que durante o começo do século XX, a luta das mulheres por uma participação ativa e igual na sociedade, buscava pela afirmação dos direitos civis e, assim, houve profunda resistência na imprensa, que se encarregou de propagar um discurso conservador [e majoritariamente masculino], que reafirmava o “espaço doméstico” como ambiente natural da mulher. Assim sendo, nas primeiras décadas do século XX, observa-se aos esforços do feminismo liberal³ em afirmar os direitos civis das mulheres. Igualmente importante foi a contribuição das mulheres anarquistas⁴, organizadas em associações e sindicatos, para a emancipação no mundo do trabalho e a afirmação dos direitos das trabalhadoras (Méndez, 2007).

É justamente neste espaço em que *a repetição não é a reprodução do mesmo* (*op. cit.* [PÊCHEUX, 1982b, p.115]), que retomo as questões [...], em que a língua funciona como um *campo de forças*, pela própria apreensão/repreensão da palavra [...] e suas relações com discursividades

³ Por feminismo liberal tomamos de definição que: “O feminismo liberal manifesta-se através de valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia e pelo combate à ‘discriminação’” (Álvares, 2006).

⁴ Entendemos como um feminismo anarquista o movimento para “além do político, [que] defendem o direito à educação e falam em dominação masculina, abordam temas que para a época eram delicados, como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio. [...] “o menos comportado dos feminismos”, que se manifesta especificamente no movimento anarquista e no Partido Comunista, tendo como expoente Maria Lacerda de Moura” (Otto, 2004).

morais-jurídicas-religiosas aliada a um ‘novo uso’, já que agora também nomeia um sujeito político-militante (Chaves, 2015, p.34 [grifos do autor]).

Outra via que podemos analisar é também a dos discursos feministas reverberando nesta imagem. Observamos que ao sair às ruas e clamar por seus direitos, o sujeito mulher militante nos movimentos relembram de séculos de opressão e apagamento da voz feminina em diversos âmbitos como na vida profissional, na educação, na vida social pública etc. A negação de uma voz que clamaria por escolhas é institucionalizada pela família, pelo Estado e pela sociedade que reafirma a inferioridade da mulher e não dá escolha de um estilo de vida: do lar, mãe e esposa. Não nos esqueçamos do recorte de raça e classe, pois essas condições referem a mulheres brancas. Às mulheres negras a negação de escolhas existiu em uma esfera diferente e mais violenta, já que deveriam trabalhar para sustentar a família, isto numa conjuntura de liberdade. Durante a escravidão era do lar da Casa Grande, era mãe de criação dos filhos da patroa.

No âmbito da violência contra o sujeito mulher, a discursividade de uma voz roubada é colocada quando, por exemplo, uma vítima de estupro passa ser a culpada por sua própria violência. Quando questionada das roupas que estava usando, do lugar e hora que estava e se estava acompanhada ou não, é silenciada e acusada de provocar a própria violência. Dentro das casas das famílias brasileiras é o local onde mais acontece violência contra a mulher, agressões e feminicídios.

Em 2019, um estudo mostrou que mais de 41% das agressões ocorrem dentro das casas inferidas pelo parceiro ou familiares das vítimas mulheres⁵. É um fato assustador que cresceu nos últimos meses em que houve o isolamento social, na qual as famílias que puderam ficar em casa para lutar contra a disseminação do vírus Covid-19, tiveram as mulheres presas em casa junto a seus agressores e, assim, sofrendo ainda mais esse silenciamento, onde protegido por quatro paredes o sujeito da violência contra a mulher não era revelado e muito menos punido⁶. Só no Estado de São Paulo, o aumento dessa violência

⁵ Dados da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em 2019. Recuperado de: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-2019>>.

⁶ Deixamos aqui este vídeo que circulou nas redes sociais no mês de maio de 2020 para ajudar mulheres que estavam sofrendo violência dentro de suas casas por seus maridos e familiares. No vídeo, várias mulheres seguram cartazes com falas que perguntam se a mulher está vivendo com o agressor e apresentam diversos números de emergência, sites e outros telefones em que elas podem pedir ajuda e assim recuperar a voz e a liberdade roubadas. Um fato interessante é que o vídeo não possui som, e isso fica claro no primeiro cartaz que diz “este vídeo é sem som para sua segurança”

deu-se em 44,6% durante as medidas preventivas contra a pandemia do vírus citado (Agência..., 2020).

Dessa maneira, a crescente dos dados nos mostram que, como já era sabido, mas ainda permanece sem muitas soluções, as agressões e mortes de mulheres no Brasil acontecem dentro de casa ou por familiares, de modo que essa violência retoma discursos patriarcais de propriedade da mulher perante o marido, pai ou outra figura familiar masculina. Ainda, podemos interpretar que essas evidências de violências ocorrem pelos discursos de uma mulher inferiorizada e submetida ao lar, às vontades da família, onde mesmo em nossa atualidade, durante o isolamento social é esse sujeito mulher que tem que cozinhar, limpar, e cuidar dos filhos em tempo integral.

É possível também olharmos para as *hashtags* contidas nas imagens em que cinco delas (#8m; #8mcuritiba; #8mcwb; #internationalwomensday; #diainternacionaldamulher) remetem ao Dia Internacional da Mulher e como a inscrição de um dia dedicado para as mulheres é muitas vezes apagado o seu real sentido, o das lutas dos movimentos feministas. O dia 8 de março nos dias de hoje é lembrado em um funcionamento em que muitas vezes dar flores e chocolates para as mulheres é o único sentido interpretado, mas há ainda o discurso por trás, apagado por anos, aquele que remete a todas as mulheres que morreram neste dia para que alguns poucos direitos fossem conquistados e mulheres pudessem ter um pouco mais de autonomia.

Essa data simboliza um estopim dos movimentos feministas em várias partes do mundo, em que a luta se iniciou de maneira a pensar que a conquista de direitos mudaria a condição das mulheres na sociedade, que a inferioridade de trabalhadoras mulheres, com salários mais baixos que o dos homens era somente um dos pontos reivindicados nessa movimentação das mulheres da época. Os movimentos feministas se iniciaram pela busca de direitos igualitários, mas era pautado que “o direito ao voto não alteraria a condição feminina se a mulher não modificasse sua própria consciência” (Blay, 2001). Seria necessária uma união de mulheres para fazer acontecer de fato uma conquista de igualdade e liberdade.

convidando às mulheres que estão utilizando a rede social naquele momento a assistir sem perigo de seus agressores ouvirem e impedirem as denúncias. É possível encontrar o vídeo em: <<https://www.facebook.com/100009677119992/videos/1132052150460678/>> Acesso em: 08 maio 2020. Podemos analisar ainda as maneiras que o movimento feminista trabalha em prol de recuperar a voz das mulheres, em que em ironia todas caladas podem ajudar a salvar vidas femininas de mais morte e violência.

É aqui que vemos o funcionamento da contradição, do silenciamento, do apagamento da voz que está inscrito em um momento em que muitas gritaram por suas vidas nos dias de sufrágio. E assim vemos a repetição, um discurso inscrito no já-lá histórico que altera de sentidos e contradiz com a obviedade da fala, ou do silêncio feminino. “[...] assim, tal discurso remete a outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele, ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos” (Pêcheux, 1997a, p. 76). Posto isso, é necessário não só pensarmos nas possibilidades de interpretação de um discurso, mas ainda no funcionamento do sujeito discursivo, do falante atravessado ideologicamente que inscreve uma posição em determinada conjuntura, assim se fazendo significar. Para a Análise do Discurso, o sujeito é uma posição de fala, é a inscrição do indivíduo em uma determinada conjuntura ideológica para significar, para produzir sentidos (Orlandi, 1999a).

É exatamente no ponto da repetição que os acontecimentos discursivos se inscrevem na historicidade e passam a carregar novos sentidos e permitem ao analista do discurso escavar e lapidar os processos de significância a partir de um sentido anterior e assim, produzir novos gestos de interpretação para que a língua, o discurso, o sujeito e as relações históricas façam sentido nessa conjuntura. Nas palavras de Pêcheux, conceituamos a memória discursiva como:

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos e etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1995, p. 52).

Para falar deste conceito de memória discursiva, que aqui nos ajudará a amarrar nossa base teórica para darmos prosseguimento aos nossos gestos de interpretação de nosso *corpus*, continuando mobilizando a Análise de Discurso para entendermos o funcionamento dessas movimentações feministas nas ruas e nas redes e como se dá a inscrição do sujeito mulher a partir de uma sociedade que reproduz discursos violentos. Memória aqui não é concebida como uma esfera plena, cujas suas bordas transcendem as barreiras históricas, e o conteúdo se faz de maneira homogênea (Pêcheux, 1999). Não. Memória no espaço analítico discursivo nos diz de um lugar com movimento, um lugar de deslocamentos e retomadas de sentidos, “[...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999, p. 56). Nessa memória vemos funcionando todas as contradições, todos os espaços enevoados que parecem ser óbvios, parecem dizer de tal lugar e tal sujeito, mas em seu cerne há muito mais para destrinchar e descobrir.

Assumimos então que a memória é feita de esquecimentos (Orlandi, 1999a) amparados pelos deslocamentos da língua, podendo pensar na relação desses discursos através dos sujeitos inscritos na historicidade. A interpelação do indivíduo pela ideologia o faz sujeito para a Análise de Discurso. O indivíduo apenas se constitui como sujeito se é submetido à língua e assim se inscreve na história para significar (Orlandi, 1999b). É nessa instância que aqui para nós se manifesta o conceito de sujeito, a subjetividade presente nos discursos se dá por meio da história e do mecanismo ideológico das formações discursivas (Orlandi, 1999b).

O sujeito pode sofrer determinações vinda de um ‘outro’ (uma formação discursiva) ou de um ‘outro’ (o inconsciente). Em outras palavras, o sujeito não é visto como fonte dos sentidos de suas palavras. Ao enunciar faz uma espécie de inscrição em determinada formação discursiva; retoma vozes, outros discursos (Navarro, 2008, p. 128).

Para a AD, é sabido que o sujeito pode assumir posições de acordo com sua inscrição ideológica e discursiva, provocando deslocamentos de sentido e significação proporcionando-nos um gesto de interpretação. O discurso é possibilitado de trazer novos sentidos quando se pensa na posição que ele assume diante de vozes inscritas numa determinada formação histórica. Assim, para Pêcheux (1995, p. 160):

As palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (grifos do autor).

O conceito de sujeito discursivo para a AD é ponto chave de pensar a teoria de entremeio. O que formulou este pensamento foi justamente essa sacada de Pêcheux ao olhar para as constituições Linguísticas, Marxistas e Psicanalíticas, a constituição do sujeito discursivo faz significar o que conhecemos da Análise de Discurso hoje. Não seria possível pensar essa via francesa da teoria sem as considerações sobre uma interpelação ideológica do indivíduo em sujeito do discurso. Esse é o conceito que entrelaça outros e, assim sendo, permite uma ponte para nos servir de travessia teórica até o corpus para fomentar gestos de interpretação que sinalizem os movimentos, efeitos e sentidos em relação com outros conceitos para pensar o Discurso (Patti, 2012, p. 18). Assim, só é possível pensar um objeto

analítico analisando quem fala, de onde fala e como fala sobre determinada enunciação para que possamos pegar os rastros deixados e capturar as interpretações possíveis àquele discurso.

O sujeito do discurso, assim, tem uma materialidade linguística, e, portanto, é fruto de um entremeio entre movimentos metafóricos e metonímicos, paráfrase e polissemia, ele significa e é significado em determinadas condições pelo viés do interdiscurso, que sustenta seu dizer. Ele não é quantificável ou normatizável, mas é inscrito na/pela memória discursiva, que, por sua vez, está inscrita nas formações discursivas, que são inscritas nas formações sociais, e que se constituem nas injunções ideológicas (Patti, 2012, p. 19).

Para a AD de Pêcheux, pensar o sujeito é determinar as maneiras de inscrição do sujeito em determinada conjuntura ideológica. Olhando para nosso trabalho, pensar o sujeito nessas condições não é pensar a Karen, mestrande deste projeto, ou Lucília como orientadora do percurso, mas num âmbito ideológico, o sujeito mulher por trás da identidade material e física que as constitui. Pensar o sujeito mulher é pensar a mãe, a trabalhadora, a esposa, a escravizada, a silenciada, a torturada, o sujeito vítima de violência de gênero, a lésbica, a inscrição histórica e ideológica ao qual o indivíduo é assujeitado.

Para além, Pêcheux (1995, p. 163) nos coloca que “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”. Este “esquecimento” foi cunhado pelo pensador de maneira que pudéssemos entender a construção do sujeito inconsciente diante do assujeitamento ideológico ao enunciar um discurso pautado sócio-historicamente. Este conceito é pensado da seguinte maneira: devemos olhar para esse esquecimento como um apagamento ideológico socialmente. Aqui entendemos que há uma repetição no discurso, o “já-lá” da linguagem, para o sujeito remeter a uma fala anterior. É a partir da repetição que encontramos os efeitos de sentidos no discurso.

Conceituando esta questão dos esquecimentos, Pêcheux pensou dois caminhos: o *esquecimento número um* e o *esquecimento número dois*. Ele se utiliza dessas analogias para nos ajudar a entender esta relação indissociável entre a língua, o sujeito e a conjuntura sócio-histórico-ideológica. Em suas obras, o fundador da teoria nos apresenta primeiro o esquecimento n. 2, o da ordem da enunciação (Pêcheux 1995), onde nos diz que quando o sujeito fala ele tem a ilusão de escolher as palavras “certas” e mais adequadas para serem usadas naquele momento, a ilusão de que é literal e absoluto em seus sentidos, se fixa na ideia de que promove o literal sentido para as palavras e que possui o controle deste sentido (Patti, 2012, p. 19).

A retomada de sentidos que escapa à significação do sujeito que está representado pelo esquecimento número 1 nos diz de um funcionamento banhado pelo bloqueio, aquele que escapa ao inconsciente da origem dos sentidos e da ilusão de dizer o que diz pela primeira e única vez. Aqui que vemos esse funcionar do sujeito histórico, o qual ao ser atravessado ideologicamente nos mostra a inscrição na historicidade social de um dizer anterior, retomado, reproduzido e ressignificado. Ao se voltar para o esquecimento n. 1, Pêcheux (1995) nos interpela pela via ideológica, onde “o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”. Aqui, o sujeito acredita ser a fonte original de suas palavras, que seus dizeres foram cunhados por ele e somente assim, não há consideração de que algo ou alguém já enunciou tais dizeres em outro momento anterior. Mas a ilusão nos interpela justamente aí, como por definição de Discurso, há sempre um dizer anterior, um sentido descolado daquele ao qual está se (re)significando. Dessa maneira, o sujeito apenas acredita ser o primeiro e dono de seu discurso, sendo atravessado ideologicamente por esse pensamento e se colocando como politicamente soberano do dizer.

O que podemos inferir é que o descolar e o deslocar de sentidos e os efeitos produzidos por um dizer são o que dão forma à constituição do sujeito enunciador. São as possibilidades de silenciar o que não é dito pela escolha que o sujeito acha consciente que faz movimentar essa gama de significações e ilusionar, mas de fato ele é um sujeito ideológico. Mas como a Análise de Discurso é uma teoria humana, que acolhe as falhas na constituição do sujeito, é óbvio e, aqui fazendo o jogo da contradição em nossa própria escrita, que esses esquecimentos do sujeito estariam sendo parte primordial para pensar o discurso. Se o sujeito não “esquecer” de que não é o dono de sua fala e não tiver a ilusão de que está sendo totalmente claro ao enunciar, não seria a AD e não poderíamos pensar na movimentação dos sentidos e nos efeitos produzidos por e para os sujeitos que falam em seus discursos.

O lugar de acolhimento do ser humano e onde as coisas se efetivam como significantes e podem, por isso, possibilitar jogo, intercâmbio e trocas, é na linguagem, que é furada, pois é com o consentimento da entrada dela e nela, que se constituem os sujeitos que, por seu turno, fazem história (Patti, 2012, p. 21).

O sujeito do discurso é a chave principal para pensar esta teoria que tanto representa as conjunturas sociais e políticas ocidentais desde sua criação até hoje, produzindo e reproduzindo efeitos de sentidos entre seus interlocutores (Orlandi, 1999a). Os entremeios discursivos em que a AD foi pensada nos diz de como a inserção de um sujeito, não

indivíduo, não o da identidade, mas político e ideológico é capaz de fazer significar os discursos que para outras teorias, como as que vão para um lado mais descritivo e prático.

Para a AD, este sujeito não é passível de ser quantificado ou normatizado (Bastos, 2018). Seu processo de constituição é a partir de sua inscrição ideológica, não isento de contradição. Podemos pensar em contradições pela via constitutiva do sujeito em que desloca os sentidos e se inscreve em outra determinação ideológica. Quando pensamos em um sujeito mulher no Brasil hoje, estamos aqui relacionando este sujeito militante e ligado de alguma forma com os movimentos feministas, mas podemos encontrar algo da ordem do não óbvio quando em 2018 assistimos a esse sujeito mulher representar e defender uma ideologia autoritária partidária de um candidato à presidência que fez muitas apologias à violência de gênero e violência contra a mulher. A ordem de pensar que seria óbvio e absoluto que nenhum sujeito mulher poderia concordar e reafirmar determinados discursos é contraposta quando vemos os sujeitos assujeitados ideologicamente votarem e apoiarem determinado sujeito candidato presidente.

É nesse ponto que podemos observar o funcionamento da contradição, onde sujeitos atravessados por uma ideologia ressignificando novos modos de fazer sentidos dentro de condições de produção que trazem tanto a resistência como a violência de determinados discursos postos no jogo da luta de classes. Dessa maneira, como nos coloca Orlandi (1999a, p. 50) temos o sujeito que é livre e submisso ao mesmo tempo devido à sujeição da língua e da contradição. Este sujeito é livre, contanto que se submeta à língua para significar, esta é a condição do assujeitamento.

Para a constituição dos sentidos, um dos processos na teoria é o qual viemos nesse percurso explicitando sobre o assujeitamento e como é constituído o sujeito a partir do indivíduo inscrito em uma conjuntura ideológica, através do que Pêcheux conceitua como a interpelação. É nesse caminho que ao ser interpelado, capturado ideologicamente é que o indivíduo passa a ser sujeito, passa pelo processo do significante e, assim, é arrematado na interpelação-identificação (Pêcheux, 1995).

O processo de assujeitamento é algo pré-construído (Pêcheux, 1995), onde não está à parte da cultura, da linguagem e das relações sócio-históricas do indivíduo. É no jogo da repetição em que a inscrição do indivíduo em sujeito se vê capturada ideologicamente e assim assume um posicionamento inconsciente e se insere no funcionamento das ilusões do dizer (Pêcheux, 1995). Aqui consideramos os estudos sociológicos e tecnológicos informacionais que nos apresentam os conceitos das bolhas digitais em que os usuários recebem uma chuva

de conteúdo baseado em seu círculo de amigos e conhecidos e sobre quais os assuntos mais procurados dentro daquela bolha. Podemos ter um exemplo ao citar a candidatura de Ciro Gomes nas eleições para presidente de 2018. Dentro de muitas bolhas ele parecia um candidato que disputaria em liderança até o segundo turno, mas ao analisar-se pesquisas e a quantidade de votos computados ao final do segundo turno revelou-se que teve apenas uma pequena parcela dos votos. Ou seja, os usuários que viam muito em seus *feeds* de notícia campanhas sobre Ciro não perceberam que estavam envolvidos por sua bolha social e que no “mundo lá fora” a realidade sobre sua popularidade era bem diferente (Ferrari, 2018; Silva, 2018; Karczeski, 2018).

De início é necessário entender que os movimentos sociais que atuam nas ruas e nas redes apresentam uma inscrição mútua, em que não há um desvinculado do outro, ou a necessidade de um acontecer para que o outro aconteça, essa troca é uma retroalimentação social permitida por essa inscrição digital na qual a militância abre um novo espaço para se (re)significar (Dias, 2018). Por exemplo, a imagem que está abaixo não seria uma militância possível nos mesmos termos há 20 anos atrás. Com o advento das redes sociais de uma maneira extremamente assídua e absorvedora é que foi possível esta transposição de sentidos entre as ruas e as redes. Essa forma acerca das maneiras em que os sujeitos se significam aos estarem inseridos nesta conjuntura digital representa para nós a repetição histórica em que há mais de cem anos mulheres saem às ruas e clamam pelos direitos de suas semelhantes, e neste momento podemos ver a representação de um sujeito mulher inserido na conjuntura da era digital do século XXI.

Em nossa sociedade há discursos que circulam e sedimentam evidências de sentidos que perpassaram gerações. Estas que cresceram ouvindo discursos de inferioridade feminina hoje são sujeitos que lutam para mudar essa realidade. O rompimento dos sentidos é discursivizado por sujeitos que se colocam na posição de militantes, que procuram fazer barulhos nas ruas e disseminar nas redes para mudar uma realidade desigual e violenta de sentidos produzidos e que ressoaram através de séculos.

Tudo isso, obviamente, implica numa certa percepção da relação entre realidade histórica materialidade linguística e a existência do sujeito: põe-se em questão a metafísica confortável que considera as classes como objetos pré-construídos e autocentrados, o sujeito com unidade ativa de uma consciência intencional e a língua como instrumento de comunicação das ações e expressões desse sujeito [...]. (Gadet & Pêcheux, 2011, p. 98).

A crescente onda tecnológica possui vantagens e desvantagens que não nos cabe discutir aqui neste trabalho, mas diante de todos os perigos que as mulheres e meninas enfrentam diariamente ao andar nas ruas e os perigos da violência em rede eletrônica, há um movimento de sentidos que joga para o lado da ressignificação desses espaços e inscrição de novos efeitos de sentidos sociais. Na imagem abaixo podemos ver um sujeito criança segurando um cartaz com o discurso “eu não quero ser princesa quero ser revolucionária”. Este rompimento de uma memória intrincada sobre o sujeito menina ser associado a princesas, fragilidade, ser atribuídas à cor rosa, a brincar de ser mãe e muitas outras mais solidificadas, nos mostra que há efeitos surgindo de uma conjuntura nem todos os sujeitos são inscritos mais nela, de um processo político e ideológico impositivo o qual já não está sendo mais aceito nesses moldes.

Figura 4 – Princesa revolucionária

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/BoWUTABnFdg/>

Observamos um discurso de contradição no cartaz acima, em que uma conjuntura banhada por uma ideologia patriarcal nos mostra um rompimento no qual os movimentos feministas estão alcançando desconstruindo um imaginário de mulher e de menina que foi

imposto por muito tempo. Podemos pensar um pouco o quanto essa associação às princesas se torna violenta e impositiva de uma cultura que só valoriza um estereótipo de mulher e que renega todos os outros possíveis sentidos de ser um sujeito mulher. Ao lembrarmos das princesas da Disney, por exemplo, apenas recentemente a produtora tem feito algum movimento em prol dessa onda de desconstrução dos padrões e imposições dos quais durante décadas, meninas de várias gerações cresceram e se tornaram mulheres que acreditam em um conto de fadas que as coloca como submissa de um príncipe, frágil, dependente e sem direitos. Aos poucos vemos essa realidade mudar quando assistimos animações como *Moana* (2016), *Mulan* (1998 / 2020), *Frozen* (2013), *a Princesa e o Sapo* (2009), *Valente* (2012).

Como reflexo do período histórico em que foram criados, os filmes de princesa também permitem observar a evolução do papel das mulheres. Da donzela resgatada por um príncipe idealizado à aventureira que não quer se casar. Da dona de casa à dona de seu próprio restaurante. Da moça que vai ao baile até a moça que vai à guerra (Breder, 2015).

Ainda que não basta culpar a Disney pela criação do imaginário de princesas frágeis que precisam ser resgatas por príncipes encantados, devemos olhar para a estruturação da cultura em torno dessa aparência e ilusão de um sujeito mulher (Breder, 2015). Quando um sujeito feminino de pouca idade, que teria todos os atributos e condições de produção para reproduzir os discursos e atos de uma princesa Disney, vir a significar a via contrária, de uma pequena revolucionária com um cartaz em mãos para romper com esses dizeres é onde temos o funcionamento da contradição e, assim, podemos ver uma inscrição de um sujeito ressignificando toda sua historicidade.

Aqui o sujeito princesa toma um novo significado, não é mais aquela frágil e apática mulher branca de cabelos louros e lisos, aqui ela é justamente o sujeito revolucionário, que sai nas ruas com cartazes e vozes estridentes para fazer prática uma teoria de direitos igualitários que não funciona para uma nova ideologia de ser mulher na sociedade hoje. O sujeito mulher livre foi uma condição para poucos, o próprio ato de sair às ruas e exigir direitos já é excludente de pensar em diferentes tipos de mulheres, mas é necessário que a luta acrescente e se dissemine através da voz de alguma e possa alcançar e quebrar as correntes de todas.

Temos ainda as *hashtags* que compõem a publicação fazendo referência aos movimentos feministas, à Primavera Feminista, a um empoderamento e embate feminista diante da opressão. E é interessante pensar em como essa explosão feminista dos últimos anos é reconhecida não somente em um meio acadêmico, mas funcionando nas ruas para ser

inscrita nas redes, ao associar uma manifestação ou passeata em prol das mulheres e referenciar na inscrição digital esse momento de arrebentação discursiva sobre os feminismos. Um momento de ascensão desses movimentos feministas. Observamos também o funcionamento político e ideológico ao nos depararmos com as *hashtags* #elenão e #ditaduranuncamais, em que o jogo da luta de classes está presente na inscrição do sujeito em uma conjuntura social e histórica. As condições de produção de um Brasil que vem se mostrando adepto a ideologias conservadoras e patriarcais evidencia ainda mais o jogo da resistência dos movimentos sociais ao afirmar através de atos, palavras, *hashtags* nas ruas e nas redes para marcar essa resistência diante das opressões.

Associa-se imposições e opressões para com o sujeito mulher nesses dois períodos históricos marcados acima por torturas, manipulações, mortes⁷, violências e crimes de cunho político. Desse modo, a ruptura de um sujeito menina-mulher que resiste em fazer parte de uma conjuntura opressiva, desigual e violenta, nos coloca diante de um funcionamento discursivo contrário, de rompimento. Não é um processo tão simples, mas exhibe o modo de interpelação ideológica de uma formação discursiva dos movimentos feministas buscando uma liberdade de pensamento feminina das opressões contra a mulher. Liberdade essa que é vista como resistência imbricada no jogo das contradições e atravessadas pela ideologia dos movimentos feministas que buscam equidade e igualdade aos sujeitos sociais violentados nessa conjuntura patriarcal opressiva.

Dessa maneira, pensar essa mudança de discursos, da obviedade de uma sociedade que se constitui em um modelo patriarcal e mais do que isso, governada pelos sujeitos homens, brancos, heterossexuais e cisgêneros nos colocam de frente a pensar como a cultura em que estamos inseridos é tão intrincada no sujeito social brasileiro que quando se rompe o que temos é o embate das lutas feministas, é a contradição fazendo funcionar e abalando as estruturas a partir de uma nova formulação de ser um sujeito mulher na sociedade a partir dessas lutas e conquistas. Talvez tenha sido o que muitos sentiram ao ver a imagem de uma criança renegando uma idealização social da princesa. E assim fazer funcionar um novo jogo da luta histórico-social, aquele em que o sujeito ideológico não é mais óbvio e não é mais calado, ele cria seu espaço de funcionamento diante do movimento das ruas e das redes.

⁷ Aqui fazendo referência à Vereadora Marielle Franco, morta em 14 de março de 2018 e até o momento de defesa deste texto o caso encontra-se sem solução ou culpados apontados pelo assassinato.

Todo esse processo e jogo de resistência das violências contra a mulher não é absoluto e universal, é necessário questionar para qual tipo de menina está sendo vendida essa imagem de princesas, e quais tem as oportunidades e acesso de pensar no rompimento que esse dizer traz de negação a toda uma estrutura. Aqui observamos um movimento comum para a AD em que as ilusões dos processos de naturalização dos sentidos vêm mobilizar a forma em que o analista se depara com o recorte e ainda faz ser outro aquele jogo ideológico ligado ao inconsciente, ao imaginário, à luta de classes, e à contradição. Essa rede de conceitos é para a teoria os fios costurados que dão cargo aos efeitos de sentidos que os discursos ao nosso redor produzem e reproduzem.

A ideologia, sendo um dos conceitos mais importantes que interliga toda a maneira de pensar a Análise de Discurso, nos coloca frente ao questionamento, mas um questionamento do que é “óbvio” e “certo”, que aqui em nossa concepção entrará por outra via, a da contradição, de capturar as evidências daquilo que parece ser o mais certo e questionar. Pois, para a AD, e na ciência, podemos pensar que algo é óbvio e que a verdade é absoluta, mas é necessário pensar que não é, e que tudo vai depender da inscrição sócio-histórica-ideológica do sujeito que fala a partir de determinado discurso.

A evidência é o sentido nele mesmo, se torna um mecanismo de naturalização ideológica que o analista vai desconstruir, vai cavar e encontrar os possíveis sentidos que a contradição vai apresentar (Pêcheux, 1995). O imaginário da evidência absoluta é o lugar em que o sujeito se identifica a partir de um atravessamento ideológico. Mas é imprescindível pensar as contradições da materialidade da evidência, uma vez que a contradição é o fazer sentido, que já explicitamos antes, e “a ‘língua’ como sistema se encontra contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à ‘história’ e aos ‘sujeitos falantes’” (Pêcheux, 1995, p. 22).

As concepções acerca da ideologia para a Análise de Discurso partiram dos estudos de Althusser, em que pensando a partir do que a era a Materialidade Histórica para Marx, cunhou uma maneira de pensar a ideologia social pela via da relação imaginária entre os indivíduos e o mundo real. Pêcheux, como seu aluno, captou a essência para fundar o conceito em sua teoria anos mais tarde. A partir da relação da língua e história, a ideologia estaria intrincada nos sujeitos falantes de maneira que não fosse possível desassociar o ser histórico de suas capturas ideológicas.

A maneira de pensar a Ideologia para Althusser é a partir dos AIE's (Aparelhos Ideológicos do Estado) em que nos colocam frente a esse jogo da luta de classes e do controle institucional. Esses aparelhos de controle atuam de maneira a manter a ordem, controlar a

divisão da luta de classes para que a violência não chegue ao seu violentador, neste caso o próprio Estado. Assim, há “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (Althusser, 1980, p. 77). Atribuímos essas AIE’s às instituições regentes da sociedade, onde podemos observar o papel das igrejas, das escolas, das prisões e, assim, uma reprodução ideológica pelas vias religiosas, morais, jurídicas, políticas etc. (Silva, 2009, p. 161). Dessa forma, temos a sociedade sendo determinada a partir das vozes dessas e outras matrizes ideológicas que conduzem a partir das condições de produção a formulação de sentidos para os sujeitos inseridos em determinada cultura. Em matéria de definição, recorremos à Orlandi (1998, p. 48), que nos diz que a

ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique.

Ou seja, a ideologia não existe por si só, é uma construção e constatação da realidade em que os sujeitos são atravessados por ela e assim se inscrevem em uma interpretação discursiva por meio das trocas entre sentidos possíveis entre os interlocutores. Por ideologia, consideramos os “sistemas de representação que diferentes classes e grupos sociais desenvolvem com o propósito de dar sentido, definir, simbolizar e imprimir inteligibilidade ao modo como a sociedade funciona” (Hall, 1996, p. 26).

As marcas discursivas de Althusser (1978; 1980; 1985) ainda respingam na AD quando o autor dá continuidade a entender sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado. No momento em que as repressões políticas de controle passam a exibir a falha discursiva, a incoerência política é onde vemos a atuação dos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE), e o controle passa a ser violência de um momento a outro. A ideologia está ligada às relações de poder. As relações de poder estão intrinsecamente absorvidas em uma conjuntura mútua entre o discurso dominante e o discurso de resistência. Um não existe sem o outro. A coexistência do discurso impositivo vem logo seguida pelos gritos de resistência e, esse é o funcionamento da contradição histórica que marca a sociedade; é assim que as determinações sócio-históricas nos dizem da divisão dos sentidos e de como os sujeitos se posicionam e se inscrevem de um lado da luta de classes, produzindo efeitos de sentidos a partir de uma posição.

Instigados por pelo poder das palavras, podemos inferir que a palavra se configura como uma arena onde se dá o jogo da luta de classes, o desenrolar dos sentidos a partir de

uma ideologia e a retomada de memórias que constituem as falas dos sujeitos. “A análise do discurso, associada às teorias de gênero, pode ser considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais” (Rabelo, & Amazonas, 2014, p. 1476). No processo ideológico da constituição dos sentidos da fala, as interpretações da realidade social são determinadas a partir do

[...] ‘hábito’ e do ‘uso’, está designado, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’ (Pêcheux, 2006, p. 159-160).

É do funcionamento da ideologia interpelar os sujeitos. Pois, não há como pensar um sujeito discursivo sem o atravessamento ideológico para se inscrever num discurso e produzir sentidos, é uma causalidade própria da ideologia. Dessa maneira, a inscrição do conceito para a AD se dá pela via de pensar as condições de produção. A sociedade é regida pelos meios das condições de produção e reprodução ao qual estamos cercados e inseridos. O ser humano é histórico, portanto, tanto as vivências quanto a maneira de se viver estão atreladas à ideologia.

Vale salientar que não temos ideologia, como já dissemos, somos capturados ideologicamente por ela, somos atravessados por uma prática social para nos fazermos sujeitos discursivos e significar diante da língua. Assim, entendemos esses dizeres como ressignificações a partir das atribuições de um discurso anterior, aqui para nós tantos os discursos feministas quanto os de um sujeito mulher vítima de violência. Pensar, então, em como a conjuntura social atribui à mulher papéis de gênero a partir das condições de produção e os reproduzem em uma sociedade mantida ideologicamente com as mesmas determinações é onde nos encontramos nessa pesquisa. Nosso trabalho como analistas é identificar as possibilidades de interpretação e atribuir sentidos a discursos feitos por esses sujeitos atravessados ideologicamente por uma via de resistência a enunciações patriarcais e machistas ao qual estamos inseridos socialmente.

E olhar para os sujeitos significativos dos AIE’s e os ARE’s só nos reafirma aquele lugar da luta de classes onde as instituições são governadas por sujeitos determinados homens brancos com poderes aquisitivos, muitas vezes ligados à política e se colocam nesse confronto com a resistência feminina de retomar sentidos de anos a fio de opressões e injustiças de gênero. “A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (Orlandi, 2007, p. 20). Estes movimentos são percebidos

quando inscritos em falhas da linguagem, onde muitas vezes por meio do corpo, o papel social atribuído às mulheres foi rompendo com o atravessamento da ideologia e produzindo significações e para nós, uma resistência feminina e feminista. Assim, vemos que

o corpo não escapa à determinação histórica, nem a interpelação ideológica do sujeito, sendo o corpo do sujeito ligado ao corpo social e atravessado por uma memória que o significa. Contuso, sempre há a incompletude, a falha, o possível e a abertura para outros sentidos e dizeres (Garcia, 2017, p. 334).

É pela via deste corpo que a materialidade discursiva do sujeito mulher se insere nas ruas e nas redes (re)significando este modo de inscrever uma ideologia feminista e da violência contra a mulher. Apresentamos aqui um terceiro recorte de nosso corpus que nos ajudará a visualizar melhor alguns pontos pautados pelo conceito de ideologia e como produz os sentidos que pensamos poder analisar neste trabalho.

Ao nos depararmos com as inscrições das ruas que antes gritaram por direitos e hoje clamam por igualdade e fim da violência, vemos o deslocamento ideológico do discurso que rompe com as imposições machistas e patriarcais. Também é perceptível uma produção de sentidos a partir das condições, em que em uma conjuntura onde a violência já foi institucionalizada e autorizada em leis, hoje é preciso reconhecer a resistência do sujeito mulher através dos movimentos que lutam contra uma estrutura violenta.

Quando lemos alto e em bom tom: “não é não!”, podemos pensar na maneira em que precisa ser “alto” esse grito e que o não funcionamento do respeito e igualdade entre sujeitos homens e mulheres nos coloca no ponto de observar a ideologia em seu lugar da luta entre o impositivo e a resistência. Para cada ato de violência há o outro lado se manifestando e travando uma dança conjunta que coexiste com a mesma força e intensidade. No momento em que uma puxa de um lado a outra se movimenta e mantém em funcionamento uma luta ideológica dentro dos palcos sociais.

Figura 5 – Não é não

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/BvSdgZpHaIz/>

Ao lermos na inscrição no pescoço do sujeito mulher na publicação acima “Não é não, temos o ato da repetição ideológica em que o não respeito e não cumprimento ao direito da liberdade do corpo da mulher, se faz necessário gritar nas ruas pela mudança dessa realidade. Aqui podemos observar uma violência estruturalmente machista que nega esse grito e coloca em contradição o que seria óbvio para um sujeito mulher: o corpo da mulher é dela, o direito à liberdade de expressão, de usar as roupas que quiser, de frequentar os lugares e espaços que quiser, de se comportar e viver a vida da maneira que quiser; mas podemos constatar que não é tão óbvio assim, não se faz universalmente uma verdade quando há mulheres que sofrem violência diariamente em suas casas, em seus trabalhos, em locais de passeio, festas, escolas, etc. quando demarcamos que “não é não” escolhemos retomar uma estrutura linguística que supõe a clareza, a reafirmação do certo, mas nos pega no jogo contraditório da ideologia e nos coloca dentro do funcionamento do sujeito interpelado em agressor e negador dessa liberdade. Assim, nesse processo, pelas vias da interpretação da AD, podemos perceber as maneiras de escape da língua, em que o funcionamento ideológico de um discurso se rompe diante das amarras controladoras de uma conjuntura política violenta e ressignifica seu grito (re)inscrevendo o sujeito ideológico nas malhas sociais. “As ilusões não são ‘defeitos’, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos” (Orlandi, 1999a, p. 36).

O que esse “não é não” marca é a repetição de um jogo de resistências dentro da conjuntura de um processo ideológico e social. Esse funcionamento da negação, duplamente

formulada, indica, no avesso, a existência de uma posição de aceitação e naturalização do uso e abuso do corpo feminino na ordem social. A violência instaurada no corpo traz ainda o suporte que carrega esse enunciado, o modo como novamente o dizer aparece na garganta, aparece no meio de um grito, de um apelo pelo respeito e não violência desse corpo. Marcar o modo de repetição de que um “não” é de fato “não”, nos mostra o processo de resistência do funcionamento ideológico dos discursos de violência nas ruas e no âmbito das redes que se projeta a partir da conjuntura histórica e política.

Por um lado, o corpo é objeto de reivindicação (autonomia das mulheres sobre seus corpos), extrapolando o tema da descriminalização do aborto, do planejamento familiar e da saúde da mulher, como em movimentos anteriores. Torna-se assim uma bandeira de modos de experimentação do corpo vivenciada na liberdade de cada sujeito por meio da nudez, da sensualidade, das diferentes aparências etc., expostas no movimento nas ruas. Por outro lado, o corpo é apresentado no lugar de principal instrumento de protesto, sendo um relevante suporte de comunicação do movimento em si (Almeida, 2014).

Ainda sobre a teorização da Ideologia para a AD, Althusser nos coloca primordialmente que, como já colocamos, a categoria de sujeito é essencial para pensarmos a categoria de “evidência” do discurso, bem como

todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da ‘transparência’ da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (Althusser, [1969] 1985, p. 94).

São essas evidências que nos possibilitam olhar para o corpus analítico e identificar os efeitos produzidos pela névoa ideológica dos sujeitos. Ali, a mulher que está gritando pela liberdade ao corpo, liberdade de dizer não a toda uma estrutura machista e opressora, rememora décadas de inferioridade e violência às quais as mulheres foram (e ainda são) submetidas. E, por essas evidências sabemos que os discursos não estão isentos de ideologia, mesmo que os sujeitos tentem pela via do discurso científico provar a neutralidade (Althusser, 1985, p. 94), a busca pela objetividade é o que dá a ilusão ideológica ao qual analisamos.

Podemos enfatizar que os movimentos feministas e seu funcionamento das ruas para as redes produzem significações de maneira que o choque da manifestação e da essência da militância acontece nas ruas, talvez aí um motivo nosso de escolha de materiais que tenham essa representação das ruas com sua repetição nas redes. Sendo assim, podemos observar o

conflito que permeia entre as os grupos que defendem o feminismo e os sujeitos que reproduzem historicamente a opressão de gênero e praticam a violência. Este é um embate sócio-histórico-ideológico de maneira a pensar esse jogo entre a resistência e a opressão que vemos representados pelos movimentos feministas e a estrutura de uma sociedade patriarcal sobre o sujeito mulher e a maneira de se ressignificar uma sociedade sem violência e mais igualitária para o sujeito mulher.

Dessa maneira, Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b.) nos colocam a conceituação de formação ideológica (FI) que vai de encontro com o que estamos interpretando. Ele diz que as FI's são:

um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras (Pêcheux, & Fuchs, 1997b, p. 166 – [grifos dos autores]).

A partir desta perspectiva, analisamos nossos materiais com o intuito de verificar que os sentidos não estão colados em seus significantes, pelo contrário, vemos a atuação das contradições e das condições de produção onde vemos constituídas as “posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 160).

Pensar na reprodução dos sentidos, bem como na repetição discursiva é o ponto chave para interligar os conceitos discursivos e trabalhar na constituição da interpretação dos vestígios que os sujeitos deixam ao enunciar ideologicamente. A estrutura sócio-histórica está atrelada à memória ao qual é remetida para inscrever uma historicidade da linguagem e assim apresentar-nos possíveis efeitos discursivos. Assim, é estritamente importante que ao analisarmos nosso e outros *corpus* a pela via da AD termos em mente que a constituição significativa não vai estar desprendida da reprodução histórica dos sentidos. Por essa razão, os movimentos feministas e seu funcionamento em uma memória social produzem efeitos de sentidos diante dos sujeitos enunciativos. Há uma repetição ao qual a ideologia está ligada a partir de um acontecimento histórico, já que nos estudos discursivos “[...] nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (Pêcheux, 1999, p. 56).

Temos o enunciado “Não é não” fazendo parte de uma conjuntura dentro dos movimentos feministas, onde essa afirmação representa uma forma de combate à violência contra a mulher de forma a demonstrar que mesmo quando as mulheres negam determinada ação de outro sujeito que viola seu corpo ou seu ser, essa palavra “não” precisa ser repetida, reforçando a negação de um ato que não é de sua vontade.

O entrelaçamento de discursos, aqui para nós os discursos feministas que afirmam a resistência contra a violência e os discursos de violência, é o que nos permite olhar para um determinado *corpus* e analisar seus efeitos de sentidos. Não é uma tarefa simples, mas o determinante foco que o analista não pode descartar é as relações históricas que um discurso apresenta, ou seja, a memória que está posta em jogo a partir de um discurso que já significou e passa a se ressignificar. Dessa maneira, iremos nos encaminhando a finalizar este capítulo trazendo as mobilizações que compõe entender o funcionamento da memória no âmbito discursivo da AD. É necessário que entendamos de antemão que falamos aqui de uma memória qual tem os seus sentidos funcionando a partir de um conjunto de mecanismos ideológicos intrincados em uma historicidade, onde o sujeito é capturado neste lugar e assume uma posição para enunciar determinado discurso (Pêcheux, 1995).

Segundo Scherer, ser sujeito é “ser/estar na língua e no lugar ocupado nela” (2005, p. 5), olhamos para esse lugar a partir das marcas históricas deixadas na língua anteriormente por outros sujeitos ideológicos, de maneira que observamos a repetição e a nova inscrição de um já-lá acontecido anteriormente e somente funcionando na língua por conta da retoma de seus sentidos no momento de análise seguinte. Podemos atribuir este movimento à palavra “ressignificação”, que já utilizamos aqui para falar da retomada de sentidos por uma via diferente, assim então trazemos nosso olhar analítico discursivo para observar os resquícios, as migalhas de sentidos que são deixadas na memória e tornam a significar em uma conjuntura (não) mesma de outro lugar.

Outro ponto que devemos elucidar é o pensar da memória partindo das suas condições de produção, estão interligadas. A memória vai funcionar sendo dita de um determinado lugar por um (ou mais) sujeito e assim produzirá novos efeitos de sentido ou reproduzirá os sentidos em uma nova inscrição sócio-histórica-ideológica. Conforme Orlandi (1997, p. 11) “[...] no discurso há sempre um discurso outro, função da relação de todo dizer com a ideologia (com a exterioridade, com o interdiscurso). O dizer, logo, nunca é só um”.

Temos que, a repetição da memória funciona de acordo com os esquecimentos cunhados por Pêcheux a certa altura da teoria. Para que o sujeito faça sentido com suas palavras é preciso que ele antes as esqueça. Esquecer que um dia aquele sentido já foi empregado em determinada conjuntura. Esquecer que em algum lugar lá atrás na História, as palavras desse sujeito já produziram efeitos de sentidos, e talvez até grandes acontecimentos. Mas iremos aprofundar a questão dos acontecimentos sum pouco mais adiante.

Podemos aferir então que a memória discursiva cria uma condição da linguagem quando em uma conjuntura histórica as palavras carregam significados anteriores atravessados pelo já-dito que possibilita todo o dizer. A memória é composta por elementos que remetem à historicidade e exterioridade de um discurso. É atravessada pelos discursos já produzidos e trazem significações conforme a mobilização das interpretações de seus discursos pelos sujeitos. A memória traz esses discursos promovendo seu deslocamento e seu acontecimento por meio das noções históricas à que é submetida, fazendo as palavras carregarem significados novos a partir de sentidos anteriores. A posição que o sujeito assume perante a língua é dada conforme sua conjuntura histórica, “a condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux, 1999, p.52), inscrevendo o dizer em uma trama já falada antes em algum lugar.

Em nosso contexto acadêmico, pretendemos direcionar nossas análises para o *corpus* que compõe os discursos feministas, de um lado evidenciando os movimentos feministas e do outro marcando a resistência sobre os fatores de violência encontrados nos discursos sociais e mídias, ao entorno de nossa sociedade brasileira hoje, marcando assim a contradição em dizeres que evidenciam a violência e os que resistem a ela. Esse “conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história” (Pêcheux, 1990, p. 9).

As retomadas que iremos observar dizem dos sentidos que esses discursos carregam tanto de sua resignificação, quanto de sua reprodução em uma conjuntura diferente. É possível ainda trabalharmos com as contradições discursivas que dizem desses sujeitos e que mesmo buscando uma liberdade, que se inscreve como um ato de resistência, do sujeito mulher ainda aprisionam o sujeito mulher diante de uma construção social que faz emanar efeitos de violência (vide análise da figura 15). Mas o que seria essa liberdade para o sujeito mulher? Entendemos por liberdade a concepção que Swain (2014) trata em seus estudos, a de que supõe uma modificação estrutural da do que é ser mulher na sociedade, de uma transformação de seu meio social. “Sujeitos de linguagem, de ação, de invenção de si mesmas, eixo de criação de novas imagens e representações sociais do humano, estes são os caminhos da liberdade, pois não há liberdade fora de práticas de liberdade” (Swain, 2014, p. 36). Portanto,

Toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua; todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro (...). Toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série

(léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. Entre a descrição e a interpretação há alternância, batimento (Pêcheux, 2006, p.53-54).

A liberdade que nos referimos nesse contexto, diz respeito aos modos de fazer resistência em uma conjuntura que busca igualdade, equidade e justiça ao sujeito mulher afetado nesse processo. Sendo assim, pensemos na maneira como essa palavra liberdade nos conduz a formas de pensamento desconstruidor e rompedor de barreiras violentas produzidas por uma estrutura patriarcal e machista.

Este acontecimento é o que vai ser recuperado por uma memória discursiva com o intuito de ressoar os efeitos da língua e, assim se torna, portanto, uma memória que produz efeitos. Dessa forma, temos que a estrutura passa a ser um acontecimento e, este vai então, se sustentar na memória e na ideologia para produzir sentidos. Para o analista possui algo do equívoco em que atia o descobrimento e a caça pelos sentidos discursivos. Em essência, o acontecimento discursivo é o efeito de ressonância que circula pela língua e passa então a ser discurso (Pacífico, 2018). Este efeito discursivo vem significar pela via da resistência ao apagamento, onde ficam soltas as brechas, os resquícios que são capturados pelo analista, fazendo assim este processo da conversão de uma estrutura em acontecimento discursivo.

Assim, neste ponto, cunhado nos entremeios conceituais onde se insere as considerações que fazemos sobre o acontecimento discursivo, que se insere aqui como a maneira de entender e produzir análises sobre fatos a partir do atravessamento discursivo, tomamos para nosso texto que Pêcheux (2006, p. 17) nos coloca “(...) o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, pois é nessa conjuntura que observamos as relações da equivocidade no jogo da linguagem, sendo constitutiva para pensarmos as colocações a partir das condições de produção, com as posições-sujeito, o interdiscurso, e a formação da memória discursiva neste meio (Gomes, 2018).

As maneiras de se pensar a memória a partir de um discurso já dito nos coloca em frente de olhar para o processo histórico de constituição dos sentidos. Devemos lembrar que nenhum fato ou palavra nasce no momento que o sujeito fala, isso dito através da conceituação dos esquecimentos para Pêcheux. Esta memória discursiva está posta pela anterioridade a ser resgatada pelos gestos de interpretações no qual o sujeito analista do discurso se atreve a analisar. O sujeito analista se coloca no ponto de encontro da materialidade furada, aquela que não se atribui obviedades, se lança cegamente para

desvendar os rastros deixados por um dizer apagado na memória, assim como o mar apaga as marcas na areia.

É aquele já-lá, já dito e colocado na língua que significou em outro lugar e continua tecendo uma colcha de sentidos a partir desses discursos. O que Pêcheux nos diz sobre este conceito é que nos mobiliza a pensar nas ligações entre os sujeitos falantes através de um saber discursivo, que é apreendido, mas continua produzindo efeitos pela ideologia e pelo inconsciente (Orlandi, 1999). Portanto,

nesse jogo discursivo, segundo Pêcheux, os enunciados produzidos em outro momento da história podem ser atualizados no novo discurso ou rejeitados mais tarde em novos contextos discursivos. Com a memória discursiva, os enunciados pré-construídos podem ser operados na formação discursiva de cada sujeito que, ao produzir novos discursos, estabelece relações com tudo o que já foi dito, com o interdiscurso, com sua memória discursiva (Souza, 2014).

As relações que permeiam no jogo histórico da língua nos colocam em posição de observar as retomadas de sentidos que um discurso é capaz de fazer. Por essa via, trouxemos um quarto objeto analítico para ilustrar um pouco sobre as concepções da memória discursiva e seu funcionamento dentro de uma conjuntura ideológica onde fala o sujeito mulher e se fala desse sujeito a partir de uma posição discursiva.

O âmbito da historicidade nos coloca frente a olhar para onde funcionam os acontecimentos e eles retornam para nós de maneira discursiva, assim não trabalhamos com a historicidade refletida no texto, mas sim a historicidade do texto, ou seja, o modo como a materialidade linguística se propõe a produzir sentidos e esses sentidos são trabalhados ali (Garcia & Sousa, 2018). Sentidos que falam no discurso de modo cristalizados e/ou deslocados de seus usos sociais onde as palavras já receberam outro sentido antes (Garcia & Sousa, 2018).

Desse modo, se se pode pensar uma temporalidade, essa é uma temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele (Orlandi, 1955, p.113).

Sendo assim, “não se parte do texto – avatar da análise de conteúdo – se parte do *texto* enquanto materialidade histórica. A temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do *texto*” (Orlandi, 1955, p.113, grifo do autor). É partindo dessas

conceituações que olhamos para o texto, em sua forma discursiva e conseguimos extrair os sentidos ali nele. Os sentidos históricos que estão em outro lugar, pertencem à exterioridade da língua, se inscrevem em *corpus* analíticos para que nos deparemos e possamos atribuir significância partindo da historicidade de seus sentidos. Na imagem abaixo, vemos mais um funcionamento dos movimentos sociais que acontecem nas ruas e são inscritos na rede eletrônica de maneira a proporcionar uma troca de sentidos em torno de pensar a materialidade física e a digital. Nos dizeres que rodeiam os sentidos de se ir para a rua e exigir direitos, de iniciar uma luta clamando por igualdade e liberdade é onde encontramos a repetição da memória discursiva que faz funcionar os modelos de manifestações antes e agora. A diferença é a transposição onde a troca de inscrições continua a funcionar, antes pelas mídias em papel e televisivas e hoje, não somente dentro do meio eletrônico e digital, mas pelas redes sociais, onde encontramos canais não oficiais, mas que se juntam ao embate social.

Historicamente, a luta das mulheres é marcada por muitos embates, sejam eles diretos ou indiretos, sejam eles das mulheres brancas que saíram às ruas ou as mulheres negras que lutaram por um espaço igualitário e respeitoso dentro desse contexto, ou mesmo das indígenas que buscaram proteger e lutar por seu povo e suas terras. Assim, está intrincado no sujeito mulher feminista o ar de guerreiras, rompedoras de sua condição as que saem com e sem medo para buscar mudar sua realidade social. Podemos pensar no porquê ainda é tão necessária essa movimentação de sair às ruas e gritar por direitos que no papel hoje são igualitários. A resposta está no não funcionamento da prática. Como vimos, a AD vai analisar como o discurso foi inscrito uma vez anteriormente e passa a se (re)significar por meio de outros moldes, é dessa maneira que podemos pensar as lutas feministas, que exibem um caráter de repetição por um (não) funcionamento social entre os gêneros.

Em outras palavras, esse não funcionamento, a não igualdade de gêneros e as violências contra a mulher acontecem na prática, no dia a dia, no cotidiano dentro e fora de casa. Por conta disso, os movimentos feministas estão ativos desde sua gênese buscando o enfrentamento e rompimento dessas estruturas. Posto isso, identificamos esse não funcionamento através da violência estrutural que nossa sociedade está inserida. A construção de uma inferioridade do gênero feminino tem como consequência mais triste e grave a violência contra o sujeito mulher, seja ela física, moral, psicológica ou fatal, praticadas por conhecidos ou desconhecidos, a violência exhibe diante de nossos narizes a urgência no qual o colapso social está colocado baseado em mudanças simbólicas, mas não práticas.

Quando vemos manifestações, passeatas e movimentações em geral em prol das causas femininas, nos lembramos que após mais de cem anos, as mulheres continuam lutando por um espaço de voz, por lugares políticos de fala e posicionamentos que possam trazer uma mudança de fato. Pensar nesse conceito de lugar de fala não é necessariamente sobre indivíduos dizendo e significando algo, mas parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam desigualmente posicionadas, que “as condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (Ribeiro, 2017, p. 61).

A questão é antes se matavam mulheres por que elas se calavam, hoje se matam mulheres por que elas não se calam (Moraes, 2019). Podemos associar Marielle Franco a esta afirmação, que foi assassinada por seus posicionamentos políticos gritantes que defendiam os direitos básicos das minorias sociais. Ao se colocar como sujeito mulher, negra, periférica, lésbica, mãe e feminista, as forças contrárias no jogo da luta de classes buscaram silenciá-la contra toda a movimentação de liberdade feminina.

É por essa e outras “Marielles” que ainda é necessário que a luta feminista se repita e reproduza suas visões de liberdade através das décadas. Mesmo que o caminhar seja lento, manter-se em silêncio não mudará a realidade. O choque da movimentação das ruas traz a significação para dentro das vidas de milhares de mulheres por meio da internet. Mas devemos lembrar que há boa parte do país e do mundo que não tem acesso à internet e muito menos redes sociais, e é nesse ponto que o funcionamento da inscrição do movimento da rua para a rede e da rede para a rua, faz significar para todos. É necessário atingir todos os sujeitos e, a via coletiva deve-se manter em movimento.

Quando nos deparamos com todas as violências ao qual o sujeito mulher é submetido, vemos muitos enunciados dizendo o “óbvio” – entre aspas, pois a via contrária é que nos serve na Análise de Discurso – como, por exemplo, o sentido que a frase abaixo carrega. Ao ser dito “o estupro veio antes da minissaia”, pode-se inferir que “é óbvio que o estupro veio antes da minissaia”, sendo assim a repetição de que um discurso é violento nem sempre possui obviedade em seu contexto sócio-histórico-ideológico. Olhando um contexto da construção social da moda, a minissaia somente surgiu em meados dos anos 1960, enquanto o estupro há registro de milênios. Mas então por que carregar um cartaz pelas ruas reafirmando que a culpa não seria das roupas que o sujeito mulher usa? E sim por determinado comportamento de uma estrutura patriarcal e machista que reproduz e atua nessas violências contra o sujeito mulher. Como já dissemos, para a análise discursiva não existe o óbvio. Nada é concreto e solidificado. E os sentidos escapam pelas brechas. Essas brechas é que colocam

sujeitos homens em posições de estupradores, violentadores dos sujeitos femininos. “Assim, na perspectiva discursiva, a historicidade produz sentidos, sendo ela da ordem do discurso, isto é, não há história sem discurso” (Garcia & Sousa, 2018, p. 114).

Figura 6 – O estupro veio antes da minissaia

Fonte: Instagram https://www.instagram.com/p/Bs4_uAbAVC/

Nesse contexto sobre a violência contra o feminino, nos referimos não só ao sujeito mulher, mas aos sujeitos femininos, no qual homens homossexuais, sujeitos transexuais, também estão inclusos por sofrerem a mesma violência pela questão da feminilidade. Enquanto o feminino for uma condição inferior, o sujeito que se identifique com este modo de viver estará passível de violência dentro da conjuntura social em que estamos vivendo. E então o que terá no feminino para ser passível de violência independente dos corpos que o performam? Vale destacar que a formulação “O estupro veio antes da mini saia” inscreve, no funcionamento verbal, a posição discursiva do sujeito mulher que sofre violência, já que a violência não vai embora, não está lá, mas situa-se na ordem do “veio”, do chegar-se, da aproximação em relação ao corpo das mulheres.

As questões que tocam os sentidos de feminino e masculino são essencialmente culturais, sociais, históricas e ideológicas. As determinações sobre gênero, que serão discutidas mais adiante enfocam a dominação de um sistema patriarcal e machista sobre o sujeito mulher, marcando diversas formas de violência não somente ao corpo biológico, mas aos sujeitos que estão atravessados pelo feminino como construção social. Não sabemos quais fatores estariam concernentes à violência contra o feminino de modo geral, mas observar o que as formas de violência praticadas por sujeitos homens que estão identificados com o gênero masculino e inseridos nessa estrutura machista e patriarcal:

Para os homens, cuja identidade de gênero também exige a identificação com a razão, não só sua identidade social mais ampla, mas também sua identidade sexual, exigiria o afastamento (ou a não-identificação) do seu lado emocional, para manter sua diferença/superioridade em relação às mulheres. A razão e o controle são a base da identidade masculina nesta tradição; o corpo é uma ameaça constante à razão, ao controle e à própria identidade masculina (Giffin, 1994 apud. Seidler, 1987).

Assim, esses sujeitos homens inseridos nessa conjuntura que praticam violência contra a mulher e o sujeito feminino, segundo Segal (1989) podemos pensar que esses sujeitos “têm medo do que eles percebiam como 'feminino' neles mesmos [...]”. Dito isso, é preciso que a movimentação feminina e feminista venha a continuar se posicionando para que as repetições discursivas sejam aquelas que lutam por direitos, mas a cada vez um direito diferente, que os já conquistados somente se fortaleçam e possam mudar a realidade do sujeito mulher do Brasil e do mundo.

É interessante que quando pensamos nas violências contra a mulher, o estupro está presente, seja em crianças, adolescentes, adultas ou idosas. Sim, não é somente uma violência que o sujeito mulher sofre, mas é a esmagadora maioria. Tristemente, um estudo feito em 2018 constatou que 53,8% das vítimas de estupros foram meninas de até 13 anos, e ainda, segundo os micro dados apurados “quatro meninas até essa idade são estupradas por hora no país [...] ocorrem em média 180 estupros por dia no Brasil, 4,1% acima do verificado em 2017 pelo anuário” (Agência..., 2019a).

A experiência vivenciada pelas vítimas de estupro deixa muitas seqüelas na vida e na saúde das mulheres atingidas por esta violência e em uma escala diferente também afeta seus familiares, além de comprometer o tecido social como um todo (Sudário, Almeida, & Jorge, 2005).

Pensar que muitas das justificativas que os sujeitos estupradores usam são as roupas que as meninas e mulheres vestem no momento da violência. Como se a roupa fosse o estímulo corporal que girasse uma chave mental do sujeito estuprador e o fizesse cometer o ato. Este fato é contestável de diversas maneiras, por exemplo, vale nos perguntarmos se a culpa é da minissaia por que bebês são violentados? E senhoras idosas? E meninos? Todos esses sujeitos estavam também usando minissaia de um modo “provocador”, “vulgar”, “pedindo” pela violência?

É por essa e outras vias que se faz necessária a retomada contínua das afirmações da liberdade corporal e de comportamento pelo sujeito mulher, já que as violências contra a mulher ocorrem de acordo com a vítima ser a culpada da situação. Pensando nos feminicídios, nas mortes que as mulheres sofrem todos os dias por serem um sujeito mulher, a este ato elas seriam culpadas? Há a contradição ao visualizarmos essas afirmações quando nos deparamos com dizeres e discursos que saem às ruas e militam por sua liberdade, por sua vida. Dizeres que se reproduzem em *hashtags* como #nemumaamenos #livre, #liberdade, #direitodeirrevir, #eunãomereçoserestuprada.

Ao carregar um cartaz com a simbologia feminista estampada, o sujeito mulher está clamando e lutando para que parem de atentar violências contra ela, para que parem de o sujeito mulher. Elas clamam por voz, uma voz roubada há muito tempo e que ao tentar recuperá-la muitas são mortas e sofrem as mesmas violências pelas quais estão lutando. As inscrições nos corpos marcam essa luta e resistência ao mesmo ponto na contradição que são esses corpos que sofrem as violências.

[...], mas o corpo das mulheres é o centro de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa o seu sexo, vulcão da terra. Enclausurá-las seria a melhor solução: em um espaço fechado e controlado, ou no mínimo sob um véu que mascara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo, e, ao mesmo tempo está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mau lhe acontece, ela está recebendo apenas aquilo que merece (Perrot, 2005, p. 447).

A repetição dessas estruturas institucionais já há muito instaladas são difíceis de serem rompidas. E muitas vezes as correntes não permitem serem rompidas, de fato o poder Estatal

ideológico não permite que seja rompido com essa estrutura ideológica⁸. Ou seja, todos os estigmas colocados ao redor da mulher e se seu sujeito social, são mantidos para não ferirem a ordem, o controle de um sujeito e um corpo que em seu funcionamento oferece um perigo iminente ao controle social. Um dito perigo de reverter a dominação pelo lado dos sujeitos dominados, de trazer a estrutura para o lado contrário da que está empurrando da que está resistindo, o perigo de mulheres dominarem a igualdade ou por sua vez a subverterem.

Dessa maneira, vemos que o funcionamento de uma posição sujeito confronta as ideologias impostas sob o sujeito mulher, mas em seu cerne contraditório faz refletir efeitos de um discurso libertário, de uma fala com intuito de diminuir e erradicar os índices de violência e, principalmente, toda a violência que acontece fora das mídias, fora das denúncias, as que não chegam ao conhecimento público. Diante destas colocações, buscamos traçar um caminho teórico e metodológico para entendermos um pouco como se inseriu a Análise de Discurso neste nosso contexto. Tentamos destrinchar um pouco dos conceitos necessários para entender nosso lugar nesse texto e todos os fragmentos analíticos que trouxemos para pensar um pouco sobre a condição da mulher na sociedade.

Observar os movimentos de ruptura em uma repetição ideológica nos faz pensar em uma conjuntura futura em que o sujeito mulher possa de fato encontrar uma resistência das opressões sociais e estruturais que pairam sobre seu corpo, seu ser, suas vivências. Resistência essa que para a AD se encontra nos embates sócio-históricos-ideológicos. Analisar criticamente é uma tarefa necessária seja de um âmbito científico ou meramente cotidiano, observar e combater a violência contra a mulher é um trabalho de todos os dias, um trabalho aos miúdos e dos grandes atos também. Os atos que chocam nas ruas, e os miúdos que transitam e funcionam nas redes para todos os tipos de sujeitos mulheres e sujeitos femininos que estão passíveis de violência e, assim, mudar uma realidade não só acadêmica com este trabalho, mas uma realidade lá fora, onde por certo, esses sujeitos estão sendo violentados.

No próximo capítulo, buscaremos narrar um pouco sobre a trajetória e os aspectos que levam a pensarmos em um sujeito mulher e como é inserido na sociedade brasileira atual. E ainda discursaremos a respeito de toda essa violência contra a mulher ao qual falamos aqui

⁸ Deixamos de reflexão uma cena de uma série de TV chamada Penny Dreadful, em que sua ambientação se passa no século XIX. O enredo não vem tanto ao caso, mas há uma fala de uma personagem muito pertinente em que ela está ajeitando o seu espartilho e pergunta o porquê de eles serem tão apertados, qual seria o perigo de não prender as mulheres em suas roupas. E logo em seguida, outro personagem responde que se não as prendessem as mulheres iam dominar o mundo. Link para a cena: <https://weheartit.com/entry/275033153>

nesta parte de um modo mais aprofundado para que assim possamos tecer um pensamento científico fazendo funcionar teoria e análise do modo metodológico que a AD nos permite.

Em uma terceira parte deste trabalho iremos nos focar no funcionamento dos movimentos sociais que se inscrevem nas ruas e nas redes, bem como analisar o modo de movimentação em que os modelos digitais de efeitos discursivos permitem aos sujeitos transfigurar sentidos sociais das materialidades analógicas para as digitais. E finalmente faremos o trabalho analítico bruto em que utilizaremos de base para olhar os discursos contidos nos *posts* juntamente com as *hashtags* determinadas previamente e assim, não chegar a conclusões ou finalizações, mas sim instigar mais ainda a vontade de luta e conhecimento sobre o sujeito mulher, o combate à violência contra a mulher e o funcionamento dos movimentos sociais feministas antes, hoje e os efeitos futuros.

Capítulo 2

Quais os sentidos legitimados sobre mulher?

Desenho das artistas “Get it Girl Collective”

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BiqPKgPDZsu/>

“O que é uma mulher? Eu lhes asseguro, eu não sei. Não acredito que vocês saibam.”

- Virginia Woolf

Neste capítulo, nossa discussão gira em torno de refletir a questão do sujeito mulher, como sujeito histórico e ideológico e os discursos que perpassam e atravessam uma determinação sobre ser uma mulher na sociedade. Partindo de uma relação histórica da mulher, até a concepção dos discursos que circulam atualmente, é possível mostrar um panorama da construção do gênero feminino e das atribuições de posições sociais que estão sobrescritos para os sujeitos identificados com essa nomeação. Dessa maneira, trazemos aqui as concepções históricas sobre determinações do sujeito mulher e o que seria ser mulher dentro dessa perspectiva e, ainda, as consequências e desdobramentos incutidos com ela, refletindo de que maneira o ontem e o hoje produzem significações e ressignificações a esse sujeito.

Deparar-se com esse questionamento sobre os possíveis sentidos do que é ser mulher, diante de um olhar histórico e ideológico nos faz pensar em diversos âmbitos que comportam a imagem e a posição da mulher na sociedade. O título desta parte é feito em forma de pergunta justamente para desenvolvermos todos os afluentes que podem carregar as significações em torno desse ser mulher. Uma curta pergunta, mas extremamente complexa. Não é um questionamento passível de definição, não cabe em dicionários, não cabe em sites de pesquisa com respostas rápidas, é matéria de reflexão e esse é nosso objetivo aqui.

Um ponto que pode ser abordado aqui é, para caracterizar o que é esse sujeito mulher, devemos recorrer à nossa base teórica para destrinchar esse enunciado e então podermos desenvolver uma compreensão pautada em uma interpretação de nossa linha de raciocínio. Entender os desdobramentos e a profundidade à qual podemos chegar com essa questão não nos trará conclusões, mas talvez mais questionamentos e mais formas de ver o mundo ao nosso redor.

Pautadas então nas raízes teórico-metodológicas da Análise de Discurso, temos o questionamento sobre os sentidos legitimados por um sujeito ao ser um sujeito mulher, que de maneira discursiva, marca evidência de sentidos produzidos diante dos movimentos feministas e dos discursos que inferiorizam a mulher na sociedade. Dessa forma, é necessário pensarmos o sujeito, ou seja, quem enuncia, a historicidade representada, a ideologia à que o falante está atravessado e a memória remetida por essa formulação. Dessa forma, a complexidade se mostra não apenas em responder o que seria ser uma mulher, mas entender o que é o sujeito mulher em determinado contexto sócio-histórico-ideológico, quem fala desse sujeito e de que posição fala.

Falar “mulher” aqui será mais do que esse termo representa, trará questionamentos e pensamentos de todas as linhas para que possamos verificar as possibilidades de interpretação e os caminhos de sentidos que somos levados por um tema tão comentado atualmente e ainda assim causador de tantos conflitos. Aqui para nós, falar mulher vai além de pensar os sentidos do sexo biológico e dos papéis sociais femininos ou mesmo as transgressões e discordâncias que esses tópicos causam, mas avaliar a maneira discursiva que essa palavra se apresenta, destrinchar o sujeito deste discurso o que se fala e quem fala dele, de qual lugar e sob qual efeito ideológico. E para isso, recorreremos à base teórica que apresentamos no capítulo anterior juntamente com os pensamentos científicos de autoras e autores que estudam não somente os desdobramentos de ser uma mulher em meio social, mas seus efeitos numa esfera histórica. É necessário observarmos as vias pela qual a violência contra a mulher se instaura socialmente e os efeitos de contradição produzidos pelos movimentos feministas. Para isso, buscaremos entender também os efeitos desses movimentos feministas em que o sujeito mulher está (ou não) inserido e qual a relação da historicidade imbrincada nessa conjuntura.

Em uma segunda parte deste capítulo, nosso enfoque se dará em compreender o funcionamento e a historicidade dos movimentos feministas pelo mundo, mas com ênfase maior no Brasil, até chegar aos moldes dos feminismos que conhecemos e estudamos hoje. O movimento em si sofreu diversas mudanças, adaptações, atualizações e muitas demandas passaram por ele, tentaremos fazer um panorama das lutas e seu funcionamento nas ruas para depois incutir em um capítulo teórico sobre a inscrição rua-rede do movimento social.

A partir dessa retomada teórica propomos uma terceira parte voltada a entender o tema central dessa pesquisa, o movimento da Primavera Feminista e como se instaura socialmente produzindo sentidos sobre a violência contra a mulher e na via contrária sobre a militância dos movimentos feministas através da incursão das ruas e da disposição das redes com os mecanismos de disseminação e compartilhamento.

Dessa maneira, o trabalho visa demonstrar os efeitos de violência contra o sujeito mulher e como os movimentos feministas agiram, agem e podem agir para ajudar no combate direto e indireto pelo fim dessa cultura. Demonstrar como o sujeito mulher se insere nesse contexto e o que leva a uma inferioridade violenta nos dá espaço para pensar as formas sociais que estão intrincadas em cada sujeito e são reproduzidas diariamente no coletivo, chegando a uma “normalidade” e dificuldade maior das atuações dos movimentos feminista contra essa violência.

2.1 Mulher: a construção histórico-social de uma posição

Podemos começar nosso pensamento com a icônica frase de Simone de Beauvoir (1980) “não se nasce mulher, torna-se”⁹, que é utilizada como princípio teórico para a reflexão de muitos questionamentos acerca da mulher como um sujeito histórico e social. A constituição de um ser mulher é dada a partir das condições de produção ao qual o sujeito historicamente se insere, entrelaçando, portanto, uma construção social de um sujeito dito e retomado através das interpelações ideológicas.

Para traçarmos uma linha histórica, nos apoiaremos em teóricos que tratem a construção social de identidades de gênero com um olhar questionador, não só abordando fatos históricos, já que partiremos do princípio teórico de entender não só quem fala, mas de quem fala e de que lugar fala. Por exemplo, mostrar a história contada a partir de um sujeito dominante, fará com que os motivos ao qual o colocaram nessa posição de dominador estejam acima dos do dominado, olhando a história de maneira unilateral e não observando todos os pontos de possível divergência. “Podemos dizer que a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral, uma vez que ela é relacional e inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas” (Rodrigues, 2011). Mas antes de nos aprofundarmos em uma historicidade feminina, devemos explicitar alguns conceitos importantes para dar sentido à nossa escrita. Para entendermos onde o sujeito mulher se configura na história é preciso entendermo-nos como sujeitos. Como exposto no capítulo anterior, sujeito, para a Análise de Discurso, é uma posição assumida ideologicamente diante de uma conjuntura ideológica ao qual o indivíduo se submete através da língua para produzir efeitos de sentidos em determinados dizeres. Assim, para um discurso fazer sentido é preciso que o sujeito enuncie, atravessado por uma linha ideológica, e então os efeitos desse dizer sejam capturados e produzam uma significância em uma determinado jogo sócio-histórico.

E, desse sujeito, quando nos voltamos para pensar o lugar da mulher, é esperado determinadas formas de ser. Para discursivizar a posição do sujeito mulher, é preciso estar submetido à língua e a determinações ideológicas e assim, as formas-sujeito produzirão sentidos e a partir das retomadas dos efeitos históricos e sociais. Nosso ponto aqui é que o assujeitamento é ideológico de um determinado ser, é para a AD uma ação de atravessamento

⁹ Essa expressão já havia antes sido enunciada por Freud, e aqui trazemos uma retomada desse discurso por Beauvoir.

do sujeito inconscientemente. Assim, essas formas não são dadas, não são inatas, são construídas a partir de determinações históricas e principalmente ideológicas.

No âmbito dos estudos feministas sociais, chamamos tais determinações de papéis. Papéis de gênero. Estes papéis de gênero referem-se a uma construção histórico-social sobre os sujeitos, divididos assim em homens e mulheres, a partir da ideologia social concernente às condições de produção, inscrevendo assim formas de ser, agir, vestir, produzir, consumir etc. Assim, o sujeito mulher seria designado a interpretar papéis de gênero socialmente, que foram construídos e impostos como universais em um meio coletivo.

Assim, estão intrincadas regras de convivência (algumas oficiais e outras imaginárias) que são estabelecidas e esperadas seu cumprimento por parte dos atores sociais que se tornam assujeitados por essa ideologia. E assim, através da divisão dessas tarefas, sujeitos sociais, determinados por uma divisão binária de homem e mulher, acatam a papéis de gênero¹⁰ referentes à sua designação biológica. Essa construção de papéis de sujeito homem e sujeito mulher são determinados ideologicamente pelo social e, nosso foco, é olhar para a construção do sujeito mulher por este “papel” construído e apresentar efeitos de violência para com o mesmo sujeito. Dessa forma então, quando voltamos nosso trabalho acadêmico para estudar esse sujeito, o que de fato configura ser uma mulher, é para entendermos e refletirmos sobre as construções discursivas que falaremos mais adiante e quais seriam (foram e são) os efeitos diante dessas determinações sobre um sujeito social.

Podemos retomar um pouco sobre os conceitos de ideologia em Pêcheux e Althusser e olharmos para estas determinações de uma maneira que pensemos estes papéis e seus diferentes efeitos. De um lado observa-se a inferioridade de gênero e do outro a superioridade, ambas atribuídas nessa conjuntura formativa e constitutiva. Assim:

‘a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos’: esta lei constitutiva da Ideologia nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características ‘regionais’ (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc....) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. Por esta dupla razão, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes (Pêcheux & Fuchs, 1997, p.167).

¹⁰ Entendendo de maneira discursiva, esses “papéis” são pensados como posições determinadas ao sujeito mulher de formas pejorativas e violentas.

Dito isto, podemos que afirmar que há, portanto, uma ideologia dominante e uma ideologia dominada representada pela captura dos indivíduos em sujeitos. E este conjunto de formações entre ideologias e sujeitos superiores e inferiores são dadas pela inserção em uma língua e, portanto, em uma cultura. Desta cultura, vemos o funcionamento da ideologia sendo empregado pelas Instituições e os sujeitos capturados pelas determinadas ideologias estarão inseridos em uma conjuntura o discurso dominante ou do dominado. Os discursos são constantemente interpenetrados por outros discursos, o que faz com que os dois lados estejam sempre suscetíveis a dizer o discurso do Outro. Sempre há delimitações, inversões e deslocamentos (PÊCHEUX, 1990).

Chegando ao ponto de entrelaçamento do nosso trabalho, os discursos dominantes fazem parte de uma sociedade através das Instituições dominantes, como o Estado, a Igreja, a Família, a Escola, a Prisão etc. Assim como já vimos com Althusser (1985), estas Instituições se tornam Aparelhos Ideológicos de controle, e o controle que necessitam impor ao sujeito mulher são os discursos de inferioridade ao qual determinam estes papéis e colocam o sujeito mulher em um lugar de submissão ao do sujeito homem, ou seja, ao do discurso dominador.

O que diferenciaria um sujeito de objeto é a relação de determinação que acontece entre ambos, nos olhares e nas postulações de características para esse outro. Dessa forma, fazemos a ligação entre o sujeito de Beauvoir com o sujeito da Análise de Discurso, o da filósofa assume-se como determinante perante o outro, da mesma maneira que na AD assume-se uma posição a partir de um discurso dado anteriormente e produz significações diante de uma conjuntura histórico-social-ideológica. Este sujeito mulher ao “tornar-se” inscreve um movimento de vir a se tornar, modificar-se, transformar-se, assumir aos poucos a posição de mulher.

O que colocaria a mulher nesse papel de outro são as determinações que sujeitos ditos dominantes e opressivos fazem sobre ela, colocando-as em posição de objetificação a partir de estereótipos e características que fundamentam um “ser” para ela, tirando o efeito de acesso e autonomia de sujeito. O sujeito, se assumindo como sujeito dominador e produz uma discursivização que posiciona a mulher como outro, como objeto sem direito à liberdade do seu “ser” (Beauvoir, 1980).

Para darmos forma a este pensamento, assumimos as teorias que nos colocam lado a lado a pensar a sociedade constituída por este pensamento binário (homem e mulher) e o sujeito homem como sendo muitas vezes atravessado por esta ideologia dominadora a partir das construções sociais ao longo da História e colocando a mulher em uma posição de sujeito

submissa e inferior, produzindo assim os efeitos de violência de gênero que observamos diariamente em nossa sociedade.

A constituição do gênero ocorre através de várias tecnologias do gênero (p.ex. o cinema) e discursos institucionais (p. ex. a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micropolíticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistência, na subjetividade e na auto – representação (Lauretis, 1994, p. 228).

Dito isso, entramos em um momento de discursar sobre o questionamento inicial quais os sentidos sobre ser mulher, diante de visões e debates que nos colocam a pensar se existe apenas uma forma de mulher, uma definição, uma atribuição que constitui o sujeito mulher. Lembrando-nos sempre da não universalidade do sujeito, da maneira que é possível pensar sobre os sentidos legitimados sobre o sujeito mulher. Ao olhar para um discurso devemos prestar atenção em quem está enunciando e de qual lugar este sujeito fala e como fala. Quando na AD não assumimos uma verdade absoluta, não descartamos os furos e as falhas e a obviedade acaba caindo por terra, é o momento de olharmos quais os resquícios de quem conta a História e constrói em suas narrativas novas histórias que se perpetuam socialmente.

Há uma famosa frase de Walter Benjamin que diz que a História é contada pelos vencedores. Se vemos a mulher em uma aposição de inferioridade é porque outro sujeito a colocou lá. Outro sujeito contou a História da maneira dominadora, da maneira que coloca o inferior em um lugar de submissão, que prende o outro em espartilhos, roupas apertadas, sapatos de salto e dentro de casa sem poder abrir a boca para ter o controle sobre o corpo e fala deste sujeito. Mas nesse contexto não podemos apagar a historicidade da resistência presente nos movimentos feministas, a qual buscou e busca romper com essas amarras e contar uma nova versão que possa mudar os efeitos violentos da historicidade. Ao mesmo tempo em que existe o calar de um sujeito, há o dizer de resistência evidenciando um movimento de furo dentro da estrutura.

O ponto em que queremos chegar é em que ser mulher é muito mais complexo do que apenas procurar uma definição no dicionário ou assumir um padrão “diferente do homem”, tem haver com a pluralidade dos seres, para além de definir um padrão binário biológico para categorizar o funcionamento social que faz gerar os efeitos de violência para com o sujeito mulher, sejam essas mulheres com seu sexo biológico, mulheres trans, sejam femininas ou

não etc. Para melhor entendimento, iremos conceituar e aprofundar-nos melhor nas definições ao longo do texto. Segundo Butler (2017), o gênero e sua divisão binária são constituídos de uma maneira performática em um sentido que só existem no momento de sua expressão. Assim, o gênero não estaria ligado essencialmente de uma maneira atemporal e sim seria constituído a todo momento por uma repetição de performances estilizadas entre feminilidade e/ ou masculinidade (Anjos & Lima, 2016).

Dentro dos movimentos feministas, especialmente nos anos 80 houve um grande embate nessa definição de sexo e gênero, e como essa dualidade serviria de certa forma para unificar o movimento em uma unidade a pensar que sexo é natural e gênero é construído (Rodrigues, 2005). Mas Butler (2017, p. 25) desconstruiu essa ideia ao propor que "talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma". Assim, Butler indicava que o sexo não é natural, mas é ele também discursivo e cultural como o gênero (Rodrigues, 2005). Pensando desta forma, podemos concordar que fazer esse movimento dentro do feminismo torna a inclusão da diversidade e vai de encontro a pensar múltiplos feminismos e demandas de mulheres variadas, já que “devemos aprender com a história do feminismo negro [por exemplo], que nos ensina a importância de nomear as opressões, [...] não podemos combater o que não tem nome” (Ribeiro, 2014a, p. 9). Ainda a autora recorre em textos de Simone de Beauvoir para pensar nessa construção do embate histórico de gênero e como se daria as “configurações imagináveis e realizáveis de gênero na cultura” (Butler, 2017, p. 28). Ainda termina esse pensamento afirmando que, na famosa frase que já expomos acima “não se nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 1980), “não há nada em sua explicação que garanta que o 'ser' que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (Butler, 2017 p. 27).

Quando falamos nos elementos que podem tornar uma mulher de fato uma mulher, o que caracterizaria, o que seria denominar um sujeito como mulher falamos em alguns conceitos que precisariam ser mais bem explorados, por isso, trouxemos algumas definições do Dicionário de Gêneros (2016), um projeto colaborativo que tem o intuito de buscar algumas definições dadas pelos próprios sujeitos que se identificam. Apresentaremos algumas das definições abaixo.

De acordo com o Dicionário de Gêneros¹¹ (2016), temos que:

¹¹ Deixamos de sugestão alguns vídeos confeccionados pelo projeto com figuras públicas comentando sobre as definições de gênero e discursando um pouco sobre suas realidades. Temos alguns exemplos: - A cartunista Laerte com o vídeo “Transgênero”

- Identidade de gênero: “É como a pessoa vê e se sente. Tem a ver com identificação, ela pode se enxergar mulher cisgênero, transgênero, entre outros e, até não se identificar com nenhum deles”.
- Sexo: “É uma característica biológica. Pode ser masculino, feminino ou intersexo”.

Ainda recorremos a um tesouro sobre gênero e a condição da mulher na sociedade que nos traz uma visão bem parecida, ideologicamente rompedora de um pensamento conservador que incita violência ao reafirmar a exclusão e não existência de determinados sujeitos. Gênero então se configuraria como um “Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres” (Buschini, Ardaillon, & Unbehau, 1998, p. 89).

Posto isso, nosso trabalho se encaminha para entender os caminhos sociais em que o questionamento sobre ser um sujeito mulher pode atravessar e quais as respostas e definições são proferidas ideologicamente. Ainda, queremos verificar os efeitos de violência vindos dessas repetições históricas que não abrem o espaço necessário para as mudanças sociais que são clamadas já há décadas. Sendo assim, vamos explorar algumas definições no âmbito dos estudos de gênero que podem nos ajudar a elucidar a maneira de se pensar os sujeitos sociais hoje (e antes também), e como determinados enunciados já farão o trabalho de colocar um imaginário de inferioridade sob o sujeito mulher.

O fato é como dissemos, não é simples pensar o que é ser mulher. Ser mulher é ter um órgão sexual feminino, ou seja, uma vagina? Ou é algo externo, mais social como ter cabelo comprido ou usar saia? Pois a discussão se torna mais abrangente quando assumimos a construção social em que as características externas são moldadas num corpo para significar um quê de mulher. Mas em relação ao biológico, como ficariam as mulheres transgêneros e transexuais. Estas então não seriam mulheres? E no caso das mulheres negras, já que grande parte da história das mulheres é contada do lado de vista branco, dos acontecimentos

<https://www.youtube.com/watch?v=d3OIzUQgcPs&list=PLd_DrxcT5EXu4acRTYred58NfotkpYfJL&index=3>

- João W. Nery: “Homem trans”

<https://www.youtube.com/watch?v=jho0dB5a0Jc&list=PLd_DrxcT5EXu4acRTYred58NfotkpYfJL&index=6>

- Fraulem Damasio: “Mulher cis”

<https://www.youtube.com/watch?v=Ok5ljFVnBjs&list=PLd_DrxcT5EXu4acRTYred58NfotkpYfJL&index=4>

européus. Será que nesses embates a mulher negra estaria de fora dessas considerações? Sojourner Truth tem um questionamento intrigante ao enunciar “E eu não sou uma mulher?”, onde nos coloca que sua condição de mulher negra a tornaria invisível aos olhos da História, nas duas esferas de ser mulher e negra. Em suas ilustres palavras, proferiu um discurso em que nos questiona e expõe a desigualdade crua sobre o sujeito mulher negra:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?¹²

Partindo das amarras sociais tradicionais caímos na dicotomia de pensar o binarismo entre homem e mulher, entre o masculino e feminino, não cogitando outras maneiras de ser, outros sujeitos identificados fora desta caixa. O feminino como colocado inferiormente, por remeter à mulher, à fragilidade, às construções em cima de um imaginário histórico da mulher. Portanto,

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino [...], implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (Louro, 1997, p.32).

Assim, podemos buscar um olhar considerando as diferentes formas de ser mulher construída socialmente, para formar um sujeito inserido em uma determinada sociedade e cultura e produzir sentidos a partir de seu lugar discursivo. Mas, a convergência que iremos

¹² Esse discurso foi proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora (Geledés, 2014).

encaminhar neste trabalho é a de que ser um sujeito mulher na sociedade brasileira hoje significa sofrer os efeitos da violência por um gênero tido como superior que representa o contrário do imaginário de mulher nessa conjuntura.

Historicamente, os efeitos de violência sofridos pelo sujeito inferior em uma conjuntura social se mostram representados e encravados em um pensamento tipificado de homens e mulheres que são herdeiros de uma sociedade com pensamentos e crenças ultrapassados (Garcia et. al., 2018). Este modelo de sociedade entendia a mulher como inferior ao homem e assim levando num sujeito dominador a praticar violências de vários tipos e ainda uma discriminação contra a posição sujeito feminina (Garcia et. al., 2018). E neste ponto, vemos o quanto o ser feminino se torna subalterno quando colocado em confronto com o masculino, diferentes sujeitos mulheres podem apresentar uma característica feminina, o que leva direto à violência. “Tais efeitos, tão repetidos pela injunção ideológica que assegura a força fazer parecer naturalizado certo dizer e certa representação imaginária, indiciam um modo de a história se inscrever na língua, produzindo evidências” (Garcia et. al., 2018, p. 22).

Para entendermos melhor esses pontos faremos uma passagem por uma historicidade do sujeito mulher em que olharemos para os fatores que produziram os efeitos de inferioridade e as repetições desses efeitos que ecoam ainda nos dias de hoje em formas de violência em várias esferas da vida. Começaremos com a visão de Roudinesco (2008) que nos diz que há perspectivas sobre gênero que estão relacionadas com a filosofia, religião e a ciência difundidas desde o século XVI no Ocidente pelo catolicismo e aprimoradas no século XIX por correntes científicas com neurobiologia, neuropsicologia, sociologia genética e darwinismo social e assim delegam aos aspectos biológicos inatos os princípios pelas definições das características psicológicas e subjetivas dos indivíduos. Segundo Beauvoir (1980, p. 9),

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada.

Dessa maneira, podemos associar essas perspectivas com o desenvolvimento de papéis para cada gênero, como uma forma de estabelecer funções sociais e fazer com que as estruturas sociais se consolidassem. A questão é que se determinou um gênero dominador e

outro dominado de acordo com o funcionamento social. Entenderemos melhor como se deram essas determinações. O que temos é que a história das mulheres não é só delas, é também da família, da criança, do trabalho, da mídia e da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (Del Priori, 2004).

É demasiado importante olhar o contexto histórico para se falar em qualquer tipo de construção social. Nossa existência está pautada no funcionamento histórico, de maneira que tudo o que somos, fazemos e falamos hoje estão ligados com as repetições dos sentidos já cunhados pelos sujeitos sociais. Assim, entender a constituição dos papéis que são relacionados a cada gênero se faz extremamente necessário já que a violência contra a mulher está diretamente ligada com sua condição de sujeito mulher. Portanto, o que é ser uma mulher é um questionamento essencial para compreender o processo constitutivo do que faz um sujeito mulher.

Em nosso contexto da Análise de Discurso, buscamos investigar esses efeitos de mulher, que são ditos e retomados historicamente e compõe uma construção de sujeito mulher, em conexão continua com a História e o pensamento ideológico das memórias que significam ser uma mulher. Em contrapartida das resistências podemos observar memórias que foram ditas por cima das mulheres, em que o sujeito mulher era dito, não era permitido ter voz, era o silêncio das mulheres que significava o que era ser mulher. Esse calar ainda é reproduzido hoje, porém é necessário colocar à vista que as conquistas dos movimentos feministas permitiram ao sujeito mulher ser ouvida e buscar conhecimento e movimentar-se para mudar essa realidade.

Diante da dicotomia dos gêneros, temos o sujeito mulher sofrendo efeitos de evidência ao ocupar (não de bom grado) esse lugar de submissão (Butler, 2017). Do lado dominador, as imposições normativas regidas para construir e controlar uma sociedade de acordo com uma moral religiosa, uma padronização militar e regras masculinas delimitaram uma forma de ver o coletivo social que parecia a “certa” a ser seguida. Criaram-se assim regras normativas aos bons olhos da sociedade (como por exemplo a heterossexualidade, a masculinização e a branquitude) sendo reproduzidas como formas de opressão de gênero e classe.

É nessa instância que Butler (2017) caracteriza esse movimento de determinação de papéis sociais de gênero como uma “performance”. É a repetição desses comportamentos que cria a ilusão de que sua origem está em uma essência natural na vida social, ou seja, as identidades de gênero são produzidas pelas regras de feminilidade e masculinidade que o

comportamento de homens e mulheres apenas representa (Butler, 2017, p. 12). Vemos aqui o funcionamento da retomada de memórias discursivas que fazem com que os sentidos sejam capturados e signifiquem a partir da conjuntura de masculino e feminino determinada socialmente.

A performance em que Butler se refere é o confronto com a construção social desses papéis atribuídos à mulheres e homens em que não fazem parte essencialmente do sujeito biológico, mas se prendem de maneira enraizada culturalmente, sendo atualizada e reproduzida conforme à época, mas sob as demandas ideológicas dos poderes dominadores de um coletivo social. Caberia então, desconstruir e ressignificar esses papéis de forma que as imposições já há muito consolidadas pudessem fazer parte de uma construção individual e não uma maneira de submissão reproduzida historicamente. Esse é um dos pontos que podemos observar nos movimentos feministas, a sede pela mudança e rompimento dessas imposições que determinam um modo de ser mulher perante a sociedade.

Por essas vias, “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (Pinto, 2010, p. 15). Esse é o destino ao qual muitas mulheres passaram para poder romper com essa corrente de violência. Mesmo que haja a opressão, na outra ponta há a resistência puxando e fazendo funcionar os meios sociais. Para entendermos as essências das construções de papéis de gênero, iremos passear por algumas vias determinantes que marcam a submissão e inferiorização da mulher socialmente através de aparelhos ideológicos formulados e reproduzidos pelo social, de maneira que continuem a produzir sentidos de uma duplicidade normativa e uma separação extrema do “ser” desses sujeitos.

Partindo dessa separação, estamos trabalhando no entendimento do fruto das relações e funcionamento social, onde temos a visão de Scott (1995, p. 14) que nos coloca o gênero e suas conceituações em uma esfera social como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Assim:

os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino (Scott, 1995, p. 14).

Discursivamente, houve atribuições à mulher que consolidaram essa imaginária construção sobre gênero fazendo com que a forma construída que temos hoje viesse de uma reprodução histórica dos modos de viver em sociedade. Assim, por diversos fatores as mulheres hoje são vistas e sofre esses efeitos de um sujeito dito e moldado a partir do lado dominante da história, de modo a ressoar os efeitos dessas determinações mesmo antes das mulheres se tornarem sujeito mulher. Por exemplo, quando pensamos em rosa é cor de menina e azul é cor de menino, já estamos reproduzindo papéis que as crianças irão se submeter. Mas como entender que rosa é cor de menina se não há no sujeito nada ao que indicaria esta determinação?

Para uma breve interpretação deste ponto, podemos recorrer à lei de arbitrariedade do signo de Saussure (2006) para definições linguísticas em que o autor nos diz que não há em um objeto nada que o qualifique a ter aquele signo, a palavra atribuída para descrever que um objeto é o que é puramente uma convenção social que torna a língua moldada da maneira que conhecemos. Entrar nesta discussão significa abordar mais do que as superficialidades, mas trabalhar como Saussure (2006) que entende significante e significado, olhar para a imagem construída e a conceituação que se atribui para o signo “mulher”.

Entender em Saussure não somente a questão da arbitrariedade, mas a noção de valor nos proporciona uma gama de significações para pensar o que “mulher” poderia representar e significar a partir das considerações sócio-histórico-ideológicas. Dessa forma, “alguns signos, embora tenham os mesmos significantes, podem possuir valores diferentes ao serem contrapostos uns aos outros” (Santos & Chishman, 2015, p. 251).

Essa imagem é colocada a partir de construções ideológica-sociais em cima do sujeito mulher e suas significações se dão em como a sociedade recebe e reproduz esses parâmetros de acordo com o que é conhecido e disseminado.

Sendo assim, o que determinaria que rosa seria cor de menina? Vemos muitos exemplos relacionados à imagem de menina e mulher, onde há essas separações a partir da cor: em chás de bebês, em lojas de brinquedos, nas próprias cores dos brinquedos, em materiais escolares, em roupas etc. Pensar na reprodução mercadológica que reafirma que existe uma cor específica para menina e outra para menino e que elas não se misturam ou deixam de pertencer aos seus sujeitos e que transgredir essa norma seria contra o que é pregado socialmente (levando à violência), vemos aqui presente os efeitos ideológicos de uma construção social sob o que se acha e o que de fato é “coisa de menina”. Tivemos um exemplo

no capítulo anterior sobre o discurso “não quero ser princesa e sim revolucionária” como uma forma de rompimento desses discursos pré-determinados sobre o que é ser mulher.

Esse uso social determinado pela ideologia para a cor rosa para as meninas marca “a interpelação ideológica do sujeito feminino, a posição do sujeito mulher [que] é constituída por um discurso patriarcal, machista, que coloca a mulher em um lugar de submissão, de sexo frágil, de objeto” (Garcia & Sousa, 2014a). Desse modo, o que determinará essas constituições atreladas ao gênero são as condições de produção históricas juntamente com a ideologia social produzindo sentidos sobre os sujeitos. Por um olhar histórico se pegarmos o funcionamento da cor rosa e azul por exemplo, veríamos até o século XIX (Apinagé & Santos, 2019) elas eram atribuídas aos sujeitos inversamente, ou seja, azul era associado a meninas por ser uma cor mais suave (remetida então à fragilidade do gênero) e rosa por ser mais vibrante era dada aos meninos por representar esse papel de “guerreiro” e “forte” ao qual esses discursos estão ligados.

Em 2018, uma polêmica envolvendo esta construção de gênero relacionada às cores, partiu de um discurso da então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves no governo vigente, em que podemos perceber uma ideologia conservadora partindo de seus discursos inscritos socialmente, marcando então a inferioridade do sujeito mulher atrelados aos costumes tradicionais do patriarcado.

Em seus dizeres, reproduziu um discurso em que afirmava “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” em uma tentativa de consolidar essa diferenciação dos papéis de gêneros numa conjuntura ideológica de repúdio à inversão de papéis masculinos e femininos por seus sujeitos. Podemos observar a contradição presente nessa conjuntura discursiva em que o acontecimento de Damares à frente de um ministério que deveria zelar pelos direitos da mulher apenas coloca em destaque o quanto está enraizada essa cultura patriarcal e machista que submete às mulheres às suas próprias imposições e amarras sociais.

Assim, considerando um processo parafrástico, segundo Orlandi (1999a, p. 36), “são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. A então retomada da memória discursiva, nos coloca frente ao jogo ideológico-histórico que evidencia os sentidos no discurso da ministra que são reforçados e intrincados no assujeitamento coletivo e refletem em uma escolha de determinações de gênero. Para sintetizar,

Até o século XIX, meninos usavam rosa, por ser uma cor forte, associada ao vermelho, e as meninas usavam azul, por ser uma cor delicada. A partir do século XX, houve um deslocamento no sentido das cores, e quem poderá dizer quais serão as cores “convencionais” daqui a alguns anos? Ou seja, o enunciado proferido pela ministra é, em AD, não uma mera metáfora estilística, mas sim uma metáfora discursiva, noção pela qual se assume o caráter ideológico da linguagem e o jogo de força implicado em seu uso, pois articula termos de outros contextos discursivos (ORLANDI, 2005) para discursivizar temática (propor/negociar sentidos) de outra ordem, isto é, neste caso aqui, para (re)definir conduta/visão a ser “imposta” no contexto político do novo governo, que reage aos posicionamentos em relação à liberdade de gênero (Apinagé & Santos, 2019).

Há mais em determinar apenas uma cor para deixar marcado o discurso do feminino e da feminilidade, quando olhamos para sujeitos LGBTQIA+ e a opressão de gênero ao qual estão submetidos também diante da atribuição de papéis sociais. No processo histórico podemos pensar em como as roupas também foram um fator de determinação para colocar a mulher em um molde estereotipado e ao longo das atualizações culturais como as mudanças ainda se (re)significam a partir da expressão corporal do sujeito. Ao longo dos séculos, uma das mudanças notáveis nos atores sociais são as vestimentas, usadas para a representação do sujeito referindo-se ao seu gênero, classe, etnia, cultura, tribo, religião, profissão etc. Podemos então marcar a roupa como um aparato de controle cultural que joga com a significação do sujeito enquanto capturado ideologicamente pela cultura em que está inserido.

Parece haver permanentemente uma luta de forças e a moda sempre toma partido, ora ajudando as mulheres a ficarem mais livres, ora arregimentando obstáculos a essa liberdade através de roupas e acessórios limitantes, como os saltos altíssimos, que impedem o caminhar fluido, as saias curtíssimas ou extremamente justas, que inibem movimentos espontâneos e assim por diante (Strey, 2000, p. 154).

O uso de calças pelas mulheres foi uma grande conquista feminina, onde antes mesmo as mulheres de classes mais baixas ainda eram capturadas culturalmente pelo uso de vestidos e saias. Hoje podemos ver essa peça de roupa sendo usada tanto por sujeitos homens e mulheres, mas ainda há modelos e confecções que separam o gênero¹³. Ainda que ambos usem o mesmo tipo de peça, não há o movimento contrário, homens (na cultura brasileira¹⁴)

¹³ Podemos até citar a calça jeans em estilo “boyfriend” (namorado), que seriam jeans maiores e mais largos parecidos com modelos masculinos, mas confeccionados especialmente em tamanhos e modelo para mulheres.

¹⁴ Em outras culturas, como na Irlandesa, podemos observar homens usando a peça de roupa saia, mas em um modelo específico, feito para homens moldada em tradição cultural.

não usam vestidos ou saias, essas são “coisas de mulher”. Ao vermos homens usando “roupas de mulher” este sujeito é colocado rebaixado à categoria sujeito homem, sendo motivo de chacota ou inferiorização, evidenciando mais uma vez o lugar submisso do sujeito mulher diante dos aparatos culturais. Mesmo rompendo as barreiras, ainda há as condições de produção sociais que cunham as normativas às quais os sujeitos que não se adequem, mesmo considerando os avanços sociais, são marginalizados de um conceito social de respeito, estando fora de uma construção moral tradicional e assim passíveis dos efeitos de violência.

Por outro lado, a roupa se volta mais uma vez contra a mulher enquanto usada como referência à violência como abusos, agressões, estupros. As roupas são questionadas tanto quanto as próprias vítimas de violência no contexto em que estavam e seu tamanho e comprimento. Mais uma vez servindo de controle e imposição em que um sujeito mulher pode usar determinados tamanhos de saia, por exemplo, ou estaria passível de violência, estaria “autorizando-a”, ou caso use roupas muito masculinas ainda sofre violências de se colocar no seu lugar de mulher “frágil”, “delicada”, “feminina”, não sendo possível dividir o espaço do sujeito homem na conjuntura cultural. Outro tipo de efeito violento causado por construções sociais que podemos ambientar aqui é sobre padrões de beleza e estética, em que a moda e o mundo *fashion* juntamente com a mídia e os aparatos de comunicação teriam um papel de demarcar determinações ao corpo do sujeito mulher, um corpo que deva ter um determinado peso, altura, cor, cabelo, pele, formato, ou estaria fora dos moldes necessários para ser de fato uma mulher.

Seja pelo sentido atribuído à roupa, ou por suas restrições, como o espartilho, o salto alto, o sutiã, “a mensagem dessas roupas era clara: a mulher continuava pertencendo ao sexo fraco. Entretanto, o uso desse tipo de roupa não significava necessariamente, a aceitação do *status quo*” (Strey, 2000, p. 153). Por todas essas vias, ainda a mulher pertence a essa posição de sujeito inferior do sujeito homem, um “outro”, no que diz Beauvoir (1980), coloca nesse sentido o sujeito mulher à sombra de uma ideologia dominante. Mas, reforçando há a resistência no jogo sócio-histórico-ideológico, que aqui observaremos a partir dos discursos dos movimentos feministas:

o corpo não escapa à determinação histórica, nem a interpelação ideológica do sujeito, sendo o corpo do sujeito ligado ao corpo social e atravessado por uma memória que o significa. Contuso, sempre há a incompletude, a falha, o possível e a abertura para outros sentidos e dizeres (Garcia, 2017, p. 334).

Posto isso, é necessário olharmos um pouco também para como a mulher se coloca na língua, o que as palavras falam do lugar desse sujeito mulher na sociedade. Pois é na língua que os espaços de construções e de contradições são formulados e refletidos no social, produzindo significações aos discursos históricos que se reproduzem no coletivo. Partindo dessas e outras determinações, podemos encontrar enunciados que se inscrevem na língua e produzem também esses efeitos de inferioridade do sujeito mulher.

Podemos encontrar discursos de diversas esferas em que dizem de um sujeito mulher carregando não somente estigmas e estereótipos, mas pesos históricos de como ser uma mulher, do que fazer, dizer, como se comportar e qual papel está autorizada a desempenhar. “Os instrumentos linguísticos estabilizam sentidos que acabam por marcar uma violência, pela língua, contra a mulher” (Garcia, 2017). Tais discursos sobre o sujeito mulher carregam uma opressão histórica em que não seria o papel desempenhado ou a posição em que a mulher estaria atravessada, mas o modo que socialmente essas determinações se tornam violentas e impositivas.

Vejamos alguns exemplos de enunciados que marcam esses lugares dos sujeitos em diferentes níveis, mas evidenciando a construção dos papéis. Apinagé e Santos (2019) nos trouxeram algumas considerações para pensarmos esse jogo linguístico de gênero:

- a) Menino/homem brinca com carrinho e menina/mulher brinca com boneca;
- b) Menino/homem joga futebol e menina/mulher faz ballet;
- c) Menino/homem usa cabelo curto e menina/mulher usa cabelo comprido;
- d) Menino/homem é forte e menina/mulher é sexo frágil;
- e) Menino/homem assiste a jogo e menina/mulher assiste à novela;
- f) Menino/homem trabalha fora e menina/mulher cuida da casa;
- g) Menino/homem é da área de exatas e menina/mulher é da área de humanas;
- h) Menino/homem é bruto e menina/mulher é sensível.

Há atribuições à atividade mais leves, mais seguras, que demandem uma função séria quando se olha para os papéis da mulher. Atividades ligadas ao lugar da casa, ao lar, ao cuidado, à maternidade são os únicos possíveis lugares para se colocar uma mulher, ou ao contrário ela seria capaz de acabar com o sistema patriarcal e masculino cunhado socialmente e com tanto empenho durante séculos.

No espaço privado, estaria a posição de dona de casa e, conseqüentemente, a construção da imagem de uma mulher que cuida de sua família, que assume obrigações domésticas, ou seja, que, de uma forma ou de outra, garantiria o bem-estar e a ordem no ambiente familiar. Uma ordem, portanto, que se caracteriza pela posição histórica da “mãe de família”, da “mulher casada”, de “reputação inatacável” (Garcia, 2017, p. 81).

Quando pensamos no âmbito privado, novamente não generalizando para todos os tipos de mulheres, mas mesmos as que saíam para trabalhar porque não tinham escolha, os trabalhos faziam essa reprodução do lar, como se a ocupação primordial das mulheres fosse estar ligada ao ambiente privado. Também a reprodução da maternidade como inata nas mulheres as forçou a escolher empregos cuidando de crianças ou relacionado a isso e, quando não, a mulher do lar aparecia em cena como se a capacidade fosse reduzida a apenas cuidar de uma casa e seus afazeres. Esse sujeito mulher sofre os efeitos discursivos de uma construção histórica que a determina lugares autorizados para ela estar, e se não se enquadrar há outra esfera de denominações que recaem sobre ela. Esta imagem, estaria então atrelada ao modo de funcionamento dos instrumentos linguísticos produzindo sentidos sobre esse lugar de opressão a partir das imposições sobre o sujeito mulher. Com isso, “no espaço público, do mundo, estaria a posição de prostituta e a imagem de uma mulher perniciososa, que é desprestigiada socialmente pela sua atividade social e que, ao contrário, contribuiria para a desarticulação de uma possível ordem familiar” (Garcia, 2017, p. 81).

Os sentidos permitidos ao sujeito mulher são muito bem delimitados colocando-o em via de controle constante pelos mecanismos de inferioridade presentes em toda a esfera pública ou privada. Haverá um sujeito homem, ou sujeito mulher que reproduzem esta ideologia, dizendo a outra mulher o quão errada ela está por fazer qualquer coisa. Não importa o quanto o sujeito se submeta para caber nas molduras do patriarcado, haverá algo faltando ou não suficiente que colocará a mulher do lar ou a puta como erradas e questionadas e, conseqüentemente passíveis de violência. Ao transgredirem os papéis colocados para cada sujeito, há um deslocamento social da ordem, onde mantê-la juntamente com tradições configura o funcionamento dos aparatos de controle ideológico chamado, por exemplo, de mundano (para a Igreja), marginalizado (para o Estado), puta (para a sociedade). Assim, um sujeito mulher/menina que rompe essas imposições e faz algo como “jogar futebol”, “usar cabelo curto” ou “brinca de carrinho”, é logo colocada em seu lugar determinado, ouvindo que “não é coisa de menina” e recai um estigma masculinizado sobre este sujeito, que ainda assim não é respeitado por estar indo contra a natureza construída socialmente.

Pela outra via, quando um sujeito homem/menino é capturado por ações como “fazer ballet”, “usar rosa”, “usar cabelo comprido” ou “brincar de boneca”, este sujeito é completamente inferiorizado por seus modos femininos e a retomada de uma memória de mulher. Percebemos o quanto o feminino é desprezado e oprimido ao ser colocado socialmente em uma caixa moldada pela ideologia dominante que oprime o sujeito mulher, e no momento que há um rompimento dessas determinações é quando vemos a chamada resistência, atuando como movimentos feministas e fazendo circular outros sentidos sobre esse sujeito.

Se pensarmos que esses sentidos poderiam ser outros e que esse rompimento traria uma grande mudança social em que o entendimento da construção de gênero, do nosso modo de viver e pensar estar ligado à cultura e lugar em que vivemos, poderíamos diminuir os índices de violência contra todos e ainda nos vermos livres das amarras imaginárias do gênero e de sua interdição ideológica. Mas é válido questionar: por que esse sujeito mulher é tão inferiorizado? O que torna essa não aceitação em caber apenas em lugares demarcados como passível de sofrer violência? Talvez não encontremos respostas concretas para essas perguntas, mas podemos nos utilizar das reflexões discursivas para traçar um sentido a partir das evidências e dos resquícios da História que nos é apresentado. Dessa maneira, entenderemos melhor como se constroem as denúncias e manifestos nas ruas e nas redes presentes em nosso *corpus* e então traçar um caminho analítico para dialogar com esse sujeito mulher com a violência vinda da construção de gênero. E assim, entender quando a Análise de Discurso nos diz que “não há censura completamente eficaz: os sentidos escapam, pegam a gente a seu modo” (Orlandi, 2007, p.131).

São nas pequenas frestas, nas falhas quase imperceptíveis, ou mesmo nos grandes gestos gritados ao mundo que a AD vai olhar e desvendar os sentidos intrincados naquele dizer. Vai reconhecer as contradições e as retomadas da memória e então, se deixar capturar ideologicamente para que seu sujeito signifique na teia do discurso. Mas é sabido que por mais que a censura, as imposições e a violência se perpetuem ainda há uma gota de resistência em cada palavra, em cada sujeito há a força da luta de classes sempre presente em que o puxa-puxa da ideologia pende e depois despende de novo.

“Para tentar, talvez, isentar-se da responsabilidade de ter sido autora da desigualdade social e política, na sociedade, implantou-se uma visão cultural de que a mulher é inferior ao homem e não pela educação que lhe foi negada”. (Rodrigues, 2011). Este é um ponto que essa autora nos traz, pensar que a negação da educação foi o primeiro passo para manter uma áurea

inferior sob a mulher e assim lhe atribuir funções e determinações que caracterizariam um modo de viver relacionado aos sexos.

Podemos observar em nosso *corpus* analítico algumas imagens que carregam discursos sobre educação e sobre o lugar que as mulheres querem conquistar nas escolas, universidades e academias. Temos na teoria apenas, uma igualdade e possibilidade de mulheres estudarem da mesma forma que os homens hoje, mas na prática o que vemos é uma contínua inferiorização onde encontramos menos espaço para a mulher na educação e no mercado de trabalho. Se pensarmos nas múltiplas jornadas que as mulheres exercem como vida profissional, cuidar da casa, dos filhos e da família, o espaço a ser conquistado na educação e ingresso em níveis superiores é muitas vezes mais difícil.

Ainda assim, as podemos apreender os questionamentos dessas informações a partir das considerações sobre contradição, ao mesmo passo que há a opressão da sociedade sobre o sujeito mulher, há a tomada de caminhos pela via contrária e as lutas em que o sujeito mulher conquista esses espaços e produz uma nova significação dentro da esfera de gênero.

Todo esse contexto define as posições discursivas por meio de determinar o rompimento das construções dadas para o sujeito mulher a partir do momento em que as condições de produção inscrevem um deslocamento de sentidos para os discursos de liberdade para este sujeito. O rompimento desse pensamento acontece quando olhamos dados que nos dizem que:

as mulheres aumentaram em um ano a escolaridade média em relação aos homens. 'É a maior conquista das mulheres brasileiras terem conseguido se educar no século 20. Embora, a gente não tenha construído a igualdade, a gente conseguiu realmente uma vitória. Não houve política pública que facilitasse isso. Foram decisões pessoais das mulheres', afirmou [Hildete Pereira de Melo], acrescentando que no Censo 1900 as mulheres eram analfabetas e terminaram o século 20 mais escolarizadas do que os homens (Agência..., 2019b).

Apesar de encontrarmos essas conquistas sendo realizadas e concretizadas na vida do sujeito mulher, ainda observamos uma sobrecarga e salários mais baixos que os dos homens, em que essa mudança e equilíbrio nas estatísticas da escolaridade ainda não refletem na desigualdade salarial entre eles (Agência..., 2019b). Dessa maneira, podemos ver mais uma vez a reprodução dos mecanismos de controle da mulher por meio da sociedade em que a colocam em uma esfera rebaixada ao homem, onde também na esfera econômica há desigualdade. Analisando historicamente, os meios de controle e submissão impostos nunca

permitiram uma evolução independente do sujeito mulher em relação à família ou parceiros. De fato, quando as mulheres buscam se rebelar ou se desfazer dessas amarras são taxadas como “indecentes”, “putas”, “bruxas” etc.

Essas denominações provocam discursos negativos, em que tais termos seriam referentes a mulheres submissas, que seguissem as imposições da sociedade patriarcal. Pela via contrária, se essas mulheres enfrentassem esse sistema e rompessem com esses discursos de controle e dominação, estas recebiam (e ainda recebem) designações discursivas com efeitos de sentido pejorativo. Assim,

para essa mulher, os poucos sentidos permitidos já eram ditados desde a infância, ser mulher era seguir uma cartilha de bons modos, adequados comportamentos, prendas domésticas, enfim, ser mulher equivalia a viver uma situação de servidão em relação ao homem, ao poder dele como provedor material (chefe da casa) e como garantia da família (o nome do pai ou do marido) (Pacífico, Romão, 2006, p. 83).

Se voltarmos um pouco, no período conhecido como Idade Média, houve movimentos conhecidos como “caça às bruxas”, onde aconteceram genocídios na Europa e nas Américas que se instauraram majoritariamente contra o sexo feminino, onde para cada 10 bruxas, apenas um bruxo era executado (Alves & Pitanguy, 1985, p. 21). Podemos pensar nas denominações nesse caso também, ao associarmos “bruxa” a algo ruim e indevido e, ao adjetivo masculino usarmos “feiticeiros” ou “magos”, se mostrando como detentores do saber enquanto as mulheres eram apenas dissimuladas e/ ou manipuladoras com sua magia. Consequentemente eram taxadas de bruxas, eram caçadas, expostas em praça pública, muitas vezes torturadas e enfim queimadas vivas para servir de exemplo a não desrespeitar a ordem.

Existe, nessa perseguição às ‘feiticeiras’, um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação, que escapavam ao domínio masculino (Alves & Pitanguy, 1985, p. 21).

Todo o conhecimento adquirido pelas mulheres nessa época, de cozimento, tratamento de doenças com plantas e ervas medicinais e outras atividades em que os homens não participam as colocavam nesse lugar de violência autorizada. Qualquer lugar em que as mulheres rompessem as atividades com o lar, o marido e o silêncio eram (e ainda é) considerados uma transgressão, um lugar não pertencente a esse sujeito mulher. Essas maneiras de se inscrever dizeres sobre o sujeito mulher marca lugares de rompimento de um

feminino tradicional e das construções determinadas para esse sujeito ao longo da história de acordo com sua ideologia social. A respeito desse fenômeno histórico, implica-se apreender seus desdobramentos ainda na atualidade e considerar seu endereçamento a mulheres que resistiram às inúmeras formas de desapropriação das quais foram vítimas (Federici, 2019). “A caça às bruxas nunca terminou, mas as mulheres também nunca deixaram de resistir” (Federici, 2019).

Outras formas de perseguição e extermínio feminino foram observadas durante a Inquisição, que por volta de 1536 se estabeleceu pela Igreja Cristã em Portugal com o intuito de não tolerar delitos morais e heresias e, por consequência, [devido à não aceitação das imposições] as mulheres eram as mais comuns criminosas e desvirtuadas (Vainfas, 2017, p. 117). Também discursos médicos que buscaram firmar a inferioridade da mulher através do seu sistema biológico, seu corpo físico, suas formas de pensar (tratando como uma única e universal), sem contar com as incapacidades intelectuais que se faziam acreditar. E ainda fortemente os discursos religiosos que impunham e moldavam de maneira contundente os valores da Igreja como instituição e dona de uma única premissa verdadeira. Nos dias de hoje ainda encontramos discursos como estes que desconsideram toda a trajetória histórica que se formaram e tentam justificar suas imposições e padrões pelo viés do medo e rigor, seja científico ou religioso.

Ainda podemos olhar no período Renascentista, em que fica marcada muito fortemente a questão de retirada de direitos da mulher. É proibida a atuação profissional feminina, sendo um reflexo das leis da Legislação Romana e pelo mesmo viés são mal-vistas as mulheres que se aventuravam (ou mesmo necessitavam desesperadamente) a trabalhar fora dos domínios domésticos enquanto para os homens o trabalho ganha uma conotação de dignidade e mudança de mundo (Alves, Pitanguy, 1985, p. 26).

Novamente reiterando que não podemos colocar a História das mulheres como apenas uma, o que fazemos é um apanhado da historicidade que reflete nos modos comportamentais da sociedade que fazem funcionar até os dias de hoje. Se pensarmos nas mulheres negras, em épocas como esta estavam sendo escravizadas sem o direito de escolha de trabalhar fora ou não e, da mesma forma, as que estivessem livres, a História nos mostra que essa mulher não teria escolha e sim deveria trabalhar para sustentar uma falta de apoio Estatal por sua liberdade não respaldada financeiramente.

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o

sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa (Fonseca, 2004).

Observamos uma retomada onde a negação de direito à educação e, conseqüentemente, ao trabalho coloca o sujeito mulher em um local novamente de dependência e obediência aos postulados de uma sociedade patriarcal, em que diferentes mulheres não tiveram escolhas e dessa forma possibilidade para mudar o rumo de sua jornada. Mas ainda assim, como vimos e continuamos a ver, as relações de contradição e rompimento sócio-histórico-ideológico nos fornecem as evidências necessárias para pensar nesse sujeito mulher por outra via. Ainda que essas submissões e inferioridades projetem efeitos de violência no sujeito mulher, podemos enxergar fios de um tecido de resistência diante de toda essa História de injustiças. É por essa via que trabalharemos na segunda parte deste capítulo, discursando sobre como a mulher, inserida nos movimentos feministas foi capaz de quebrar com uma corrente de violências contra seu sujeito e se ressignificar nos dias de hoje para que pudéssemos pensar sua trajetória e viver com um pouco mais de igualdade diante desse contexto.

Vemos ao longo desta parte o quanto a construção social de gênero afeta o sujeito mulher, mas afeta também o sujeito homem, que está moldado juntamente nesta conjuntura produzindo sentidos a partir das retomadas históricas. O ponto é que, apesar de ambos apresentarem determinações sobre um “ser” de seu sujeito, é ainda o sujeito mulher que está submisso. Tais papéis e discursos foram construídos por uma estrutura machista e patriarcal ao longo da História e, portanto, ao se delimitar uma forma de “ser mulher” cria-se o funcionamento de uma ideologia dominante opressora que reproduz esses papéis dentro contexto social. Apesar das determinações apresentarem um lugar bem demarcado da inferioridade feminina, não nos esqueçamos dos vestígios de resistências que são deixados a cada imposição. Para cada nó há um rompimento. Para cada silenciamento há uma voz gritando e ressignificando toda uma jornada opressiva de gerações. Assim, conforme Orlandi (2012, p. 213), “[...] nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência”. Pegaremos esse pensamento para dar continuidade a seguir sobre a resistência feminina representada pelos movimentos feministas e entender como se dá esse jogo ideológico perante a teia histórica.

Desse modo, o que seria então possível assumir dos sentidos legitimados sobre o sujeito mulher? Como trabalhamos, não teríamos uma resposta para essa pergunta, apenas reflexões. Se o que caracteriza uma mulher é construído em premissas de uma sociedade organizada controlada por sujeitos homens dentro de uma estrutura patriarcal e machista, temos que buscar as mulheres que falam por si e não as que são faladas nessa instância.

Assim, em nossa concepção, ser um sujeito mulher é um constante “ressignificar-se”. É através de sua história buscar novos meios de rompimento e lutas constantes para que possamos talvez um dia enxergar de fato uma igualdade e justiça para todos os atos de violência cometidos contra o sujeito mulher apenas por ser uma mulher. As contradições sociais vão estar lá para nos mostrar que por mais que a ideologia patriarcal e machista queira manter a mulher em uma caixinha fechada, sem direitos, é possível romper com esse ciclo através da resistência. E isso determina os discursos que circulam socialmente ora com um efeito de repetição, ora de ruptura. E nesse efeito de ruptura, as rachaduras do tempo e da história mostrarão discursos diferentes, narrativas de resistência e combate à violência.

2.2 A historicidade dos movimentos feministas

A luta das mulheres é vista há muitos anos como um movimento voltado para beneficiar apenas o sujeito mulher, mas devemos entender que não somente dessa maneira o funcionamento feminista se dá no âmbito social. Em uma sociedade regida por uma ideologia patriarcal e machista observamos os efeitos da violência contra a mulher intrínsecos nessa conjuntura. Para entendermos as determinações que fazem funcionar o meio social ao qual estamos submetidos é necessário traçarmos uma linha da historicidade de como o sujeito mulher se insere no social e assim conseguiremos em contradição ir visualizando a atuação dos movimentos feministas e seus efeitos que nos afetam até hoje.

Traçaremos essa linha referente ao Brasil de modo a explicitar as condições de produção discursivas, mas não deixando de levar em conta que não é uma História isolada, há fatores externos que ajudaram a compor o que conhecemos no passado e o que vivenciamos hoje sobre o funcionamento da luta pelos direitos das mulheres na sociedade. Ao olharmos para o Brasil, podemos associar uma tríade Histórica referente à concentração de terra, a escravidão e o patriarcado como regentes e fundadores do pensamento ideológico que contradiz o que as lutas feministas buscam.

Estes traços são fundamentais para entender a História do Brasil, não só das mulheres, mas para a construção dos sujeitos, para entendermos a forma ao qual pensamos, falamos e

agimos. Pensar a desigualdade que ainda está presente socialmente vinda como reflexo desses períodos é assustadora. Para citar algumas formas de opressão, em condições de produção diferentes, temos o racismo, o machismo, a homofobia, sendo construídos e ainda tão intrincados no social, retomando sentidos dentro e fora do universo dos movimentos sociais em que eles buscam combater, mas ainda são submetidos e separados por ele. Para nosso trabalho, não cabe entender a amplitude de todos os movimentos contra as desigualdades, mas podemos pensar conjuntamente a maneira como se inscrevem produzindo sentidos de luta e resistência.

Por exemplo, quando pontuamos que utilizaríamos o termo “movimentos feministas” no plural foi para justamente fazer parte de uma visão inclusiva por observarmos diferenças e exclusões vindas a partir da separação das lutas. Quando pensamos no feminismo negro, no feminismo indígena, no feminismo lésbico, no transfeminismo, entre outros, vemos uma fragmentação das lutas, mas uma pluralização para lembrarmos que o movimento não é somente feito de mulheres brancas de classe alta, como foi em seu início, mas sim para pontuar que há necessidades diferentes entre as mulheres, as lutas são uma, mas o objetivo gira em torno de: liberdade e fim da violência.

A respeito do patriarcado, ainda muito regente atualmente, podemos pensar em quantas leis já existiram garantindo que a mulher fosse propriedade do marido, ou seja, o sujeito homem era o chefe da família e conseqüentemente dono de sua mulher e suas filhas. Isto de um modo prático, vemos uma esfera pior em sociedade que mesmo após a revogação e muitas dessas regras ainda há um imaginário social de que o homem deva ser o “chefe da casa”, deva controlar o dinheiro e autorizar determinados comportamentos referentes à mulher e muito mais.

Sobre os efeitos de violência feminina, a História do Brasil é feita de violência desde sua constituição. Temos a violência como um discurso fundador em nosso país (Orlandi, 1993). A primeira forma de opressão de classe foi a dos homens diante das mulheres (Engels, 1962), onde temos que a marcação social da diferença entre os gêneros estão imbricados com a condição de gênero, amplificando assim a opressão (Venturini, 2020) e perpetuando os efeitos de violência sobre o sujeito mulher. Sendo a base fundadora a opressão, no Brasil em seguida é a vez do período da escravidão, mesmo nessa conjuntura, já é possível vermos uma divisão sexual do trabalho, seja entre as patroas brancas ou as mulheres negras escravizadas que exerciam funções como costurar, cozinhar, cuidar dos filhos da senhora, colheita etc. Aprofundaremos nesse ponto e no seguinte um pouco mais adiante.

As próximas opressões que podemos observar são as que iriam vir a partir do trabalho das mulheres. Numa conjuntura das Revoluções Industriais pelo mundo, as mulheres (brancas em sua maioria) começaram a trabalhar em indústrias e minas, mas mesmo com algumas destas conquistas ainda havia uma segregação e inferioridade relacionadas aos trabalhos atribuídos às mulheres. Na condição das mulheres negras escravas, víamos um o tratamento era diferente por haver uma ideia de que elas seriam mais fortes, por isso desempenhariam trabalhos desumanos sem a distinção de ser uma mulher apenas uma exploração pelas suas condições. Essa distinção era posta de lado quando explorada suas possibilidades de gerar novos escravos ou servir diretamente a senhora em seus aposentos.

Quando falamos no começo desta parte sobre como os papéis de gênero impõe algumas regras tanto escritas judicialmente, quanto imaginárias, podemos nos referir ao Código Civil Brasileiro desde 1916 que atestava a mulher como propriedade de seu marido (Jusbrasil, 2016). Somente em 2002, com um novo Código Civil, a mulher passa a ter direitos mais igualitários diante das mudanças sociais (Jusbrasil, 2016). No entanto, estas leis estiveram em vigor no país até 2002, ou seja, mais de 15 anos atrás essa legislação autorizava determinados discursos e atos contra a mulher pelo simples fato de estar em um matrimônio.

Para tanto, o regime de controle a que as mulheres estiveram submetidas fizeram surgir um fervor de rompimento em que não foi mais possível aceitarem caladas às injustiças sociais e inferioridades impostas pelos sujeitos homens. Assim, falando nos moldes da Ideologia para a AD, o ponto em que uma esfera violenta e de submissão é traçada sobre o sujeito mulher, vemos criar-se uma relação necessária entre linguagem e mundo (Orlandi, 1999a, p.47).

Como já colocado, o sujeito mulher recebeu uma condição de silenciamento em que era falada de sim e nunca por si, então os discursos enunciados nos mostram essa esfera característica de uma sociedade regida pelo patriarcado e refletida em modos de viver machistas que negaram e violentaram os direitos de igualdade das mulheres, colocando-as nesse lugar sem voz e com efeitos de desigualdade. Dessa maneira, os feminismos vieram para lutar por uma realidade não violenta contrária a essa conjuntura que conhecemos.

O feminismo nos leva à luta por direito de *todas, todes e todos*. *Todas* porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. *Todes* porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero – e de sexualidade – e isso veio interferir no todo da vida. *Todos* porque luta por certa ideia de humanidade (que não é um humanismo, pois o humanismo também pode ser um operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das

mulheres, dos outros gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e, por isso mesmo, considera que aquelas pessoas definidas como homens também devem ser incluídas em um processo realmente democrático, coisa que o mundo machista - que conferiu aos homens privilégios, mas os abandonou a uma profunda miséria espiritual – nunca pretendeu realmente levar à realização. (Tiburi, 2019, p. 11-12).

Partindo das premissas feministas, é necessário reiterar que não é natural essa submissão feminina e toda essa ideia de inferioridade foi construída juntamente com o que discutimos sobre papel de gênero, na verdade são os efeitos ressoando sobre o sujeito mulher vindo dessas determinações. Podemos ter em mente que o lugar discursivo em que se colocam essas determinações parte de entender as construções ideológicas em que a sociedade está permeada, dessa maneira assumimos que vivemos envoltos a um sistema regido pelo capitalismo em uma esfera patriarcal onde os mecanismos de controle estão nas mãos de sujeitos homens, em sua grande maioria homens brancos e com poder aquisitivo.

Entendemos por patriarcado "o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) [que] abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública" (Pateman, 1993, p.167). Estamos inseridos nesse modelo de sociedade, onde podemos observar historicamente uma organização do mesmo tipo durante a grande maioria os modelos de sociedade ao qual o ser humano passou.

O sistema patriarcal era, principalmente, reproduzido pela elite urbana, composta pelos comerciantes, profissionais liberais e altos funcionários públicos, que tinham maior acesso aos saberes dos médicos e dos padres, mas também pelos pobres e escravos. Segundo Fischer (2001), a religião desempenhou um papel importante neste sistema, sobretudo para a manutenção dos valores vigentes [...] (Boris & Cesídio, 2007, p. 458).

Dessa forma, em diversos âmbitos da vida pública ou privada, desde modelos sociais urbanos ou rurais (atualmente, mas não somente, outros modelos de outras épocas também entram nessa instância), o sujeito mulher foi e é colocado nessa posição inferior a partir de discursos dominadores e aparatos de controle social. Podemos, então, observar os modos de criação do gênero e do que se espera de uma mulher, a partir das colocações vindas de uma sociedade patriarcal ao longo da História e que se utilizam desse poder para formar gerações inseridas na mesma ideologia.

Partindo destes entendimentos, uma sociedade banhada pelas garras do patriarcado consiste em submeter o sujeito mulher em função de soberanizar os sujeitos homens,

estabelecendo um imaginário de poder sobre o sexo masculino em que a ideia de um “chefe da casa”, “pai de família”, se instaura e repete sentidos de imposições e violências. “‘Patriarcado’ vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai” (Delphy, 2009, p. 174). Assim, a produção de sentidos se dá na relação do funcionamento da língua com o funcionamento da ideologia e da história (Orlandi, 1996b).

Assumindo o que Mariani (2003, p. 66) nos diz, “alguns significantes ‘tomam corpo’ na história, prendem-se a sentidos e se tornam signos para uma dada posição-sujeito de onde um sujeito enuncia em determinadas condições de produção, já interpelado pela ideologia, já falado pelo Outro”. Podemos interpretar essa tomada de corpo como sendo o funcionamento do machismo na sociedade. A partir de uma sociedade fundada pelo patriarcado, o machismo se torna um pilar de sustentação para a ideologia dominante que oprime o sujeito mulher apenas por ser um sujeito mulher, seguindo os efeitos da inferioridade de gênero.

Nessa instância, o machismo se configura como um fenômeno cultural que consiste em enfatizar ou exagerar as características masculinas e na crença de superioridade do sujeito homem (Venturini, 2020). Entre essas características essenciais podemos destacar o uso da violência, o imaginário de que as mulheres são propriedade desses sujeitos, o exagero de uma masculinidade viril e a noção de uma heterossexualidade como normativa na sociedade (Venturini, 2020). Com isso, vemos que o machismo se coloca como um dos principais antagônicos do feminismo sendo causador dos efeitos de violência decorridos da inferioridade social da mulher.

Para tanto, os mecanismos de controle social da mulher se desenrolam partindo desse imaginário machista que está intrincado ideologicamente a partir do funcionamento da sociedade patriarcal que se coloca à frente e acima de uma coletividade igualitária, sendo perpetuada a noção de lugares demarcados para todos e é onde o sujeito mulher se insere como inferior e submisso a essa estrutura social. E mais uma vez, essa estrutura fere não somente as mulheres (mas principalmente), mas ao impor essas determinações e construções de gênero há o outro lado que também se inscreve no jogo ideológico, produzindo sentidos à luz das reflexões históricas e do funcionamento social. Logo,

o machismo enquanto sistema ideológico oferece modelos de identidade, tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino: Desde criança, o menino e a menina entram em determinadas relações, que independem de suas vontades, e que formam suas consciências: por

exemplo, o sentimento de superioridade do garoto pelo simples fato de ser macho e em contraposição o de inferioridade da menina (Drummontt, 1980, p.81).

Tais determinações sociais foram por muito tempo a única maneira de se ter um funcionamento, considerando as brechas e as falhas nessa estrutura rígida. Os movimentos feministas vieram para ser esse ponto de ressignificação de uma sociedade impositiva e violenta com o sujeito mulher, de forma que possibilitou que mulheres chegassem ao entendimento de toda essa conjuntura para agir em transformação para as condições de um sujeito mulher dito e moldado historicamente. Assim, para cabo da pesquisa, iniciaremos uma narrativa a respeito dos movimentos feministas mostrando um percurso histórico e social que vai de encontro com as determinações de gênero que ressoam em efeitos de violência. A resistência a um sistema opressivo é muito dura e estrondosa, é por essas vias onde podemos ver funcionar movimentos sociais nas ruas, um lugar de embate que nessas instâncias ocorre um choque e um desconforto e, que há a possibilidade de serem continuados nas redes e assim fazer circular um novo modo de falar em movimentos sociais e uma produção de sentidos voltados para as lutas.

É sabido que há muitas correntes e vertentes do feminismo atualmente. O que faremos aqui é uma pincelada pelas expressões e correntes mais comumente conhecidas, pois não é nosso propósito aqui fazer um trabalho voltado para estudar tais correntes e sim entender como o(s) movimento(s) feminista(s) veio para romper com os ideais patriarcais e machistas tão solidamente intrincados na sociedade e como tal movimentação é capaz de ressoar as conquistas das mulheres numa esfera onde podemos pensar que haveria um dia uma possível diminuição ou erradicação da violência contra a mulher.

Portanto, seguiremos o que algumas teóricas e alguns teóricos postulam sobre as ondas feministas, para entendermos melhor como se dá o funcionamento dos feminismos hoje com o advento das redes sociais e novas circulações pelo meio digital que são responsáveis por essa inscrição mútua de quando os movimentos atuam nas ruas e são espelhados nessas redes. E, após um apanhado, focaremos na delimitação territorial do Brasil, onde veremos um pouco da história dos movimentos em nosso país para termos uma noção maior sobre a violência que assola o sujeito mulher hoje em seus moldes e determinações.

Constamos, após uma discussão sobre a opressão feminina, que em nossa sociedade o sujeito mulher foi colocado em lugar inferior em relação ao sujeito homem. O que possibilitou o rompimento dos ideais que serviram de amarras por muito tempo foi a materialização de

ideias que fomentaram uma construção contrária à opressão de gênero. E para o feminismo nascer, vemos suas bases pautadas na Revolução Industrial e no Iluminismo. A primeira se insere por ter sido responsável por trazer as mulheres para essa esfera do trabalho, onde nas indústrias, sujeito mulheres (as que conseguiam subverter a ordem de não trabalhar fora) tinham contato com outros sujeitos mulheres e podiam ter a percepção de uma opressão coletiva (Venturini, 2020).

A primeira premissa para a emancipação das mulheres é a introdução do todo o sexo feminino na indústria pública... E isto tornou-se possível somente como um resultado da indústria moderna em larga escala, que não apenas permite a participação das mulheres na produção em grandes quantidades, mas, na verdade, pede por isso, e, além do mais, tenta converter o trabalho doméstico privado também em uma indústria pública (Engels, 1962).

Os próprios ideais Iluministas vieram tornar mais lúcido a realidade da conjuntura patriarcal ao qual as mulheres estavam inseridas. Ao vermos as ideias de universalidade, direito à educação, cidadania e igualdade, por exemplo, possibilitou que as mulheres tivessem uma percepção de que o funcionamento social não estava sendo justo entre os sexos e que a igualdade não chegava nem perto de favorecer as mulheres em alguma parte da vida pública ou privada (Venturini, 2020). Dessa forma, no final do século XVIII e ao longo do XIX foram sendo fermentados para serem desenvolvidas mais adiante, onde algumas mulheres estavam se mostrando contra esse sistema e contra toda a violência. Alguns nomes se destacam como: Mary Wollstonecraft, Flora Tristán, Olympe de Gouges entre outras.

Devemos reiterar que essa parte da História não abrange todas as vertentes do feminismo, tendo suas particularidades e sua própria formação de ideias, mas como dissemos nos cabe aqui um panorama mais geral, que nos leve a entender a resistência a todas as violências e o funcionamento do movimento hoje, focado nas lutas e nas conquistas. Dito isso, é válido afirmar que

Luta é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética, no sentido de criação de uma obra. Ao mesmo tempo, o termo luta está no mundo da vida. Feministas são seres em luta, sendo ou não mulheres, já que a diversidade do termo feminismo não pode depender da unidade do conceito de ‘mulher’ em um sentido natural. Ele mesmo – sempre é bom lembrar – é um termo criado pelo patriarcado que é preciso desconstruir (Tiburi, 2019).

Ao passar do século XIX, é no trabalho que as mulheres vão entender que a participação na esfera pública social é o caminho para que se busque determinada igualdade. A atuação como membro participante da sociedade deveria conferir um aspecto de igualdade perante o homem. E mais tarde, veio o entendimento da atuação na vida política, em que houve a percepção de que para mudar a realidade social as mulheres deveriam estar dividindo espaço pelo poder público e político da sociedade. Mas focando primeiro na esfera do trabalho, desempenhando um papel na formação de gênero e na opressão das mulheres, onde não somente consideramos a carga de um emprego, mas como já explicitamos, as mulheres são submetidas a diversos tipos de trabalhos em múltiplas jornadas, o que aumenta a carga de desigualdade principalmente para essa atuação na vida pública. Venturini (2020) nos explica que trabalho é aquilo que o ser humano realiza de forma consciente, que serve de agente transformador da natureza ao mesmo tempo em que transforma o próprio ser humano. Portanto, podemos ver como o trabalho se insere na vida do sujeito mulher quando não somente sua forma assalariada é válida, mas quando até nessa esfera há uma categorização de gênero, funcionando como “hierarquia” e “separação” (Venturini, 2020) social pelas condições construídas ao sujeito mulher.

Ao olharmos historicamente, o trabalho reprodutivo foi por muito tempo uma responsabilidade somente feminina, enquanto o trabalho produtivo coube como função aos homens (Venturini, 2020). Dessa maneira, caímos novamente nas determinações de papéis entre os gêneros, onde o sujeito mulher é colocado a desempenhar uma posição de mãe, mas como uma força opressiva onde a ideia que se tinha era de um controle da vida privada.

Do ponto de vista foucaltiano todo saber tem sua gênese em relações de poder (Foucault, 1979), isto significa que, ao resgatar o saber feminino associado à maternidade, esta segunda etapa da reflexão feminista dá visibilidade ao poder que as mulheres exercem na sociedade mediante este fenômeno bio-psíquico-social que é a maternidade. Esta abordagem situa-se na corrente do feminismo *diferencialista*, refletindo suas lutas pela afirmação das diferenças e da identidade feminina (Scavone, 2001 [grifos da autora]).

A crítica feminista contribuiu para um pensamento mais a fundo, olhando pela perspectiva de gênero, sobre esse “lugar da mãe” em relação ao “lugar do pai” na família e na sociedade. Esta crítica se desenvolveu acompanhando todas as mudanças as quais se aceleraram na esfera feminista e com isso, os estudos sobre a maternidade tomando uma direção a ser olhada sob a luz dos conceitos de relações sociais de sexo e as conceituações

sobre gênero (Scavone, 2001). Assim, a abertura que as mulheres tiveram para pensar em sua condição enquanto sujeito na sociedade despertou questionamentos acerca desses papéis há tanto tempo intrincados e imóveis em um âmbito social. Dessa forma, os moldes de trabalho aos quais estavam familiarizadas e submetidas foram mudando ao passo que conquistavam mais espaço público e buscavam serem ouvidas em uma escala cada vez maior, com o intuito de transformarem de uma vez por todas as condições que estavam submetidas há eras.

Pensando nos dias de hoje, essa posição de mãe já produz diferentes sentidos ao da época. Enquanto por muito tempo as mulheres exerciam as funções de uma mãe, esposa e do lar exclusivamente, hoje é imposto que as mulheres desempenhem diversos papéis com perfeição e impecavelmente. Ao observarmos os novos moldes de controle, o sujeito mulher tem que “dar conta”, conseguir desenvolver várias funções em vários tipos de jornada: a mãe que trabalha fora, mas também cuida da casa dos filhos, estuda, se exercita, cuida dos familiares, está sempre bem cuidada e ainda dorme oito horas por dia.

Os moldes do sistema capitalista foram o que permitiu uma maior adesão das mulheres no mercado de trabalho, se pensarmos que as demandas de produção necessitaram de mão de obra e mais ainda, em época de guerras, as mulheres ganharam esse espaço, sim com muita luta, mas o maior facilitador foi de fato essa questão do trabalho produtivo. É por essas e outras razões que a luta feminista é considerada a mais longa, as mulheres estiveram e estão submetidas a tal ponto que pressões sociais externas fizeram um pesado papel nas conquistas de direitos e atuação pública. Assim como a liberdade sexual, as mulheres conquistam esse direito, mas ainda sendo subjugadas, oprimidas e colocadas em instâncias determinantes de papéis sociais novamente. Entraremos mais afundo neste último ponto mais à frente.

Novamente nos encontramos perante a luta de classes permeando a sociedade. No âmbito do trabalho, temos essa divisão social de cada função como a mais antiga forma de contrapontos relacionados ao trabalho. E podemos observar os efeitos dessa historicidade funcionando a partir da desigualdade não só salarial, mas de valor do trabalho, em que é estipulado um “trabalho de mulher” – muitas vezes ainda voltado somente para a maternidade e o lar – que se configura como inferior ao exercício do homem. Ainda hoje no Brasil, essa diferença é gritante, sendo que em 2019 a diferença salarial aumentou em 47,24% (Agência..., 2019b).

Com isso, a questão do trabalho para as mulheres foi um grande precursor das ebulições feministas efervescendo ali no final do século XIX. Como já dissemos, há um pilar histórico que podemos nos apoiar que mostra que nossa História está pautada por três grandes

determinantes e principalmente no Brasil, esses pontos são essenciais para entendermos o modo que vivemos hoje e termos uma dimensão do tamanho da desigualdade social que nos assola. Então, segundo Prestes (2020), os traços fundamentais que compõe a história do nosso povo giram em torno de entender as concentrações de terra ao longo dos séculos e o poder que esta empreitada trouxe para os então detentores de uma riqueza e um poder político; a escravidão como fundadora da identidade da nossa cultura que traz reflexos de racismo até os dias de hoje, muito graves por sinal; e o patriarcado, que já discutimos um pouco, mas esteve presente nessa conjuntura.

Essa construção do Brasil foi pautada por um poder concentrado na mão dos sujeitos homens, tendo como premissa a opressão de outros grupos como as mulheres e os negros, de maneira que por séculos e mais séculos, a ideologia dominante desse sujeito homem regia tanto os poderes políticos e públicos quanto a esfera privada da sua casa e de seus negócios com escravos. A reflexão dessa opressão de um chefe de família sendo esse sujeito homem refletia em todas as esferas sociais como a educação, a liberdade, o trabalho, a participação política etc. (Prestes, 2020).

Quando pensamos nessas determinações de gêneros, vemos o quanto as negações e impedimentos do sujeito mulher da atuação nesses espaços foi fortemente materializada e reforçada pelos valores tradicionais das Instituições. Sendo assim, a maneira de romper com esses ideais de forma a suscitar de fato uma mudança social e política seria a inserção da mulher nesses espaços, que lá na frente vamos ver que deu origem ao sufrágismo, um movimento muito importante para a história dos movimentos feministas. Como vimos, houve alguns acontecimentos que foram culminando para que os movimentos feministas comessem a surgir e de fato se consolidarem. E com esses acontecimentos, como já citamos alguns, vieram plantar a semente de que as mulheres, para terem de fato uma liberdade da opressão patriarcal deveriam fazer parte desses espaços públicos, conquistar o direito de voto (Prestes, 2020) e atuar ativamente nas decisões políticas que favorecessem o sujeito mulher na sociedade.

Dessas movimentações podemos aprofundar em alguns nomes que já citamos que foram essenciais para o momento que antecede as ideias do sufrágismo e o direito ao voto feminino, mas que sem os feitos e conquistas dessas mulheres talvez não fosse capaz de construir uma história com a qual conhecemos hoje. Olympe de Gouges é um nome vindo da revolução francesa que se destaca por escrever a “Declaração dos Direitos das mulheres e das cidadãs”, um importante passo para reconhecimento da mulher como um sujeito de

importância social. Apesar de sabermos que a história continua sendo escrita por homens, seu trabalho não é tão conhecido, mas foi fundamental para a construção desse contexto feminista do século XIX. Outro nome importantíssimo que aparece em nossas pesquisas é o de Mary Wollstonecraft, uma escritora inglesa que nos deixou valiosas palavras para pensar a revolução das mulheres a partir da educação, o direito ao ensino, os direitos sociais, a importância de as mulheres ocuparem esse espaço educacional para mudar todas as dificuldades opressivas que o sujeito mulher estava (e ainda passa por isso) condicionado.

Para se tornar respeitável, o exercício do entendimento é necessário, não há outro fundamento para a independência de caráter; eu quero explicitamente dizer que elas devem apenas se curvar para a autoridade da razão (Wollstonecraft, 2015, p. 81).

Entrando no contexto brasileiro, temos nomes como o de Nísia Floresta também que contribuíram de nosso país para o mundo, sendo uma das principais mulheres brasileiras do século XIX a escrever, formular, traduzir textos, e lutar pelo acesso das mulheres à educação (Prestes, 2020). Nesse período, estávamos inseridos em uma conjuntura com algumas principais lutas das mulheres que se destacam e compreendem o papel de sociedade que observamos hoje, entre elas estava em pauta o abolicionismo, a luta pelo direito à educação e (finalmente chegamos ao) sufragismo (Prestes, 2020). Aqui entramos no que algumas correntes teóricas denominam como ondas feministas. Escolhemos essa abordagem de trabalho para podermos organizar melhor nossos pensamentos até chegarmos ao entendimento da inscrição dos movimentos feministas nas ruas e nas redes e o momento da cibermilitância que comporta a Primavera Feminista e seus efeitos para o sujeito mulher em nossos dias.

O movimento sufragista se iniciou nos anos finais do século XIX em Londres, na Inglaterra, tendo sua primeira demanda como o direito ao voto feminino (Pinto 2010). “As *suffragettes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome” (Pinto 2010, p.15 [grifos da autora]). No Brasil, o movimento ganhou força e se concretizou como a primeira onda feminista por meio da luta pelo voto, liderado pela bióloga Bertha Lutz que foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e conquistou diversos direitos políticos, inclusive o que levou ao voto feminino em 1932 (Pinto, 2010). Ainda a resistência contra o trabalho e a educação da mulher e sua participação em sindicatos e partidos vinham muitas vezes dos companheiros, essa condição colocada pelas mulheres de classes altas. Mas foram essas que

se uniram em militância para mudar essa situação e conquistar direitos iguais e respeito igualitário no âmbito do trabalho.

Assim, foi-se dando início às movimentações que tanto estudamos hoje e reproduzimos em nossos dias. A violência que podemos observar nessa conjuntura era a falta de apoio, o descrédito e a não autorização de uma mudança estrutural patriarcal ao qual visava a lutas por direitos iguais e pela equivalência de gênero na sociedade. Este aspecto, podemos atribuir à data oito de março, em que

Em relação às circunstâncias da enunciação, fala-se de uma posição-mulher-feminista-militante sobre o dia 08 de março em uma tentativa de ruptura com sentidos estabilizados na memória da sociedade sobre essa data. Já em relação ao contexto sócio-histórico-ideológico, podemos perceber, no dizer da sociedade, um apagamento da origem desse evento (Garcia & Sousa, 2014b).

Ainda que este dia não seja marcado por de fato nenhuma tragédia ocorrida na data em questão, o simbólico de lutas como “a greve, que aconteceu em Nova York em 1857, na qual 129 operárias morreram depois de os patrões terem incendiado a fábrica ocupada [...]”; ou do “[...] incêndio ocorrido em uma fábrica têxtil (*Triangle Shirtwaist Company*) em Nova York em 25 de março de 1911, no qual 125 mulheres e 21 homens morreram” (Garcia & Sousa, 2014b). Essas memórias atualizam os sentidos das lutas femininas e os efeitos de violência quando há a movimentação. E partindo disso, fazemos um novo retorno a pensar as lutas de classes, pensando no opressor como o Estado em cima das trabalhadoras negando-lhes direitos e igualdade perante o gênero oposto.

Dito isso, segundo Orlandi (2012), nos colocamos a pensar que cada lugar estipulado socialmente exibe um jogo de forças que “na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso essas posições não são neutras e se carregam de poder que as constitui em suas relações de força” (Orlandi, 2012, p. 16). No Brasil no século XIX para o XX, tivemos grandes momentos históricos que marcaram a História do país e assim a inserção das mulheres no cenário. Com a urbanização e expansão industrial vimos por aqui essa presença das mulheres. Nomes como Maria Lacer Moura (1887-1945) e Bertha Lutz (1894-1976) foram se destacando e criando caminhos para a participação e protagonismo das mulheres no cenário político brasileiro. Podemos perceber uma mistura da primeira vinda de uma classe mais baixa, enquanto Lutz possuía apoio internacional que a classe alta proporcionava e assim começaram a construir um movimento de mulheres. Movimentos de

enfrentamentos diretos e indiretos para ir montando caminhos para a inserção das mulheres na sociedade.

Uma dessas conquistas foi a do voto, que chegou ao Brasil só em 1932, por mais que fosse uma grande conquista, ainda só abrangia mulheres de classes altas e alfabetizadas, onde percebemos mais uma segregação das mulheres negras e indígenas dentro de nossa sociedade. Foi nesses movimentos das fábricas e indústrias que foram começando a surgir os resquícios de consciência de classe (Moraes, 2020). O movimento operário transformou os movimentos de mulheres em efetivos movimentos sociais, relacionando-os com a massa, dando esse caráter de posicionamento dentro da luta de classes. Assim, com muita luta tivemos a primeira mulher a exercer o direito de voto no Brasil, “Isabel se valeu da Lei Saraiva promulgada em 1880 e que dizia que todo brasileiro com um título científico podia votar. Isabel acionou essa lei para solicitar inclusão na lista de pessoas eleitoras do Rio Grande do Sul” (Prestes, 2020).

Não muito mais tarde, em 1934, as primeiras mulheres negra e branca (respectivamente) a se elegeram em um cargo político no Brasil trouxeram Antonieta de Barros como deputada estadual em Santa Catarina e Carlota Pereira de Moraes como deputada federal eleita por voto popular (Prestes, 2020). O rompimento de uma ideologia patriarcal e conservadora de opressão feminina foi um abalo nas estruturas sociais que nunca mais seriam as mesmas. Daí em diante, observamos o desenrolar das ondas feministas por todo o mundo tentando conquistar direitos e reformular todo um coletivo regado por estruturas tradicionais para uma mente libertária e igualitária.

Entrando na segunda onda feminista, esse caráter político veio se tornar muito presente em relação à participação das mulheres em decisões públicas e a luta pelo espaço, ainda mais por conta do cenário ditatorial que estava acontecendo no Brasil nos anos 60, sendo mais agressivo a partir de 1968, já que a instituição do AI-5 veio reprimir e dificultar a participação política das mulheres ainda mais (Pinto, 2010). Tivemos como referência importantíssima o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que veio trazer o questionamento de o que é de fato ser mulher e incitar as discussões sobre a mulher na sociedade. É em meados de 1968 que nasce uma nova movimentação de mulheres, podendo-nos relacionar com o nascimento da AD e uma nova forma de olhar para o pensamento crítico das Ciências Humanas pelo mundo. É com o feminismo dessa geração que a dimensão universal da opressão é reconhecida, vem como a necessidade de as mulheres lutarem com suas próprias mãos por sua liberdade e autonomia. Como a repressão política no Brasil estava extremamente rigorosa, o país não foi muito favorável aos movimentos libertários como a

Europa e os Estados Unidos, tendo tido uma aquietada desde os anos 30 (Pinto, 2010). Mas esse momento serviu de impulso para que novas demandas feministas viessem bater à porta e reclamar novos direitos. Este cenário político foi

historicamente uma arena de participação majoritária de homens e também questionaram a concepção de política vigente. ‘Politizar o privado’ seria uma bandeira fundamental encampada por diferentes vertentes do movimento feminista e que não se restringia a este movimento, relacionando-se ao contexto político dos anos 1960-1970. É deste momento a consigna ainda atual que denuncia a opressão que a mulher sofre também no âmbito doméstico e questiona a divisão entre público e privado (Cestari, 2013, p. 1472).

Ainda que a repressão viesse de todos os lados, as mulheres exiladas, principalmente na França se juntavam para trazer esse espaço para as mulheres, mas pelo outro lado (ainda) sem o apoio dos homens exilados, que viam como um desvio para a luta do fim da ditadura (Pinto, 2010). As lutas das mulheres tiveram que ser mais complexas e, a cada tipo de mulher acabamos por ver mais e mais empecilhos nesse caminho. Pois se uma mulher luta pelo cenário político ela também está lutando por sua voz de ser mulher naquele espaço; se ela é negra, ela luta pela voz antirracista também; se ela é lésbica, há ainda mais uma carga dessas opressões sobre seus ombros. Em 1976, foi lançada pelo Círculo da Mulher em Paris a Carta Política em que relatava um pouco da difícil situação de “ser mulher” diante de todas essas dificuldades políticas da época e ilustrava ainda como a falta de apoio para, não somente a luta pelo fim da ditadura, mas principalmente pela libertação do sujeito mulher (Pinto, 2010).

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (Pinto, 2003, p. 54).

Lá por meados de 1980, o Brasil estava passando por uma redemocratização e, o feminismo, embarcou nessa guinada e começou a se destacar levantando diferentes pautas necessárias e ganhando uma identidade no país (Pinto, 2010). Apesar de ter sido dado o pontapé inicial pela classe média intelectualizada, as movimentações nesse período contaram o entrelaçamento das classes populares o que gerou uma diversificação de demandas e temas ao qual se discutir, tais como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no

casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais, para citar alguns (Pinto, 2010).

Imbrincada a essas lutas, as movimentações feministas e femininas que se sucederam deram origem a uma terceira onda em que, após a recuperação da democracia no Brasil, o país passou pela década de 1990 buscando acima de tudo se expressar seja através da arte, da televisão, das músicas, das performances e, é nessa busca que os feminismos começam a ganhar um pouco mais de identidade brasileira e a se parecer com o que observamos hoje.

Com a inserção da mulher na política, diversas garantias, leis, ONGs, fundações e organizações foram fundadas para que fosse reconhecido de fato que existe a violência tanto fora quanto dentro de casa e para que as mulheres pudessem saber que esse apoio pode ser buscado e não deve ser aceito essa inferiorização (Pinto, 2003, p. 97-98). Logo, uma pluralidade de feminismos começou a ser difundido para as mulheres de forma que a violência seria uma das pautas mais direcionadas como consequência de discriminação de gênero. Desde a década de 80, “as feministas da terceira onda se focaram na mudança de estereótipos, nos retratos da mídia e na linguagem usada para definir as mulheres” (Consolim, 2017, p. web), com o intuito de diminuir os índices de violência e garantir a tão sonhada igualdade de gênero.

A atuação feminina fora de casa abriu espaço (infelizmente) para mais tipos de violências, onde a vida pública e social passa a ser não mais uma demanda por direito, mas um grito de socorro pelos índices de violências aos quais o sujeito mulher passaram a serem submetidos. As críticas que foram trazidas para essa terceira onda feminista, tiveram como base os estudos de Butler (2017) para mostrar que um discurso universal é um tanto quanto excludente, que as opressões atingem as mulheres de formas diferentes e apenas discutir gênero sem considerar um recorte de raça e classe já não cabia mais e se tornou uma nova violência (Ribeiro, 2014a).

Por exemplo, trabalhar fora sem a autorização do marido, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras/pobres, assim como a universalização da categoria mulheres tendo em vista a representação política, foi feita tendo como base a mulher branca, de classe média. Além disso, propõe, como era feito até então, a desconstrução das teorias feministas e representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino (Ribeiro, 2014a).

Apesar de muitas autoras e autores considerarem que ainda estamos vivendo a terceira onda, para nosso estudo, utilizaremos o ponto de vista de estudos que mostram uma quarta

onda feminista. Não podemos excluir que todas essas formas de feminismos carregam significações de seu passado, nenhuma “onda” exclui lutas de outras e nem uma história de séculos de militâncias indiretamente, que buscaram uma autonomia feminina diante de toda opressão. A discussão em torno de pensar em “feminismos” e não mais “feminismo” no singular, nos coloca frente a entender que por mais que o movimento busque essa libertação feminina, nenhum sujeito mulher possui as mesmas demandas e sofre os mesmos tipos de violência. A violência se dá pelas diferenciações, por ser mulher, por ser mulher negra, por ser mulher lésbica, por ser transexual, por ser mãe solteira etc. A questão de colocarmos um movimento multipolarizado é justamente olhar para todas essas formas de ser mulher e entender o que faz desses sujeitos passíveis de inferioridade e violência em que há mais de 150 anos temos que sair às ruas para gritar essa diferenciação e conquistar respeito e direitos iguais.

As lutas das mulheres hoje já não são mais para dizer que somos todos iguais e só assim encontramos o caminho para o fim da violência, mas sim reafirmar a diferença e buscar o respeito que cabe a cada sujeito mulher e sujeito homem que vive em sociedade e partilha dos mesmos costumes e cultura, a fim de entender que é a diferença que nos torna seres humanos e sociais. “Se a universalização da categoria mulheres não for combatida, o feminismo continuará deixando de fora diversas outras mulheres e alimentando assim as estruturas de poder” (Ribeiro, 2014b). Assim, nas palavras de Heloisa Buarque de Hollanda:

É claro que há lutas comuns, mas fiquei impressionada como cada vertente tem sua demanda específica. A negra bate muito na tecla da violência. Sou feminista há muitos anos e lembro de ter visto pouco a questão de a mulher negra ser pautada. Elas têm toda a razão de cobrar por visibilidade hoje em dia. Enquanto isso, a asiática reclama da fetichização, de sempre acharem que no Oriente todo mundo é gueixa. As lésbicas lutam por visibilidade, mesmo dentro do movimento LGBTI. As cristãs e as indígenas brigam por lugar de poder, para ser sacerdote e pajé. Já para as transexuais é demanda é legal, por direito a registro civil (Hollanda, 2018).

Assumirmos aqui que há uma quarta onda feminista é ir de encontro com nossa proposta de trabalho em que apresentaremos a Primavera Feminista no próximo capítulo a fim de traçar um caminho teórico de maneira que possamos ver o reascender de uma chama feminista na era digital como conhecemos hoje. Não que a terceira onda já não tivesse aspectos do universo digital intrincados em sua constituição, mas com o advento das tecnologias móveis e das redes sociais que envolveram grande parte da população em uma globalização virtual nos dá espaço para entender as configurações dos movimentos feministas

hoje. Sendo assim, segundo Garcia (2018, p. 2), “o ciberfeminismo tem se constituído na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, produzindo a emergência de uma 4ª onda feminista que se caracteriza pela presença de discursos de/sobre mulheres no ciberespaço”.

Pensar nesse sujeito mulher de hoje ainda travando diversas lutas por direitos que, ao olharmos todo esse histórico não deveriam estar submetidos a uma ideologia social tão inferior, é termos consciência de que esses discursos que afirmam a naturalização da discriminação estão internalizados de tal forma que, muitas vezes, a própria mulher se depara com dificuldades ao romper com essa imagem de desvalorização de si mesma tão enraizada (Alvez & Pitanguy, 1985). Assim, a enormidade de uma conquista ou de um rompimento ideológico que coloque o sujeito mulher em posição inferior é algo extremamente importante, e necessário para que possamos ver futuramente a redução dos efeitos de violência causados por essa construção social inferior da mulher.

Todos os questionamentos levantados pelos movimentos feministas não são em vão. Ao passo que possamos observar a resistência perante as opressões e violências sobre o sujeito mulher, as estruturas tão rígidas começarão a desestabilizar e se reformular a ponto de uma contínua movimentação por romper com essa desvalorização cultural. Dessa forma,

O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistar que compõe a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas (Alvez & Pitanguy, 1985).

Um ponto importante sobre a luta feminista é estar relacionado a outras lutas para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos violenta. Ao pensarmos em como as lutas feministas se imbricam para representar diferentes tipos de ser mulher, ainda temos que considerar que esses movimentos não são isolados e acompanham as demandas sociais, principalmente as que ideologicamente oprimem estes sujeitos e contribuem mais e mais para esse apagamento de voz, de direitos e da liberdade.

Ao colocarmos juntamente o que os princípios feministas e a Análise de Discurso nos dizem estamos inscritos a todo o momento pela luta de classes, sendo ela que nos define como sociedade hoje, intrincada na ideologia capitalista patriarcal. Com isso, vemos a rearticulação dos movimentos feministas atuais em escala internacional para recuperar o caráter “antissistêmico” e “anticapitalista” que em sua essência oprime as mulheres desde sua

articulação e contribui para a desvalorização do sujeito mulher enquanto sujeito público e social (Venturini, 2020).

“A análise do discurso, associada às teorias de gênero, pode ser considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais” (Rabelo & Amazonas, 2014, p. 1476). Assim, nossa relação discursiva e política dos movimentos feministas nos permite interpretar nossa conjuntura social e a inserção do sujeito mulher diante dos apagamentos e retomadas históricas que estão inseridas nesse jogo ideológico. Partindo para a finalização desta parte, nos arredores linguísticos, Pêcheux nos diz que “a luta ideológica de classes é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e frases, uma luta vital para cada uma das classes que se confrontam ao longo da história” (Pêcheux, 2011, p. 273). Portanto, a arena que se encontra as lutas feministas nos coloca em posição de sujeito analítico capaz de perceber esses resquícios ideológicos deixados pela História e capturar seus sentidos discursivos a fim de entender as imbricações dos movimentos para pensar a erradicação dos efeitos de violência ao sujeito mulher.

Para dar continuidade então, no próximo capítulo trataremos mais a fundo essas novas características dos movimentos feministas na atualidade, através dos movimentos teóricos denominados de Primavera Feminista e entender esses desdobramentos em nosso país de modo a refletir e interpretar as maneiras que a violência contra a mulher se insere como vimos por meio dessas construções do que seria ser uma mulher para a sociedade. Talvez a força maior e mais importante nesse processo seja entender que, para os movimentos feministas, a semente do questionamento e reivindicação que surge na consciência das mulheres, vivendo em sua vida comezinha de todos os dias, e tentando transformá-lo e recriá-lo a partir de sua relação com o mundo (Alvez & Pitanguy, 1985).

As construções e determinações sobre um sujeito mulher socialmente nos permitem analisar a maneira que a violência contra a mulher, concebida estruturalmente dentro de um sistema patriarcal e machista como estudamos, produz sentidos de um funcionamento em contradição com os movimentos feministas. Dessa maneira, na próxima parte trazemos nosso objeto analítico, a Primavera Feminista, para mostrar um panorama sobre essas contradições entre as violências e o modo de produção da resistência partindo dos movimentos feministas.

2.3 A discursividade da Primavera Feminista

Neste terceiro ponto propomos entender sobre os discursos da chamada Primavera Feminista, como uma continuidade da historicidade dos movimentos feministas aos quais passamos no capítulo anterior. E a partir disto buscar esse entendimento sobre o funcionamento dos feminismos hoje e como se configura a inserção do sujeito mulher na sociedade após termos trilhado um caminho teórico sobre os sentidos que são atribuídos ao pensarmos o sujeito mulher.

Nosso foco se encaminha para pensarmos os efeitos da violência contra a mulher vinda desses discursos que perpassam séculos e séculos de opressão feminina e que são tão intrincados socialmente. Com isso, mesmo as movimentações feministas ainda sofrem os efeitos de violência perpetuada pelo patriarcado e pelo machismo, por isso, como um modo de alcançar diversos outros sujeitos mulheres não ligadas aos movimentos feministas – mas que ainda estão passíveis de sofrer violência – vemos a reprodução dos movimentos sociais das ruas funcionando a partir dos mecanismos digitais das redes e, assim, estabelecendo uma relação de troca incessante nesse novo modo de significar as lutas.

Assim, esta parte também trará conceituações iniciais sobre os discursos digitais e os modos de (re)significação que os movimentos sociais possuem ao se inscreverem nas ruas e nas redes para então estabelecer uma conexão com os sujeitos aos quais estão reivindicando direitos. Mobilizaremos os trabalhos de Garcia (2014; 2015) e Dias (2009; 2011; 2012; 2013; 2015a; 2015b; 2016) principalmente, mas não somente, para ilustrar essa nova forma de uma militância *ciber* que faz funcionar discursivamente o caráter das lutas analógicas nos meios eletrônicos.

Dito isso, iniciaremos esse gesto de entendimento e percepção a respeito da Primavera Feminista, que conceitualmente foi nomeada para representar a ascensão dos feminismos nos últimos tempos em discussões públicas e ganhou um grande espaço nas mídias e nas redes sociais. Para isso, iremos dar continuidade na historicidade proposta no capítulo anterior, tendo essa divisão por motivos de elucidação da narrativa para podermos formular uma melhor explicação dessa era tecnológica e podermos focalizar nos movimentos *ciber* e então no próximo e último capítulo desta dissertação buscaremos aplicar nossa narrativa nas análises do *corpus* proposto para entendermos esses efeitos de violência que surgem com a condição de ser mulher e os movimentos de resistência atuando sobre essas questões.

Quando anteriormente pontuamos sobre as fases dos movimentos feministas, fomos traçando um paralelo a respeito dos momentos históricos e como eram refletidos nas ondas feministas e iam produzindo efeitos no sujeito mulher. Olhar para nosso tempo presente não é

diferente. Todas as conquistas e direitos assegurados ao sujeito mulher hoje são vindos dos movimentos feministas, mesmo que estes não sejam concordantes e adeptos aos movimentos, ainda assim essas estão inseridas em uma conjuntura que bebe dos adventos das lutas das mulheres desde o século XIX. E ainda que tenhamos conquistado muitos direitos ao se comparar com algumas décadas atrás, os modos de controle do sujeito mulher se atualizam. Por conta disso as demandas e direitos precisam estar em constante reafirmação, mesmo que o sujeito mulher tenha conseguido uma igualdade social, ainda no cotidiano não chega perto de uma equivalência ao sujeito homem em qualquer esfera da vida pública ou privada. Ainda as mulheres têm que lidar com salários mais baixos, desvalorização do seu trabalho, múltiplas jornadas, responsabilidades como mães e donas de casa, estereótipos e papel de gênero e principalmente com as violências sejam físicas, morais, sexuais, psicológicas etc

Nosso ponto aqui é: com as mudanças sociais e os adventos tecnológicos, as lutas dos movimentos sociais também passaram por mudanças, bem como o sujeito mulher e, assim, uma ressignificação inscreve-se no discurso obre esses elementos na sociedade, produzindo outro caráter sócio-histórico-ideológico de pensar os discursos sobre e para as mulheres.

Ressalvado o fato de que os temas que adquiriram visibilidade no último período nas vozes do movimento feminista serem questões sociais de longa data - com destaque para a violência contra as mulheres - a novidade é a legitimação social do feminismo no último período (Oliveira & Silva, 2016, p 797).

Orlandi (1999a, p. 40) nos propõe a pensar sobre os mecanismos de produção de imagens sociais dos sujeitos, que são objetos do discurso inseridos dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Nesse intuito temos as condições de produção implicando o que é material, ou seja, a língua sujeito ao equívoco e à historicidade e o que seria institucional, na esfera da formação social, em sua ordem, funcionando a partir do mecanismo imaginário (Orlandi, 1999a). É nessa instância que encontramos refletida a questão das construções sociais sobre o sujeito mulher. Tudo o que configura ser um sujeito mulher está atrelado ao tempo e espaço que são observados e as condições de produção imbrincadas nesse processo. Portanto, a maneira que as condições de produção e reprodução sociais afetam os sujeitos, sejam homens, mulheres ou outros, faz refletir os efeitos da conjuntura ideológica que oprime os sujeitos, em uma escala maior o sujeito mulher, e faz funcionar um imaginário implícito de opressão. É esse rompimento das opressões de gênero, raça e classe que os movimentos feministas buscam para construir um espaço mais igualitário e menos violento.

Dessa maneira observamos o funcionamento dos movimentos sociais ao longo das últimas décadas e como se refletem hoje para a construção dessa sociedade mais igualitária e justa para as minorias que são oprimidas por um sistema governado por um tipo de sujeito. É pensando nessas considerações que passaremos a discutir um pouco esse funcionamento da discursividade feminista que está presente na sociedade nos dias de hoje, sendo marcada historicamente como um novo renascer dos movimentos trazendo novos sentidos e significações para o sujeito mulher.

Como já dito na parte anterior, estamos seguindo uma linha teórica que nos coloca a pensar as ondas feministas e assumir que estamos na quarta delas. Diferente de conceituações de muitos autores que dizem estarmos ainda na terceira, pensar em como e quão rápido as tecnologias evoluíram dentro dos últimos vinte anos é considerar que a dificuldade de visualizar as mesmas demandas dos anos 1980 e 1990 nos movimentos feministas e como se configuram hoje, com tantos novos sujeitos mulheres militantes e formas de se pensar estes.

Não somente as discussões sobre mulheres, mas toda a gama de gêneros que foi aberta nos últimos anos para pensarmos as formas de se identificar, de se amar, de se ser. Sim, foram estudos e discussões começadas com Butler (2017) nos anos noventa, mas o raio de pesquisadores e pessoas comuns que tinham acesso a esses estudos eram muito menores do que os que temos hoje com a facilidade da Internet. Mais uma vez, não estamos desconsiderando grande parte da população que não tem acesso aos estudos ou Internet, mas é fato que devemos pensar na facilidade de comunicação tanto entre assuntos triviais quanto assuntos científicos ao analisarmos os últimos anos. E só foi possível que visualizássemos essas transformações graças a estes adventos tecnológicos que ressignificaram as formas sociais, as formas de se fazer ciência, as formas de militância e etc. Moraes (2001, p. 1-2) coloca que “a Internet vem dinamizar as lutas e entidades civis a favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda a ordem”, em outras palavras, tornou-se facilitadora de disseminação de grupos e movimentos sociais. Pensando nisso, ao serem dinamizadas as esferas sociais dentro dos moldes da tecnologia, podemos observar a transposição dos movimentos sociais que operam nesse deslocamento da mesma maneira. Assim,

O ciberespaço serve como um lugar de divulgação e de circulação de novos dizeres sobre questões que tocam na constituição da sociedade. Na cibermilitância, o discurso é constituído no espaço virtual, contudo, as ações são para serem sentidas no espaço público (Garcia, 2014, p. 296).

Os discursos dos movimentos feministas atuaram tantos anos em busca de direitos e rompimento das opressões do sujeito mulher, aprisionada dentro de um molde patriarcal e sofrendo os efeitos da ideologia machista. Dito isso, vemos que a essência dos movimentos continua a buscar essa ideia de libertação das opressões e igualdade, em diferentes espaços e coletividades. Sendo assim, passaremos a observar essas mudanças sociais e militantes que perpassam as décadas para fazerem significar discursos feministas que lutem pelos ideais de uma igualdade de gênero, erradicação da violência contra a mulher e acima de tudo uma construção social que não oprima os sujeitos inseridos nela.

Utilizaremos de base nossa sociedade brasileira dos últimos anos em que temos propriedade para analisar e discutir as narrativas presentes nesse espaço e tempo como pesquisadoras e sujeitos analíticos. Ao darmos continuidade a pensar no funcionamento dos feminismos há algumas décadas e nos feminismos que estamos cercados hoje, percebemos que as mudanças políticas e públicas que foram centrais nas lutas há tempos estão conquistadas em tese, mas o principal fator que cria um imaginário de desigualdade ainda é a construção de um sujeito mulher determinado pela esfera patriarcal de uma sociedade tradicional. Assim, quando vemos as manifestações feministas nas ruas ou nos meios digitais há a resistência ideológica tradicional atuando sobre essa esfera de luta por direitos que impede o rompimento desses ideais.

Ao olharmos para as configurações desses movimentos feministas dos dias de hoje, percebemos que há efeitos desses sujeitos que funcionam através dos movimentos nas ruas e que há uma transposição para as redes digitais de maneira que encontramos os sentidos circulando e se resignificando a todo o momento. Mas sobre esse ponto aprofundaremos no próximo capítulo. A questão aqui é pensar a maneira de desenvolvimento desses movimentos feministas que se tornaram tão fortes e ganharam um destaque nos discursos sociais, científicos, triviais, jornalísticos e muitos outros. Há maneiras de pensarmos como esses discursos se tornaram tão assíduos nos últimos anos e como resignificaram a forma de pensar o sujeito mulher e lutar por seus direitos.

Como dissemos, os mecanismos tecnológicos digitais tiveram um importante papel na construção desse formato dos movimentos sociais que estamos presenciando hoje (Moraes, 2001). Mas podemos também averiguar que a violência advinda das construções sociais acaba por ficar mais visível e mais divulgada de modo que as demandas e requisições parecem mais frequentes e tomam um maior espaço nos canais midiáticos e de comunicação. Por conta

disso, vemos um maior número de casos de violência aparecendo e sendo denunciados e assim o choque nas estatísticas se torna mais aparente e assustador.

Também não podemos deixar de inferir, ou mais do que isso, é de extrema importância afirmar que essas denúncias partem das facilitações de leis que protegem as minorias sociais e o apoio de um coletivo que repudia a violência. Isso tudo vindo como conquistas dos movimentos sociais atuando ao longo de anos pelo mundo inteiro que, de várias maneiras, foram plantando sementes ideológicas a favor do respeito e igualdade e promovendo a lucidez de que algumas condutas sociais acabam por refletir em violências contra determinados sujeitos, sejam mulheres, negros, homossexuais, transexuais e muitos outros. “O que os movimentos sociais tentam fazer é romper com essa memória e fundar/atualizar um discurso em que haja a inscrição do sujeito negro/negra em outras regiões de sentidos” (Sousa et. al, 2015, p. 48). É por essa via que vemos a atuação dos movimentos sociais significando novas formas de pensar o sujeito social.

Voltando-nos ao contexto do Brasil da última década, a ascensão dos movimentos sociais vem novamente interligada à conjuntura histórica ao qual vivemos, onde os movimentos políticos voltados para as minorias fizeram com que as possibilidades para as classes mais baixas e os grupos marginalizados pudessem reivindicar seu lugar como sujeito de direitos perante a sociedade e, assim, se reafirmar a partir de lutas e identificação contra um sistema capitalista e patriarcal. Muitos acontecimentos culminaram para a ambientação dos movimentos sociais aos quais vemos diante de nossa sociedade. Retomando nossa fala anterior, as questões políticas que efervescem no âmbito público contribuíram para as demandas e o contexto dos movimentos feministas e não poderia ser diferente para a conjuntura atual. Diversos fatores políticos incitaram o movimento que vamos estudar aqui: a Primavera Feminista. Marcado teoricamente como um possível estopim dos novos moldes dos movimentos feministas no Brasil, 2015 foi dito como o ano em que a partir de então as movimentações em prol das mulheres ganharam mais força e visibilidade socialmente, resultando em uma esfera renovada dos feminismos que buscam atender as penúrias sofridas pelo sujeito mulher hoje.

As formações discursivas que compreendem os movimentos feministas atuais buscam fortificar a questão da luta política ligada aos direitos das mulheres, bem como associar-se às minorias sociais oprimidas pelas autoridades Estatais de modo a promulgar uma libertação das amarras do sistema capitalista envolto pela ideologia patriarcal opressora. Com uma maior visibilidade que as redes permitem, diversos movimentos de denúncias on-line através das

hashtags (#) nasceram em virtude de se pensar nos direitos das mulheres e nas violências sofridas em decorrência da cultura.

No início de 2013, ocorreram muitas manifestações contra os ataques aos direitos das mulheres e em defesa do Estado Laico. Com a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara Federal de Deputados o cenário político torna-se mais acirrado e que os levantes das mulheres tomam as redes sociais e ganham forma em atos políticos nas ruas. (Oliveira & Silva, 2016). Esses ataques foram em defesa de

uma possível mudança na legislação sobre o atendimento a mulheres vítimas de estupro leva milhares de manifestantes feministas, e/ou que se referenciam no movimento de mulheres, às ruas contra o Projeto de Lei 5069/2013. O PL de autoria de Eduardo Cunha (PMDB) “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas [até três anos de detenção] para quem induz a gestante à prática de aborto [ou mesmo aconselha e presta socorro]” e, também descaracteriza a Lei de Atendimento à Vítima de Violência Sexual (Lei Nº 12.845/2013), para ser atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a vítima teria de comprovar a violência através de boletim de ocorrência (Oliveira & Silva, 2016).

Esses fatos de levantes sociais se manifestaram em formas de campanha contra as imposições governamentais. Tais campanhas ganharam vida nas redes sociais de modo a combater essa ideologia patriarcal opressora em forma de denúncia de assédios e abusos, tentando refletir que a eleição de Cunha e seus projetos políticos representavam um ataque às vidas das mulheres, a retirada de seus direitos sociais e ainda uma reafirmação dessa ideologia impositiva e machista em sua essência que novamente colocavam o sujeito mulher em posição inferior ao sujeito homem.

As *hashtags* em questão - #MeuPrimeiroAssédio #MeuAmigoSecreto (Oliveira & Silva, 2016) – tinham o intuito tanto de expressar denúncias reais de mulheres que passaram por abusos quanto de expor essas figuras públicas que atuam em âmbito político e querem trazer esse caráter conservador e machista para a sociedade brasileira, sem pensar em uma mudança ou inovação de pensamento que possa favorecer o sujeito mulher. No caso de “meu amigo secreto”, vemos um jogo linguístico que marca tanto o silenciamento das mulheres vítimas de violência ao pensar que é “secreto” por não haver espaço e apoio para denúncias, bem como o medo que paira sobre essas mulheres de agir publicamente e acabarem sendo mais agredidas ou até mortas por esses autores de violência.

Assim, ao longo desses meses que se seguiram, até chegarmos ao ápice dessas movimentações, em outubro de 2015 (Duarte & Melo, 2017) ficou marcada essa chama que brilhou nos movimentos feministas onde mulheres foram para as ruas botar em prática essas

reivindicações e materializar essa não aceitação das práticas políticas que as colocam nessa esfera inferior que há tanto houve luta para mudar tal ideologia. Assim, não somente o ativismo on-line se concretizou como uma nova forma de atuação feminista, mas também o exercício de manifestações e protestos nas ruas não perderam sua identidade. É na rua que o choque acontece, onde os sentidos abalam as estruturas midiáticas e sociais e passam a caracterizar essa luta como algo necessário e de extrema importância.

Nas palavras de Brito (2017), os protestos originados no Rio de Janeiro tiveram suas motivações ainda pautadas em Eduardo Cunha e a aversão contra o Projeto de Lei 5069/2013 que caracteriza como “crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto [... e a] necessidade de exame de corpo de delito para atendimento pelo SUS em casos de estupro” (Álvares & Cancian, 2015). Mas não somente. Na mesma época, ocorreu publicamente, expressados nas redes sociais uma série de mensagens de teor sexual sobre uma menina de doze anos participante do programa de televisão *Masterchef Junior*, em que Valentina, a criança em questão, foi vítima de assédio por parte de sujeitos homens (Duarte & Melo, 2017).

A atuação partindo desse acontecido e a indignação do sujeito mulher diante de um assédio tão explícito e tão sem recursos, onde uma criança de doze anos é vitimada e não houve uma ação da parte do programa ou de nenhuma parte que intercedesse, a internet se tornou o grande palco de denúncias ao darem início à campanha #meuprimeiroassédio com destaque maior na rede social Twitter, chegando a mais de 82 mil “twittes” gerados em cinco dias (Reis, 2017). “Neste ano foi reportado, ainda, o crescimento de 40% no volume de denúncias de violência contra a mulher, através da linha 180. E as buscas por termos como ‘feminismo’ e ‘empoderamento feminino’ cresceram em 86,7% e 354,5%, respectivamente” (Reis, 2017).

Vemos com esses dados uma crescente das denúncias surtindo como efeitos dos discursos de resistência vindo dos movimentos atuantes nas redes em prol da equidade e igualdade do sujeito mulher perante a sociedade. Além das denúncias, também a sede pelo conhecimento e informação sobre as pautas feministas inscrevem sentidos ressoantes dos discursos de militância das ruas e do digital. A indignação em relação ao assédio a uma criança em que o caso não foi levado à diante pela mídia fez com que milhares de mulheres se sentissem livres para relatar e expor nas redes sociais situações de assédios, abusos, humilhações e violências sofridas por sujeitos homens que se achavam nesse direito de tomarem partido de seus corpos contra sua vontade (Grillo, Oliveira, & Buscato, 2015).

Assim, esse foi um grande estopim para que uma movimentação em nível nacional tomasse conta do país e exercesse uma pressão sistemática pelo modo ao qual o sujeito mulher é submetido e subjugado e que essa conduta já não deve ser mais aceita em uma modernidade onde os direitos igualitários básicos deveriam ser exercidos.

Esses acontecidos culminaram em uma série de protestos e manifestações em várias cidades em todo o Brasil, onde mulheres em sua maioria clamaram por respeito e igualdade de gênero perante a sociedade. Além de, as passeatas escancararem as violências contra as mulheres, ainda pediam reconhecimento pela não culpabilização da vítima, o que é um fato recorrente e muito forte na sociedade para revirar os mecanismos ideológicos de forma a naturalizar essas violências.

A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica – portanto, passível de desconstrução – que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Por definição, pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou passível de causar morte, tanto na esfera pública quanto na privada (Pinafi, 2007, p. I).

Após nosso percurso teórico, podemos atribuir essa violência construída historicamente como sendo os efeitos advindos do sistema patriarcal que rege as construções de gênero e ainda perpetua essa naturalização da inferioridade da mulher, transformando-a então em um sujeito que está autorizado a sofrer violências. Todo o contexto dos protestos contra Cunha foi de extrema importância para reafirmar a posição política feminista, a qual as propostas e os discursos proferidos pelo presidente da Câmara impunham novamente uma conjuntura opressiva e demarcavam um lugar discursivo patriarcal, machista e ainda, com o apoio da “Bancada Evangélica da Câmara, também era um dos representantes da estratégia dos grupos religiosos, chamado de fundamentalistas, para restringir a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres” (Brito, 2017). Dessa forma, as feministas presentes nessas lutas se tornaram protagonistas nessa empreitada de “Fora Cunha” (Brito, 2017) que marca um lugar ideológico-político de confronto com todas as construções opressivas envolvendo as Instituições, para citar algumas o Estado, a Igreja, a Família.

Também no mesmo período não presenciemos somente embates diretos com o cenário político vindos de manifestações e passeatas, mas acontecimentos culturais e artísticos marcaram esse momento das mulheres que encontravam e construíram seus espaços nas mídias para produzir sentidos a partir de músicas, poesias, performances, narrativas, além de o

tema ganhar uma visibilidade em todos os âmbitos na internet como canais de humor, de filosofia, documentários¹⁵ e muitos mais. Nosso foco é mostrar a conceituação da discursividade da Primavera Feminista, mas para culminar até esse estudo muitas outras movimentações foram necessárias para compor o quadro político, não somente no Brasil, mas também imbrincadas em variadas lutas por direitos. “A todo esse processo surpreendente de mobilização feminina, a mídia batizou como a ‘Primavera das Mulheres’” (Reis, 2017, p. 2).

Em 2015, diversas iniciativas feministas de mobilização e solidariedade surgiram ou se consolidaram, sobretudo em mídias sociais como Facebook – grupos como “Indique uma Mina” (mais de 96 mil perfis) e “Vamos Juntas?” (453 mil likes) são alguns exemplos. No Youtube, vídeos como “Survivor”, da cantora Clarice Falcão, e “Não tira o batom vermelho”, do canal JoutJout Prazer, alcançaram dois e 1,6 milhões de visualizações naquele ano, respectivamente. No campo das lutas populares feministas, a Marcha das Margaridas, que tradicionalmente reúne agricultoras, indígenas e quilombolas, torna-se em 2015 a maior mobilização de mulheres da América Latina, com adesão de cerca de 70 mil pessoas. E em novembro, o Planalto foi ocupado por trinta mil participantes da Marcha das Mulheres Negras (Reis, 2017, p. 1).

Um pouco acima mostramos alguns dados sobre acessos de pesquisas à termos como “feminismo” e “empoderamento” que nos dão uma base par pensar os efeitos que essas manifestações e acontecimentos no contexto político feminista nos deram para desenvolver uma nova onda forte dos movimentos e construir a possibilidade de uma nova sociedade que vem confrontar as ideologias opressoras marcadas por séculos sobre o sujeito mulher. Essa abertura nos permite pensar em maneiras de desconstruir e reconstruir esse imaginário de mulher no contexto público e privado da vida. Dessa maneira, o ativismo feminista “colocar as mulheres como sujeitos ativos da mudança” (Ribeiro, 2018, p. 135).

Seria uma instância que não começa ou é atribuída apenas a um sujeito mulher, mas como este o usa para transformar a realidade que os processos de produção que compõe o “ser mulher” a afetam. O empoderamento significa olhar para a consciência dos problemas que afligem as mulheres e ser capaz de criar mecanismos para combatê-los. “Quando uma mulher se empodera, tem condições de empoderar outras” (Ribeiro, 2018, p. 136). Dessa forma, ser

¹⁵ “Elas por elas! Documentário retrata a Primavera das Mulheres, que tomou as ruas do Brasil e as redes sociais em novembro de 2015, sob o olhar de Antônia Pellegrino e Isabel Nascimento Silva, duas vozes que dão força ao feminismo no País no século 21” (Rodini, 2017).

capaz de gerar uma movimentação que busque combater os problemas ligados à inferioridade de gênero começa nos pequenos gestos, de mulher para mulher, até as mudanças maiores começarem a surtir efeitos.

Para entendermos um pouco sobre empoderamento do ponto de vista discursivo, temos o que Foucault (2004), nos diz, ao analisar o que seria o “poder”, que este se constitui como “relações de poder” e dessa forma partir dos discursos é que esse poder circula (Foucault, 2014). “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 2014, p.10). No contexto feminista, portanto, essa tomada de poder discursivamente seria algo que se desloca das opressões para um lugar com maior espaço discursivo e possibilidades de combater as violências contra a mulher a partir das lutas feministas.

Outro efeito que podemos observar desse contexto é o tema do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no final de 2015 que ao aborda temas sobre a violência contra a mulher gerou diversos comentários e repercussões sobre a dimensão que estaria chegando todas as discussões e debates sobre as questões feministas (Brito, 2017). Dito isso, todas as decorrências dos movimentos feministas durante décadas e a maior visibilidade que tanto as mídias quanto a Internet proporcionam para a população nos últimos anos para o sujeito mulher não faz mais sentido “o controle dos homens sobre seus corpos, o exercício indiscriminado da autoridade masculina nas relações interpessoais ou por mecanismos institucionais e o comprometimento da sua cidadania, e mesmo da sua integridade física” (Biroli, 2015).

Isso nos mostra que a inscrição dos discursos militantes, partindo da atuação dos movimentos feministas, gera um efeito de não aceitação de imposições e violências pelo sujeito mulher inserido nessa conjuntura e nessas condições de produção. Partindo dessa possibilidade aberta vinda dos movimentos feministas, outras liberdades de expressão começaram a se fortificar fazendo o mesmo movimento das ruas e das redes para produzir (re)significações sobre os sujeitos inseridos em uma conjuntura política opressiva. Nessa estrutura podemos citar movimentos ascendendo como o antirracista, o movimento lgbtqia+, movimentações em prol da educação, em busca do direito dos trabalhadores, manifestações políticas e antifascistas e muito mais.

Um grande fator presente nas manifestações feministas contra Cunha envolvia o tema aborto, onde dentro da PL 5069/2013 estava circunscrito a dificuldade de as mulheres terem

acesso a pílulas contraceptivas, e a imposição de barreiras diante de estupros em que a mulher engravida dessa violência (Brito, 2017). A pauta do projeto de lei retrocede no tratamento da violência sexual como questão de saúde pública. Somado a isso, vemos ainda a reprodução da opressão na sociedade, que nesse contexto afeta especialmente mulheres, negras e negros e população LGBT, que, a partir de mais essa retirada de direitos foram grandes impulsionadores das manifestações denominadas “#ForaCunha” (Oliveira & Silva, 2016).

Com toda essa movimentação pudemos observar um agente dos movimentos feministas trazendo esses sentidos multiplicados para além das relações travadas nas ruas, mas que partiram para as redes digitais e sociais, de maneira a circular a partir de novos sentidos. Sentidos esses que deram o nome de Primavera Feminista a este período que culminou discussões no âmbito social. É notável que houvesse uma circulação dos dizeres propostos pelos movimentos feministas após alguns períodos em que em estudos teóricos foram considerados como um “esvaziamento” (Oliveira & Silva, 2016) dos movimentos ligados à luta de direitos feministas e pautas sobre o sujeito mulher. Por isso, podemos fazer um paralelo metafórico com o “vai e vem” significativo dos sentidos para a Análise de Discurso e como os movimentos feministas também passaram e passam por esse processo de momentos mais efervescentes e momentos de escuta política que vão reverberar a partir de novos efeitos de significação.

[...] porque há outro nas sociedades e na história, diz M. Pêcheux (1990), correspondente a este outro languageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (Orlandi, 1999a, p. 51).

As relações discursivas das movimentações feministas nos dão base para uma interpretação social do funcionamento do sujeito mulher e pela outra via da construção histórica por trás dessa iminência. As demandas são reproduzidas e atualizadas na mesma proporção, mas é notável a grande preocupação por entender e discutir os efeitos violentos aos quais as mulheres foram e são submetidas. Com a maior visibilidade dada pelo processo de globalização digital, não é mais aceitável que haja essa hierarquia social regida por uma estrutura patriarcal arcaica que aplica os mesmos valores tradicionais e violentos não somente para o sujeito mulher, mas a todos os sujeitos que não estão dentro dos discursos dominadores de “sujeito homem”, “branco”, “cisgênero”, “burguês” e ainda, observamos que mesmo esse sujeito é afetado e sofre as consequências dessas determinações. “Aqui, é bom saber, o que

chamo de ‘homem branco’ é apenas uma metáfora do poder, do sujeito do privilégio, da figura autoritária alicerçada no acobertamento das relações que envolvem os aspectos de gênero e raça, sexo e classe, idade e corporeidade” (Tiburi, 2019, p. 41).

Quanto ao nosso objeto de estudos, a Primavera Feminista, precisamos olhar do ponto de vista discursivo sobre as relações traçadas a partir dos efeitos que os movimentos feministas produzem em um âmbito das ruas e continuam a circular no digital de maneira a resgatar memórias e ressignificar sentidos. Pensando no ativismo feminista das redes, as hashtags têm gerado mobilizações positivas no campo, pensando na produção de sentidos, que ora contribuem para fazer uma pressão ao poder público no processo de tomada de decisões, ora dão uma maior visibilidade nas causas militantes trazendo conscientizações nas relações de gênero e violência (Natansohn & Reis, 2017).

Trazer essa questão de como os movimentos sociais e, mais especificamente aqui os que estão atuando pelos meios digitais, podem se tornar mecanismos políticos a partir dos sentidos produzidos no âmbito social de maneira que essas tecnologias da informação (TIC's) se tornam mediadoras dos processos políticos, econômicos e culturais globais (Jensen, 2009). Assim, esse funcionamento dos feminismos atuais nos permitem observar e analisar o papel da era digital e midiática diante da ressignificação dos sentidos de ser mulher, dos sentidos de reconhecer e denunciar violência e de como a suposta igualdade entre homem e mulher não passa de uma mera colocação em papel, em termos recentes, pois como vimos nossas bases fundadoras políticas colocam o sujeito mulher como inferior autorizado perante o Estado dominante. Nas palavras de Mittmann (2009, p. 1):

Enquanto a grande mídia serve ao poder político-econômico como instrumento de controle da circulação de discursos e, portanto, controle da interpretação para a perpetuação desse poder, a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais – enquanto movimentos à margem do sistema – tem sido um forte instrumento de enfrentamento às dominâncias, furando esse controle e provocando novas formas de produção e circulação de discursos.

É por essa formulação que a constituição do acontecimento da Primavera Feminista, juntamente com outros movimentos por direitos e desconstrução do sujeito mulher na sociedade¹⁶ podem ressignificar e colocar em confronto a ideologia presente e tão intrincada nos sujeitos sociais. “[...] há um enfrentamento do discurso dominante patriarcal, na tentativa

¹⁶ Por exemplo, a Marcha das Vadias, a Marcha das Margaridas etc.

de furá-lo e mostrar para a sociedade o que pensa e diz a mulher.” (Garcia, 2015, p. 997). Não mais a mulher dita, falada, construída, mas a autonomia do sujeito que está à frente de mostrar a essa sociedade todas as injustiças e colocar o desejo de uma liberdade e igualdade desse cenário.

Nesse processo do acontecimento das lutas feministas vemos que essa explosão de discussões acerca do tema coloca o sujeito mulher frente a questionar sua jornada histórica e de vivências pessoais em que é percebida toda a carga de ser mulher presente nesse contexto. Quando vemos em prática outro funcionamento do que a mulher pode ser, podemos romper com esses ideais construídos que são tão fortes e que fazem criar uma ideologia contrária na mesma medida e assim ter uma visão mais ampliada de como os feminismos exibem sua importância diante da sociedade. Ser mulher hoje é uma luta constante. A reafirmação da luta por direitos e os embates políticos crescentes no Brasil só tornam mais complexa a militância que se torna algo odioso para os grupos tradicionais que querem manter a ideologia patriarcal vigorando. Ser mulher hoje é ser resistência e afirmar seu papel como sujeito desconstruidor de um pensamento opressor que resgata sentidos de séculos atrás. Nesse passo, a discussão de gênero inserida a partir das lutas feministas reascendeu com força para abarcar diversos sujeitos que buscam uma igualdade social e justiça histórica que querem aprisionar a sociedade nos moldes tradicionalistas e conservadores, de modo que continuasse a reinar uma ideologia machista e patriarcal. Dessa forma, a posição a que se filiam os sujeitos militantes inscreve discussões de gênero que marcam a ressignificação histórica desses debates aos quais se consolidaram como uma luta política de direitos ainda mais forte.

Os movimentos feministas exercem esse papel de olhar o outro sujeito, a mulher que dentro de uma esfera social é um sujeito inferior (Beauvoir, 1980) e entender sua historicidade diante da conjuntura social e política. Com isso, os movimentos nos levam a pensar nos direitos dos sujeitos marginalizados por um poder dominador que continua a oprimir a ideologia da oposição conservadora, nos abrem as portas de pensar as expressões presentes nos sujeitos e a manifestação da forma de ser e, sobretudo, de se autocompreender como um sujeito social (Tiburi, 2019).

A postura autocrítica necessária a toda crítica honesta depende dessa mudança do olhar, que depende, por sua vez, de nossa capacidade de prestar atenção. Essa capacidade não é natural, é construída em processos de aprendizagem que envolvem a nossa própria construção como pessoas. [...] é preciso renovar essa colocação, inscrevendo-a no contexto de uma filosofia capaz de transformar o mundo. Penso que o feminismo pode ser uma lente poderosa nesse processo (Tiburi, 2019, p. 23).

As percepções vindas desse novo modo de pensar movimentos por direitos, principalmente os movimentos feministas que funcionam em uma estrutura nunca vista antes, um funcionamento mútuo pelas ruas e pelas redes, de maneira que cria sentidos tanto para quem está inserido nesses pensamentos quanto quem se torna um sujeito observador. Podemos pensar que essa nova forma de significar os movimentos feministas corrobora com o advento tecnológico, mas muito mais, de um jeito que a era dos aplicativos e redes sociais exercem um papel extremamente necessário para o pertencimento desses movimentos.

Observamos que, nessa estrutura dos movimentos feministas, são os discursos por direitos nas ruas que causam mais o choque, é na rua que as vozes fazem barulho e reivindicam seus direitos. A voz da rua causa o abalo às estruturas, causa a repercussão de uma indignação e perpetua uma vivência intrincada na essência dos movimentos feministas. Já nas redes, não de uma maneira síncrona e consequente, vemos a consolidação da ideologia que funciona no momento quando a rua para, ou que ela ainda não aconteceu, mas as redes estão lá para manter a chama viva no pensamento, para não deixar apagar os sentidos que a resistência produz. Essas questões serão aprofundadas na parte a seguir deste capítulo, onde mostraremos teoricamente como entendemos para nosso trabalho esses sentidos do funcionamento dos movimentos nas ruas e nas redes e quais os efeitos para a nossa sociedade diante desse cenário. Pensaremos um pouco sobre como o sujeito mulher se insere nesse contexto como um sujeito militante e um sujeito que sofre os efeitos das violências por ser um sujeito mulher e quais os sentidos são produzidos a partir da resistência a essas violências representadas pelas movimentações.

O peso que as manifestações tiveram lá em 2015 continuam sofrendo efeitos até os dias de hoje (2020) em que, não somente desencadeou uma série de discussões sobre temas feministas como também serviu para mostrar que o sujeito mulher não tem que somente aceitar as imposições tradicionais que regiram as Instituições às quais estão inseridas, mas podem ser sujeitos ativos de uma mudança social de maneira a não só transformar a vivência delas enquanto sujeitos sociais, mas deixar caminhos a serem trilhados pelas futuras movimentações que virão. As mudanças entendidas pelos movimentos feministas nos fazem pensar em quanto é importante exercer esse movimento de olhar e analisar criticamente o contexto sócio-histórico-ideológico que está permeando toda uma estrutura em sociedade em que vivemos. Com essas percepções somos capazes de perceber as reproduções ideológicas

que existem discursivamente na sociedade, bem como o jogo das contradições de uma significância militante dentro do contexto da violência.

A inserção da mulher na sociedade tanto em âmbito privado quanto público foi violenta. Os sujeitos opressores atravessados por uma ideologia dominadora fizeram funcionar um contexto de hierarquia entre homens e mulheres, meninos e meninas, de modo que os reflexos dessas construções fossem sentidos por muitos séculos e provavelmente ainda vão sentir, pois não escrevemos a História de uma vez e, muito menos a reescrevemos de modo a quebrar com essas correntes de maneira tão rápida e efetiva. O trabalho feminista, em todas as suas vertentes e contextualizações, é árduo e demanda esforços sociais, políticos, acadêmicos, culturais, educacionais e institucionais.

Como temos visto, a luta feminista é uma das mais longas de todas as revoluções e é partindo dessa persistência e resistência diante das imposições de todos esses elementos presentes em nossa vida como sujeitos sociais é que podemos perceber as contribuições para a desconstrução de uma realidade violenta perpetuada pela inferioridade do gênero feminino de modo a reconstruir uma sociedade que possa dar a oportunidade de existir uma igualdade e justiça entre os sujeitos, e com isso menos violência em todos os âmbitos.

É nesse funcionamento ideológico da resistência, de não identificação a que a mulher militante buscará constituir-se em sua posição-sujeito e interpelará outras mulheres a acompanharem na resistência ao discurso patriarcal. É na práxis da militância, no espaço urbano e no ciberespaço, que a mulher produzirá dizeres sobre o feminino e fará circular sentidos que a diz como um sujeito com voz (Garcia, 2015).

Construindo, assim, uma rede de resistência e militância, o sujeito mulher atuante dos feminismos atuais busca desconstruir essa imagem dita e feita de uma forma de ser mulher que já não encaixa nos moldes tradicionais de uma sociedade patriarcal e machista que se consolidou. A nova atuação da militância digital veio configurar para nós enquanto estudiosos um olhar crítico sobre as teorias feministas e os discursos proferidos socialmente de modo a pensarmos gestos de interpretações que corroborem com um desejo de mudança da realidade social, que aqui para nosso trabalho se configura como uma realidade violenta e abusiva para o sujeito mulher, mas não somente, também para sujeitos que são uma afronta para a desconstrução do papel que o patriarcado criou há muito.

Com essa nova formatação que os feminismos exibem, podemos pensar na intersecção das lutas funcionando de uma maneira a trabalhar em coletivo para firmar o embate contra as violências que circulam estruturalmente. E assim, tanto funcionando no contexto das ruas

quanto das redes, essas movimentações exibem um caráter forte da resistência Estatal e Institucional que oprime as minorias sociais e grupos marginalizados e, vão pela via contrária, operando do mesmo modo para não deixar que seja ressignificado esse modo de viver em sociedade sem a mão patriarcal agindo.

O que a Primavera Feminista nos possibilitou analisar foi sobre a abertura de portas para pensar o funcionamento da contradição frente à ideologia dominante e conservadora nos moldes do patriarcado, que há a visão ampliada pelas redes digitais sobre as lutas feministas e as opressões e violências contra o sujeito mulher. Uma questão muito presente nesse contexto é que a desconstrução desses estigmas não significa a construção de novos padrões a serem impostos, mas o exercício da liberdade de ser, estar, transitar e não sofrer violência.

Nesse sentido, podemos dizer que o feminismo é um operador teórico-prático, mas no sentido de um contradispositivo. Ele é acionado para desativar o dispositivo do poder da dominação masculina patriarcal. Estou chamando de ‘contradispositivo’ o método necessariamente construído na base de uma teoria e de uma ação capaz de fazer desmontar o dispositivo que o patriarcado é (Tiburi, 2019, p. 40).

Desse modo, entender a discursividade presente nos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas, traz para nós um espaço analítico que irá nos colocar na posição de sujeitos analistas de um discurso que busca romper as imposições e afirmar essa resistência operando dentro do jogo ideológico da luta de classes. Com isso, na próxima parte entenderemos um pouco melhor do funcionamento dos movimentos e discursos militantes sociais que trabalham na forma digital, e ainda assim não perdem a identidade das ruas que marca sua origem e força histórica.

No próximo capítulo, daremos continuidade com os gestos de interpretação nos utilizando de todo esse arcabouço teórico que construímos até aqui, buscando entender a maneira de inscrição e funcionamento desses discursos de resistência à violência gerada pelas construções sociais sobre o sujeito mulher e a maneira que trabalha os movimentos feministas em prol dessa liberdade para esse sujeito.

Capítulo 3

Os discursos do digital

Desenho das artistas “Get it Girl Collective”

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BiTAYr6D0uM/>

“No fundo sabemos que o outro lado de todo o medo é a liberdade”

- Marilyn Ferguson

Chegamos ao momento de compreender melhor sobre a discursividade do digital e sua constituição a partir da militância dos movimentos sociais que utilizam essa materialidade para produzir sentidos e (re)significações de seu funcionamento. Observamos o modo de inscrição dos movimentos feministas e sua historicidade voltados para entender a forma de manifestação do sujeito mulher na sociedade enquanto um sujeito inferiorizado socialmente e colocado em posição passível de violência.

Utilizaremos com foco maior os dizeres e estudos de Dias (2011; 2012), noções como a inscrição digital de discursos do social e das ruas, bem como as formas das materialidades digitais, que nos dão uma base fundamentadora para entendermos a construção e movimentação dos ativismos sociais que foram reconfigurados nos últimos anos pelo advento das tecnologias. Discutiremos e formularemos um pensamento que nos ajudará a produzir gestos de interpretações sobre nosso *corpus* e entender como se dá essa luta pelos direitos das mulheres diante de uma da visão do sujeito mulher ser um sujeito social em contrapartida das violências.

Entrelaçando nossa base teórica – a Análise de Discurso – com os estudos sobre os movimentos feministas, a teorização sobre o sujeito mulher e os efeitos da violência, vê-se que a discursivização está posta no jogo linguístico do digital e os sentidos são capturados tanto pela via analógica de interpretação quanto pela via ciber. Dessa maneira, buscaremos entender como esses discursos digitais interligados com as noções das materialidades linguísticas implicam na significação dos movimentos sociais atuais e assumem novas formas de fazer sentido diante da historicidade e da ideologia concernentes a esses processos.

De um olhar teórico Orlandi (2012, p. 230) nos diz que a resistência dos movimentos sociais “está, de um lado, vinculada à relação entre a forma-sujeito-histórica e individuação pelo Estado; do outro, pelo processo de identificação do sujeito individuado com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso”. Assim, olhando para as inscrições históricas, temos o funcionamento da memória discursiva e que o sujeito se posiciona em processo de identificação (ou não) com os efeitos de resistência dos discursos políticos pela tomada de direitos sociais que atravessam os sujeitos afetados pela desigualdade e injustiças históricas, tendo como efeitos a violência dos grupos marginalizados por esse processo sócio-histórico-ideológico.

As lutas feministas farão parte do arquivo digital e circularão na rede, mostrando quais são os desejos das mulheres. [...] [na luta política], alianças pela luta feminista, aliança por uma posição legitimada na sociedade à

mulher, não mais a submissa, mas a que luta, tanto no espaço público quanto no ciberespaço (Garcia, 2015, p. 1007).

A resistência de um discurso dominador que se instaurou buscou diversas formas de se manifestar e de se significar de maneira que hoje observamos as lutas feministas (e de outros grupos minoritários sociais) atuando em diversos meios e manifestando-se cada vez mais para sujeitos antes fora do círculo ideológico. O resistir desloca alguns sentidos discursivamente tudo o que foi montado por décadas – ilustraremos mais adiante conforme nosso *corpus* analítico – e deixa abertura para novas visões e construções de mulher, olhando agora não somente mais para o sexo biológico, para a cartilha de bons modos ou a feminilidade, mas uma força conjunta com objetivo de igualdade e liberdade de ser. Sendo assim, nas novas configurações da manifestação das lutas feministas, vemos o caráter político da demanda de direitos ser reforçado não somente mais nas ruas ou nas mídias como aconteceu por muitas décadas, mas agora nos novos domínios digitais da dominância *ciber* e de redes globais de comunicação.

A transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem (Courtine, 2006, p. 57).

O movimento nas redes, então, possibilitou uma desconstrução, não somente por parte da linguagem de nomeações instauradas sobre o sujeito mulher, mas também da imagem do corpo, onde, veremos exemplos mais adiante, foi possível utilizar os corpos em protesto a estereótipos há muito instaurados e desmistificar justificativas do sentido naturalizado de inferioridade de gênero. Foi permitido, produzir esses movimentos de luta nas ruas e trazer esse deslocamento da linguagem e da imagem para dentro do mundo digital, para que se torne um condensador de conteúdos que possam ser disseminados para próximas gerações. Da mesma forma Althusser (1978, p. 54) nos diz que “não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção, a reprodução dos meios de produção”, também a autora contemporânea Dias (2009, p. 89) nos postula que a língua de um sujeito será determinada pela produção de sentidos e nos dias de hoje assegurada pelas condições de produção do espaço digital. Sendo assim, as formas de produzir e disseminar efeitos de informação estão se adequando às mudanças sociais e tecnológicas e

consequentemente criando uma esfera ideológica que se molda conforme o andar da sociedade e cultura. A respeito do digital, a produção de conteúdos e circulação se configura como uma nova maneira de materializar o conhecimento, de forma que ele apenas muda de suporte, do físico para o digital. Dias (2015b, p.280) nos diz que:

Segundo uma posição materialista, que é a da Análise de Discurso, o conhecimento é o processo de sua própria produção (ALHUSSEER, BADIOU, 1979). E, se considerarmos as condições de produção do conhecimento através da Internet, diremos que a circulação é parte dessa produção, já que a Internet se constitui como um espaço de circulação.

Este espaço de circulação pelas vias dos movimentos feministas está marcado desde a terceira onda feminista em meados da década de 1990. Para registro histórico, esse período das lutas feministas já se diferenciava pela entrada nas eras digitais que já naquela época ressignificavam os modos de se produzir sentidos feministas e desconstruir as determinações sobre o sujeito mulher. É preciso olhar as contribuições dos movimentos feministas nessa caminhada, onde com maior visibilidade dos movimentos e dos direitos das mulheres foram criados mecanismos que possibilitaram um apoio por meio de leis e políticas que foram uma enorme conquista em combate às violências:

Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ainda é mister apontar para as duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, ocorridas em 2005 e 2007, que mobilizaram mais de 3 000 mulheres e produziram alentados documentos de análise sobre a situação da mulher no Brasil (Pinto, 2010).

O que mudou ao longo desses anos é a inserção das redes sociais e a nova era tecnológica dos telefones celulares que carregam as redes em constante contato com os sujeitos. Desse modo, a luta se torna um aparato constante em que a militância se inscreve mutuamente pelas mãos dos sujeitos. Antes de nos aprofundarmos nas discussões que envolvem os discursos digitais banhados pelas lutas feministas, traremos um pouco de entendimento sobre esta era digital ao qual estamos submetidos.

Estamos inseridos em uma sociedade que vive em rede (Castells, 2003b), quase não há atividades e tarefas que possamos fazer sem o auxílio de uma tecnologia computacional ou algo que os aplicativos de celulares não nos ajudem a controlar. Apesar de tudo isso,

assumimos para nossos estudos linguísticos que o controle é ilusório e, por mais que tenhamos essa sensação dos sentidos que o universo digital nos traz, ainda assim estamos fora do controle do mundo globalizado.

Se a descrição instala o real da língua (equivoco, falha, eclipse, etc.), a interpretação instala o real da história (contradição), um alternando-se ao outro na própria complexidade [...], tomado em redes de memória, pondo assim em relação língua e história (Dias, 2015a, p. 973).

Haverá essa relação da língua e história, independente de os discursos estarem inseridos em uma materialidade física ou digital, devemos nos atentar à significância que estará presente nesse processo discursivo. O que mais caracteriza hoje a revolução tecnológica não é o caráter central do conhecimento e da informação, mas sim a aplicação destes aparatos de geração de conhecimento e processamento de informação e comunicação em uma ação acumulativa entre a inovação e seus usos (Castells, 2003a). A difusão dessa tecnologia amplifica infinitamente seu poder ao se apropriar de seus usuários e redefinir seus sentidos, de modo que “as novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas processos para se desenvolver” (Castells, 2003a, p. 7).

Dessa forma, não são as informações e o conhecimento advindo delas que se transformaram, mas os meios que esses conteúdos passaram a circular e os movimentos que passaram a fazer de modo que se alastra primeiro no mundo físico ecoando no universo digital. O fato é que a informação em suas múltiplas formas e concepções (científica, artística, mercadológica etc.) tornam-se central na dinâmica social e contemporânea (Almeida, 2009, p. 13). Partindo disso, a necessidade de informação e de informação globalizada se torna extremamente necessária, e o fazer chegar esse conteúdo para que seja reproduzido e aprendido demanda mecanismos e produz uma nova configuração na sociedade. Como definição, trazemos Gouveia (2004, p. 1), que diz:

A [chamada] Sociedade da Informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios electrónicos, como rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros. Essas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, económicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global [...].

Podemos pensar em como os discursos sobre a mulher eram produzidos e disseminados, constituindo assim determinações e construções sobre o gênero. As

transposições observadas ao longo dos anos, pelos meios de transmissão informacionais e pelas mudanças sociais nos permitem analisar esses discursos de um novo ponto: a mulher falando sobre si. Não mais a sociedade que fala sobre a mulher, mas a mulher produzindo voz atribuída pelas mudanças sociais e tecnológicas que são possibilitadas por essa sociedade em rede.

Nesse jogo linguístico e ideológico observamos a emergência dos movimentos sociais trabalhando nesse funcionamento digital para produzir sentidos ligados à resistência contra o sistema opressor que por muito tempo invisibilizou suas causas e seus sujeitos. Dessa maneira, mesmo que a globalização não atinja a todos os indivíduos e sujeitos na sociedade ela ainda permite que haja uma visão maior, mas não desprovida de ideologia das ações e efeitos que a sociedade patriarcal e machista tem sobre o sujeito mulher, por exemplo, em casos de violência. Se pensarmos na violência doméstica que há tempos ficava escondida dentro das quatro paredes das casas hoje há meios para que se exponha o agressor e há um incentivo intrinsecamente acontecendo nas redes sociais para denúncias e apoio a essas vítimas, uma situação impossível décadas atrás. Posto isso, existe, na Internet,

os movimentos reivindicativos tradicionais, porém os movimentos mais importantes [...] são movimentos de valores; por isso dependem sobretudo da capacidade de comunicação e da capacidade de levar a cabo um recrutamento de apoios e de estímulos através desse chamamento a determinados valores, a princípios e a ideias (Castells, 2003b, p. 277).

Dessa maneira, o mundo digital tornou possível uma nova forma de ler os sentidos dos movimentos sociais de modo que a significação paira sobre a sociedade a todo o instante, fazendo com que sujeitos inscrevam suas militâncias em uma conjuntura *ciber*, nascendo assim a cibermilitância. Como nosso foco aqui são os movimentos feministas e os efeitos que a sociedade patriarcal produz sobre o sujeito mulher, iremos dar mais atenção aos movimentos de mulheres e para mulheres acontecendo intrinsecamente nas ruas e sendo ressignificados pelas redes, entendendo assim esse funcionamento digital ao qual estamos submetidos e fazendo acontecer diariamente. Sobre as lutas feministas historicamente ressignificadas pelos discursos digitais, Dutra (2018) nos mostra que:

A cibercultura é uma corrente surgida durante a década de 1980, tendo como uma das suas principais obras de referência, *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*, da filósofa e bióloga Donna Haraway, onde ela aborda a crise identitária dos movimentos

sociais, incluindo o movimento feminista e a relação com as novas tecnologias.

Estabelecemos um pensamento sobre a discussão do digital que coloca nosso entendimento sobre a inscrição correlata dos movimentos sociais acontecendo tanto nas ruas quanto nas redes quando pensamos na “relação da nossa sociedade com sua própria memória histórica” (Pêcheux, 2010, p.54). As maneiras de produzir sentidos sobre as lutas por direitos das mulheres durante mais de um século foram trazidas a um novo patamar em que observamos a cibermilitância atuando em um formato antes, durante e depois do acontecimento nas ruas. Um exemplo disso é o que aconteceu com a menina Valentina que sofreu vários assédios on-line. A revolta e indignação, seguidos de pedidos de justiça iniciaram como movimentos nas redes sociais mais especificamente, sendo um estopim para manifestações presenciais nas ruas e sendo reproduzidas e replicadas digitalmente após esse acontecido, produzindo efeitos até os dias de hoje.

As possibilidades dos discursos de sujeitos militantes digitais permitem-nos associar a uma retomada de voz silenciada do sujeito mulher há tempos. Porém não podemos acreditar que somente a internet produz um espaço discursivo e está lá para acesso livre e desimpedido, há restrições e contratempos. Não somente as questões de acesso devem ser levadas em conta, mas também a universalização das lutas e violências está em jogo e colocadas em contradição ao pensar nos diferentes tipos de ser um sujeito mulher inserido nessa sociedade. As ainda assim, o espaço digital permite essa extensão dos movimentos sociais feministas de modo a desencadear manifestações, ser palco para um ativismo dentro da web e disseminar as informações referentes aos conteúdos produzidos dentro desses fluxos.

As formas de fazer significar os textos produzidos e disseminados na internet remetem ao modo como os dizeres também se encontram no digital e ganham força ao alcançar um público maior e mais diferenciado. Orlandi (2013, p. 17) afirma que esse meio se constitui por um “processo de significação que se movimenta o tempo todo em todos os lugares” representando a materialidade da interpretação. “Produzindo seus efeitos, sejam quais forem. E é desse modo que afetam os sujeitos aqui ou ali, por estas ou aquelas condições, nos gestos que se constituem no entremeio do real da língua e da história” (Orlandi, 2013, p. 17). É dessa maneira, que os discursos do digital produzem efeitos militantes, ao passo que se inscrevem em um processo de significação dos movimentos feministas, se constituindo assim como materialidades discursivas.

Sendo assim, para entendermos a constituição e funcionamento dos dizeres digitais devemos nos apegar nessa produção de sentidos que é potencializado pelos discursos digitais. Da mesma forma que o manifesto presencial marca o corpóreo da significação, a materialidade digital nos coloca diante do entendimento de uma ressignificação onde “as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória).” (Orlandi, 1999a, p. 46). Dessa forma,

A militância se dá pela definição, pela caracterização do que é ser mulher, do que é ser livre, e do que esse movimento deseja. Além disso, a militância se dá por meio de um discurso que sai do espaço público (do urbano) e adentra o espaço tecnológico/virtual. É através do tecnológico que inúmeros sentidos se formulam, que há uma interlocução entre [...] as mulheres que desejam militar por elas e por todas as classes vítimas de perseguição, de opressão, de violência por uma sociedade patriarcal, machista e sexista (Garcia & Sousa, 2014b, p. 1053).

Sobre os discursos do digital temos algumas considerações teóricas que nos ajudam a pensar um pouco como se constituem do ponto de vista discursivo tecnológico e como a partir deles podemos produzir gestos de interpretação capazes de nos fornecer evidências sobre essa sociedade em militância pelos direitos e vozes das mulheres, bem como o fim dos efeitos de violências causados por discursos patriarcais e machistas cristalizados no meio social. Então, sobre as características do discurso do digital, Dias (2015a) nos diz que há uma “temporalidade” construída por paradigmas não ligados à cronologia, que escapam dessa determinação de tempo e espaço do relógio. Há o tempo do acesso e da circulação, em que um arquivo digital é passível de atualização pelo acesso, “[...] ex.: ao comentar uma postagem do *Facebook*, independentemente da data em que foi postada, ela se atualiza na linha do tempo” (Dias, 2015a, p. 975).

Outro elemento que podemos incorporar para caracterizar um discurso do digital seria a “instabilidade do arquivo” que diz respeito à mutabilidade desse formato digital (Dias, 2015a). Faz parte do modo de circulação do digital lidarmos com atualizações, modificações ou até mesmo a indisponibilidade de textos, páginas, vídeos etc. (Dias, 2015a). Com os discursos feministas não seria diferente, ao pensarmos na visão teórica da AD, tanto a retomada quanto a contradição estão ligadas a esse caráter mutável de um dizer enquanto um efeito de sentido na militância urbana e digital.

Temos ainda a “dimensão e heterogeneidade do arquivo” para pensar na infinidade de textos e discursos que é possível encontrar na internet, diz respeito de quantidade e paráfrase

(Dias, 2015a). Este ponto nos toca quando pensamos no conceito de recorte para a Análise de Discurso. Trabalhar com o discurso significa considerar a incompletude e assumir que não é possível dar conta de toda interpretação e análise; nesses termos, quando nos deparamos com essa infinidade de sentidos inscritos no digital, é preciso considerar do lugar discursivo que ocupamos como analistas e através desse funcionamento olhar para a dimensão do gesto analítico. Portanto, “a consideração da dispersão máxima do arquivo torna complexo o procedimento do analista de discurso” (Guilhaumou & Maldidier, 1994, p. 106).

Sobre a questão da “autoria”, Dias (2015a) elucida que muitas vezes os discursos em meios digitais trazem materiais sem autor, sem nome ou instituição à qual atribuir determinado texto, assim, a ação de descarte é necessária, pois configura uma falta de legitimidade ao se trabalhar com este arquivo que está inserido no mundo ciber. Dessa forma, esses arquivos no espaço digital constituem um “[...] *espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (Pêcheux, 2010, p. 51 [grifos do autor]).

Um último ponto que podemos focar para entender melhor a constituição dos discursos digitais é tratar da “leitura dispersiva” (Dias, 2015a), onde vemos que “a leitura se desloca do fio temporal linear passando a predominar a ordem espacial, na qual se impõe a visualidade” (Dias, 2013, p. 55). A compreensão que precisamos atribuir para esse tipo de arquivo na internet diz sobre a dispersão constitutiva desse arquivo, em que é imposto outro ritmo de leitura e interpretação para esse espaço (Dias, 2015a). Tais considerações são importantes para visualizarmos a maneira que o discurso do digital, principalmente o discurso militante feminista se apresenta para os sujeitos leitores e sujeitos ativistas sociais de um modo diferente de sua inscrição nas ruas ou em outros espaços de luta. A circulação destes é diferente e intensificada no ambiente ciber, de modo que transforma as maneiras de significação e atualiza os sentidos de um discurso que busca direitos e procura quebrar com ideologias opressoras. A respeito da circulação, Pêcheux (1981, p. 18) nos coloca que:

‘Isso circula’, como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada, ou ao contrário, a falsa moeda das línguas de vento: os turbilhões esfumados do ‘não importa o que’ destinados a chamar a atenção, desviando-a dos ‘problemas reais’. Não seria tempo de destituir essa imagem duplamente satisfatória da circulação, assumindo o fato de que as circulações discursivas não são jamais ‘não importa o que’? (Pêcheux, 1981, p. 18)

Tal circulação é entendida por Dias (2015a) como uma “memória metálica” em que a mesma circulação pode ser parte de uma massa quantitativa de dados armazenados digitalmente e assim constituir um modo das relações entre sujeitos e sentidos de acordo com essa memória retomada. O ponto primordial deste entendimento é a materialidade em jogo nesse modelo discursivo que não tem a ver com a reprodução de sentidos, mas com produção de acontecimentos (Pêcheux, 1981, p. 17).

Nessa instância, as novas formas de circulação, significação, interpretação, inscrição e militância eletrônicas são afetadas pelas redes digitais que potencializa os lugares de dizer no sócio-histórico-ideológico. A virtualidade exhibe um significante de rede associativa que o lugar impresso é linear e não permite essas formas de inscrição que se significam através de um dizer digital. Da mesma forma, os discursos militantes feministas passam a atuar no movimento da virtualidade que está sujeito à contradição e manifestação desse lugar social, histórico e ideológico dos sujeitos.

Em cada um desses campos, afetos, trabalho, mobilidade, ciência, relações sociais, há derivas para outros lugares de significação, que produzem novos sentidos no jogo entre o mesmo e o diferente. Ao Analista de Discurso cabe observar essas derivas, compreender como elas se dão, compreender a historicidade do sentido para chegar ao processo da significação. Nesse percurso analítico, levamos em conta a memória no que se refere a relação da língua com a história: memória discursiva, e seus efeitos na constituição do sujeito (Dias, 2016, p. 2).

Todas essas mudanças das relações simbólicas do mundo ao qual estamos familiarizados, diz respeito à produção do conhecimento nas sociedades, à formação social e a maneira que a pesquisa afeta as instituições ao pensarmos na significação para a sociedade (Dias, 2016). Essas consequências se relacionam com o digital ao passo que joga com o sujeito e o conhecimento dentro de um funcionamento específico da memória, sendo sua natureza digital (Dias, 2016). Portanto, o digital modifica as possibilidades discursivas e traz novos sentidos para aquele movimento que nasce ou se desenvolve para significar-se digitalmente.

Quando olhamos para esse modo de inscrição dos discursos digitais vemos que seu funcionamento não está desassociado da memória física dos discursos, mas sim exhibe um trabalho correlato que, ao mesmo tempo em que há a significação física, das ruas, por exemplo, há os sentidos virtuais atuando para uma nova configuração ideológica dos sujeitos. “Portanto, a memória digital não é uma re-atualização técnica da memória, ou seja, uma

expansão horizontal dos enunciados, mas uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital” (Dias, 2016). Ao focarmos nos movimentos feministas temos que a inscrição física dos corpos nas ruas em meio a manifestações e ativismos pelos direitos das mulheres e fim da violência, vemos um mútuo funcionamento em que a rede trabalha do/no mesmo lugar da significação das ruas. O que temos de diferente é a rua causando o choque do acontecimento discursivo que reflete e permeia através do digital sendo perpetuado um corpo militante que se torna um “corpo que se textualiza” (Orlandi, 2001, p. 213) e se (re)significa dentro dessa conjuntura.

O que podemos compreender desse gesto analítico é que o que faz com que essa digitalidade, unidade significativa digital, nesse caso, produzida em ambiente digital signifique, vai além do compósito heterogêneo de elementos de distintas naturezas materiais. Sua significação se dá pela maneira como o discurso se constitui, se formula e circula atravessado pela materialidade digital (Dias, 2016).

É a partir dessa digitalidade de um corpo militante, por exemplo, que se busca compreender a dimensão afetiva que as redes exibem dentro desse contexto (Dias, 2016). Dessa perspectiva, dizer que o corpo se escreve na letra é incorporar ao dizer o afeto e sua potência política, a corpografia é um traço do afeto, cuja matéria prima é letra, linha, cor, cálculo, código, símbolo gráfico, luz, som, tecnologia (Dias, 2016). É partindo dessas materialidades que apresentarmos no próximo capítulo nosso *corpus* analítico se inscrevendo e significando esses discursos de lutas nas ruas e sendo perpetuados pelas redes, em uma via de vai e vem significativo que acontece antes, ao mesmo tempo e depois do choque das ruas.

Não devemos esquecer como a materialidade discursiva também é regida por regras e fundamentos aos quais observamos uma abertura, mas também exibe sua contradição pautada pelos modos de inscrição políticos e ideológicos. O que levamos de ensinamento das redes digitais e do mundo *ciber* é sua constituição como “um objeto teórico que produz efeitos no mundo” (Dias, 2016). E é por essa via que construímos essa narrativa, a fim de exibir esses efeitos propostos pela Primavera Feminista que nos rememora e traz uma nova significação da militância e das lutas por direitos e fim da violência contra a mulher.

O uso de Blogs, sites, páginas e perfis nas redes sociais, passou a ser algo inerente a organização da pauta dos movimentos feministas e, também de outros movimentos sociais, articulados através da web. Assim como o Ciberfeminismo utópico iniciado na Oceania, o uso das redes e mídias sociais no Brasil, passou a ser uma ferramenta para diminuir distâncias,

encontrando assim as diversas demandas políticas, sociais e culturais (Dutra, 2018, p. 24).

Posto isso, observamos essas relações que o digital exhibe sobre o contexto histórico, social e ideológico na constituição dos sujeitos, aqui para nós o sujeito mulher e os sentidos produzidos ao assumirmos essa carga de violência sofrida pelas mulheres (Dias, 2016). Esse funcionamento de discursos acontecendo virtualmente possibilita a abrangência de dizeres feministas que têm a possibilidade de chegar para sujeitos não participantes dos movimentos ativamente, ou mesmo que não têm o conhecimento. É dessa maneira que vemos a disseminação das informações e discussões chegarem para sujeitos com acessos limitados.

Essa questão da abrangência tecnológica não acontece de forma plena e completa, como nada analisado pelos olhos da AD, é necessário então termos à vista que não é toda a população (aqui nos referindo ao Brasil) que tem acesso à internet ou meios de comunicação ao ponto de se deparar com a militância feminista ou qualquer outro movimento social. Aqui assumimos apenas o caráter expansivo que a internet demonstra perante a globalização dos meios de comunicação e a atuação das tecnologias de informação que cumprem um papel disseminador em certo nível. Mas é nítida a necessidade de alcançar esses sujeitos, em especial mulheres sem o acesso à informação e conhecimento para fazer chegar essas lutas por direitos e garantias de apoio contra a violência.

A partir do que discutimos aqui e dos autores que trouxemos, entendemos que o modo de inscrição dos movimentos feministas nessas configurações digitais hoje só é permitido pela conjuntura globalizada e cibertecnológica ao qual nossa sociedade caminhou para. Dessa forma, observamos esse percurso gerando diversos sentidos para esses e outros movimentos e exibindo uma nova forma de fazer militância em prol da mulher. Vemos, então, o desenrolar da cibermilitância feminista que apresenta algumas características únicas em comparação com outros períodos dos movimentos feministas, mas também tem suas similaridades em alguns aspectos. A essência de uma luta por direitos e os novos mecanismos de disseminação trabalham em conjunto para retomar e ressignificar essa memória de um sujeito mulher oprimido por nossa sociedade.

O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadão – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio de pugna do proletariado por sua libertação (Pinto, 2003, p. 9).

Tais discursos que fazem parte desse universo da cibermilitância nos colocam na posição de interpretativa de observar os sentidos da tomada do interdiscurso dentro dessa conjuntura. “A questão do discurso reclama a compreensão de que sempre há justaposição de vozes no molejo do intradiscurso sobre o interdiscurso, processo esse de manutenções e rupturas de sentido” (Sousa, 2006). Assim, entendemos que há mais nesses discursos do que o simples funcionamento pela via do digital, há questões significantes que nos mostram as relações discursivas constituídas entre a rede e a rua, e sobre o sujeito mulher banhado por esses limiares. Dentro dessa conjuntura, os movimentos feministas ganham outra significação por meio da era digital (Garcia, 2015). Nesse sentido, o sujeito é capaz de produzir sentidos de militância que exhibe uma relação constante entre o espaço público e o privado. Assim, as discussões que são feitas no espaço das ruas ressoam efeitos no sujeito mulher, onde elas passam a refletir sobre sua posição como sujeito mulher na sociedade e o que significa estar nessa posição (Garcia, 2015).

Segundo Dias (2016), é notável desde o início do século XIX uma mudança de paradigmas na discursividade do mundo, em que ela chama de digitalização do mundo, ou seja, vemos que as práticas de linguagem tendem à metaforização das relações sociais e das práticas entre os sujeitos, portanto essa chamada “luta” desloca seu campo de significação para uma inscrição na forma digital. A autora também coloca que “a digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção” (Dias, 2016).

Essas novas práticas dos movimentos sociais a partir das condições de produção do digital contextualizam uma atualização de sentidos sobre o que é militar em um movimento social e, mais ainda, particularmente para os feminismos, o que configura ser um sujeito mulher que marca sua posição como sujeito de direitos e luta pelo fim das violências sofridas. Contudo, não afirmamos que essas práticas deixam de acontecer fora do espaço digital e ficam exclusivas às redes virtuais, pelo contrário, é necessário que haja esse efeito das movimentações sólidas nas ruas para que a inscrição digital possa ter a essência discursiva dos ativismos como aconteceram.

“A digitalidade é a unidade significativa correspondente a diferentes processos de significação cuja matéria significativa é o digital” (Dias, 2016, p. 14). Mas o acontecimento discursivo é o que está nas ruas rememorando os sentidos inatos da militância dos

movimentos feministas desde sua constituição e causando o choque inscrito pela materialidade digital. O digital está intrínseco na sociedade, mas só porque a materialidade física das ruas acontece para marcar o lugar discursivo do confronto. Este confronto ou choque que acontece a partir da inscrição dos movimentos sociais nas ruas e faz retomar uma memória significativa das lutas feministas por direitos que ganharam destaque no início de sua jornada, faz significar essa mudança social tão buscada e tão complexa de um ponto de vista político e ideológico. Desse modo, “quando algo é significado pelo/no digital [...] é porque tem digitalidade” (Dias, 2016, p. 14).

A Análise de Discurso nos coloca que as questões do dizer vão entrelaçar as relações da exterioridade com a memória discursiva (o interdiscurso). Segundo Orlandi (1997, p. 11) “[...] no discurso há sempre um discurso outro, função da relação de todo dizer com a ideologia (com a exterioridade do dizer e sua relação com o interdiscurso). O dizer, logo, nunca é só um”. Haverá sentidos possíveis trabalhando esse entrelaçamento de significação, e aqui para nosso trabalho, haverá as relações históricas e ideológicas perpetuadas nos discursos feministas que fazem significar um discurso libertador e que busca direitos. Olhando para essa chamada cibermilitância, Romão (2004, p. 71) afirma que “o século XXI nasce com marcas de silício nas veias, embalado pelo ideário de liberdade construído a partir da explosão das tecnologias de comunicação, especialmente aquelas que proporcionam velocidade, mobilidade e ubiquidade”. É através dessas condições de produção que discursos sobre o sujeito mulher se constituem na rede, é nesse espaço digital que são formulados e circulam novos sentidos sobre o que é ser mulher na sociedade (Garcia, Sousa, 2014). A respeito de militância, trazemos Bocchi (2016, p. 314) com uma definição pertinente para nosso entendimento, portanto:

Historicamente, assumir um lugar de enunciação de defesa do feminino tem consequências concretas, pois a categoria do feminino é uma categoria criada pelo/no sistema de dominação patriarcal, uma categoria que historicamente naturaliza a mulher como constructo a partir de características essenciais próprias ao feminino.

É necessário frisar que é um feminino que não aparece somente no sujeito mulher. As lutas feministas marcam esse caráter ideológico da ruptura de um discurso dominador, onde esse lugar histórico continua a produzir e reproduzir sentidos de um sujeito mulher libertária, seja ele constituído pelas vias das ruas ou pelas vias digitais de modo a marcar essa discursividade no contexto militante. Essa via do digital se configura de uma maneira a

disponibilizar “uma zona da memória já lida, recolhida e selecionada por outro(s) sujeito(s)” (Sousa, 2006). Ou seja, uma constante produção e ao mesmo tempo reprodução dos sentidos militantes feministas postos no acontecimento das ruas. Pêcheux (1990, p. 17) afirma que para entendermos os sentidos de um acontecimento discursivo é preciso entender que o acontecimento é o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, o que se estabelece por uma inscrição de um dizer antes estabilizado em outro lugar que funciona e faz sentido de outro modo, criando outra inscrição de memória. Com a atualização dessa memória, outros sentidos passam a circular na sociedade e a interpelar o sujeito mulher presente nesse contexto de militância feminista (Garcia, 2015).

A contribuição dessa ideologia feminista se constitui para o sujeito mulher de maneira a resgatar os sentidos históricos produzidos de união feminina de ideais e liberdades de modo a produzir novas formas de pensar a mulher e difundir um sujeito de direitos igualitários perante a sociedade, não passível de sofrer violência. Vemos essas formas de militância serem resgatadas e atualizadas através de um sujeito inserido na malha digital que é aqui compreendido como “sujeito do discurso em relação a um poder, posição inscrita pela ideologia e pela memória e constituída em condições de produção datadas historicamente” (Sousa, 2006).

Não somente a constituição e a formulação dos discursos digitais devem ser observadas, mas também a questão da circulação e o modo de inscrição de um dizer pautado pelas telas e redes. Nesses termos, as significações atribuídas por onde as discursividades digitais transitam vão além de pensar somente no digital (Dias, 2016), ao passo que, como já dissemos, as condições de produção virtuais acontecem partindo da retomada de sentidos de outros lugares, aqui para nós identificados como o espaço das ruas nas militâncias feministas.

Assim, da perspectiva da Análise de Discurso, o digital é um campo de discursividades constitutivo do espaço, do sujeito e do sentido, do conhecimento, com sua materialidade própria. Nesse sentido, a Análise de Discurso coloca questões (im)pertinentes ao digital, fazendo deslocar tanto a teoria, pelas questões que formula, quanto o digital, pois, ao questionar suas evidências e sentidos cristalizados, produz sentidos outros, desvios no processo de significação já estabilizado pelo “técnico” [ou seja, o espaço das ruas] (Dias, 2016).

Aprofundaremos na questão da circulação desses discursos em rede e seu funcionamento na próxima parte, onde traremos os gestos de análises que dão sustento à teorização deste trabalho. Dessa forma, é necessário colocar, por enquanto, que os modos de circulação desses discursos que funcionam tanto nas ruas como nas redes nos mostram o

quanto de cada um está em cada outro. Os significantes do discursivo militante que atua nas ruas apresentam os sentidos que vemos na reprodução das condições digitais e, o mesmo acontece ao inverso. Novamente, veremos essas transposições mais lúcidas adiante ao passo que encontramos esses discursos ditos tanto em forma digital atuando nas ruas, quanto o oposto, o caráter da rua no digital. O que isso significa? Os elementos que constituem as formulações e características dos discursos digitais são encontrados em cartazes, gritos, pôsteres, escritos e canções em manifestações no confronto da rua, enquanto as fotos de militantes feministas, sujeitos mulheres, vozes, sons, vídeos, *hashtags* etc., são encontrados em meio a postagens e replicações dentro do espaço virtual.

Este trabalho tem sua fundação a partir de três *hashtags* escolhidas para basear nossas análises e *corpus* discursivo, portanto, ao olharmos diretamente para esse material, veremos esses pontos que citamos mais acima demarcados através de imagens, escritos, postagens, *hashtags*, legendas, pinturas corporais, cartazes e muitos outros elementos. Sendo assim,

Diante desse processo dialético, julgamos que o discurso, quando submetido à análise, nos dá acesso às determinações sociais que sustentam a produção e circulação de sentidos, bem como nos revela as contradições que movem as relações sociais que lhe deram origem (Sobrinho, 2009, p. 154).

Ainda nas palavras do autor, as práticas sócio-históricas e lutas ideológicas que constitui o sujeito, um sujeito mulher que luta por direitos e fim da violência, seu dizer é parte dessas práticas cuja materialização é uma relação tensa e contraditória entre a língua e a história (Sobrinho, 2009). Nesse contexto, o que podemos inferir são os fatores do acontecimento discursivo e das falhas sociais imbrincadas nesse processo, em que os funcionamentos – das ruas e do digital – se constituem do significante sócio-histórico-ideológico marcados nos sujeitos e seus discursos.

Diante disso podemos afirmar que não somente a circulação das ruas está de forma a resgatar os sentidos históricos dos discursos, mas as redes atuam nesse papel trazendo novas formas de significações que constituem tanto um sujeito mulher militante nesse processo, quanto traz a desconstrução de formas de ser mulher que são violentamente intrincadas na sociedade. Nas palavras de Mittmann (2011, p.121), “[...] não apenas os mecanismos da internet (sua base técnica) mas, principalmente, os sujeitos envolvidos e as condições históricas de produção, articulação, determinação e circulação de discursos”.

Com isso, ao mesmo tempo que, com o ciberespaço, o sujeito se enche de esperança, ele se emaranha numa rede de poder coercitivo. São sentidos que fazem parte da constituição do sujeito naquilo que concerne suas relações na Internet e que constituem a materialidade do ciberespaço. Materialidade esta que não é apreensível senão pela historicidade das relações, pela compreensão da deriva do sujeito e do sentido (Dias, 2012, p. 49).

Essas novas formas de circulação de sentidos trazem ao sujeito mulher (militante ou não) novas possibilidades de encarar essa realidade sócio-histórica e mais ainda, a possibilidade de visualizar as violências contra a mulher fixadas na sociedade. A partir disso, abrem-se as possibilidades de desconstrução e reformulação dessa realidade por meio dos mecanismos de confronto político, sejam eles práticos corpo a corpo ou virtuais, possibilitados tecnologicamente. Um breve exemplo poderia ser do alcance que uma ideologia feminista tem ao se estabelecer nas ruas confrontando o sistema opressivo e ser replicado nas redes para disseminar essas ideias e uma rede de apoio às mulheres fora dessa conjuntura.

Essa transposição de sentidos não acontece de maneira tão simples e muitas vezes observamos esses movimentos acontecerem de maneira isolada ou não apresentarem sentidos convergentes entre as ruas e as redes, mas a questão é entender o funcionamento político que as movimentações digitais proporcionam ao retomar esses sentidos militantes das lutas que acontecem no espaço das ruas. Portanto,

no tocante ao Ciberfeminismo enquanto movimento social, esse consegue ressignificar elementos do feminismo a partir das novas tecnologias e dos espaços ocupados pelas mulheres. Extrapolar as fronteiras utilizando as redes sociais, fez mulheres das mais variadas classes sociais, religião, raça/etnia e gênero se unirem para a subversão no processo de comunicar e resistir (Dutra, 2018, p. 25).

Trazendo para nosso momento sócio-histórico, podemos observar alguns aspectos que a cibermilitância constitui mutuamente de contribuições para entendermos as propostas e apoiarmos os movimentos feministas e, também descobrir (no sentido de revelar) essa realidade do sujeito mulher brasileira inserida ideologicamente no meio social. Podemos pensar nesse momento de isolamento social diante de uma pandemia do Coronavírus, que impede as pessoas de saírem de casa e estarem em multidões. Os adventos das redes digitais e sociais permitem que a militância não termine, que ela continue a produzir sentidos mesmo todos estando em suas casas.

Nesse cenário de fragilidade, materializam-se os efeitos da COVID-19, por exemplo, quando optamos pelo isolamento social em casa. Opção que vem revelando desafios, sobretudo para as mulheres e que tem pressionado as políticas públicas envolvidas no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além da violência que aumenta com a quarentena, o fato das pessoas estarem em casa escancara a desigual economia do cuidado, em que a responsabilidade e sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com doentes, criança e idosos são das mulheres (Bevilacqua, 2020).

Segundo Diniz (2020), “a pandemia tem gênero”, mais ainda, tem raça e classe também e, por isso, a desigualdade permanece tão fortemente intrincada mesmo diante de uma situação de saúde pública emergencial mundial. Essas causas para o agravamento da vulnerabilidade feminina são multifatoriais, envolvendo não apenas o confinamento das vítimas e seus agressores, mas também em relação ao distanciamento das redes de apoio e proteção à mulher (Azevedo, Esteves, & Silva, 2020).

Ainda assim, a contradição nos mostra uma via de resistência diante de toda essa violência, de maneira que foram criados mecanismos de denúncia e redes de apoio on-line para que essas mulheres vítimas possam recorrer e se unirem contra essas violências. É através desse funcionamento que vemos como os movimentos feministas atuam em uma conjuntura discursiva com o objetivo de romper esses laços dominantes e mudar a realidade opressora ao qual a sociedade em que vivemos está submetida. É por essas vias que acontecem as militâncias, para marcar o lugar discursivo do sujeito mulher perante a todas as negações de voz e direito, para mostrar as lutas estarão lá para deixar registrado que não será aceito essas formas de imposições, que a sociedade deve se conscientizar e entender a necessidade do fim da desigualdade e violência.

Nessa instância, todas as formas de a militância feminista demarcar seu espaço, nos trazem as memórias instituídas de todas as fases dos feminismos funcionando para romper com a rotina opressiva e violenta que presenciamos. Assim observamos o que temos falado aqui sobre as inscrições nas ruas e nas redes dos movimentos sociais (re)significando os sentidos ideológicos que a sociedade reproduz em sua essência. “Nessa perspectiva, o que há é uma formulação determinada a partir de um funcionamento discursivo específico da língua, o qual se dá a partir da relação do sujeito com o mundo, com as novas tecnologias numéricas, com a história” (Dias, 2009, p. 92-93).

Moraes (2001, p. 1-2) nos coloca que “a Internet vem dinamizar as lutas e entidades civis a favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda a ordem”, em outras palavras, tornou-se facilitadora de disseminação de grupos e movimentos sociais.

Como tratado, a cibermilitância se mostra como movimento social constituído na rede e sendo fortificado para agir nas ruas. Para Dias (2012) o ciberespaço é “[...] um espaço de significação, cuja materialidade produz sentido”. Portanto,

São sentidos que fazem parte da constituição do sujeito naquilo que concerne suas relações na Internet e que constituem a materialidade do ciberespaço. Materialidade esta que não é apreensível senão pela historicidade das relações, pela compreensão da deriva do sujeito e do sentido. (Dias, 2012, p. 49).

Sobre o modo de funcionamento dos discursos no ciberespaço, os lugares estabelecidos que se constituem de maneira a relacionar o que acontece na rua e na rede, traz as contradições e migrações de sentidos que decorrem desse processo (Chaves, 2014). Desse modo, as “[...] marcas de transformação do modo de manifestação dos movimentos sociais na atualidade, nos quais as imagens dos organizadores (líderes, porta-vozes, colaboradores) e dos participantes sofrem deslocamentos significativos” (Nunes, 2013, p. 66).

Posto isso, vemos esse deslocamento e ressignificação de sentidos que permeiam os movimentos sociais e trazem as lutas para um novo funcionamento, mas não deixa de marcar a ideologia constituída pelos movimentos feministas. A forma com que os discursos opressores e libertadores se inscrevem nesse movimento mútuo deixa marcada a forma de significação das ideologias que se inscrevem na sociedade atualmente. Assim, fica elucidado que a circulação desses discursos não fica presa à uma forma de significação (Chaves, 2014), seja pela rua ou pela rede, mas produz novas possibilidades de recriar uma ideologia feminista e repensar as determinações do sujeito mulher na sociedade. Não somente repensar, mas buscar romper com esses laços opressores através dos modos de inscrição das redes, que perpetuam os manifestos e deixam vivos os sentidos feministas libertários. Essa vivacidade circula pelas redes de modo a criar uma esfera significativa de um lugar discursivo que fala antes, durante e depois dos movimentos nas ruas e dissemina essas informações de uma atuação feminista permanente. Vemos então, como afirma Dias (2011, p. 11)

[...] uma compreensão do modo como o espaço urbano e o espaço digital se sobrepõem e se significam, faz falta uma noção que dê conta de considerar as relações sociais, os efeitos de sentido, o funcionamento da ideologia, o político, os conflitos, as tensões, enfim, o real dessa relação de mão dupla entre o eletrônico e o urbano.

Com isso, os discursos cibermilitantes inscrevem-se em um processo de reformulação parafrástica e permite a emergência de enunciados, de uma posição de sujeito militante que busca a libertação da mulher vítima de violência, apenas por ser uma mulher (Garcia, 2015). Vemos assim, outro funcionamento dos movimentos feministas que permitem uma vez mais que haja lutas e movimentos em que as mulheres possam reivindicar seus direitos e lutar por uma realidade diferente.

Por essa via, iremos dar continuidade em nosso pensamento nas próximas partes às quais separamos momentos de entender e discursar sobre a constituição de nosso *corpus* e produzir gestos de interpretação capazes de rodear as significações pertinentes para a teorização feita até o momento. Em nossas análises traremos essas questões sobre o sujeito mulher inseridas nos movimentos feministas – das ruas e das redes – ressignificando a produção de sentidos sobre direitos, violência e ser mulher na sociedade atual.

3.1 Gestos analíticos

Nesta parte de nosso trabalho, o enfoque se dará a entender mais profundamente sobre como o sujeito mulher produz sentidos através de pensamentos dos movimentos feministas para combater a violência contra a mulher. Para isso faremos esse movimento por meio dos materiais escolhidos para nossa análise que é composta dos dizeres digitais formulados em princípios pelas *hashtags* principais, mas que encontramos sentidos nas imagens e discursos presentes na composição das postagens como um todo. Vimos anteriormente toda a concepção de como um sujeito se inscreve a partir da historicidade e da ideologia para se fazer significar num âmbito social. Também foi explicitada a maneira como entendemos o sujeito mulher a partir das determinações históricas que compõe a visão social representada e reproduzida hoje. E ainda pudemos entender um pouco sobre esse movimento da Primavera Feminista e sua maneira de ressignificar a militância e o combate à violência contra a mulher em nossa sociedade.

Assim, nesse capítulo tomaremos as cordas que puxam os sentidos do sujeito mulher e dos feminismos e como estes produzem efeitos de combate à violência contra a mulher por meio das inscrições digitais e das ruas produzindo sentidos nessa conjuntura. Por fim, nosso gesto interpretativo nos permitirá olhar para a teoria e entender a maneira que a violência contra a mulher se desenvolve e se perpetua devido às condições de produção em uma historicidade estruturada a partir de uma sociedade patriarcal e machista.

Trazendo para nosso campo de saberes, muitos trabalhos científicos de uns anos para cá têm utilizado a mulher e os feminismos como objeto de estudo e questionamento. Podemos ser questionadas, por que mais um trabalho com essa temática? Qual seria a relevância de abordar o tema novamente? Já não se esgotou trabalhar com este sujeito e as implicações ao seu redor? Em nosso caso, a construção desse trabalho nos trouxe a questionar os sentidos de ser um sujeito mulher na sociedade e os efeitos de violência que essa concepção provoca. No Brasil, três mulheres são vítimas de feminicídio por dia, uma mulher é vítima de estupro a cada nove minutos (Instituto..., 2020) e essas violências são cometidas em sua maioria por parceiros, familiares ou conhecidos das vítimas, ou seja, estão próximos ou vivem junto a elas, é um perigo iminente próximo todos os dias.

Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro (Instituto..., 2020).

Nossa posição como analista do discurso nos impulsiona a analisar discursivamente o funcionamento desses discursos violentos e os efeitos dessa violência para o sujeito mulher e, observando também, a contradição do amparo que a resistência dos movimentos feministas provoca diante desse contexto. Podemos ver materializadas alguns de nossos questionamentos em diversos discursos midiáticos, que televisionam casos de agressão e feminicídio e, utilizam como justificativas e em alguns casos até absolvição dos agressores, elementos esses que fazem com que as mulheres vítimas se apresentem como culpadas pelas suas atitudes, suas palavras, suas roupas e simplesmente pelo seu ser.

Noutras palavras, em sociedades marcadas pelo sexismo e pela gramática da heteronormatividade (MISKOLCI, 2014) a visibilidade de corpos dissidentes sempre irá flertar com a violência, que apresentando-se como um elemento ubíquo das relações de poder, requereria para seu combate problematizações mais assertivas, convertidas em projetos de mundo e não como um mal-estar difuso, que serve para acolher indiscriminadamente desde elaborações mais conservadoras como as mais progressistas (Natansohn & Reis, 2017, p. 124).

Posto isso, buscamos cumprir com uma das funções da ciência que é questionar, duvidar e buscar outros pontos de vistas que mostrem como as mulheres poderiam as culpadas de suas agressões e injustiçadas enquanto seus agressores majoritariamente sujeitos homens inseridos nessa conjuntura patriarcal e machista abstêm-se de sua culpa por violências e

mortes. Se vivemos em forma de sociedade, em que o princípio é a convivência com outros seres e, estamos sob o regimento de direitos, Direitos Humanos, como determinadas ações consideradas crimes podem, muitas vezes, serem inocentadas e revertidas para culpar a vítima quando esta vítima é um sujeito mulher? Nesta parte buscaremos trabalhar com essas questões pautando-nos nos aportes teóricos feministas que nos ajudarão a entender esse processo discursivo acerca das consequências de violências que o sujeito mulher sofre por ser um sujeito tido como inferiorizado historicamente. Buscaremos refletir sobre os movimentos feministas como um todo e como nosso recorte – a Primavera Feminista – possibilitaram essas discussões e questionamentos emergentes na atualidade, em que a voz do sujeito mulher foi e é silenciada, não somente simbolicamente, mas de maneira literal e violenta, trazendo assim as contradições da resistência perante as violências.

Após traçarmos essas linhas de pensamento a respeito do sujeito mulher e dos movimentos feministas, nos propomos a entender as relações que os perpassam para podermos desenvolver gestos de interpretação que vão além de pensar que o feminismo existe somente para as mulheres, ou que apenas mulheres estão alinhadas ao movimento, ou ainda, considerar que todas as mulheres se beneficiam ou apoiam as marcas ideológicas deixadas por ele. Pensar nas contradições evolutivas nesse aspecto é o que nos leva a continuar discutindo este assunto. Se um dos princípios do feminismo é o combate à violência e ela ainda é diária e, assídua socialmente, devemos olhar para os fatores que divergem e mudam os sentidos que muitas vezes nos parecem estáticos, mas que estão em fluxo e movimento constante.

Se a violência ainda é perpetuada, é possível pensar que nem todas as mulheres como sujeitos estão juntas nesse movimento, mais ainda, se elas não são os agentes dessa violência, para quem deveria estar sendo destinados os discursos feministas? Como na Análise de Discurso não existe obviedade, é nos possibilitado pensar e questionar os moldes que estão sendo seguidos para perpetuar o movimento ideológico e quais seriam as falhas envolvidas no processo ao combate à violência contra a mulher. De início, é válido reforçar que a materialidade digital é, em nosso entendimento, “o processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.) e em certo *meio material* (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.)” (Dias, 2016, p. 16). Nesses termos, “a materialidade digital não se reduz ao digital ou ao online, o que caracteriza a materialidade digital é sua discursividade” (Dias, 2016, p. 16). São por essas vias que entenderemos nesta parte as formulações dos discursos militantes nas ruas e a retomada de seus sentidos pelas redes.

A partir das formulações dessa materialidade digital que encontraremos adiante em nosso *corpus*, deixaremos explicitado que nossas análises serão compostas pelo conjunto que as postagens oferecem a partir das *hashtags* encontradas, ou seja, traçaremos gestos de interpretação olhando não somente para nossas três *hashtgs* principais, mas também para a imagem que traz a postagem, o sujeito mulher a ser analisado nesse contexto, os discursos presentes nessa composição e os sentidos concernentes com esse conjunto de significações.

Chegamos ao ponto de olhar diretamente para nosso *corpus* analítico de maneira a mobilizar todas as manifestações conceituais que produzimos ao longo desta dissertação e pensar como analistas discursivos olham para o mundo a sua volta produzindo sentidos a todo o momento e assumindo estes pontos de encontro entre as materialidades linguísticas, bem como as contradições que estão intrincadas nesse processo. Para Mariani e Medeiros (2013) e Bastos (2018), atuar como analista do discurso é relacionar a linguagem com a exterioridade, é compreender as particularidades dessas relações e mobilizar as noções da teoria para a produção de significação.

As noções mobilizadas até o presente percurso nos possibilitaram visualizar as relações teóricas, conceituais, metodológicas e a partir de agora incorporaremos as noções analíticas que serão responsáveis por traçar sentidos sobre todo nosso caminho científico sobre entender as questões sobre um sujeito mulher ligadas à inferioridade socialmente construída, bem como a efervescência dos feminismos cibernéticos na sociedade atual e os efeitos para o combate à violência perpetuada pelo sistema patriarcal opressor. Dessa maneira, entender esses desdobramentos em um lugar discursivo histórico e ideológico é necessário para a produção de entendimentos e interpretações relacionadas a esses eixos teóricos e conceituais que nos trazem vestígios de um funcionamento social ao qual estamos inseridos e temos o desejo de compreender melhor.

Vimos até então vários funcionamentos, uns que dizem respeito ao sujeito mulher em uma forma de entender o que seria “ser uma mulher” socialmente falando e a partir disso visualizamos que essas determinações de gênero causam efeitos de violências perpetuadas. Por outro lado, o funcionamento discursivo dos movimentos sociais também esteve presente para nos fazer entender como se dá essa constituição dos movimentos feministas desde sua gênese até os dias de hoje e como ele produz sentidos capazes de combater essas violências de gênero postuladas. Em nossos estudos, a Primavera Feminista se colocou como um movimento de efervescência que trouxe as discussões sobre a materialização dessas movimentações feministas a partir dos discursos das ruas e das redes digitais.

Posto isso, como o próprio braço metodológico da AD nos elucidar, devemos fazer um movimento de vai-e-vem entre teoria e análise e retomar pontos que nos ajudarão a produzir tais gestos interpretativos que darão vida a entendimentos discursivos sobre nosso texto. E, portanto, poderemos finalmente exercer o desejo de uma mudança social ao materializar esse escrito com a vontade de que ele chegue aos sujeitos, principalmente ao sujeito mulher que são essas vítimas de violência e possam fazer parte de uma nova forma de pensar a respeito da violência e do ser mulher.

Toda a discursividade que mobilizamos sobre a violência contra a mulher, suas causas e efeitos, nos dá uma base para entender melhor todas as formas de resistência encontradas nos movimentos feministas, especialmente os movimentos atuais que se inscrevem de maneira mútua nas ruas e nas redes, buscando a erradicação dessa violência e a reafirmação de direitos para a mulher como um sujeito social. Sendo assim, os enfoques dados para essa materialização digital dos discursos feministas dos espaços das ruas nos mostram as significações da atuação social pelas vias históricas e ideológicas dos movimentos das mulheres que resistem. Para entendermos a seleção de nosso *corpus* analítico no contexto de toda a mobilização teórica, é importante salientarmos esse modo de inscrição e de que maneira nos é pertinente analisar essas vias. O espaço digital permite esse entrelaçamento dos sentidos, assim, vale lembrar que

O sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso (Orlandi, 1999a, p. 2).

Veremos aqui outro funcionamento desses discursos que agem da maneira a significar-se pela via urbana e digital e assim fazem o movimento de retomada discursiva e inscrevem os sentidos em uma conjuntura ideológica. Partindo dessas considerações vamos entender um pouco como esses discursos digitais se colocam para nós enquanto analistas e como podemos produzir gestos de interpretação aos recortes escolhidos juntamente com a mobilização que nos foi apreendida. A respeito de entendermos essa circulação digital, devemos olhar para nossas materialidades, elas surgiram a partir de três *hashtags* escolhidas no processo de constituição do projeto deste trabalho e partindo delas foram encontradas as imagens e discursos que virão mais a frente e trazem resquícios de uma significação feminina e

feminista e nos servem de aporte analítico nessa empreitada. Cabe-nos entender e discutir essa inscrição digital e qual a posição dessas *hashtags* dentro desse contexto analítico.

Uma *hashtag* é um símbolo digital representado pela cerquilha (#) e uma ou mais palavras escritas todas juntas dentro de um contexto. Esses símbolos são muito usados nas redes sociais, como *Twitter* (onde se popularizou mais), *Facebook* e *Instagram* e são usadas para chamar a atenção sobre algum assunto, alguma notícia, deixar em destaque algum dizer ou até mesmo servir de um caminho como um *link* para encontrar conteúdos diversos. Todos esses sentidos foram usados por nós nesse trabalho. Utilizamos as buscas dos navegadores e dos sites das redes sociais para encontrar *hashtags* que destacavam determinado assunto, ligado principalmente aos feminismos e, a partir desses resultados, nos focamos em encontrar as imagens discursivas através dos *links* que as # nos proporcionaram.

A hashtag (do inglês hash = # + tag = etiqueta) é uma maneira de identificar e agrupar conteúdos, facilitando a pesquisa de informações correlatas. Para tanto, basta colocar o símbolo # adiante de alguma palavra-chave ou frase e ela irá automaticamente ser agrupada a todas as outras similares, utilizadas naquela plataforma digital (Natansohn & Reis, 2017).

Nas palavras de Silveira (2015, p. 69), temos o exemplo do *Twitter*, mas podemos expandir essa conceituação para o uso e circulação da *hashtag* no geral da internet, portanto o uso dessa ferramenta.

afeta diretamente o modo de circulação dos discursos, [...]. Isso modifica as condições de produção imediatas dos discursos e permite que qualquer um, ao utilizar esse instrumento, abra um canal com outros tuites que utilizam a mesma hashtag.

Dito isso, essa circulação a partir das condições de produção do virtual nos permite ter uma ampla visão de como os sujeitos são afetados por essas formas de comunicação e como os conteúdos se transformam a partir das diferentes funcionalidades aplicadas a eles. Assim, a *hashtag* se tornou um meio de afirmação ideológica ao circular discursos de todos os tipos e para todos os sujeitos. O espaço discursivo ao qual se insere as *hashtags* e os posts marca um lugar de significação de uma materialidade que antes era analógica e agora se configura como digital, mas inscreve sua rede de sentidos a partir do funcionamento do mundo externo. Trazemos um pequeno experimento de Neto (2018, p. 89-90) para visualizarmos um pouco melhor esse funcionamento da *hashtag* e seus usos diante do mundo digital:

Vejamos um exemplo de busca, utilizando como palavra-chave a hashtag #Pecheux. No Twitter, quando se busca #Pecheux, encontram-se todas as postagens onde ela fora marcada, em ordem cronológica. A imagem anterior apresenta alguns desses resultados. Dentre esses resultados, o mais antigo é o de abril de 2010, ou seja, talvez não exista nessa memória metálica a hashtag #Pecheux antes de 2010. É interessante também notar que ao buscar esse tópico, encontram-se não apenas temas relacionados a Michel Pêcheux, mas também tópicos relacionados à moda, uma vez que a ferramenta de busca se limita à expressão exata, sem passar pelos níveis dos sentidos atribuídos. Dessa forma, encontra-se a falha, pois o sujeito talvez busque tópicos sobre análise do discurso, ou até mesmo busque outros sentidos não listados para a hashtag em questão, que pertençam, ainda, somente à memória discursiva.

Com isso, podemos trazer ao nosso campo de entendimento esses efeitos discursivos de quando fizemos nossas buscas em relação ao movimento da Primavera Feminista (#primaverafeminista), as formas de desconstrução do imaginário do que uma mulher deve ser na sociedade (#lutecomoumagarota) e a maneira como a resistência se ocupa de significar-se em combate à violência contra o sujeito mulher (#nemumaamenos). Com esse material construiremos análises que permitirão que mobilizemos todos os conceitos estudados e ainda o funcionamento digital para esses fatores de desconstrução e erradicação da violência contra a mulher. Iremos nos aprofundar nos sentidos de cada *hashtag* particularmente mais adiante.

Nossos pontos aqui se resumem em olhar diretamente para esses funcionamentos digitais que se inscrevem a partir da militância das ruas e como se dá essa produção de significações sobre o sujeito mulher e as lutas feministas dentro de uma conjuntura social que continua a oprimir o gênero feminino e causar graves violências. Nosso percurso até então nos permitiu estabelecer uma narrativa que abarca todo esse contexto de violência ao estudarmos sobre as determinações de papéis sobre o sujeito mulher e a resistência envolvida pelo outro lado, com os movimentos feministas atuando desde sua constituição por uma liberdade e equidade de gênero.

Ao vermos os impactos que esses fatores têm na sociedade e como continuam a ter desde a ressignificação dos movimentos feministas na atualidade pelas redes através Primavera Feminista, entendemos a necessidade dessa resistência e contínua busca pelo rompimento de um pensamento coletivo que traz os traços do patriarcado e do machismo estrutural que estão intrincados em nossa sociedade brasileira. Dessa forma, ao encontrarmos essas formas de resistência, sejam perpetuadas pelas ruas ou pelas redes digitais e, buscam agir, mesmo de forma remota apenas replicando *posts* ou *hashtags*. Esse movimento pode ser mínimo, mas é uma forma de disseminação de conteúdo que atinge os usuários daqueles sujeitos em particular.

Novamente, há toda uma discussão sobre as bolhas sociais e os conteúdos não serem tão livres e soltos como parecem, mas há casos em que há um estouro bombástico sobre determinados conteúdos que atingem grande parte da população e, dependendo de seu conteúdo, vai parar nos veículos midiáticos e ganham uma grande atenção. Um dos casos que vimos foi o das *hashtags* produzidas após o assédio com a menina Valentina, que deu origem aos movimentos *#meuprimeiroassédio* *#meuamigosecreto*. Não somente o acesso é um impeditivo, mas a maneira como vimos que o sujeito mulher não é único e universal e muitas vezes não consumirá ou estará inserido no mesmo contexto de sentidos produzidos nessa instância.

Outro exemplo que pode ser citado é o da *#elenão*, que obteve uma enorme repercussão no país. “*#Elenão* não é uma simples hashtag, mas um movimento extraordinário de base, capilar e microscópico, que ao mesmo tempo organiza um ato político e serve de ponto de convergência para outras movimentações de mulheres, online e face a face” (Machado & Burigo, 2018). Veremos mais adiante como essa *hashtag* foi um ponto de convergência entre a maioria de nossos objetos analíticos trazendo os sem tidos e questionamentos sobre a maneira de inscrição política e condições de produção de pensamentos e ideologias intrincadas nesse processo sócio-histórico.

Assim, vemos esses impactos e efeitos produzidos por esses discursos do digital a partir de acontecimentos discursivos, ou também essas *#* (*hashtags*) se tornam os próprios acontecimentos dentro de uma conjuntura sócio-ideológica. Vemos esses efeitos de um jogo político, seja feminista ou de outros movimentos sociais serem representadas por esses elementos e funcionando nas redes mais comumente, mas quando há a transposição dos discursos digitais aparecendo nas ruas é fato que

[...] seus objetivos e seu campo teórico, onde se dará a interpretação dos resultados de sua compreensão, podem trazer contribuições sempre diferentes e extremamente frutíferas para o conhecimento do objeto simbólico em questão e a observação dos processos de significação (Orlandi, 2013, p. 3).

Tendo isso em vista, é necessário que busquemos esses gestos de interpretação sobre as materialidades em confronto com o contexto ideológico que apresentamos sobre a violência contra a mulher, partindo em suas miudezas dos papéis de gêneros atribuídos sobre o sujeito mulher. Além de considerar toda a resistência implicada nesse processo pelos

movimentos feministas e pelas ações em combate com essas violências sofridas diariamente para buscar uma mudança social e combate à violência.

Essas violências que expusemos ao longo do trabalho são referentes a várias pressões sofridas por esse sujeito mulher tanto no passado como atualmente. “A violência contra as mulheres é uma constante cultural e continua a crescer em todas as sociedades” (Tiburi, 2019, p. 106), portanto não podemos deixar de entender e elucidar os pontos dessas violências para agir em prol de uma mudança social que terá efeitos não só nas mulheres, mas também em todos os sujeitos sociais. Na visão de Tiburi (2019), a questão da violência como vimos, as mulheres estão submetidas em várias áreas da vida como no ambiente doméstico, que por sinal é um fator muito forte sendo uma das principais bandeiras dos movimentos feministas; com isso vem também a questão da maternidade junto com uma sobrecarga e uma lógica de submissão dentro do casamento; também vemos presente a desigualdade do contexto profissional entre mulheres e homens que reflete em uma não atuação em cargos públicos e de poder, onde poderia de fato haver uma mudança significativa em favor dos direitos das mulheres.

Devemos explicitar que o feminismo não é o contrário do machismo e sim, uma contraposição de um sistema estrutural violento dominado majoritariamente pelo sujeito homem com consequências violentas de opressão e inferioridade contra o sujeito mulher. O(s) feminismo(s) busca a emancipação e libertação das mulheres dentro dessa conjuntura opressora que é perpetuada por meio dos séculos e afins.

O feminismo, vamos insistir nisso, mais do que uma teoria e uma prática intimamente enlaçadas, é a invenção de um outro mundo possível, a partir da desmontagem do jogo patriarcal, mas apenas enquanto a invenção de outro mundo constitui a sua utopia. [...] Quem tenta destruir o feminismo é justamente quem tem medo de seu caráter transformador (Tiburi, 2019, p. 41-42).

Dessa maneira, o(s) feminismo(s) é um convite ou um chamado para o diálogo e a luta (Tiburi, 2019), que trará essas mudanças sociais e ideológicas para nossa sociedade de modo que passemos a não reproduzir as violências históricas que são efetuadas hoje e ficam no caminho dessas resistências e formas de atuação pelo fim da violência contra a mulher. Portanto, podemos colocar aqui através de nosso *corpus* como estão sendo feitas essas movimentações em combate a todas essas formas de violências e como elas ganham novos sentidos ao funcionarem em diversas materialidades.

A partir então de nossos postulados teóricos e de entendermos um pouco sobre o que pensamos ser um sujeito mulher e dos desdobramentos do movimento feminista diante da violência contra a mulher, daremos início ao movimento de interpretação de nosso *corpus* analítico. Desbravaremos, partindo dos conceitos da AD, as maneiras como os feminismos estão se desenrolando e sendo representados nas redes o lugar do sujeito mulher diante dessa movimentação. Retomando alguns pontos, delimitamos nosso *corpus* analítico a partir de pesquisas nas redes digitais, principalmente o *Instagram* do qual foram retirados os materiais que serão analisados aqui e buscamos uma discursividade, enquanto movimentações político-feministas apareciam nas imagens, da luta dos direitos, da voz e da justiça contra a violência feminina abordada por mulheres nas ruas. Pensamos essa dicotomia da rua e da rede para a consolidação do modelo dos movimentos feministas atualmente e discutiremos um pouco a esse respeito.

Dividiremos nossas análises a partir das três *hashtags* propostas para encontrar os materiais, portanto primeiro trabalharemos com a *#primaverafeminista* como um pontapé inicial para entender o crescimento do assunto feminismo no Brasil atualmente. Em seguida, adicionaremos os materiais de análise referentes à *#lutecomoumagarota* para representar esse caráter de luta e busca incessante por direitos, liberdade e fim da violência. E por fim, nosso gesto analítico entrará na *#nemumaamenos* para entendermos mais do funcionamento da violência na prática, e em como é necessária ainda o gesto de luta que vem das mulheres, mas deveria unir a sociedade como um todo para podermos presenciar de fato uma mudança social.

O entrelaçamento dessas três materialidades que são as *hashtags* nos permite pensar a maneira de inscrição entre a violência da sociedade que atinge o sujeito mulher e o movimento de contradição a partir da resistência dos movimentos feministas. Assim, essa emergência de pensar o jogo da luta entre a opressão e a resistência se mostra analiticamente a partir do encontro que as *hashtags* permitem fazer das imagens e discursos que são carregados por esse instrumento de pesquisa nas redes.

Dessa maneira, pensaremos os modos de interpretação sobre os sentidos produzidos pelas *hashtags*, bem como os discursos trazidos pelas imagens e as legendas das postagens que nos permitem abrir um horizonte de gestos analíticos a partir dessa contradição de violência e resistência. Para Orlandi (1996a, p. 18) a interpretação: “é o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história”, portanto, não é possível desassociar os fatores históricos e exteriores de um discurso, pelo contrário, é necessário que eles estejam

intrínsecos ao pensamento discursivo para que o analista possa produzir gestos de interpretação e desvendar os vestígios de significações presentes nos recortes discursivos.

É necessário retomarmos para cabo de coerência alguns pontos sobre o recorte discursivo, de maneira que possamos dar esse início para nossas análises e produzir interpretações que nos levem a compreender talvez alguns pontos que mobilizamos teoricamente ao longo deste trabalho. É sabido para a AD que o gesto de escolher os recortes analíticos já é um primeiro indício das análises, ao passo que o analista não está isento e neutro de toda ideologia e significação constituídas pelas materialidades.

“O trabalho do analista está implicado com o material analisado. Marcamos que o analista do discurso recusa o entendimento da neutralidade em seu trabalho, identificando que ela é posta como uma ilusão que afeta o sujeito que ocupa a posição de pesquisador. Trata-se de um efeito ideológico que interfere no processo de produção de saberes nas respectivas áreas nas quais os sujeitos-pesquisadores estão inseridos” (Bastos, 2018, p. 37-38).

Ao tomarmos essas considerações para nosso campo de visão, temos que desde as *hashtags*, como os objetos analíticos selecionados para compor esse trabalho fazem parte do processo de composição dos recortes, onde assumimos que não damos conta de analisar o todo, mas que nos cabe alguns gestos interpretativos diante dos materiais que permeiam nossa realidade. “E assim, relacionando formulação e enunciado, recorte e arquivo, vamos costurando os retalhos de nosso corpus, num ir e vir da linha, retrazando caminhos feitos, assim, de retalhos” (Mittmann, 2011).

Quando nos colocamos diante dessas perspectivas de analista e de materialidade analítica percebemos o quanto estamos envolvidos e ao mesmo tempo não podemos tomar parte do discursivo científico sem uma fundamentação que nos permite retomar estudos e sentidos para que possamos produzir novos. Assim, “não se trata de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê” (Pêcheux, 1999, p.14).

Efetuamos nosso gesto de recortar seqüências discursivas, ou seja, nosso gesto arqueológico de relacionar seqüências lingüísticas a uma memória [...]. Investigamos onde se dão os pontos de enlace, de oposição, de atravessamento, onde estão os poros, os buracos, as falhas dessa rede de memória (Mittmann, 2011).

E dessa rede de memórias e sentidos é que se constituem o olhar analítico em busca da significação das materialidades do mundo que compõe nosso trabalho como analistas. Nossos pontos de partida são muitos, mas uma vez que olhamos discursivamente para determinados objetos é inevitável que o mundo se torne discursivo e que deixemos de lado as relações entre memória, historicidade e exterioridade.

As significações encontradas a partir das análises do conjunto como um todo em que temos as *hashtags*, imagens, discursos e dizeres contidos nas pastagens, pudemos verificar o aparecimento de um sujeito mulher em sua grande maioria de pele branca, de uma classe mais privilegiada social e economicamente, que pareceu fazer parte da parcela da população que está inserida nos meios de acesso à militância digital e estão concernentes às condições de produção que permitem analisar essa conjuntura. A pluralização que prezamos evidenciar ao longo desse texto mostra a contradição teórica em que a busca por inclusão e direitos igualitários dos feminismos acabam por furar e produzir novos sentidos nesse jogo linguístico.

Dessa maneira, buscaremos os entendimentos que nos movem a compreender mais sobre esse sujeito mulher, sobre os movimentos feministas, sobre os efeitos de violência e o combate ao mesmo que permeiam nossa sociedade em nosso tempo. Como já colocado, mobilizamos três *hashtags* para tirar delas algumas materialidades de posts no *Instagram* e analisar os discursos encontrados a partir da ideologia que circula nas redes sobre esses determinados assuntos.

#primaverafeminista

A primeira mobilização que temos é a da *#primaverafeminista* (*Hashtag* Primavera Feminista), que surge a partir de todos os movimentos que discutimos no capítulo anterior e continua a produzir efeitos mesmo em outras movimentações e manifestações ao longo desses anos. Temos alguns *posts* para discutir sobre esse enunciado e discursos e entender como se colocam diante desse funcionamento das ruas e do digital. Como já dito, a Primavera Feminista é composta por uma série de acontecimentos como manifestações, tanto nas ruas quanto on-line, contra a violência contra a mulher e uma dita inferioridade desse sujeito na sociedade brasileira. Faz parte de um recente, mas não único estopim dos movimentos feministas na atualidade, onde cresceu uma chama das movimentações e ganhou um novo espaço, o das redes sociais.

Um ambiente em redes virtuais banhadas por *links*, *hashtags*, *posts*, imagens, legendas e muitos outros elementos que buscam significar os discursos que carregam e disseminar a informação contida neles, faz com que os movimentos feministas ganhem não somente esse espaço de circulação que atinge outras pessoas, mas continua a reproduzir e mantém viva a essência das ideias e dos acontecimentos no mundo físico cotidiano.

Esses discursos carregam várias das demandas requeridas pelos movimentos sociais, aqui como principais os movimentos feministas, onde as lutas são plurais e diversas, de modo a carregar diversos sentidos seja em relação aos direitos das mulheres, as violências sofridas, os papéis e determinações de gênero, a inferioridade feminina e muitas mais. Essas acima são algumas das pautas que encontramos ao buscar esses recortes e montar nosso corpus discursivo para analisar diante de uma mobilização teórica pautada pela Análise de Discurso e pelas teorias feministas. Nossas materialidades são compostas por posts retirados do *Instagram* com um funcionamento de luta e movimentações feministas que acontecem no espaço urbano das ruas e se inscrevem nas redes sociais permeando o sentido de libertação e fim da violência que esses enunciados trazem. Assim, iniciaremos nossos gestos de interpretação olhando para essas materialidades digitais que carregam significantes das ruas e são permitidas de se encontrar através das referidas *hashtags*, mas têm seus sentidos circulantes dentro de todo o conjunto da postagem que olharemos também durante as análises.

Em um primeiro olhar interpretativo trazemos a imagem abaixo que contém um sujeito mulher segurando um cartaz com um enunciado de caráter informativo onde nos traz dados sobre uma violência contra a mulher, mais especificamente o estupro, uma das mais cruéis violências de gênero que é grande em nosso país. Ao trazer o enunciado “a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no BR. Chega de impunidade!”, o sujeito nos retoma uma frase usada em um livro de Ribeiro (2018), trazendo esse mesmo dado:

Em um país em que a cada onze minutos uma mulher é violentada, não se pode tratar o estupro como um tema pontual. Nesse mesmo país, a cada cinco minutos uma mulher é agredida, o que comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher (Ribeiro, 2018, p. 116).

Temos na postagem a imagem representando essa luta pelo fim da violência contra a mulher nos mostrando ainda essa circulação de uma movimentação nas ruas sendo transposta para as redes de maneira que, além de circular através da *#primaverafeminista* ainda traz o discurso no comentário “11 minutos *#portodaselas*” (*#* por todas elas), que podemos também

extrair interpretação marcando essa violência cotidiana e esse jogo da contradição ao ver o mesmo enunciado sendo resistência na circulação das ruas.

Figura 7 – Dados de violência

Fonte: *Instagram* <https://www.instagram.com/p/BGKG3ZOKarD/>

Olhar para esse mesmo país referido no discurso do cartaz e perceber a última parte como uma falta de punição e justiça por esses atos de violência é entender a necessidade da voz da mulher diante dos movimentos feministas e o quanto ela ainda é tão apagada e silenciada diante de um histórico de lutas de mais de cem anos, perpetuado por um sistema opressivo que não deixa esse ciclo de violência e impunidade se romperem. A marca no peito do sujeito mulher traz uma representação do símbolo feminino marcado por todas as inferiorizações e os atos violentos por pertencerem ao gênero. É uma forma de demarcar a luta e a resistência, de dizer já é tempo que as mulheres continuem a ocupar esse lugar de silêncio e injustiças sociais e sejam alvos de violências o tempo todo. Esse desenho nos mostra a permanência da resistência de muitos anos que carrega os sentidos e as desconstruções de ser um sujeito mulher na sociedade e ser essa mulher um sujeito respeitado e igual diante do funcionamento social.

O desenho, novamente marcado no corpo do sujeito militante, nos propõe pensar a contradição entre as violências contra a mulher e a resistência colocada diante dessa luta.

Novamente olhando a legenda da foto temos a reafirmação do discurso “11 minutos #PorTodasElas #PrimaveraFeminista” onde podemos ver esses sentidos de um funcionamento social violento em que em uma média geral do país em minutos muitas mulheres sofrem abusos, agressões, estupros e mortes e esses números seriam então absurdos. O símbolo marcado no peito carrega “todas elas”, as vítimas de violência que também estão representadas pelo ato da luta.

Ao termos a referência da Primavera Feminista, vemos como as movimentações se fazem necessárias e trabalham em prol dessa liberdade (resistência) e justiça para o sujeito mulher. Esse trabalho pode ser visto como uma união coletiva onde a *hashtag* “por todas elas” traz essa memória da coletividade feminina trabalhando em conjunto para transformar a sociedade em um lugar mais igualitário e não violento; e ainda engloba a diversidade e pluralidade dos movimentos feministas como não sendo só para um tipo de mulher, mas para todas as mulheres.

A interpelação pelo movimento feminista constitui-se nas formulações de discursos com os quais as mulheres identifiquem-se e reconheçam-se enquanto sujeitos que agem na sociedade. A busca pelo coletivo é que a mulher ocupe a posição de mulher militante, que saia em luta por uma revolução feminista, que pratique o feminismo por meio da sororidade¹⁷ (Garcia & Sousa, 2015).

Portanto, ao analisarmos todos esses elementos como pertencentes ao funcionamento militante feminista podemos compreender as maneiras de inscrição desses discursos para significar as formas de libertação das opressões e marcar que o sujeito mulher como um todo coletivo está interligado seja com a violência ou com a posição de ser a resistência contra a perpetuação dessa reprodução social. Assim, “a interpelação se dá aqui de modo a ‘conscientizar’ a mulher da posição que ela deve ocupar na sociedade” (Garcia & Sousa, 2015).

Ainda que, não podemos universalizar o modo de pensar o funcionamento dos movimentos feministas, ao vermos representado corpos de mulheres que não abarcam toda as maneiras de ser uma mulher em sociedade. Apesar de as violências contra o sujeito mulher estarem pautadas na inferioridade, atreladas a uma estrutura social violenta, não podemos mobilizar uma forma de resistência que valha universalmente para todas as mulheres, de

¹⁷ “A sororidade, pela definição, é uma experiência subjetiva pela qual as mulheres devem passar com a finalidade de eliminarem todas as formas de opressão entre elas. É, além disso, conscientizar as mulheres sobre a misoginia” (Garcia & Sousa, 2015).

maneira que já discutimos em nosso texto a dificuldade e impossibilidade de definir ou mesmo de pensar em uma forma única de ser mulher. Há de se considerar a pluralidade e diversidade imbrincadas nesse processo como um todo.

São esses modos do funcionar social que podemos atribuir uma interpretação à imagem abaixo. Ao lermos “mulheres do mundo todo uni-vos”, temos marcado nesse discurso a necessidade da coletividade feminina fazendo girar uma rede de sentidos sobre liberdade e justiça de um modo que o gênero inferiorizado tome partido de uma voz roubada e grite em uníssono todas as desigualdades e violências ao qual estão submetidas. Vemos historicamente que os movimentos feministas buscaram a coletividade de os modos de funcionamento em conjunto para unir o sujeito inferiorizado e abrir os olhos para as opressões sofridas ao longo dos anos.

Figura 8 – Retomada de Marx

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/BoWv2lql-8y/>

Nesse post, além da *hashtag* base da pesquisa, encontramos também os dizeres #contralgbtfobia (contra lgbtfobia), #mulheresnegras (mulheres negras), #mulherespretas (mulheres pretas) onde é possível marcarmos esse lugar da pluralidade e da coletividade dos movimentos feministas ao não exhibir apenas um tipo de mulher e um tipo de opressão.

Colocam-se todos esses entendimentos a respeito da união e de como os movimentos feministas estão atuando para combater todos os tipos de violências e inferioridades do gênero feminino e como esse caminho deve ser seguido pela junção das ideias dos diversos sujeitos mulheres pertencentes à nossa sociedade. Na foto, podemos observar uma pluralidade de sujeito mulheres fazendo parte dessa movimentação nas ruas que depois foi transposta para as redes e circulou a partir dessas e outras *hashtags* que compuseram o conjunto da postagem.

Ainda assim, o corpo destacado que aparece nas repetições digitais é o corpo da mulher branca, o que nos diz de um tenso jogo com as condições de produção em que a pauta feminista é atravessada por uma luta de classes, luta de raças e etnias, a luta feminista é política, demarcada nessa imagem pela #elenão, nos mostra a dificuldade de união então desse sujeito mulher. Para pensar na união é necessário não universalizar, não tratar a causa de mulheres como única e igual para todas, mas perceber as diferenças e os pontos de convergência, como uma luta estrutural para combater essas violências.

Entendermos o quanto o patriarcado e a sociedade machista ao qual estamos inseridos, afeta diretamente o sujeito mulher e indiretamente o sujeito homem, é ver que os movimentos feministas buscam combater todas essas formas de opressão que afetam (principalmente) as mulheres, mas não somente, afeta toda uma estrutura social submetida às ideologias que estão intrincadas culturalmente. “As discursividades postas em circulação [... nas redes] regularizam determinados sentidos sobre a mulher a partir de uma voz aparentemente uníssona, a fim de convocar os sujeitos discursivos a tomarem suas posições pré-determinadas na formação social” (Garcia, et. al., 2018).

Ainda sobre a imagem acima, podemos produzir um gesto de observar as retomadas da memória discursiva que se inserem dentro desse contexto significativo da união feminina e feminista pela luta de direitos. A frase no cartaz nos remete à famosa frase de Karl Marx em “Manifesto Comunista” publicado originalmente em 1848, que nos diz “Trabalhadores do mundo todo, uni-vos”. Ao enunciar esse discurso, Marx nos revela que mesmo estando do lado dos oprimidos e submetidos ao sistema maior, os trabalhadores devem se unir por partilhar uma (e muitas) luta em comum e assim poderem libertar um grupo dominado socialmente pela ideologia opressora capitalista e patriarcal.

Podemos fazer uma associação a essa noção de resistência do pensamento Marxista com as lutas das mulheres, aqui para nosso trabalho o olhar é voltado a entender as maneiras de se posicionar como um sujeito revolucionário a fim de combater as violências contra a mulher em nossa sociedade.

Assim começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’ (Pêcheux, 1997, p. 57).

Essa percepção da união das minorias sociais para combater as opressões de um sistema dominador, seja ele na conjuntura do capitalismo, ou pelas entranhas do patriarcado, nos diz de um lugar discursivo em que essas frentes de lutas entendem a necessidade da junção de sujeitos inseridos no mesmo contexto para ressignificá-lo a partir de seus direitos. Esses enunciados marcam várias formas de sentidos conectados entre si em que haveria o jogo ideológico atravessando os dizeres opressores e não permitindo essa união da ideologia oprimida. Por conta disso, retomamos aquele pensamento de que a luta das mulheres é a mais longa da História, há novas formas de opressão e sujeição das mulheres perante os sistemas dominadores que negam a tomada de direitos e o posicionamento social igualitário para manter funcionando essa roda de injustiças e violências que favorecem o lado “mais forte” ideologicamente.

Temos uma *hashtag* na imagem, a #primaverabrasileira (# primavera brasileira) fazendo um jogo de linguagem com o enunciado da Primavera Feminista e toda a concentração de lutas nas ruas e nas redes que efervesceram a partir desse movimento, mas ao mesmo tempo é observado o apagamento das lutas de outros países aqui na América Latina que tiveram o mesmo estopim e se utilizam da nomenclatura desse movimento em seus países. Não é algo para ser tomado somente como brasileiro pois aconteceu e acontece em diversos outros países onde temos nossa luta sendo representada e inspirada por outros lugares e outras condições de produção.

Nossa próxima imagem vai apresentar outro ponto além dos já comentados anteriormente. Aqui já fazendo uma referência com a violência em si, e não somente com os modos de opressão sistemática, vemos que há um dizer que afirma uma premissa básica, como o respeito, mas que se tratando do sujeito mulher dentro dessa conjuntura opressiva é o que menos é encontrado, seja no espaço público ou privado. A reafirmação de que o sujeito mulher deve ser respeitado como qualquer outro não é marcado como reproduzindo sentidos de obviedade dentro de uma conjuntura social, onde essa premissa existir para todos os sujeitos. Mas tanto no meio social como na Análise de Discurso não podemos contar com a obviedade, há brechas para que os sentidos mudem seu curso diante da ideologia.

Figura 9 – Respeito

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/BoW6fY8BH0p/>

Nessa instância, o que esse discurso nos traz é a inconformidade de se exigir um mínimo de respeito dentro de uma sociedade dita civilizada e globalizada. Quando colocado o enunciado “vestida ou pelada”, a significância dada ao sujeito mulher é a de não querer ser um sujeito passível de violência, é porque a realidade nos diz do contrário, onde entram os julgamentos pelas roupas e comportamento das mulheres, bem como os casos de abusos e estupro que ocorrem por esse motivo. E ainda há a culpabilização da vítima.

Essa culpa que é imposta às mulheres por determinadas ações ou dizeres está atrelada à cultura violenta e machista que existe em nossa sociedade. Todas as maneiras de naturalizar a violência, seja de qualquer tipo, contra o sujeito mulher, são frutos de um pensamento coletivo de que há um modo certo de “ser mulher” e quem está fora dessa determinação é responsável por sua própria violência. Assim, as vítimas se tornam uma vez mais violentadas não só por seus agressores, mas por uma coletividade julgadora e acusadora de que essas mulheres seriam as responsáveis por seus abusos e agressões.

A investigação social sobre a contribuição da vítima para a ocorrência do crime está edificada no controle da sexualidade feminina. Na verdade, todos os modelos de conduta apontados como tipicamente femininos são explicados culturalmente como a melhor forma de evitar maiores males. Para as massas, se a mulher é cuidadosa e não se desvia das regras comportamentais do seio social, certamente terá menores chances de se tornar vítima de violência sexual. Implica dizer que, para o senso comum,

normalmente a mulher só é estuprada se der algum motivo, o qual geralmente está imbricado com sua moral sexual (Lima, 2012, 17).

Já discorremos aqui sobre as determinações e os papéis de gênero que formulam um imaginário sobre ser mulher, criando assim um molde no qual o sujeito mulher deve se encaixar para serem de fato mulheres. Mas após nossos estudos observamos que não é esse o funcionamento e que essas determinações existem para perpetuar o controle opressivo sobre os sujeitos e assim manter de pé a ideologia dominadora patriarcal e machista que é responsável pela imposição desses papéis.

Se o que a sociedade coloca como correto é ser uma mulher que não anda “pelada” na rua, teriam aí imposições de vestuário e comportamento que abririam uma gama de questionamentos para justificar violências como abusos, assédios e estupros apenas pelas roupas das mulheres. O que acaba sendo uma prática real e recorrente. E com isso vemos a culpabilização da vítima agindo pelos modos mais cruéis contra o sujeito mulher. E da mesma maneira, dentro desses termos não haveria modos de ser uma mulher respeitada, já que mesmo a mulher considerada “do lar”, “mãe”, “esposa”, “cultu”, “religiosa” e outras características desses lugares autorizados de mulher ainda sofrem diversos atos de violência, seja ela doméstica, obstétrica, física, psicológica etc. Essa ideia intrincada culturalmente de que existe um tipo certo de ser um sujeito mulher incute nas determinações de padrões do certo e errado e, no caso da mulher, ser uma mulher já traria todos os atributos para sofrer uma violência, não importando o local em que estava, a roupa que estava vestindo, ou o que estava dizendo ou fazendo.

Ainda vemos um apagamento de outros sujeitos, em que a posição de sujeito mulher atrelada a outras pluralidades e intersecções estariam à mercê de sofrer outras violências mais e ainda ser uma violência característica em que não podemos generalizar porque mulheres não são apenas um tipo, uma classe, uma etnia, uma cor. Essas condições de produção trariam as posições de sujeito mulher com suas violências e silenciamentos intrincadas de acordo com suas particularidades e não em uma esfera de universalização. Encontramos ainda nesse objeto analítico a contradição de um discurso que diz da roupa do sujeito mulher, uma roupa autorizada e outra considerada “pelada”, que podemos pensar em uma roupa dita curta e promíscua e, portanto, não digna de respeito. Ainda que esse discurso traga uma ideia de que de qualquer maneira e vestindo qualquer coisa o sujeito mulher deve ser respeitada, existe o escape da obviedade, onde os movimentos feministas se inserem para fazer funcionar essa contradição da ideologia.

Vemos ainda algumas *hashtags* que compõem esse objeto de análise, novamente a #elenão e #elenunca interligando os discursos dos movimentos feministas em um funcionamento social e político em que o sujeito mulher está sofrendo opressão diante dessas condições de produção emergentes em nossa sociedade. Juntamente com a #primaverafeminista e #streetphotography (fotografia das ruas [tradução nossa]), encontramos o entrelaçamento desse funcionamento dos discursos que circulam nas redes, como esse cartaz produzindo sentidos em uma manifestação nas ruas nos traz novos sentidos ao ser inserido na rede por meio desses mecanismos de disseminação digital.

Diante desses pontos, podemos perceber que o sujeito mulher está passível de sofrer violências por conta de ser um sujeito mulher. Suas particularidades, diferenças e contradições ainda se colocam como pertencentes a esse sentido de ser uma mulher, ser um sujeito considerado inferior por seu gênero e sexo diante da conjuntura social patriarcal e machista e, portanto, passível e autorizado a sofrer violências, sejam quais forem. Nosso próximo objeto de análise vai mostrar mais um pouco essa questão, ao enunciar “nos matam por sermos mulheres” [tradução nossa]. Desse modo, o sujeito mulher em toda sua conjuntura e determinações estaria fadado a ser submetido à abusos, agressões e até a morte por de fato ser uma mulher.

Os dizeres encontrados na postagem seguinte nos mostram que como vimos, não somente no Brasil, mas em muitos outros países, a luta está sendo perpetuada para combater essa onda de violência contra o sujeito mulher. Países da América do Sul, como Chile, Uruguai entre outros estão empenhados nessa luta feminista e é onde encontramos alguns desses dizeres fazendo significar um mesmo modelo de sociedade opressiva. Isso nos mostra o quanto está intrincada em uma conjuntura cultural e histórico estão essas retomadas de uma memória patriarcal e machista e em quantos lugares ainda funcionam esses modelos ideológicos que só fazem girar essa rede de violências nas sociedades. Podemos abordar também esses modelos de sociedades inferiorizadas desde colonizações e colocadas em posições inferiores, uma reprodução em cadeia de violências e opressões que chegam ao sujeito mulher inseridos nesses contextos.

Figura 10 – Nos matam por sermos mulheres

Fonte: *Instagram* https://www.instagram.com/p/Bt_Q42mFLxh/

Em uma narrativa que conta um pouco sobre essa intersecção de nacionalidades e como os países da América Latina têm um movimento em comum dos feminismos, trazemos Nascimento (2018)¹⁸ para nos contar um pouco sobre esse percurso e seus efeitos:

[...] como o feminismo é transnacional, temos uma narrativa sobre a luta das mulheres pela cidadania política no Uruguai com o artigo de Maria Laura Vazquez e Alvaro García, que analisam o contexto histórico centrado nas discussões sobre os diferentes posicionamentos na aprovação dos direitos políticos das mulheres no Uruguai dos anos 1920 e 1938. No processo de consolidação do Uruguai como ‘país modelo’ criado sob a égide do batllismo, se apresentavam como principais instrumentos os partidos políticos, que veiculavam as mudanças em função de seus interesses eleitorais e políticos específicos. Nas discussões sobre os valores que caracterizavam o Uruguai, o tema dos direitos políticos das mulheres esteve presente. Aqui, como lá, a vitória do voto feminino parecia ser terreno movediço, provisório e instável.

¹⁸

O texto completo pode ser encontrado em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200601.

Nossa análise a partir deste objeto nos coloca a questionar um pouco mais sobre essa considerada inferioridade do sujeito mulher que causa todos esses abusos, agressões e mortes. Ao nos depararmos com esse enunciado acima percebemos que a importância de se falar sobre feminismo atualmente é extrema, contudo, mesmo diante de várias movimentações ainda há muitas mulheres que morrem apenas por serem mulheres. Não estamos generalizando nem mesmo universalizando as formas de ser mulher, essas mortes vêm de diferentes lugares e por diferentes motivos, ao passo que as mortes de mulheres brancas não serão as mesmas que as das mulheres negras e assim por diante. O fato é que a condição feminina tem essa mortalidade inviabilizada pela estrutura machista e patriarcal que não pune os autores de crimes contra a mulher, perpetuando assim um ciclo de violência interminável.

Quando voltamos nosso pensamento para entender esses fatores que levam à violência da mulher e eles se agravam conforme as cargas sociais que são empregadas nelas, como cor, etnia, religião, sexualidade etc., vemos o quanto os feminismos precisam continuar a trabalhar a pluralidade de suas teorias para abranger os diversos tipos de mulher e as diversas formas de ser mulher para assim chegar a uma consciência coletiva e combater essa violência tão consolidada.

Dessa forma, quando trabalhamos com a violência de gênero contra as mulheres nas relações de intimidade, é preciso compreender que muitos fios tecem a sua complexidade. Na temática do gênero, é fundamental assegurarmos a perspectiva de violação de Direitos Humanos, um problema público, portanto, e não “só” privado. Trata-se de produção de subjetividade, ou seja, algo de ordem coletiva, e não individual (Silveira & Nardi, 2014, p. 19).

Assim, de uma perspectiva histórica, vemos a importância e a necessidade da atuação dos movimentos feministas para quebrar com essa reprodução de violências de gênero que estão ainda muito fortes dentro de nossa sociedade. Ao pensarmos nesses índices de violências, como vemos alguns anteriormente, e o quanto eles aumentam em alguns contextos, é preciso que haja uma quebra dessa corrente de inferioridade do sujeito mulher, para que todas as mulheres possam ser de fato um sujeito igualitário perante a sociedade e que o respeito e a justiça seja a base entre essa coletividade.

Podemos pensar em diversos modos para romper com essa contínua onda de violência e, um ponto que traria grande efeito e novos sentidos para o sujeito mulher é a quebra dessas determinações e construções sobre um “ser mulher” e o lugar que a mulher deve ocupar. Dessa maneira, a desconstrução do imaginário inferior do sujeito mulher pode contribuir para

uma nova forma de pensar uma sociedade igualitária e de respeito, onde não haja tanta violência, ou que os motivos para a violência contra a mulher deixem de ser pelo simples fato de ser uma mulher.

Nossas análises sobre a #primaverafeminista nos levaram a entender os modos de funcionamento de um pensamento coletivo sobre o sujeito mulher na sociedade. Como discursamos sobre este movimento da Primavera Feminista, pudemos entender a importância das movimentações tanto nas ruas quanto nas redes para o rompimento de um padrão de construções sociais que vem sendo imposto há séculos e, com isso, trazendo os efeitos de violência contra o sujeito mulher até os nossos dias. Dessa forma, quando um sujeito mulher se posiciona em resistência a esse funcionamento social, o pensamento ideológico que rege a sociedade começa a questionar o modo de viver e como é estar inserido em uma conjuntura tão agressiva e violenta.

As *hashtags* presentes como discursos dessa postagem, nos levam a observar novamente o ligamento das condições de produção que o enunciado #elenão vem trazer nesse contexto, em um discurso em outra língua que evidencia as lutas de países vizinhos ainda tem os efeitos sendo carregados para fora de nosso país e significando a tomada de uma ideologia patriarcal e opressiva em um momento atual de nossa sociedade. O movimento #elenão ocorrido em 2018 continua a ressoar sentidos para formas de movimentação contra essa violência que o discurso dessa disseminação ideológica traz para todos os sujeitos, principalmente o sujeito mulher, na sociedade brasileira e aos seus arredores.

Pelo outro lado, esse post não nos mostra somente dizeres sobre violência, mas marca a resistência feminista a partir das *hashtags* #feminismo, #vivaofeminismo e #conquistas de maneira que podemos ver a via contrária dessa realidade de violências, um jogo de forças atribuído pelos feminismos para combater as opressões sociais vividas pelo sujeito mulher.

A partir disso, podemos tomar o último post dessa *hashtag* e analisá-lo desse ponto de vista da resistência feminista para o combate de uma ideologia patriarcal e machista que leva à violência contra a mulher. O sujeito mulher é posição discursiva que se materializa nos dizeres, no cartaz “lugar de mulher é na revolução” marca esse lugar discursivo do sujeito falando em sua conjuntura ideológica e rompendo com o imaginário de mulher que foi determinado a pertencer ao lar, sem instrução ou conhecimento, que foi destinada a ser mãe e esposa e, não lhe deram mais opções de escolhas, apenas negações e imposições de um único modo de viver. Da perspectiva da Análise de Discurso, temos esse lugar discursivo entrelaçado ao lugar social em relação à ordem de constituição do discurso. Assim, essa

inscrição desse lugar discursivo nos diz do assujeitamento inscrito em uma determinada Formação Discursiva que produz sentidos através da ideologia. Nas palavras de Grigoletto (2008),

[...] tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é constituído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso.

Figura 11 – Lugar de mulher

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/BoWoAA4BWCO/>

Novamente a marcação das *hashtags* #elenão, #elenunca, #elejamais marca a maneira de os movimentos feministas resistirem às imposições de uma ideologia contrária às lutas e em favor de reproduções tradicionalistas que acabam por serem opressoras e reverberam o machismo como ponto principal das violências. Demarcar um “lugar de mulher” como sendo

na revolução é um convite dos movimentos feministas a mostrarem as violências que o sujeito mulher está passível dentro de uma conjuntura que renega os direitos e conquistas das mulheres ao longo da História e mais ainda, retoma essas posições determinadas e papéis atribuídos ao sujeito mulher de maneira violenta e opressora. Assim, esse convite não buscaria dar mais um lugar determinado ao sujeito mulher dentro da sociedade, mas marcar que é a partir da revolução que podemos observar as fagulhas das falhas sociais que acontecem ao serem movimentadas as estruturas ideologicamente intrincadas.

Esse lugar ocupado pela resistência feminista e feminina nos diz de um rompimento de um pensamento coletivo que funciona, tornando o sujeito mulher inferior ao sujeito homem, colocando-as em lugares discursivos de silenciamento e submissões quando se trata dos gêneros. E as consequências que esses elementos nos trazem refletem e continuarão refletindo a menos que nesses lugares haja um deslocamento de significação sobre o sujeito mulher e o funcionamento social para as mulheres, tanto no público quanto no privado.

As movimentações da Primavera Feminista nos parecem dizer de um lugar dos movimentos com maior circulação por aparecem nos lugares marcados nas ruas e serem transpostos nas redes. Dessa maneira, retomar esse dizer de primavera seria um desabrochar de sentidos que encontramos relacionados com o sujeito mulher e as lutas feministas contra as violências que estão perpetuadas na sociedade a partir de condições de produção intrincadas ideologicamente.

O próprio dizer da Primavera Feminista nos permite analisar não somente seu nascimento e em modos de dizer o florescer, a produção de sentidos por meio dessas movimentações, mas como nos é demarcado esse jogo de forças e resistência contra as violências que perpassam o sujeito mulher e como é possível que esses dizeres possam circular de maneira a atingir um novo suporte além das ruas e serem registrados e encontrados a partir de novos dizeres.

Assim, a Primavera Feminista é uma forma de vermos esse rompimento de uma ideologia consolidada que coloca as mulheres nesse lugar de inferioridade e, marca que a resistência feminista estará lá, seja nas ruas ou nas redes para ressignificar esse funcionamento desigual e violento que assombra as mulheres até os dias de hoje. A circulação desses novos sentidos de resistência e revolução feminista retoma as memórias de lutas e posições discursivas marcadas pela ideologia das mulheres que estarão, seja nas ruas ou nas redes, em confronto com o sistema opressor.

#lutecomoumagarota

Nessa segunda etapa de nossas análises iremos focar em visualizar as materialidades encontradas a partir da *hashtag* “lute como uma garota” (#lutecomoumagarota), que apresenta discursos sobre a desconstrução do papel de ser um sujeito mulher na sociedade e como esse movimento é importante para uma nova forma de pensar socialmente sobre os sujeitos. E consequentemente, podemos entender essa mudança como a diminuição das taxas de violência contra a mulher causadas pelos efeitos de uma sociedade patriarcal e machista.

Quando pensamos em toda a luta histórica por direitos existe o questionamento, lutar mais pelo o quê? Não foram já conquistados os direitos de igualdade perante os gêneros? Pensando teoricamente sim, mas e na prática? E no pensamento social, que, por exemplo, evita contratar mulheres para determinados cargos, pois se elas engravidarem terão de pagar os direitos, para citar apenas um exemplo básico. Ou quando uma mulher é violentada ela ainda se torna questionada e vítima de sua situação por ser uma mulher. Precisamos continuar lutando para que os espaços em que na teoria são igualitários possam funcionar na prática. A luta é pela mudança estrutural que a inferioridade do sujeito mulher é inscrita.

O que essa *hashtag* traz para nós é a retomada dos sentidos de luta que nos traz historicamente um sentido de igualdade, mas hoje vai além disso. A luta vem para não esquecermos que somos sujeitos igualitários e que a violência já não deve ser tolerada ou abafada dentro do meio social. Assim, o substantivo “luta”, o verbo “lutar”, os enunciados “lutamos”, “lute pelos direitos”, “lute pela vida”; são esses discursos que carregam no seio da militância feminista a esperança de uma sociedade menos violenta e mais igualitária. Trouxemos aqui mais alguns materiais para analisarmos as maneiras, os lugares, o comportamento e os discursos em que os feminismos são necessários para entendermos que na vida lá fora as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens e que mesmo depois de muitas lutas e muitas mortes ainda precisamos nos reafirmar e nos posicionar diante dessas demandas.

Ao longo de toda a História dos movimentos feministas vimos a atuação pela desconstrução de uma determinação de ser mulher, a busca pelo rompimento de lugares de opressão, como as imposições sobre ser mãe, esposa, não poder trabalhar fora ou ter seu corpo escravizado, que até hoje violenta e oprime o sujeito mulher de várias maneiras. E, assim como ao longo dos anos, esse lugar de opressão e subordinação não existe sem a resistência do sujeito mulher militante ao longo de toda essa jornada.

Hashtag lute como uma garota nos traz a contradição dessa memória intrincada sobre as posições determinadas para o sujeito mulher ao longo da história. Um sujeito mulher que possui um imaginário social banhado por essas marcas de fragilidade e fraqueza, indefesa e dependente quando se olha a estrutura de um sistema patriarcal e machista e suas reproduções através das gerações. Quando se marca a posição de que lutar como uma garota ressignifica os sentidos intrincados nos sujeitos, temos o rompimento dessa ideologia, seja pelas vias mais discretas ou pelos movimentos que fazem barulho. Um rompimento que diz e se significa através das condições de produção e dos movimentos de resistência de um sujeito fazendo um furo na conjuntura opressora.

Para o movimento da Primavera Feminista, pensar em lutar como uma garota é olhar para todas as mulheres saindo às ruas e militando por seus direitos, é olhar para essa coletividade surgida nas redes digitais que buscam por um rompimento de um ciclo de violências e opressões perpetuado na sociedade e a maneira como a própria voz feminina ressoa no movimento é que podemos ver a força e a luta se concretizando em forma de resistência.

São nesses pontos de resistência que as falhas de um discurso patriarcal e machista perdem a força e fazem com que os movimentos de mulheres possam atuar em prol da sociedade. São muitos os âmbitos em que as opressões femininas estão presentes, como vimos, toda a construção de “ser mulher” é pautada em determinações e imposição sobre a forma de ser e agir. Com isso vêm também as negações sobre tais formas de ser e agir, quais lugares ocuparem, o que é permitido aprender, o que as mulheres podem falar e se posicionar etc. Todo esse contexto é refletido e produz efeitos de significação hoje, sobre a forma que vivemos, e quais são os modos de viver autorizados ao sujeito mulher.

Os movimentos feministas atuam justamente para romper com esse imaginário de imposições e negações ao qual o sujeito mulher está submetido socialmente. Dessa forma, muitas lutas estão imbrincadas nesse processo, ao passo que as ideias feministas são conectadas para pensar em uma nova organização social livre das opressões causadas pelo sistema patriarcal. “A transformação da sociedade precisa ser pensada rumo a uma vida melhor para todas as pessoas. Isso implica pensar outro projeto. Outra política, outro poder, outra educação, outra ética, outra economia” (Tiburi, 2019, p. 123-124).

A autora completa ainda dizendo que “o feminismo é o campo teórico e prático que podemos construir uma política com outros referenciais: a natureza, o corpo, o cuidado, a presença, a vida digna” (Tiburi, 2019, p. 123-124). Portanto, as lutas feministas estão ligadas

a uma nova forma de pensar toda essa estrutura social e criar uma sociedade mais humana e igualitária para todos os sujeitos de forma que trabalhemos juntos por um lugar mais justo e uma história menos violenta.

Dito isso, colocaremos nosso próximo objeto de análise que compõe o *corpus* desse trabalho, de forma a discutirmos os discursos presentes na postagem e quais as retomadas e os efeitos produzidos a partir da memória das lutas feministas e quais seriam esses sentidos de luta postos a partir da materialização discursiva nas ruas e nas redes. E ainda, como essas materializações nos mostram formas de inscrições dos sentidos da mulher militante dentro dessa conjuntura de busca por mudanças e resistência contra todas as imposições.

Neste objeto de análise, podemos nos deparar com uma mulher segurando um cartaz com o enunciado em inglês “*Girls Just Wanna Have Funding for Science*”, em tradução livre “Garotas só querem fundos para ciência”. Esta imagem traz o contexto de uma manifestação, um ato político inscrito nas ruas e se materializando nas redes. Traz uma ressignificação da música “*Girls Just Wanna Have Fun*” (garotas só querem se divertir [tradução nossa]), de Cyndi Lauper, lançada em 1983. Essa transposição dos sentidos nos mostra que há uma resistência aos cortes de bolsas, fundos e verbas governamentais para as universidades federais e produz o efeito de uma negação de direitos por parte estrutural que afeta não somente estudantes em si, mas todo o processo acadêmico do país.

A música, em sua época de lançamento, pregava uma liberdade de pensamento feminino em que após os movimentos dos anos 60 e 70 pela liberdade sexual das mulheres, continha uma mensagem de empoderamento em que garotas querem se divertir e podem se divertir contrariando todos os moldes aos quais foram colocadas.

Quando falamos de empoderamento feminino, não estamos falando somente de dar espaço para as mulheres na sociedade, mas também falamos de como é importante encorajá-las desde meninas a serem o que quiserem, a ter autoestima em diversos aspectos de suas vidas e a repassar esse suporte a outras mulheres que possam precisar (Mallet, 2019).

Figura 12 - Girls Just Wanna Have Funding for Science

Fonte: Instagram https://www.instagram.com/p/Bxfyo2XFe_f/

Mas também é possível questionarmos dentro desse contexto, para quem está sendo reclamado esse direito aos fundos para a ciência? Será que todas as mulheres teriam esse acesso e condições dentro de nossa sociedade? Ao olharmos para a #nemumaescolaamenos é importante olharmos para nossas condições de produção em que não somente as universidades vêm sofrendo impactos com a ideologia política concernente atualmente, mas o ensino básico demonstra uma carência há tempos. E pensar no funcionamento da educação no Brasil é questionar quais tipos de sujeitos chegam à universidade para reclamar esses direitos de ciência.

O que está em pauta nas ruas traz sentidos contraditórios olhando para esse sujeito mulher que está lutando por direitos e ainda assim não são direitos para todas as mulheres que se inserem nessa conjuntura de uma universalidade da educação superior, quanto menos a educação básica. A realidade nos afirma a contradição a partir desse discurso que utiliza condições de produção de uma música em inglês e mais ainda o entendimento possível da

ressignificação dos sentidos produzidos para determinado sujeito mulher dentro desse contexto.

Para além, a respeito de como a questão feminista se insere nesse contexto, temos o rompimento de um imaginário de mulher que, por imposições patriarcais de séculos, hoje se declara como a mulher que vai às ruas e clama por seus direitos. Não mais a mulher oprimida a somente exercer a posição do lar, mas a que escolhe e, que poderia estar em uma universidade e fazer ciência, inserir um nome feminino no meio de tantos masculinos e lutar por esse direito para si mesma e para tantas outras. Pelas vias discursivas “é analisando o modo como a memória se diz [...] que podemos compreender como ela funciona na produção de sentidos para e pelos sujeitos, em condições determinadas” (Orlandi, 2017, p. 207-208).

O funcionamento dessas condições de produção da forma de “lutar como uma garota”, nos diz muito sobre esse rompimento de determinações e construções que são reproduzidas na forma de adjetivos negativos para as mulheres como “frágil”, “mulherzinha”, “você luta/bate como uma garota”, enunciados todos encontrados em mídias, filmes, livros, historicamente colocados como uma premissa de que as mulheres são inferiores aos homens não somente em força física, só por ser uma mulher.

Assim, a *hashtag* em questão vem deslocar esse sentido reproduzido ainda nos dias de hoje e trazer uma nova memória, da mulher que se posiciona nas ruas e nas redes sobre a não aceitação da submissão do seu sujeito por um sistema patriarcal e machista, de modo que a ressignificação desse discurso inspira muitas outras mulheres e meninas que crescem em uma nova geração já com a ideia de não aceitação da desigualdade e inferioridade dos papéis sociais. Ainda que essa não aceitação esteja se construindo como uma identidade igualitária na sociedade, a violência contra a mulher foge ao controle, uma vez que os movimentos sociais buscam atingir toda a sociedade e não só as mulheres, pois só assim é possível atingir os sujeitos que praticam as violências e mudar toda uma estrutura social já há tanto intrincada.

A resposta pode parecer simples, afinal, a maior luta do feminismo, movimento que empodera cada vez mais mulheres, é a de igualdade – ou melhor, equidade – de gênero. Mas, se olharmos para a perspectiva histórica dessa desigualdade e analisarmos os dados atuais da violência contra a mulher, é possível perceber que a questão é muito mais complicada do que parece e está longe de um final feliz (Oliveira, Mendes, & Garcia, 2016).

São muitos os modos que os movimentos sociais buscam disseminar essa ideologia de igualdade e justiça e combate à violência feminina. Vimos até então alguns deles representados por nosso *corpus*, onde há o sujeito mulher produzindo dizeres e sentidos nas

ruas e estes sendo inscritos para significar nas redes também. Abaixo encontramos um dizer inscrito nas ruas, um cartaz pregado em alguma parede com um dizer que reflete a importância da contínua luta feminista que busca uma voz na sociedade e intenta que essa voz seja escutada.

Nos dizeres, encontramos “Se ela diz não, não” e as traduções da mesma frase em inglês e espanhol respectivamente: “If she says no, it’s no”, “Si ella dice no, es no”. Essa enunciação de marcar a repetição do “não” nos mostra como é a dificuldade de escuta da voz das mulheres que, fora da obviedade discursiva, precisa reafirmar que a violência não está autorizada ao seu corpo e ao seu ser, mas ainda continua acontecendo contra sua vontade.

Figura 13 – Se ela diz não, é não

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/Bxr7AizHsPU/>

Neste conjunto discursivo, o *corpus* de análise não traz uma mulher segurando um cartaz, mas sim os rastros de uma movimentação que aconteceu no espaço das ruas e foi disseminado a partir da circulação das redes, por meio da fotografia e das *hashtags* que compõe a postagem como uma maneira de reivindicar a voz dos movimentos feministas. Essa

questão da voz foi discutida por nós em outras análises no primeiro capítulo, está bastante presente o modo como os movimentos feministas buscam essa voz que parece não ser ouvida nem no âmbito das ruas nem na circulação digital. É preciso a repetição desse movimento marcando a maneira discursiva que a voz é tão simbólica nessa conjuntura feminista e, não somente no português, mas está marcada em outras línguas a violência contra o sujeito mulher e as formas de opressão pelo roubo de sua voz.

Essa repetição do movimento é vista ao ser indicada pelo dizer abaixo em mais duas outras línguas para concretizar a não aceitação da imposição da violência. Por muitos anos, as mulheres se viram totalmente submetidas aos sujeitos opressivos ao seu redor, de maneira que as violências ocorridas eram justificadas pelo parentesco ou matrimônio de modo que esse sujeito tivesse poder sobre a vida e os corpos das mulheres. Vemos uma sociedade que busca não funcionar mais nesses termos, mas como toda falha discursiva, encontramos esses comportamentos escapando pela resistência a essas opressões e vemos essas violências destruírem o sujeito mulher física, psicológica e moralmente.

A pesquisa¹⁹ mostra que a ideia de que “a culpa é da vítima” ou que “ela provocou” perpassa o imaginário da sociedade brasileira como um todo. Essas opiniões também mostram o quanto a violência é vista de forma unilateral, sendo a vítima, antes de tudo, a motivadora da situação. Para Luciana Ferreira Chagas, pesquisadora do tema pelo IPUSP, a ideia de escolha pelo segredo em casos de violência doméstica pode atuar como “um mecanismo inconsciente, em que o sujeito repete uma cena traumática como tentativa de dar conta de um conteúdo sem significação, algo sem inscrição”, o que ela detalha em sua dissertação de mestrado intitulada “Afinal, segredo de quê? Uma leitura metapsicológica da função do segredo na violência sexual e o atendimento em instituição de saúde” (Oliveira, Mendes, & Garcia, 2016).

Posto isso, podemos produzir essas análises baseando-nos na historicidade das lutas das mulheres em combater todas essas formas de violências e opressões. Para além da militância feminista das ruas, hoje podemos contar também com o apoio de coletivos, das leis, de outras mulheres. Muitas vezes as lutas aconteciam silenciosas no âmbito individual em que o sujeito mulher construía para si seu refúgio e buscavam lutar com os recursos que tinham.

¹⁹ Em 2014, uma pesquisa realizada e divulgada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – apresentou dados que denunciam uma realidade desesperançosa. Segundo os dados levantados, 26% dos entrevistados consideram que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Outro dado mostra que para 58,5% dos brasileiros, “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. E 65,1% dos entrevistados concordam parcial ou totalmente que “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar” (Oliveira, Mendes, & Garcia, 2016).

Um dos silenciamentos que atuam nos processos de subjetivação feminina se refere ao seu silenciamento histórico. A história como sendo produzida eminentemente por homens, determinou, através de uma discursividade masculina, o silenciamento das mulheres neste campo (Mattos, 2012).

Assim, as formas de silenciamento dizem muito sobre as relações das mulheres com a sociedade e o quanto foi destrutivo ao longo dos anos permanecer nesse lugar isolado. Os movimentos feministas atuaram para romper esse silenciamento que muitas vezes não chegava a certas mulheres e ainda hoje não chega. É por esse motivo que as lutas procuram ocupar diversos espaços e estão buscando novos meios de significar as lutas feministas, para criar um lugar não violento e uma sociedade igualitária.

Podemos ilustrar esse silêncio constitutivo do sujeito mulher através da imagem seguinte, de forma que temos um sujeito mulher, um corpo de mulher idosa segurando um cartaz que contém um dizer forte e uma revelação por trás de afirmações que justificam violências. Temos dois enunciados que se completam e carregam uma historicidade triste e velada sobre a submissão das mulheres perante seus maridos. Ao lermos “Eis que os matrimônios antes duravam mais” [tradução nossa] e em seguida “não era paz era silêncio” [tradução nossa], há um confronto nos dizeres que em primeiro, tentam estipular um lugar autorizado da mulher no casamento, da mulher esposa, da mulher mãe; e do outro a voz da mulher ressoando após muito tempo de silêncio e submissão que traduz uma vida de sem “paz”, como nos é dito, uma vida matrimonial silenciada e dolorosa.

Figura 14 – Não era paz, era silêncio.

"Es que los matrimonios antes duraban más".

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/B9oI9-pp02n/>

Em um discurso dentro das condições matrimoniais através das gerações, por muito tempo não era permitido o divórcio, ou mesmo não era bem visto para uma mulher ser divorciada ou “desquitada”, principalmente se tivesse filhos dessa relação. Confrontando esse discurso através dos enunciados pertencentes a este objeto temos um jogo de sentidos pela via do humor de “eis que os matrimônios antes duravam mais” e, da maneira contraditória que se coloca que essas relações duravam pelo silêncio sujeito mulher ao ser oprimida pela conjuntura patriarcal e silenciada nesse contexto.

Pensar na #relacionamentoabusivo (# relacionamento abusivo) retoma uma memória desses casamentos que supostamente duravam, mas por instituir a violência contra a mulher da maneira como funcionam hoje e todos os aparatos criados para dar apoio ao sujeito mulher nessas situações de opressão doméstica e silenciamento estrutural. Com as leis e coletivos de apoio criados ao longo dos anos é possível visualizar o jogo linguístico desse “antes” e analisar a maneira que então esse funcionamento atua nas esferas sociais.

“Não era paz era silêncio” implica pensar a #liberdade e os modos de produção de sentidos que a opressão em uma estrutura patriarcal e opressiva para o sujeito mulher priva a liberdade da voz e das ações ao passo que não deixa escolha a uma posição social e discursiva a não ser a de inferior e silenciada. Essa chamada liberdade coloca em jogo um funcionamento de rompimento das opressões sob o sujeito mulher ao longo da História que hoje produz novos sentidos pela circulação não somente mais nas ruas, mas também no

digital, e na teia das redes onde há contradições e formas discursivas para analisar toda essa conjuntura.

Podemos analisar também uma das formas de justificar a violência contra a mulher, além de jogar a culpa da agressão, é fazê-la se sentir culpada pelo casamento que não está dando certo, ou por que seu marido não está recebendo um tratamento nos moldes patriarcais de séculos atrás. Essa opressão psicológica reflete nesses discursos que dizem que “antigamente tudo era melhor”, “antigamente os casamentos duravam”, mas ninguém observa o modo de funcionamento ao qual esses relacionamentos estavam submetidos e o quanto era favorável apenas para a figura masculina, enquanto a mulher exercia esse papel inferior com a tarefa de viver somente para o marido.

O silêncio é parte de um ato discursivo, ou seja, o silenciamento das mulheres na história faz parte de um processo de constituição da história como algo masculino, como uma produção discursiva a partir da perspectiva masculina. Não é que as mulheres não estiveram na história. Não é que o lugar dos homens na história se fez independente das mulheres, estes lugares de silenciamentos, visibilidades e invisibilidades se deram nas relações discursivas entre homens e mulheres (Mattos, 2012).

Desse modo, reforçamos o intuito dos movimentos feministas de buscar o rompimento dessa ideologia submissiva e violenta que aprisiona o sujeito mulher há séculos. Vemos essa movimentação a partir da inscrição dos dizeres no post que acontecem tanto nas ruas quanto nas redes e, de outra circulação, as *hashtags* nos dizem as maneira que essa violência e silenciamento significam nos dias de hoje. Elas caminham pela via da não aceitação dessas imposições novamente e gritam em forma digital pelo fim da violência (*#bastadeviolencia*), (*#liberdade*); lutam pela igualdade e lugar social da mulher como sujeito de direitos igualitários (*#igualdadedegenero*), (*#luta*); (*#lutecomoumagarota*); e por fim deixa marcado como um relacionamento abusivo faz parte de toda a violência e por muito tempo foi a mais cruel prisão que uma mulher poderia estar (*#relacionamentoabusivo*).

Pensando em tudo isso, em nosso próximo conjunto de análises iremos abordar um pouco mais sobre essa violência constitutiva da estrutura patriarcal e machista e os sentidos e suas formas de reprodução socialmente, bem como, pela via da contradição, todas as formas de resistência perante a essas amarras históricas femininas.

#nemumaamenos

Ao analisarmos a *hashtag* “nem uma a menos” vemos um apelo dos movimentos sociais pelo fim da violência e feminicídio que continua aumentando em nossa sociedade. Vemos ainda uma maior visibilidade desses casos que torna possível buscar alguma efetividade na prevenção e punição dos agressores. Também, falar mais sobre a violência e as mortes abre espaço para que diversas mulheres denunciem seus agressores evitando uma fatídica tragédia.

Presenciamos muitos casos todos os dias nas redes sociais, onde vemos que os números aumentam constantemente e estão ligados a maioria das vezes por conhecidos das vítimas e homens que estão dentro das casas seja o marido, padrasto, tio, irmão, filho etc. É assustador quando presenciamos esses casos que são os efeitos dos discursos machistas combinado com um sistema patriarcal intrincado estruturalmente na sociedade. Esses elementos produzem a inferioridade do sujeito mulher, como já discutimos e assim, esses sujeitos acreditam estar no direito sobre o corpo e as vidas das mulheres. Todo este trabalho buscou estudar não só teorias que dissessem como é ser um sujeito mulher na sociedade, mas sim visualizar a realidade que assola diariamente mulheres em todos os lugares, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Dessa maneira, pudemos ver e refletir sobre dados, realidades, efeitos e sentidos sobre o sujeito mulher, seu corpo, seu comportamento, seus discursos e como tudo isso é passível de violência em uma sociedade que inferioriza esse sujeito e o torna submisso ao dominante poder masculino.

Quando pensamos nos sentidos que #nemumaamenos nos traz é olhar para a coletividade da resistência dos movimentos feministas, ao passo que a Primavera Feminista se desenrolou a partir de violências e opressões com diversas mulheres, os movimentos tanto das ruas quando os que circulam no digital nos permitem analisar essa maneira de lutar por todas, pelo sujeito mulher como um todo ainda que não seja para falar de universalidade, mas uma busca coletiva pelo rompimento dessa reprodução de violências sociais.

Nessa última parte de nossas análises focaremos nessa violência que leva à morte de milhares de mulheres todos os anos por serem mulheres. Aqui veremos essa inscrição da resistência dos movimentos feministas diante da violência contra o sujeito mulher e do feminicídio que se mostra de diversas maneiras pelas mãos do poder masculino dominador na sociedade. Na imagem abaixo nos é apresentado um movimento na rua que nos coloca de frente com as mortes de mulheres em Istambul. Esse manifesto foi feito em 2018 para representar as 440 mulheres mortas em decorrência do feminicídio causados por seus próprios maridos. Os pares de sapatos femininos estampam o muro para deixar registrado e bem visível

a realidade cruel que essas mulheres viveram e muitas outras vivem todos os dias. Ainda na postagem, vemos mais abaixo dados sobre o Brasil no mesmo ano, em que o registro de feminicídios quase triplicou chegando a 1173, uma média de três mulheres por dia mortas somente por serem um sujeito mulher.

Figura 15 – “Muro das lamentações”

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/B2nYq76HGuk/>

Essa transposição de um movimento que ocorreu em Istambul, mas traz marcas na postagem sobre o que ocorre no Brasil nos mostra uma realidade não muito diferente ao redor do mundo, ainda que possamos falar com mais propriedade da sociedade em que estamos inseridos, as *hashtags* #feminicídio #feminismo e #nemumaamenos dizem muito desses outros lugares e do nosso próprio em que não importa em qual lugar, o objetivo é lutar e buscar um rompimento das violências e mortes do sujeito mulher por esse sistema opressivo, violento e patriarcal.

Esse é outro movimento da rua que se inscreve posteriormente no digital que podemos pensar na militância feminista e sua importância ao mostrar representada a vida dessas mulheres que passaram por essas mortes e outras que vivem diariamente as violências decorrentes do modelo de sociedade machista ao qual vivemos. Por outra via, ainda podemos

analisar como encontramos determinações e construções de gênero ao observarmos os tipos de sapato presentes na imagem, muitos são de salto alto, fato que já impõe um papel e um imaginário de mulher. O salto alto representa diversas variantes, seja na visão histórica em que a altura confere poder, quanto na visão masculina de que o salto seria um artifício sexual e atrativo nas mulheres (Macário, 2012). Mas ainda se pensarmos nas relações de poder que o salto imporia sobre a altura do sujeito, essa associação entre altura-força-poder reforça a ideia de que mulheres são inferiores aos homens (Cox, 2004). O salto alto, então, poderia igualar homens e mulheres em altura, ou mesmo deixar as mulheres mais altas que os homens, apresentando uma vantagem ‘ilusória’ de poder (Cox, 2004).

Todas essas determinações de gênero nos colocam nessa posição de entender de onde surgem e quais os efeitos que produzem diante da sociedade. As construções de gênero já são uma forma de violência em si, mas os sentidos que elas carregam e as consequências que produzem por tornar a mulher um sujeito inferior e, portanto, passível de violência, acabam criando mais formas de violência, entre elas abusos, assédios, agressões e mortes. “Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (Foucault, 1988, p. 98).

Em um imaginário social, há autorizações por meio da ideologia que são permitidas sobre o sujeito mulher, seu corpo, seus dizeres passam a ser limitados conforme a conjuntura social é mais favorável ao à dominação patriarcal e machista. Contudo, toda essa inferioridade de gênero parece autorizar o sujeito homem inteiramente sobre o sujeito mulher de forma a possuir toda a sua vida, seu corpo, seus dizeres, e então exercer a estrutura de dominador. Essas formas de dominação são bem comuns quando pensamos no ambiente privado da casa e da família, mas não se restringe somente. Vimos ao longo do texto alguns exemplos de violências públicas e externas às casas das mulheres e, a imagem abaixo, retrata um desses pontos.

Muitos pontos da militância feminista abordam sobre o direito de ir e vir seguramente das mulheres, o que não acontece na prática. Todos os dias mulheres passam por assédios, abusos e violências nas ruas, que vão desde cantadas, assobios, passadas de mão, a estupros. As mulheres correm perigo a todo instante apenas por serem mulheres e os discursos atrelados a esses fatos vão pela via de culpabilizar a vítima pela sua roupa, lugar onde estava, se estava acompanhada.

‘A culpabilização da vítima é muito séria. Esse estudo²⁰ mostra a prevalência da cultura machista na sociedade, de que a mulher tem que andar sempre de determinada forma, quando sabemos que a maior parte da violência acontece por pessoas próximas à vítima, o pai, o marido, o tio, o primo’ [...] (Verdélío, 2016).

Ainda que haja todas essas formas de opressões e violências que acontecem nas ruas, a resistência atua nesses trâmites através das marchas e manifestações, estas estão lá também para marcar um lugar com novos sentidos para as mulheres. Da mesma forma ocorre nas redes, quando vemos as violências se formarem no meio digital, vemos também a resistência feminista atuando em combate aos sistemas opressores dominados pelo machismo e pelo patriarcado. Assim, podemos observar na imagem abaixo um apelo contra as violências públicas sobre o sujeito mulher, em um exemplo de um local que acontecem diversos abusos e assédios: o transporte público. Todos os dias milhares de sujeitos utilizam ônibus, metrô, trens, para irem trabalhar, para irem estudar e para se locomover e todos os dias são diversos casos de violências nesses transportes desrespeitando o corpo da mulher e reafirmando a posse masculina imaginária sobre seus corpos.

Figura 16 – O transporte é público, meu corpo não

²⁰ “Após pesquisa Datafolha mostrar que mais de 33% da população brasileira considera a mulher culpada pelo estupro, o integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) Rafael Alcadiapani destacou a culpabilização da vítima e o grau de proximidade dos agressores entre os dados mais alarmantes” (Verdélío, 2016 [grifos do autor]).

Fonte: Instagram https://www.instagram.com/p/BzV04WLH_SW/

O jogo de linguagem presente em “o transporte é público. Meu corpo NÃO” no cartaz do sujeito mulher da postagem acima, demarca a necessidade de se pedir respeito pelos corpos e seres femininos que são todos os dias sujeitos a violências. A cultura do estupro se manifesta como um dos males da sociedade que além da própria violência contra a mulher, todo o antes e depois se torna de responsabilidade da vítima. Portanto,

A violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres. Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro (Cerqueira & Coelho, 2014, p. 2).

Todas as *hashtags* presentes nesse post indicam a não aceitação dessa cultura de violência ao qual nossa sociedade está submetida. Os dizeres além de “nem uma a menos” são encontrados enunciados de resistência contra todas as formas de violências físicas como abusos, assédios e estupros que assombram o sujeito mulher, além de demonstrar que as

mulheres estão unidas em prol dessa luta e não deixarão impunes os agressores e violentadores das mulheres ao nosso redor. Percorremos até aqui um percurso que evidenciamos diversos tipos de violências e muitos contextos em que as mulheres são tidas como responsáveis por tais hostilidades. Mas também há outras violências estruturais presentes em nossa conjuntura que afetam a vida dessas mulheres, seus corpos, seus discursos etc. Essas violências começam, como já evidenciamos, com a construção social do gênero: “[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (Butler, 2017, p.26). Dessa forma, ao silenciarmos mulheres e suas ações, todas as formas de viver, de ser uma mulher livre serão condenadas e tidas como erradas perante a sociedade.

Vemos também esse desejo de justiça perante os casos de violências evidenciados nas *hashtags* #machistasnãopassarão (# machistas não passarão) e #estupradoresnãopassarão (# estupradores não passarão) como um modo de concretizar essa luta e a coletividade que os movimentos feministas pregam pela resistência de todas essas violências contra o corpo da mulher. Mais uma vez podemos analisar essa coletividade do ponto de vista da Primavera Feminista ao vermos a #mexeucumamexeucumtodas (# mexeu com uma mexeu com todas) como um modo de resistência no jogo da linguagem pelo sujeito mulher.

Em nosso último objeto analítico pertencente ao todo do corpus discursivo desse trabalho, trouxemos uma pauta que não terá uma discussão tão aprofundada sobre o assunto em si – o aborto – que daria espaço para um futuro trabalho por ser um tema de muita discussão e reflexão, mas incorporaremos esse tópico dentro da nossa proposta de análise da violência contra o sujeito mulher. O aborto é uma longa discussão que perdura anos a fio a fim de que as mulheres possam de fato conquistar essa liberdade de escolha por seu corpo e sua vida. No Brasil, o aborto é uma prática ilegal, “considerado crime contra a vida humana conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 e o Código Penal brasileiro que prevê pena de detenção nos casos de aborto com ou sem consentimento” (Aragão, 2019). Apesar disso e, por ser uma discussão muito profunda em que a vida da mulher está totalmente envolvida, bem como o lado financeiro, matrimonial, libertário etc.; essa prática não deixa de acontecer mesmo por meios ilegais. Mas quando esta acontece sem o apoio de médicos e especialistas qualificados, a chance de morte da mulher que aborta é enorme, e não somente, acarretando consequências de danos físicos e psicológicos.

Figura 17 – Todas abortamos

Fonte: *Instagram* <https://www.instagram.com/p/B2qBLAhHnHf/>

Para cabo de contextualização, temos que “O termo abortar significa eliminar prematuramente do útero o feto ou embrião da concepção, ou seja, é interromper a gestação com a morte do feto ou embrião” (Aragão, 2019). Pensar na descriminalização do aborto é uma luta muito intensa e constante de maneira que há muita discordância dentro dos próprios movimentos feministas, seja pelo envolvimento da ética pessoal, moral ou religião; e ainda mais discordância quando se depende de sujeitos homens que estão no poder e que não autorizam a prática, sem de fato entender o que o movimento pede e as necessidades dessas mulheres que necessitam de um aborto legal.

A grande polêmica em questão é sempre a defesa da vida do feto, independente da vontade da mulher. O aborto é admitido nos casos em que a gestante corre risco de morte, nos casos de estupro ou no caso de aborto de fetos anencéfalos, que serão abordados e explicados ao longo deste artigo (Aragão, 2019).

Como a imagem nos traz, “todas abortamos. A pobres morrem. Algumas tem sorte” e o “s” de sorte marcado com o cifrão de moeda (\$) indicando que, como dissemos, o aborto acontece, mas só é beneficiada mulheres com poder aquisitivo para irem fazer o procedimento em outros países em que é legalizado ou pagam para médicos fazerem o procedimento ilegal, diminuindo os riscos que, pela via contrária, o sujeito mulher pobre, das classes de mais baixa renda do país, sofrem com uma gravidez indesejada, ou morrem tentando salvar suas vidas.

“Mesmo sendo considerado crime, o aborto é realizado numa média de um milhão de vezes por ano no país” (Aragão, 2019), o que nos diz que mesmo a negação do direito das mulheres não impede a prática de ser realizada, a única diferença é a seleção de quais sujeitos irão sobreviver e quais não. A discussão é intensa e cansativa, ao passo que quem está no poder para decidir essas questões são sujeitos que não passam diretamente por essa experiência, ou seja, não engravidam, são homens. Caímos novamente na discussão do lugar em que a mulher deve ocupar para continuar a manter o ciclo de dominação masculina para perpetuar o sistema patriarcal regente da sociedade.

Nesse contexto, vemos novamente a união feminina atuando na forma de expressão urbana, com o cartaz e a desconstrução da imagem de uma princesa da Disney, lutando contra a retomada de discursos que naturalizam as construções de gênero e naturalizam a submissão feminina. Encontramos como expressões digitais mais uma vez a *hashtag* “mexeu com uma mexeu com todas”, também “juntas somos mais fortes” e “vamos juntas” representando essa união e compreensão do movimento de que certos assuntos pertencem às mulheres e dizem respeito à suas vidas e corpos.

Uma temática que leva à contradição dentro e fora dos movimentos feministas, mas que se apresenta dentro de uma conjuntura com determinadas condições de produção e evidenciada pelo jogo da luta de classes em que apenas parte das mulheres teriam como apresentar de fato um controle sobre seus corpos. “Como frente a todas as grandes temáticas que põe em jogo a vida e a morte, também em torno do aborto o debate está destinado a não se apaziguar nunca” (Galeotti, 2004, p.121 [tradução nossa]). Dessa forma, todo esse controle dos corpos das mulheres dentro desse contexto do aborto estaria colocado como fora das mãos dos sujeitos que abortam e sendo decididos dentro de uma conjuntura em que a dominação estrutural patriarcal mantém os mecanismos de controle do sujeito mulher.

Outras manifestações feministas trazem *hashtags* de “empoderamento”, “empatia” e “sororidade” que passam a criar um vínculo entre mulheres dos movimentos sociais e o

entendimento àquelas que não apoiam os movimentos, mas ainda assim são mulheres sofrendo as mesmas opressões. O entendimento que todos esses movimentos nos trazem é a de construção de uma sociedade melhor em que os efeitos das violências vindas da sociedade patriarcal e machista possam ser reduzidos e num futuro erradicados e assim haver de fato uma igualdade, respeito e liberdade entre os sujeitos.

Observamos com as movimentações da Primavera Feminista e todos os movimentos prezando o rompimento das opressões sobre o sujeito mulher formas de luta e resistência de uma historicidade marcada por uma inferiorização do sujeito mulher e consequentemente por violências marcadas no espaço público e privado a partir de toda uma estrutura e controle social. Desse modo as observações que fizemos a partir dos conceitos da Análise de Discurso juntamente com o aprendizado sobre as teorias feministas e a circulação nos meios digitais nos proporcionaram uma gama de análises sobre o modo de inscrição da sociedade e suas contradições quando olhamos para as condições do sujeito mulher nesse processo.

Nosso percurso vai se encerrando de modo que perpassamos por uma longa jornada de aprendizados, teórica, metodológica e analiticamente e, assim, nos foi possibilitado entender melhor a inscrição do sujeito mulher na sociedade, não somente como um sujeito teórico, mas mulheres reais que estão todos os dias passíveis de sofrer os efeitos de violências vindos das construções de gênero e da submissão masculina. Bem como também foi muito rico o conhecimento sobre as manifestações e expressões dos movimentos feministas e como atuam em combate à violência contra a mulher.

O intuito é que este trabalho não seja só mais um e que possa de fato fazer a diferença na vida, que seja de um sujeito mulher, mudando o pensar coletivo que está atravessado por uma ideologia de inferiorização das mulheres e constantemente reproduz discursos violentos que se tornam de fato violências e mortes desse sujeito mulher. O aprendizado que obtivemos nesse percurso será levado a futuros trabalhos e não parará por aqui, da mesma forma que a luta feminista é constante, nossa luta acadêmica se depara com desafios, mas não é abandonada, estamos aqui para acrescentar conhecimento à sociedade e se possível mudar a vida desse sujeito mulher através desse aprendizado.

Capítulo 4

Considerações finais

Desenho das artistas “Get it Girl Collective”

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BaaVDPclBrf/>

“Ao fim do dia, podemos aguentar muito mais do que pensamos que podemos”

- Frida Kahlo

Chegando às considerações finais desse percurso de pesquisa, onde ao longo de uma escrita que teve sua fundação nos conceitos da Análise de Discurso de linha francesa, buscamos aprender e produzir gestos de análises sobre as questões que envolvem o sujeito mulher na sociedade desde uma violência estrutural que recai sobre ele passando pelos sentidos produzidos pela resistência dos movimentos feministas. Nosso trabalho nos permitiu conhecer mais a fundo a atuação de um movimento feminista emergente em nossa sociedade chamado de Primavera Feminista que deu base para uma entender essa conjuntura de militância feminista partindo do âmbito das ruas e sendo circulada nas redes digitais, particularmente, nas redes sociais.

Os modos primeiros de se pensar esse trabalho foi buscar entender o funcionamento bem como a contradição que rege o jogo entre a violência contra a mulher e a resistência presente nesse contexto. Buscamos mostrar a maneira como a violência se desdobra a partir da sociedade e das próprias condições de ser uma mulher nela e como uma estrutura patriarcal e machista inferioriza o sujeito mulher produzindo esses movimentos de violência. Ao mesmo passo, temos a resistência presente para fazer funcionar o modo contraditório de se olhar discursivamente para essa sociedade, representada aqui pelos movimentos feministas e mais especificamente pela Primavera Feminista.

Nosso trabalho buscou entender não somente dizeres sobre os sentidos de ser um sujeito mulher na sociedade, mas também interpretar e analisar a realidade concernente a mulheres em todos os lugares, não só no Brasil, mas no mundo todo. Dito isso, pudemos refletir sobre dados, sentidos produzidos, efeitos e posições determinadas sobre o sujeito mulher, seu corpo, comportamentos, seus discursos e como ser mulher diante dessa conjuntura se torna passível de violência em uma sociedade que a inferioriza e torna opressiva sua realidade.

Nossos objetos analíticos estiveram interligados pela busca das *hashtags* como uma forma discursiva de produção de sentidos de nossa sociedade a partir das percepções de violência contra a mulher e da resistência das lutas dos movimentos feministas. Há também uma ligação um pouco mais acentuada ao vermos repetições de *hashtags* como #elenão, que dizem muito das condições de produção ao qual esse contexto se torna intenso e tenso na disputa ideológica a partir dos sentidos de nossa atualidade. Sendo assim, as contribuições perceptíveis nesse processo se mostram a partir de entender os modos de produção sociais e o funcionamento dos mecanismos que rangem nessa disputa entre a opressão e a resistência,

seja olhando para os acontecimentos ou as memórias retomadas que ressignificam o processo discursivo.

Ao trabalharmos com esse tema emergente, nos foi permitido pensar no contexto sócio-histórico e nas condições de produção atreladas a essas demandas e como os sentidos produzidos nesse embate produzem novos sentidos de rompimento das opressões sobre o sujeito mulher. Sujeito mulher esse que não se apresenta apenas por uma forma, corpo ou possui uma só forma de significação, não emana só um discurso e não vem só de um lugar, mas exhibe a pluralidade e as diferenças simbólicas em um processo em que as relações contraditórias estão atravessadas pela luta e resistência.

A significação que pudemos encontrar a partir das análises em que tivemos as *hashtags* funcionando juntamente com análises das imagens, dos discursos e dizeres pertencentes às postagens, vê-se que foi de encontro à contradição teórica o aparecimento de um sujeito mulher que não faz parte de uma população com menos acesso seja social ou econômico, pelo contrário, os corpos encontrados nessa empreitada foram em sua maioria de pele branca, de uma classe que parece mais abastada, que trouxe essa significação do acontecimento dos movimentos sociais para o sujeito mulher, mas também o questionamento de qual mulher estaria em respaldo das lutas dessas militâncias e da busca pelos sentidos de resistência contra as violências sociais e históricas. O que podemos inferir que contribui para um pensamento da impossibilidade de se abarcar uma universalidade ao olharmos para nosso recorte ou mesmo grupo que remete ao sujeito mulher. As contradições estão presentes ao passo que a “estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes” (Pêcheux, 1995).

O acesso desse corpo que aparece majoritariamente de um corpo de mulher branca (presente em nossas análises), com aparente acesso à militância tanto *ciber* quanto física nos diz muito sobre a representação social da qual os movimentos feministas têm. Reiterando que, há outros corpos e movimentos travando essa mesma batalha, mas é simbólico o modo de inscrição e o tipo de corpo que mais se mostra e está atrelado aos dizeres feministas encontrados: o corpo branco, de mulheres com um maior poder aquisitivo, que têm acesso à internet e mídias sociais. Demarcando aqui o espaço discursivo de nosso recorte, de nossas análises e nossos objetos que permitiram essa visão.

É nesse ponto que podemos encontrar o jogo da contradição, quando vemos corpos diferentes exercendo esse papel e sendo assujeitados pela ideologia militante, é nesse ponto que está o rompimento da obviedade, que está marcada o lugar em que essas mulheres não

representantes de um padrão ou determinação social, não brancas, não ricas etc., ocupam os mesmos lugares e fazem movimentar esses embates políticos.

O que pudemos inferir desses gestos interpretativos foi o embate sócio-histórico-ideológico que os movimentos feministas tiveram frente ao buscar os rompimentos da violência contra o sujeito mulher e sua atuação em diferentes esferas de circulação. Olhar para nossos objetos analíticos de maneira a pensar os conceitos da AD atravessados no jogo da linguagem com a história nos permitiu delimitar grandes análises que demonstram o funcionamento social dessa conjuntura.

Mobilizamos teóricos essenciais na área da Análise de Discurso que nos permitiram visualizar, entender e interpretar nossos objetos analíticos de maneira a produzir sentidos a partir do que era dado no conjunto das postagens e principalmente nas *hashtags*, mas acima de tudo o que pudemos extrair e pensar partindo desse material inicial e relacionar com uma gama de pensadores e teóricos das áreas dos Estudos Sociais, sobre Gênero, estudos sobre Tecnologias da Informação, que nos permitiram juntamente com os conceitos da AD formular as percepções de alguns sentidos possíveis que puderam saltar aos nossos olhos nesse percurso.

Ainda que nosso trabalho como analistas do discurso esteja inserido somente dentro dos moldes acadêmicos pudemos perceber os furos que a teoria faz ao ir de encontro com o *corpus* e suas modalizações a respeito do sujeito mulher e suas várias formas de manifestações no meio das ruas e das redes. Essa relação de atravessamento de sentidos entre as ruas e as redes não ocorre de forma tão simples e instantânea, ao passo que não é uma relação intrínseca e totalmente interligada, mas funciona através da circulação de informação e da transposição para os moldes que a internet permite essa circulação.

Todo esse percurso nos proporcionou grande aprendizado e nos permitiu ampliar nossa visão dos efeitos sentidos imbrincados nesse processo de luta e resistência contra as violências que afetam o sujeito mulher e de que maneira ocorre a circulação desses processos em uma nossa conjuntura composta pela militância tanto das ruas como das redes e do mundo digital.

Finalizamos esse trabalho com a vontade de continuar os estudos na área e entender mais profundamente essas e outras questões que fazem parte de estudar o sujeito mulher na sociedade bem como as relações de violência e resistência que jogam na conjuntura das condições de produção e dos sentidos ali produzidos. Assim como a Primavera Feminista busca trazer essa emergência das discussões e circulação dos processos de luta e resistência

diante da violência contra o sujeito mulher, nossos estudos serão desabrochados e aprofundados em estudos posteriores que ajudarão a compor a visão e os sentidos atrelados a esses estudos e, então, produzir novos e outros sentidos a partir desse percurso.

Referências²¹

- Agência Brasil. (2019a). **Estupro bate recorde e maioria das vítimas é de meninas até 13 anos.** Recuperado de: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/estupro-bate-recorde-e-maioria-das-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos>>.
- Agência Brasil. (2019b). **Mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens, diz pesquisa.** Recuperado de: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam-escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa>>.
- Agência Brasil. (2020). **SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia.** Recuperado de: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contramulher-aumenta-449-durante-pandemia>>.
- Almeida, M. A. de. (2009) A produção social do Conhecimento na Sociedade da Informação. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, 19 (1), (p. 11-18), jan.-abr.
- Almeida, T. M. C. de. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Soc. Estado.** 29 (2), Brasília maio-ago.
- Althusser, L. (1978) **Posições I.** Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Althusser, L. (1980). **Sobre a reprodução.** Petrópolis: Vozes.
- Althusser, L. (1985) **Aparelhos Ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, [1969]. (p. 53-107).
- Alvarenga, M. (2003) **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica.** 3. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabri Ed.
- Alvarenga, M. (2014) **Metodologia científica.** Universidade Braz Cubas – UBC: Mogi das Cruzes.
- Álvares, C. (2006). Feminismo e Representação discursiva do feminino: a presença do outro na teoria e na prática. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias . **Ex aequo**, 14, 35-43.
- Álvares, D.; & Cancian, N. (2015) Câmara aprova projeto que dificulta aborto legal e pune venda de abortivos. **Folha de São Paulo.** Recuperado de: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1696664-camara-aprova-projeto-que-dificulta-aborto-legal-e-pune-venda-de-abortivos.shtml>>.
- Alves, B. M.; & Pitanguy, J. (1985). **O que é feminismo.** São Paulo: Abril Cultural/ Editora Brasiliense.

²¹ De acordo com as normas APA

- Anjos, K. P. L. dos; & Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. **Psicol. pesq.**, 10 (2), Juiz de Fora, dez.
- Apinagé, M. D. B. de S.; Santos, J. S. dos. (2019) Uma análise discursiva do enunciado: “menino veste azul e menina veste rosa”. **IX Sead**.
- Aragão, N. S. (2019) **A descriminalização do aborto no Brasil**. Recuperado de: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-descriminalizacao-do-aborto-no-brasil/>.
- Azevedo, J. C. de; Esteves, D.; & Silva, F. R. A. (2020). **A vulnerabilidade das mulheres na pandemia**. Recuperado de: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia-13052020>.
- Bastos, G. G. (2018). Os sujeitos-gays nas tramas da(s) rede(s): o discurso sobre os aplicativos de relacionamentos. **Tese**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto.
- Beauvoir, S. de. (1980). **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. 4. ed. 1. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bevilacqua, P. D. (2020). **Mulheres, violência e pandemia de coronavírus**. Recuperado de: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/artigo-mulheres-violencia-e-pandemia-de-coronavirus/>.
- Biroli, F. (2015). **Direito ao aborto e respeito à vida das mulheres**. Recuperado de: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/11/30/direitoao-aborto-e-respeito-a-vida-das-mulheres/>.
- Blay, E. A. (2001). 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, 9 (2), 601-607.
- Bocchi, A. F. de A. (2016). A militância feminista na Web: o funcionamento da argumentação em discursos sobre a violência no parto. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, 16 (2), (p. 309-328), maio-ago.
- Boris, G. D. J. B.; & Cesídio, M. de H. (2007). Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, 7 (2), set. (p. 451-478).
- Breder, F. (2015) **Feminismo e príncipes encantados**: a representação feminina nos filmes de princesa da Disney. E-galáxia.
- Brito, P. C. de S. (2017). Primavera Feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. **13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**. (Anais Eletrônicos). Florianópolis.
- Bruschini, C.; Ardaillon, D.; & Unbehaum, S. G. (1998). **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres**. Fundação Carlos Chagas e Editora 34. São Paulo.

- Butler, J. (2017). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castells, M. (2003a). **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Castells, M. (2003b). Internet e sociedade em rede. In: Moraes, Denis de. (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record. (p. 255-288).
- Cerqueira, D.; & Coelho, D. de S. C. (2014). **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Brasília, n. 11, mar. Recuperado de: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>.
- Cestari, M. J. (2013). As mesmas e as novas mulheres do feminismo brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 42 (3), (p. 1127-1140), set.-dez.
- Chaves, T. V. (2015). Da marcha das vadias às vadias da Marcha: discursos sobre as mulheres e o espaço. **Dissertação (Mestrado em Linguística)** – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Consolim, V. H. (2017). **O que pede a terceira onda feminista?** Recuperado de: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/15/o-que-pede-terceira-onda-feminista/>>.
- Courtine, J. J. (2006) **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Ed. Claraluz.
- Cox, C. (2004). **Stiletto**. Collins Design. (176 p).
- Del Priori, M. (Org.). (2004). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto.
- Delphy, C. (2009). Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo. (p. 173–178).
- Dias, C. (2009). A língua em sua materialidade digital. In: Indursky, F.; Ferreira, M. C. L.; Mittmann, S. **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Editora Claraluz. (p. 89-98).
- Dias, C. (2011). **E-Urbano**: a forma material do eletrônico no urbano”. In: e-urbano: sentidos do espaço urbano/digital. Recuperado de: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>>.
- Dias, C. (2012). **Sujeito, sociedade e tecnologia**: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo – SP: Hucitec.
- Dias, C. (2013). Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: Petri, Verli; Dias, Cristiane (Org.) **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM. (p. 49-62).

- Dias, C. (2015a). Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*. **Revista Estudos Linguísticos**, 44, (3).
- Dias, C. (2015b). A tecnologia como condição de produção do conhecimento na sociedade contemporânea: redes, memória e circulação. In: Flores, G. G. B.; Neckel, N. R. M.; Gallo, A. M. L. **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes Editores.
- Dias, C. (2016). A Análise do Discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, 10 (2), Vitória da Conquista. (p. 8-20).
- Dias, C. (2018). **Análise do Discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores.
- Dicionário de Gêneros**. (2016). Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=rWmMrDNdSks&list=PLd_DrxcT5EXu4acRTYred58NfotkpYfJL>. Acesso em 14 jun. 2020.
- Diniz, D. (2020). **Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga**. Recuperado de: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48655>>.
- Duarte, C. R.; & Melo, L. B. (2017). Aforizações e feminismo na internet: estudo de frases curtas empregadas no movimento *Primavera das Mulheres*. **Revista do Gel**, 14 (1). (p. 269-287).
- Dutra, Z. A. P. (2018). A Primavera das Mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Revista Feminismos**, 6 (2), mai.-ago.
- Drumontt, M. P. (1980). Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, (3), (p. 81-85).
- Engels, F. (1962). A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: Marx, K.; Engels, F.. **Selected works**. [1884].
- Federici, S. (2019). **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- Ferrari, P. (2018). **Como sair das bolhas**. (1). EDUC-Editora da PUC: São Paulo. Recuperado de: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KSZaDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=conceito+de+bolhas+sociais&ots=ka1grNo8kp&sig=uJdd8M2-8jp76IENUX9RSyV1h7M&redir_esc=y#v=onepage&q=conceito%20de%20bolhas%20sociais&f=false>.
- Fonseca, C. (2004). Ser mulher, mãe e pobre. In: Del Priori, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto.

- Foucault, M. (1988). **A história da sexualidade - Livro I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2004). **Microfísica do poder**. 19. ed. São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2008). **A arqueologia do saber**. 7.ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola. [1970].
- Gadet, F.; & Pêcheux, M. (2011). A língua inatingível [entrevista]. In: Pêcheux, Michel. **Análise de discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, [1983]. (p. 93-104).
- Galeotti, G. (2004). **História del aborto: los muchos protagonistas e intereses de una larga vicisitud**. Buenos Aires: Nueva Visión. 128 p.
- Garcia, D. A. (2014). O silêncio e a voz da mulher na sociedade contemporânea militando por outro dizer. In: Patti, Ane Ribeiro. et al. **Textecendo discursos na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores. (p. 291-306).
- Garcia, D. A. (2015). A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3), (p. 991-1008), set.-dez.
- Garcia, D. A. (2017). Uma inscrição no banheiro, um corpo que significa: efeitos de/sobre mulher. In: Sousa, L. M. A. e. et. al. (Orgs.). **Travessias em discurso: a língua na história**. São Carlos: Pedro & João Editores. (p. 331-348).
- Garcia, D. A. (2018). Ciberfeminismo: dizeres em rede da/sobre mulher. **V Colóquio Internacional de Análise de Discurso - CIAD**. São Carlos.
- Garcia, D. A.; et. al. (2018). Música e mulher: efeitos de violência patriarcal de gênero. **Raído**, v. 12, n. 31, Dourados.
- Garcia, D. A.; & Sousa, L. M. A. e. (2014a). A Marcha das Vadias e a posição-sujeito-mulher: uma resistência constitutiva. **XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL)**. João Pessoa - Paraíba.
- Garcia, D. A.; & Sousa, L. M. A. e. (2014b). A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância? **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 43 (3), set-dez, (p. 1041-1055).
- Garcia, D. A.; & Sousa, L. M. A. e. (2015). A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. **Estudos Linguísticos**, v. 44, n. 33, São Paulo. (p. 991-1008).
- Garcia, D. A.; & Sousa, L. M. A. e. (2018). Sangria que não estanca: efeitos de uma tecelagem histórica com fios de sangue. In: Garcia, D. et. al. **Quando o feminino grita no poético e no político**. São Carlos: Pedro & João.

- Geledés. (2014). **E eu não sou uma mulher? – Sojourner Truth**. Recuperado de: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.
- Giffin, K.. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. **SciELO**, 10, 146-155.
- Gomes, C. F. (2018). Resenha o discurso: estrutura ou acontecimento. Web – **Revista Sociodialeto** – NUPESDD / LALIMU, 9 (25).
- Gouveia, L. M. B. (2004). **Notas de contribuição para uma definição operacional**. Recuperado de: http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf. Acesso em 29 jun. 2020.
- Grigoletto, E. (2008). Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Cazarin, E.A.; Grigoletto, E. ; Mittmann, Solange (Orgs.). Porto Alegre: Nova Prova.
- Guilhaumou, J.; & Maldidier, D. (1994). Effets de l’archive. In: Guilhaumou, Jacques et al. **Discours et archive: experimentations en analyse du discours**. Liège: Mardaga. (p. 91-111).
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, 22 (2), mai-ago, (p. 201-210).
- Hall, S. (1996). The problem of ideology: marxism without guarantees. In: Morley, David; Chen, Kuan-Hsing (Orgs.). **Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies**. London, New York: Routledge. (p. 25-46).
- Hollanda, H. B. de. (2018). Heloisa Buarque de Hollanda mergulha na quarta onda feminista em livro recém-lançado. **Questões de gênero**. Recuperado de: <https://www.geledes.org.br/heloisa-buarque-de-hollanda-mergulha-na-quarta-onda-feminista-em-livro-recem-lancado/>.
- Instituto P. G. (2020). **Violência contra a mulher em dados**. Recuperado de: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>.
- Jensen, H. (2009). Reseña, crítica y recomendaciones en relación con la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información. In: Martinez Barrientos, Felix. **Know How y ciudadanía, nuevas tecnologías de la comunicación y la acción de las mujeres en el siglo XXI**. UNIFEM, Universidad Autónoma de México, México.
- Jusbrasil. (2016). **Tratamento da Mulher no Código Civil de 1916 e no de 2002**. Recuperado de: <https://lecampopiano24.jusbrasil.com.br/artigos/339145700/tratamento-da-mulher-no-codigo-civil-de-1916-e-no-de-2002>.

- Karczeski, L. L. (2018). Mulheres em des(associação): um estudo antropológico sobre os mecanismos de formação de bolhas pró e contra Bolsonaro no Facebook. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Ciências Sociais. Santa Catarina.
- Lagazzi, S. (1988). **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes Editores.
- Lauretis, T. de. (1994). A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, [1986].
- Lima, M. T. C. (2012). O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica, do Curso de Direito da UEPB – Campus de Campina Grande. 34 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Graduação em Direito. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.
- Lordes, A. W. (2014). Análise do Discurso: o nascimento de uma disciplina interdisciplinar. Universidade Federal de São Carlos. **V Colóquio da ALED** – Brasil. São Carlos.
- Louro, G. L. (1997). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista Guacira Lopes Louro. Petrópolis, RJ, **Vozes**. (p. 14-36).
- Macário, A. C. de M. (2012). Imagem, salto alto e representações de gênero: um estudo sobre a campanha *Love in Color* da marca *Arezzo*. **Trabalho de conclusão de curso** – Bacharelado em Design. Curitiba.
- Machado, R. P. & Burigo, J. (2018). **#Elenão deixou de ser uma simples hashtag**: é um movimento feminista e político que pode mudar o Brasil. The Intercept Brasil. Recuperado de: <<https://theintercept.com/2018/09/28/elenao-movimento-feminista-politico/>>.
- Mariani, B. (2003). Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial. (p. 55-72).
- Mariani, B.; & Medeiros, V. (2013). Disciplinarização dos estudos em Análise do Discurso. **Gragoatá**, 18 (34). (p. 15-25).
- Mallet, K. (2019). **Empoderamento feminino**. Recuperado de: <<https://mindminers.com/blog/empoderamento-feminino/>>.
- Mattos, Z. S. (2012). “Bárbara, não vá criar confusão”: silêncios e silenciamentos nas relações de gênero. **IX Anped Sul – Seminário de pesquisa em educação da região Sul**. Recuperado de: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1065/815>>.
- Méndez, N. (2007). Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. **Métis: história & cultura**, 6 (12), (p. 269-288), jul./dez.

- Minayo, M. C. S. (2010). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 21. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2010). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 29. Ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Mittmann, S. (2007). Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: Leandro Ferreira, Maria Cristina; Indursky, Freda. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz. (p. 153-162).
- Mittmann, S. (2009). A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. In: **Encontro Nacional sobre hipertexto**, n. 3., 29 a 30 out. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG, Recuperado de: < <http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf> >.
- Mittmann, S. (2011). Alguns apontamentos sobre militância digital. In: Grigoletto, E.; Nardi, F. S.; Schons, C. R. (Org.). **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. Universitária, UFPE.
- Moraes, D. de. (2001). **Ativismo digital**. Universidade Federal Fluminense. Recuperado de: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denisativismo-digital.html>>.
- Moraes, M. L. Q. de. (2020). **O feminismo no Brasil**: uma perspectiva histórica das lutas das mulheres brasileiras. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=wb0T0Lo3btg&list=PLZOhQw6rxxr6TQ1vWQ_nDxbIBm47ahlxk&index=3>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- Mussalin, F.; & Bentes, A. C. (orgs.). (2009). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras, 2, São Paulo: Cortez.
- Natansohn, G.; & Reis, J. S. (2017). Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Triade**, Sorocaba, SP, 5 (10), p. 113-130, dez.
- Narvaz, M. G.; Nardi, H. C.; & Morales, B. (2006). Nas tramas do discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. **Revista de Psicologia Política**, 6 (12).
- Nascimento, A. C. do. (2018). A primavera feminista. Vozes de luta da emancipação feminina no Brasil e Uruguai. **Rev. Estud. Fem.**, 26 (2), Florianópolis. Recuperado de: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200601>.
- Navarro, P. (2008). Ciência do discurso e o discurso da informação. In: Romão, L. M. S.; Gaspar, N. (orgs.). **Discurso e texto**: a multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação. São Carlos. Editora da UFSCar.

- Neto, J. R. D. (2018). Análise do funcionamento discursivo de *hashtags* no Twitter: o caso das *hashtags* #somostodosmacacos e #microcontos. **Tese** – Doutorado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça.
- Nunes, J. H. (2013). Marchas urbanas: das redes sociais ao acontecimento. In: Petri, V., Dias, C. (orgs.) **Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. da UFSM.
- Oliveira, A.; Mendes, S.; & Garcia, A. (2016). Elas querem voz. **Psico. Usp**, 2/3. Recuperado de: <<http://www.ip.usp.br/revistapsico.usp/index.php/25-sociedade-2/56-elas-querem-voz.html>>.
- Oliveira, B. N. de; & Silva, F. J. G. da. (2016). Feminismo nas mídias sociais: atualidades e potencialidades. **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**. Universidade Federal de Sergipe – UFS. abr.
- Orlandi, E. P. (1984). Segmentar ou recortar. **Estudos**, 10, (p. 9-26).
- Orlandi, E. P. (1993). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (1994). Discurso, Imaginário social e Conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, 14 (61), jan.-mar.
- Orlandi, E. P. (1996a). **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes.
- Orlandi, E. P. (1996b). **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (1999a). **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (1999b). Maio de 1968: os silêncios da memória. In: Pêcheux, Michel. **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (2001). **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2002). **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez.
- Orlandi, E. P. (2007). **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- Orlandi, E. P. (2010). Análise de discurso. In: E. P. Orlandi & S. Lagazzi-Rodrigues (Orgs.), **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade (p. 11-31). Campinas: Pontes Editores.

- Orlandi, E. P. (2012). **Discurso em análise**: sujeitos, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (2013). A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital [on-line]. Série e-urbano, 2. Recuperado de: <https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf>.
- Orlandi, E. P. (2017). **Eu, Tu, Ele**: Discurso e real da História. Campinas: Pontes.
- Otto, C. (2004). O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Rev. Estud. Fem.**, 12 (2), maio-ago, Florianópolis.
- Pacífico, S. M. R.; & R., L. M. S. (2006). A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. **Em Questão**, Porto Alegre, 12 (1), (p. 73-90), jan.-jun. Recuperado de: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/24> >.
- Pateman, C. (1993). **O contrato sexual**. Rio: Paz e Terra.
- Patti, A. R. (2012). A noção de sujeito discursivo. **Fragmentum**, (32), jan.-mar., Laboratório Corpus: UFSM.
- Pêcheux, M. (1981). Ouverture du colloque. In: Conein, Bernard et al. (Org.) **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille. (p. 15-18).
- Pêcheux, M. (1990). A Análise do Discurso: Três épocas (1983). In: Gadet, F.; Hak, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, [1969]. (p. 311-318).
- Pêcheux, M. (1990). Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, (19): 7-24, jul.-dez.
- Pêcheux, M. (1995). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975].
- Pêcheux, M. (1997a). Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E.P. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. & Fuchs, C. (1997b). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: Gadet, F.; Hak, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, [1975]. (p. 163-252).
- Pêcheux, M. (1999). Papel da Memória. In: Pêcheux, Michel. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores.

- Pêcheux, M. (2006). **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4º ed. Campinas: Pontes.
- Perrot, M. (2005) **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, [1998].
- Pinafi, T. (2007). **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. Ed. 21. São Paulo.
- Pinto, C. R. (2003). **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, 18 (36), (p. 15-23), jun. Recuperado de: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>.
- Prestes, A. (2020). **O sufragismo e a conquista do direito ao voto no Brasil**. Curso on-line sobre Feminismo - Por que Lutamos?. Recuperado de: <<https://www.youtube.com/watch?v=0FJqqjMft20&list=PLZOhQw6rxxr6TQ1vWQnDxbIBm47ahlxk&index=4>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- Rabelo, J. O. C. C.; & Amazonas, M. C. L. de A. (2014). A questão do método em Foucault e Butler: caminhos enredados. **18º Redor**. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife. Recuperado de: <<http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2143-4604-1-PB.pdf>>.
- Rasia, G. dos S. (2014). Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise. **Revista Rua**, Campinas, 20 (1). jun.
- Reis, J. S. (2017). Feminismo por hashtags: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. **13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**. (Anais Eletrônicos). Florianópolis.
- Ribeiro, D. (2014a). **As diversas ondas do feminismo acadêmico**. Questões de gênero. Recuperado de: <<https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>>.
- Ribeiro, D. (2014b). **Por um feminismo interseccional**. Ensaio. Recuperado de: <
- Ribeiro, D. (2017). **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando. 112p
<https://filopol.milharal.org/2014/02/12/por-um-feminismo-interseccional/>>.
- Ribeiro, D. (2018). **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras.

- Rodini, R. (2017). **Primavera das Mulheres**: documentário retrata movimento que parou o Brasil. Recuperado de: <https://vogue.globo.com/lifestyle/cultura/noticia/2017/10/primavera-das-mulheres-documentario-retrata-movimento-que-parou-o-brasil.html>.
- Rodrigues, C. (2005). Butler e a desconstrução do gênero. **Rev. Estud. Fem.** 13 (1), Florianópolis jan.-abr. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012.
- Rodrigues, V. L. (2011). **A importância da Mulher**. Recuperado de: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>.
- Romão, L. M. S. (2004). Nós, desconhecidos, na grande rede. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, 5 (1), Tubarão, jul./dez. (p. 71-91).
- Romão, L. M. S. (2006). O cavalete, a tela e o branco: introdução à autoria na rede eletrônica. **D.E.L.T.A.** 22 (2), (p. 303-328).
- Roudinesco, E. (2008). **A parte obscura de nós mesmos**: uma história dos perversos. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sabadini, A. A, Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (2009). Preparando um artigo científico. In: Sabadini, A. A, Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (Orgs.). **Publicar em psicologia**: um enfoque para a revista científica. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia.
- Santos, A. N. dos; & Chishman, R. L. de O. (2015). Do conceito de signo ao princípio do valor linguístico: ensaio sobre a dimensão do significado na teoria saussuriana da linguagem. **Domínios de Linguagem**, 9 (1), jan.-mar.
- Saussure, F. (2006). **Curso de Linguística geral**. São Paulo: Cultrix.
- Scavone, L. (2001). A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n.16, Campinas.
- Scott, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 20 (2), jul./dez., (p. 71-99. 1995).
- Segal, L., (1989). Lições do passado: feminismo, política sexual e o desafio da Aids. In: **Taking Liberties**: aids and cultural politics (E. Carter & S. Watney, orgs.), Pp. 133-145, London: Serpent's Tail.
- Silva, D. M. L. da. (2018). Filtros bolha em redes sociais: um estudo sobre o fenômeno na visão do bibliotecário. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Recuperado de: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/11862>.

- Silva, R. (2009). Linguagem e Ideologia: embates teóricos. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, 9 (1), (p. 157-180), jan-abr.
- Silveira, J. da. (2015). Rumor(es) e humor(es) na circulação de *hashtags* do discurso político ordinário no Twitter. **Tese** – Doutora em Letras. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.
- Silveira, R. da S.; & Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Leila Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, 26. (p.14-24).
- Sobrinho, H. F. da S. (2009). Os andaimes suspensos do discurso nos alicerces do real. In: Indursky, F. Ferreira, M. C. L., Mittmann, S. **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Editora Claraluz. (p. 147-160).
- Sousa, L. M. A. (2019). **O sujeito do discurso nas malhas do digital**. 22 aug. 2019, 31 oct. Notas de Aula.
- Sousa, L. M. A. e, & Garcia, D. A., Faria, D. (2014). de O. Paradigma indiciário, língua-concha, recorte e funcionamento: a metodologia em AD. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, (33), jan-jun.
- Souza, C. P. de. (2014). Discurso e memória. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 43 (3), (p. 1015-1026), set-dez.
- Strey, M. N. (2000). Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas. **Revista Famecos**, 7 (13), (p. 148-154).
- Sudário, S; Almeida, P. C. de; & Jorge, M. S. B. (2005). Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. **Psicol. Soc.**, 17 (3), Porto Alegre, set.-dez.
- Swain, T. N. (2014). Por falar em liberdade... **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**, 36.
- Tiburi, M. (2019). **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Vainfas, R. (2017). Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: Del Priori, Mary; Pinsky, Carla Bassanezi. **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto.
- Verdélío, A. (2016). **Machismo leva à culpabilização da vítima de violência sexual, diz especialista**. Recuperado de: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/machismo-leva-culpabilizacao-da-vitima-de-violencia-sexual-diz>>.

Wollstonecraft, M. (2015). **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Edipro.